

CADERNOS DO CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina Ano 32 - n. 50 - Jun. 2019 - ISSN 2175-0173



história social
e política

50


UNOCHAPECÓ

CEOM

CADERNOS DO CEOM

História Social e Política

v. 32, n. 50

(Jun/2019)

<http://dx.doi.org/10.22562/2019.50>

Cadernos do CEOM

Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina em parceria com os programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão, Inovação e Pós-Graduação

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

Rua Líbano, 111-D, CEP: 89805-510, Chapecó-SC (Brasil)
Fone: (49) 3323-4779
E-mail: ceom@unochapeco.edu.br
Webpage: www.unochapeco.edu.br/ceom

Responsável pelo CEOM: Mirian Carbonera

Editores

Mirian Carbonera – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
André Luiz Onghero – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Editores convidados

Paulo Pinheiro Machado – Universidade Federal de Santa Catarina
Anderson Marcelo Schmitt – Universidade Federal de Santa Catarina

Conselho Editorial Nacional

Alda Lucia Heizer - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Celeida Maria Costa de Souza e Silva – Universidade Católica Dom Bosco
Elison Antônio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Mario de Souza Chagas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mariana Batista Sampaio – Universidade Federal do Pará
Sérgio Monteiro – Universidade Federal do Pernambuco
Sibeli Viana – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Conselho Editorial Internacional

Antoine Lourdeau – Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris (França)
Daniel Loponte – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas/Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano (Argentina)
Jorge Santos – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Avaliadores

Os editores agradecem a todos os avaliadores que emitiram pareceres para as submissões editadas em 2018 e 2019:

Adelar Heinsfeld – Universidade de Passo Fundo
Ademir Miguel Salini – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Adriano Comissoli – Universidade Federal de Santa Maria
Alexandra Begueristain da Silva – Universidade Federal de Santa Maria
Alexandre Maurício Mattiello – Universidade Federal da Fronteira Sul
Alfredo Ricardo Silva Lopes – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Almir Antonio de Souza – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Ana Lúcia Vulfe Nötzold – Universidade Federal de Santa Catarina
André Campelo – Universidade Federal de Pernambuco
André Martinello – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Anna Siebel – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Antonio Marcos Myskiw – Universidade Federal da Fronteira Sul

Arão Davi Oliveira – Universidade Católica Dom Bosco
Arlene Renk – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Áureo Haag – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Carla Fernandes da Conceição – Universidade Federal de São Carlos
Carlos Costa – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Carmentilla das Chagas Martins – Universidade Federal do Amapá
Darlan Kroth – Universidade Federal da Fronteira Sul
Denise Argenta – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Ederson Nascimento – Universidade Federal da Fronteira Sul
Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos – Universidade Estadual de Goiás
Elaine Meire Vilela – Universidade Federal de Minas Gerais
Eliara Müller – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Elisandra Forneck – Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito
Elison Antonio Paim – Universidade Federal de Santa Catarina
Erivaldo Sales Nunes – Instituto Federal da Bahia
Ernelo Schallengerger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Fabiana Comerlato – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Fabiula Sevilha Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Gerson Wasen Fraga – Universidade Federal da Fronteira Sul
Giovana Galvão Tavares – Centro Universitário de Anápolis
Gladis Hoerle – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Hevelly Ferreira Acruche – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Izabel Missagia de Mattos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
João Carlos de Andrade Marques Graça – Universidade de Lisboa
José Carlos da Silva Cardozo – Universidade Federal do Rio Grande
Jucieldo Ferreira Alexandre – Universidade Federal do Cariri
Jussara Santos Pimenta – Universidade Federal de Rondônia
Leonel Piovezana – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Luciana Ferreira da Costa – Universidade Federal da Paraíba
Luciana Gonçalves de Carvalho – Universidade Federal do Oeste do Pará
Manuelina Maria Duarte Cândido – Universidade Federal de Goiás
Marcos Alesandro Neves – Universidade Federal da Paraíba
Marlon Brandt – Universidade Federal da Fronteira Sul
Maria Luiza Silva Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Marine Lila Corde – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro
Onivan de Lima Correa – Universidade Católica Dom Bosco
Paulo Pinheiro Machado – Universidade Federal de Santa Catarina
Paulo Ricardo Bavaresco – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Reginaldo Pereira – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Reinaldo Lindolfo Lohn – Universidade Federal de Santa Catarina
Renata Brauner Ferreira – Universidade Federal do Tocantins
Ricardo Visser – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rodrigo dos Santos – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Rogério Rosa Rodrigues – Universidade do Estado de Santa Catarina
Rosicler Theodoro da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Rui Aniceto Nascimento Fernandes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Silvana Winckler – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
Syrleá Marques Pereira – Centro Universitário de Volta Redonda
Tiago Bernardon Oliveira – Universidade Federal da Paraíba

Revisão de textos e diagramação: Editora Tribo da Ilha

Capa: CEOM/Unochapecó

Fotografia de capa: 3ª Romaria da Terra. Foto: Eliane Fistarol. Fonte: Jornal da Cooperalfa, Chapecó, ano I, n. 7, dez, 1988. Acervo CEOM/Unochapecó

905

Cadernos do CEOM [recurso eletrônico] / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Dados eletrônicos. --

Vol. 28, (jan./jul. 2008) - , - Chapecó : Unochapecó, 2008-

Semestral.

Modo de acesso: Internet

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/54>>

Título da página da web (acesso em 20 ago. 2013)

ISSN: 2175-0173

1. História – Periódicos. I. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Paulo Pinheiro Machado
Anderson Marcelo Schmitt

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA

- 9** **A Legação brasileira em Berlim (1931-1935): o cotidiano diplomático em um país em transformação**
The Brazilian Legation in Berlin (1931-1935): the Diplomatic Working Day in a country in transition
Peter Johann Mainka
- 28** **As cidades são meios e os meios são as mensagens: uma leitura estético-política das reformas urbanas na América Ibérica durante a Belle Époque**
Cities are media and media are the messages: an aesthetic-political reading of urban reforms in Iberian America during the Belle Époque
Marcos Alexandre Arraes
Matheus Falcão
- 36** **As fontes judiciais como material de pesquisa para a História Social e Política: os processos de acidentes de trabalho no contexto da legislação social**
The judicial sources as research material for the Social and Political History: the processes of work accidents in the context of social legislation
Bruno Mandelli
João Henrique Zanelatto
- 47** **Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região Oeste de Santa Catarina (1950-1965)**
From the labor conciliation to the brizolist resistance: the Brazilian Labor Party (PTB) in the western region of Santa Catarina (1950-1965)
Claiton Marcio da Silva
Carla Aparecida Rigo
- 58** **Duas histórias processuais memória e tortura na Operação Barriga Verde 1975**
Two memories processuais memoria and tortura on operation Barriga Verde 1975
Mateus Gamba Torres

77 **Guerra Fria: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente**
Cold War: a concept archeology (and its contemporaneity) from a western perspective
Marcos Alexandre Arraes

92 **O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais**
The battle of Rio das Antas (November 1914): some initial considerations
Márcia Janete Espig

104 **Zacarias de Góes e Vasconcelos e seus discursos no Senado entre 1868 e 1869**
Zacarias de Góes e Vasconcelos and his discussions in the senate between 1868 and 1869
Jaqueline Schmitt da Silva

ARTIGOS

115 **Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang**
Brief historiographic perspective of the ancestry of the indigenous Kaingang ethnic group
Jéssica da Silva Gaudêncio
Décio Ruivo Martins
Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira
Sérgio Paulo Jorge Rodrigues

129 **O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938**
The virtuous path of parish schools in agricultural fronts of Southern Brazil: impacts of the Nationalization Law in 1938
Paulino Eidt

Apresentação

Paulo Pinheiro Machado*
Ânderson Marcelo Schmitt**

Tendo iniciado suas publicações no ano de 1986, a Revista Cadernos do CEOM sempre contou com o trabalho de autores, pareceristas, editores, revisores e inúmeros outros especialistas. Graças a estes profissionais, no passado e no presente, a Revista chega à sua edição de número 50, apresentando o Dossiê História Social e Política. Ao propor esta temática, os editores convidados acreditam que ela sintetiza de forma precisa a miríade de temas que transpassou a trajetória da Revista e a atuação da sua instituição mantenedora, o Centro de Memória do Oeste Catarinense.

Entre a(s) História(s) Social e a Política é possível abarcar diferentes ramos da vivência humana, sendo elas o palco para lutas econômicas e culturais, ao mesmo tempo em que não se sobrepõem, nem são sobrepujadas por nenhuma dessas áreas. Assim, diferentemente daquela história política considerada tradicional, que prezava pela descrição de fatos e atuação de atores políticos, as pesquisas aqui apresentadas se dirigem – quando o fazem – a partidos políticos e ao aparelho de Estado como constructos humanos, ao se levar em consideração as forças socioculturais e econômicas que agem em diferentes escalas. Como afirmou Hobsbawm, a influência da História Social está presente em diversas áreas da historiografia, não sendo possível isolá-la (2013, p. 111-112).

Por esta ótica podemos avaliar o primeiro artigo deste número, intitulado “A Legação brasileira em Berlim (1931-1935): o cotidiano diplomático em um país em transformação”, de autoria de Peter Johann Mainka. Nele, o autor evidencia a longa história de relações entre germânicos e (luso-) brasileiros, dando atenção à primeira metade da década de 1930, período no qual os dois países possuíam posições marcadamente nacionalistas e

anticomunistas. Para isso, analisa o dia a dia dos representantes diplomáticos brasileiros em Berlim.

Por sua vez, Marcos Alexandre Arraes e Matheus Falcão, em seu artigo “As cidades são meios e os meios são as mensagens: uma leitura estético-política das reformas urbanas na América Ibérica durante a *Belle Époque*”, analisam as características da modernidade, tanto “como conceito histórico” – nas palavras dos autores – como “enquanto conceito estético”, a partir das modificações urbanas na Ibero-América na passagem do século XIX para o XX. Os autores sugerem que estas transformações buscavam tanto um fim estético como um político, de controle social em si.

As fontes para a escrita da História Social e Política são o tema do artigo de Bruno Mandelli e João Henrique Zanelatto. Em “As fontes judiciais como material de pesquisa para a História Social e Política: os processos de acidentes de trabalho no contexto da legislação social”, os autores realizam uma explanação metodológica do fazer historiográfico a partir de arquivos judiciais relacionados ao mundo do trabalho. A historicidade da própria criação dos conjuntos documentais não passa despercebida pelos autores.

Uma das características das pesquisas ligadas à Nova História Política ou à História Social é a variação de escalas. O artigo “Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região Oeste de Santa Catarina (1950-1965)”, de autoria de Claiton Marcio da Silva e Carla A. Rigo vai exatamente neste sentido, ao demonstrar como, na escala regional, o contexto político nacional era interpretado e influenciava o Oeste Catarinense, região com relações clientelistas e de mandonismo bastante específicas.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <paulo.pinheiro.machado@ufsc.br>.

** Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <anderschm@gmail.com>.

Também por uma escala mais reduzida é realizada a pesquisa que gerou o artigo de Mateus Gamba Torres, intitulado “Duas histórias processuais memória e tortura na operação barriga verde 1975”. A partir do caso catarinense e da análise de episódios judiciais específicos, Torres lança mais alguma luz sobre os anos de chumbo da História brasileira, relativos ao momento em que apenas começava a se demonstrar um enfraquecimento da Ditadura Militar, que apenas chegaria ao fim anos depois.

O próximo artigo, “Guerra fria: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente”, de autoria de Marcos Alexandre Arraes, revisita o conceito de Guerra Fria, tendo por objeto a prática de criação do inimigo, a partir de uma alteridade permanente. Para muito além da oposição política e econômica simples, o artigo informa sobre a relevância “[...] de se entender as estruturas simbólicas da Guerra Fria – sendo elas tão ou mais importantes que as questões políticas, militares e econômicas geralmente priorizadas pela historiografia do tema”, conforme enfatiza o autor.

Em “O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais”, Márcia Janete Espig apresenta novas possibilidades de análise sobre os locais de batalhas da Guerra do Contestado. A autora evidencia que, embora exista um grande número de trabalhos sobre este conflito, novas metodologias e perspectivas historiográficas podem evidenciar outras características desta guerra que tanto marca o imaginário social de uma vasta área sul-brasileira. O combate do Rio das Antas foi muito pouco estudado pelos autores anteriores, configurando-se como um verdadeiro ponto de inflexão dentro do movimento sertanejo.

Encerrando o Dossiê, Jaqueline Schmitt da Silva analisa as disputas ocorridas na política imperial brasileira entre conservadores e a liga progressista no final da década de 1860. Em “Zacarias de Góes e Vasconcelos e seus discursos no Senado entre 1868 e 1869”, a autora evidencia, a partir do caso específico de um senador, como começaram a ocorrer as cisões que contribuíram para a queda da monarquia vinte anos depois.

Neste número da Revista, ainda se encontram dois artigos recebidos em fluxo contínuo. Em “Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang”, Gaudêncio, Martins, Silveira e Rodrigues buscam o histórico Kaingang a partir das citações de diversos autores que entraram em contato com este grupo. Por sua vez, Paulino Eidt, em “O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938”, traça a trajetória deste modelo de ensino, juntamente com suas características religiosas.

Esperamos que os leitores aproveitem a leitura dos trabalhos. Sem eles, os leitores, a Revista Cadernos do CEOM não teria chegado à sua edição de número 50. Em momentos de perigosa valorização do anti-intelectualismo, espera-se que a curiosidade sobre a História regional, brasileira e global continue despertando interesse do público leitor, para que outros 50 números possam ser editados.

Referências

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

A Legação brasileira em Berlim (1931-1935): o cotidiano diplomático em um país em transformação

The Brazilian Legation in Berlin (1931-1935): the Diplomatic Working Day in a country in transition

Peter Johann Mainka*

Palavras-chave:
Diplomacia Brasileira
Relações Exteriores
Itamaraty

Resumo: Desde o século XVI a história do Brasil e a da Alemanha são relacionadas, apresentando paralelas, convergências e conexões (pessoais). Na década de 1930, os dois países passaram por transformações políticas profundas, que resultaram no estabelecimento de novos governos nos dois países – governos nacionalistas, autoritários e anticomunistas. Com base nesses valores compartilhados e em uma base ideológica semelhante, o Brasil e a Alemanha estiveram, na década de 1930, ainda mais próximos um para o outro. Essa proximidade e a simpatia mútua manifestam-se também na atuação da Legação brasileira em Berlim, cujos registros no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro são a base documental deste artigo.

Keywords:
Brazilian Diplomacy
International Relations
Itamaraty

Abstract: Since the 16th century Brazilian and German history are linked by similarities, convergences and (personal) connections. In the 1930s, the two countries experienced extensive political transformations, which lead to the establishment of new governments in both countries - nationalist, authoritarian and anticommunist governments. Based on those shared values and a similar ideological base, Brazil and Germany were related even closer to each other in the 1930s. This mutual proximity and sympathy also manifests itself in the action of the Brazilian legation in Berlin, whose registers in the Historic Archive of the Itamaraty in Rio de Janeiro form the documental base of this paper.

Recebido em 04 de setembro de 2018. Aprovado em 11 de fevereiro de 2019.

Introdução

O início da década de 1930 trouxe mudanças políticas profundas tanto para o Brasil como para a Alemanha. No Brasil, a “Revolução de 1930”, eclodida no dia 3 de outubro de 1930, pôs fim à denominada política do café com leite – uma sequência de presidentes dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma, o candidato Getúlio Vargas (1882-1954), do Rio Grande do Sul, que havia sido derrotado nas eleições, conseguiu usurpar a presidência do Brasil por meio de um levante armado em novembro de 1930 (FAUSTO, 1982).

Entre as múltiplas causas dessa revolução, estavam desejos e reivindicações de uma renovação

nacional do Brasil, ou seja, de uma política de nacionalização que determinou, nos próximos anos, também a política do governo de Getúlio Vargas em relação à imigração e aos imigrantes (HARMS-BALTZER, 1970). Logo o governo de Getúlio Vargas foi impelido pela Revolução Constitucionalista, a assim chamada Guerra Paulista de 1932 (FEIJÓ; GERTEL, 1998), a conceder a convocação de uma Assembleia Constituinte que promulgou, no dia 16 de julho de 1934, a nova constituição. Apesar dessa constitucionalização do seu governo, Getúlio Vargas defendeu uma política autoritária, anticomunista e, às vezes, fascista, orientada no modelo italiano, para consolidar o seu próprio poder. Isso ficou mais nítido com a instauração do Estado Novo (1937-1945) por um segundo golpe e com o combate

* Professor da Julius-Maximilians-Universität Würzburg (JMUW) – Alemanha, professor visitante na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil. Mestre e doutor pela JMUW. E-mail: <peter.mainka@uni-wuerzburg.de>.

exacerbado a movimentos políticos de oposição que questionaram a sua liderança, tais como a Intentona Comunista de 1935 (GOMES, 1992) e o Levante Integralista de 1938 (BERTONHA, 2016).

Sob essas condições gerais e em toda a consonância com o lema da bandeira brasileira, *ordem e progresso*, realizou-se na era Getúlio Vargas uma modernização abrangente *de cima*, no Estado, na economia e na sociedade do Brasil. Assim, houve uma centralização das estruturas estatais e uma nacionalização da sociedade e da economia do Brasil (MAINKA, 2008, p. 38-44).

Na Alemanha, nesse mesmo período, vigorava a democracia da República de Weimar, sucessora do (Segundo) Império Alemão (1871-1918), que havia provocado a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Todos os males que a derrota da guerra, as determinações nem sempre equilibradas do Tratado de Paz de Versalhes (1919-1920) e a crise política e econômica trouxeram para a Alemanha pós-guerra (WINKLER, 1993) foram suportados pelo regime democrático. Nesse clima de mudanças e incertezas, a jovem democracia, hostilizada desde o início, não conseguiu defender-se contra as ofensas ideológicas dos extremos e, nomeadamente, do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) e do seu automeado *Führer*, Adolf Hitler (1889-1945).

Os últimos governos da República de Weimar, a partir de 1930, não mais foram apoiados por uma maioria parlamentar, mas pelo presidente marechal Paul von Hindenburg (1847-1934) – partidário da monarquia e inimigo declarado da democracia –, que viabilizou um governo por medidas provisórias presidenciais. Sob essas condições gerais, Adolf Hitler conseguiu, no dia 30 de janeiro de 1933, ser nomeado chanceler, formar um governo e consolidar, conseqüentemente, o poder nacional-socialista na Alemanha, transformando a República de Weimar em uma ditadura e em um regime nazista (BRACHER, 1974; WINKLER, 1993; MAINKA, 2008).

De certa forma, o Brasil e a Alemanha encontravam-se, no início da década de 1930, em uma situação semelhante: governos recém-chegados ao poder, uma ideologia nacionalista, anticomunista

e autoritária, e uma política de modernização de Estado, economia e sociedade. Essa proximidade ideológica e certa simpatia pela política do outro regime são percebidas na documentação da Legação brasileira em Berlim, na Alemanha, no início da década de 1930.

A base de fontes

A documentação da Legação brasileira em Berlim encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, abrangendo toda a correspondência da Legação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil no Rio de Janeiro e outros órgãos governamentais brasileiros, a correspondência do Ministério das Relações Exteriores, do assim chamado *Ofício Externo (Auswärtiges Amt)* da Alemanha, a correspondência interna entre as representações brasileiras no território alemão (consulados gerais, consulados honorários), além de cartas, estatísticas, relatos e informações variadas. Dentro desse acervo, os relatos regulares da Legação, ou seja, do respectivo ministro plenipotenciário, chamam a maior atenção.

Uma das funções principais de qualquer representação brasileira no exterior foi o envio regular de informações políticas e econômicas sobre o respectivo país anfitrião. As orientações do Itamaraty para este sistema institucionalizado de relatórios consulares datavam do início do século XX e sofreram reformas sob o ministro Otávio Mangabeira (1886-1960, ministro das Relações Exteriores de 1926 a 1930) no governo de Washington Luís, destacando, especialmente, “[...] os três grandes assuntos nacionais: comércio exterior, crédito externo e imigração” (CERVO; BUENO, 2011, p. 248). Enquanto os diplomatas brasileiros no mundo inteiro receberam, “diariamente, dados sobre resoluções do governo e ocorrências nacionais relevantes” (CERVO; BUENO, 2011, p. 249), os embaixadores e chefes de legações, conforme essas reformas:

[...] deveriam, em vez de relatórios trimestrais, enviar mensalmente exposição sobre o que fosse observado no interesse da agricultura, comércio

e indústria nacionais. Além disso, deveriam elaborar relatórios semestrais para publicação no Diário Oficial, do qual se extrairiam separatas para maior circulação, até então, os relatórios consulares eram publicados no Boletim do Ministério, sem a divulgação desejável. (CERVO; BUENO, 2011, p. 249).

Divergindo um pouco dessas orientações, que destacaram mais questões do comércio e dos negócios, os relatórios em questão informaram o Itamaraty, de forma extensa e detalhada, sobre a situação política da Alemanha. O conteúdo desses relatórios não apenas descrevia condições gerais da política mas também fatos e acontecimentos específicos, como: eleições para o *Reichstag*; mudanças nos governos do Império Alemão (*Deutsches Reich*), seja na última fase da República de Weimar, seja no início do regime nazista; sessões plenárias da Dieta Imperial (*Reichstag*); manifestações e protestos nas ruas da Alemanha; a ascensão de Adolf Hitler (1889-1945), o assim chamado *Führer* do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP); pronunciamentos dele; as novas leis decretadas no início do regime nazista, para transformar a República em uma ditadura, consolidar o poder nazista e pôr a ideologia autoritária, nazista e racista em prática; o falecimento (no dia 2 de agosto de 1934) e o enterro do presidente marechal Paul von Hindenburg (1847-1934), aproveitado pela máquina propagandística do regime nazista para encenar um espetáculo nacional, nacionalista e nacional-socialista, e apresentar-se como representante legítimo da Alemanha.

Esses relatos tornaram-se ainda mais regulares sob o ministro plenipotenciário Artur Guimarães de Araújo Jorge (1884-1977), que substituiu, em outubro de 1933, Adalberto Guerra Duval. A partir de janeiro de 1934, nestes relatos consta como referência o termo *Mês político*, dando informações no fim de cada mês sobre os acontecimentos do mês anterior – um corpo de fontes com uma grande autenticidade.¹

As informações históricas sobre política, sociedade e economia da Alemanha no início dos anos de 1930, contidas nas fontes primárias

selecionadas como base deste artigo, são múltiplas e variadas, fornecendo uma quantidade enorme de pormenores interessantes e, às vezes, pouco conhecidos, permitindo que se conheça um pouco mais de dentro a prática política e diplomática da época. Nesses relatos diplomáticos, reflete-se a realidade histórica; porém, em um olhar de um estrangeiro, de uma pessoa de fora, ou seja, em uma ótica *tropical* de um diplomata brasileiro. É interessante observar as peculiaridades da percepção específica de um cidadão brasileiro, socializado em um contexto diferente, das realidades alemãs, as suas escolhas, os seus recortes e destaques. Esse olhar *tropical* traz uma perspectiva nova sobre assuntos da história alemã suficientemente conhecidos.

Neste artigo vou focalizar outro aspecto do trabalho da Legação brasileira em Berlim: o dia a dia diplomático desta representação brasileira na Alemanha no início dos anos de 1930, quando a República de Weimar foi transformada na ditadura nazista.

Quais são as funções concretas de um diplomata no exterior? Quais são os seus trabalhos regulares e comuns? Os representantes diplomáticos são associados, comumente, com negociações importantes de tratados de paz, acordos de aliança ou tratados comerciais. O perfil de um diplomata, porém, não se restringe somente a essas atividades. O cotidiano dele é caracterizado por obrigações consulares, administrativas e burocráticas – nem sempre emocionantes e de grande prestígio. Com base nas fontes primárias selecionadas, este artigo pretende colocar em foco, no exemplo da Legação brasileira em Berlim, essa parte geralmente mais oculta das competências confiadas a representantes diplomáticos, parte esta que chama, evidentemente, menos atenção pública, mas forma a base firme nas relações entre dois Estados.

Propostas de reformar o sistema consular do Brasil na Alemanha

Com base na sua longa experiência no serviço diplomático brasileiro em geral e no seu posto na Legação brasileira em Berlim, o ministro plenipotenciário Adalberto Guerra Duval

apresentou, no dia 21 de julho de 1931, as suas ideias sobre uma representação melhor do Brasil na Alemanha. Essa iniciativa tinha a ver, certamente, com as reformas administrativas que se realizaram no Ministério das Relações Exteriores no início do governo de Getúlio Vargas (CERVO; BUENO, 2011).

Adalberto Guerra Duval (1872-1947) havia sido nomeado ministro plenipotenciário brasileiro em Berlim por um decreto do dia 3 de março de 1920. Nascido em Porto Alegre e formado na Faculdade de Direito em São Paulo, ele ingressou, em outubro de 1895, no serviço diplomático, recolhendo muita experiência em diferentes cargos e em vários lugares do mundo, especialmente na América Latina (Assunção, no Paraguai, e Buenos Aires, na Argentina) e na Europa (São Petersburgo, na Rússia; Lisboa, em Portugal; Londres, no Reino Unido; e Haia, nos Países Baixos). Como ministro plenipotenciário, Adalberto Guerra Duval tomou posse do cargo em Berlim, em meados de maio de 1920, tornando-se o primeiro representante brasileiro na Alemanha após a ruptura das relações diplomáticas entre os dois países no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nomeado inicialmente de forma interina, ele ficou no cargo até setembro de 1933 – com breves interrupções: entre julho de 1925 e janeiro de 1926, quando ele tirou férias extraordinárias; entre janeiro e maio de 1926, quando ele esteve em comissão na capital do Rio de Janeiro; e entre abril e outubro de 1932, por razões desconhecidas. Adalberto Guerra Duval foi destituído do seu cargo em Berlim em outubro de 1933, provavelmente no contexto das mudanças regulares do pessoal diplomático. Na sua carreira diplomática, seguiram mais duas etapas: em setembro de 1933, Duval foi transferido para Lisboa e, em novembro de 1935, de lá para Roma, na Itália, onde ele se aposentou em 1939, segundo consta no Dicionário Histórico-Biográfico-Brasileiro (DHBB, 2010). Por mais de 12 anos, Duval representou o Brasil na Alemanha, conhecendo muito bem tanto a situação política e econômica do país, com a complicação pós-guerra, como os problemas da representação diplomática brasileira em um país com fortes tradições federativas.

As propostas de Duval dirigiram-se ao novo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco (1870-1943), que havia assumido o cargo no dia 24 de outubro de 1930. Jurista, diplomata e político, o mineiro Afrânio de Melo Franco, partidário da Aliança Liberal, apoiando o gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954), foi nomeado ministro nas perturbações da Revolução de 1930, quando o presidente Washington Luís (1869-1957) foi deposto por um golpe militar. Uma junta militar provisória assumiu o governo, antes de passar o poder a Getúlio Vargas, que manteve Melo Franco no seu posto até o fim de dezembro de 1933 (DHBB, 2010). Nove meses após as transformações revolucionárias no Brasil, quando o governo Getúlio Vargas havia se consolidado, o chefe da Legação brasileira em Berlim viu o momento adequado para apresentar as suas propostas de reformar o sistema das representações consulares brasileiras na Alemanha.

A Alemanha, paiz onde a centralização administrativa ainda está por fazer, é antes um agglomerado de estados do que verdadeiramente um só estado. Pela sua extensão, pela diversidade das regiões que o constituem, o Reich oferece ás Missões Diplomaticas, como a nossa, um campo de acção especial que, talvez, não encontre semelhante senão nos Estados Unidos. Aqui caberia, para maior eficiencia, um regimen peculiar, em que a actividade do Chefe da Missão pudesse, a todo o tempo, multiplicar-se pelo orgão de agentes consulares bem escolhidos, habilmente escalados nos postos de maior interesse para o Brasil e bem relacionados nos districtos da sua residencia. (AHI, 1931).²

Perante as tarefas consulares sempre mais diversas e variadas, o sistema de Consulados honorários brasileiros, instalado, antigamente, de forma apressada e provisória, não ou somente mal correspondeu às exigências atuais. Os Cônsules não foram suficientemente qualificados ou perseguiram somente os seus próprios interesses. “Mas ainda assim”, continuou o ministro plenipotenciário,

[...] seria injusto negar os serviços por elles prestados ao Brasil, serviços de pequena monta cada um delles, mas

muito repetidos e quasi indispensaveis; serviços que a Missão Diplomatica teve de reclamar, com frequencia, sob a especie de informação urgente de proteção directa a compatriotas ou de intervenção officiosa e immediata junto a autoridade locais. (AHI, 1931).

Esse aparelho de consulados honorários foi – também por razões financeiras e estruturais – reorganizado pelo Ministério das Relações Exteriores, ou, em outras palavras, cortado e suprimido, sem solicitar um parecer da Missão brasileira em Berlim. “Hoje”, isto é, em julho de 1931, resumiu Duval:

[...] temos em todo o Reich cinco Consulados: em Hamburgo, em Bremen e os outros tres na Prussia e terras por elle administradas. Na Baviera, na Saxonia, na Thuringia, no Wurttemberg, no Hannover, na Silesia, na Pomerania emfim em todos os outros estados allemães não ha um agente consular do Brasil, que seja fonte de informação e orgão de propaganda; que dispense apoio aos brasileiros itinerantes; que transmitta á Legação noticias e esclarecimentos commerciaes de tanta valia neste momento. (AHI, 1931).

Adalberto Guerra Duval criticou fortemente na sua carta essa distribuição atual dos consulados honorários brasileiros na Alemanha, considerando-a:

[...] prejudicial aos nossos interesses. Vastas zonas de significação industrial e economica indiscutivel ficaram totalmente abandonadas, fóra de alcance dos nossos raros agentes actuaes, externas á sua actividade, alheias ás nossas possibilidades e inacessiveis á nossa propaganda, isto é, voluntariamente por nós offerecidas aos nossos concorrentes. (AHI, 1931).

Por outro lado, houve na Região de Renânia e do *Ruhr* dois consulados em um espaço estreito, localizados em Wuppertal e Colônia, ou seja, a uma distância de 45 km. Foi por essa razão que Duval chegou à conclusão de que “[...] o Consulado de Colonia é despesa sumptuaria” (AHI, 1931).

Da mesma maneira, as associações industriais e comerciais alemãs (Frankfurt, no Rio Meno, Leipzig, Dresden, em Berlim) reclamaram a falta de representações brasileiras em todas as regiões da Alemanha e haviam se dirigido à Legação, “[...] para esclarecer o Governo Brasileiro da urgencia de reinstalar pelo menos alguns dos antigos Consulados honorarios” (AHI, 1931).

Nesse pano de fundo, Duval defendeu:

[...] o estabelecimento de agentes consulares nos grandes centros allemães de actividade economica e politica como, por exemplo: Frankfort, Munich, Stuttgart [sic!], Leipzig e Breslau. A exiguidade das verbas disponiveis não contraria a existencia util de consules honorarios, que nada impede que sejam absolutamente gratuitos e produtivos, se forem bem escolhidos. Sem qualquer proveito de remuneração pecuniaria, atrahidos mormente pela seducção e prestígio do cubizado titulo de consul, encontrarei neste paiz, facil escolha de pessoas idoneas interessadas sinceramente em bem servir que, bem iniciadas, se tornarão optimas fontes de informação e propaganda. (AHI, 1931).

Assim, a escolha dos novos cónsules deveria ser atribuída, diretamente, à Missão Diplomática em Berlim. Mais informações sobre esse assunto não foram encontradas no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Pouco mais de dois anos depois, obviamente sem qualquer relação a essa iniciativa, Adalberto Guerra Duval foi destituído do seu cargo de ministro plenipotenciário e substituído, em outubro de 1933, por Artur Guimarães de Araújo Jorge (1884-1977), que permaneceu em Berlim até fevereiro de 1935 (DHBB, 2010). Por uma carta extraordinária do dia 9 de setembro de 1933, assinada em nome do Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo Secretário-Geral Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda (1880-1950), a Legação brasileira em Berlim foi informada sobre essa mudança na sua direção.

Artur Guimarães de Araújo Jorge, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, tomou posse oficialmente em outubro de 1933 (DHBB, 2010). No dia 6 de outubro de 1933, o novo ministro

plenipotenciário informou o Itamaraty no Rio de Janeiro sobre a sua chegada, em companhia da sua família, em Hamburgo, de onde ele dirigiu-se, imediatamente, para Berlim. No dia 16 de outubro de 1933, ele foi recebido pelo ministro alemão das Relações Exteriores, Barão Konstantin von Neurath (1873-1956, Ministro das Relações Exteriores de 1932 a 1938). Este agendou uma audiência com o presidente Paul von Hindenburg para o dia 18 de outubro de 1933, “[...] para a entrega de minhas credenciais e da revocatoria do meu antecessor” (AHI, 1933), como o diplomata relatou. De acordo com o que ele continuou relatando em sua carta ao Rio de Janeiro, a cerimônia realizou-se na quarta-feira, 18 de outubro de 1933, às 12 h,

[...] com a costumada solenidade. Terminados os discursos, o Presidente von Hindenburg, acompanhado de seu Ministro das Relações Exteriores e de altos funcionários de sua casa civil, entreteve comigo, como é de estylo, uma rápida palestra, informando-se com interesse do Brasil, de sua situação política e fazendo uma referencia especial á obra de aproximação entre os dois paizes realizada ultimamente pelas viagens do ‘Graf Zeppelin’. (AHI, 1933).

A partir daí, Artur Guimarães de Araújo Jorge representou o Brasil na Alemanha como o mais alto diplomata do seu país.

O Corpo Diplomático estrangeiro com sede em Berlim consistia, em outubro de 1933, como o novo ministro plenipotenciário relatou naquela oportunidade, ao todo de 50 representações: nove delas foram embaixadas, 35 legações ou missões, dirigidas por um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, como foi o caso da representação dos Estados Unidos do Brasil, quatro dirigidas por encarregados de negócios efetivos e duas por encarregados de negócios interinos. Duas vezes por ano, nos meses abril e outubro, listas atualizadas do corpo diplomático foram publicadas.

Emigração para o Brasil

No fim da República de Weimar, quando a crise político-econômica na Alemanha estava se

agravando, houve várias iniciativas de emigração – para o Leste da Europa, para a América do Sul e também para o Brasil (MAINKA, 2008). No dia primeiro de julho de 1932, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil foi avisado da chegada de 400 colonos alemães luteranos da Rússia, “procedentes do campo de refugiados de Cherbin” (AHI, 1932; GERTZ, 2010).

Esse projeto de emigração foi organizado e coordenado por uma associação protestante de caridade. Os migrantes viajaram pelo vapor Lipari da Companhia *Chargeura Reunis* via porto de Marselha, onde foram inspecionados pelo Coronel Gaelzer Netto, um funcionário do Serviço de Imigração, e receberam equipamentos necessários para a sua futura vida pelos representantes da associação Irmãos dos Pobres.

A pedido do coronel Gaelzer Netto, a Legação brasileira em Berlim acompanhou, junto com a Embaixada brasileira em Paris e o Consulado Geral brasileiro em Marselha, todo o empreendimento, “para que nenhum obstaculo ou dificuldade fosse creado a essa emigração” (AHI, 1932).

O Professor Ulmer falou aos refugiados sobre a importancia daquela Associação de que fazem parte todos os allemães protestantes da Allemanha, da America do Norte e de muitos outros paizes. (AHI, 1932).

O destino destes migrantes alemães foi o estado Santa Catarina, no Sul do Brasil.

Financiado foi este projeto pela “Associação Auxiliar”, que pagou aproximadamente 70.000 marcos para o transporte, pela associação alemã *Brüder in Not* [Irmãos dos Pobres] com 3.000 dólares, a *Cruz Vermelha* da Alemanha com 4.500 dólares, e as duas igrejas protestantes dos Países-Baixos, que contribuíram com 8.000 dólares, e 2.000 peças de roupas. A associação mundial protestante prometeu 25.000 marcos para a instalação dos imigrantes no Brasil, “[...] e o Dr. Lange se propõe de contribuir com seus se(r)viços gratuitos durante um anno nas questões economicas e technicas de sua especialidade” (AHI, 1932).

A comunicação entre as repartições participantes da Alemanha e do Brasil nem sempre foi fácil – devido a questões burocráticas

e formais. Após telefonemas entre o Ministério alemão das Relações Exteriores com a Legação brasileira em Berlim e o Coronel Gaelzer-Netto do Serviço de Imigração, propôs o Ministério alemão, de forma escrita, à Missão brasileira entrar em contato telegráfico com o Ministério brasileiro de Relações Exteriores no Rio de Janeiro e solicitar um telefonema para a Legação brasileira em Shanghai, mandando “[...] expedir visas gratuitas para os bielorrussos de origem alemã que pretenderam emigrar de Shanghai e partir para o Brasil – cerca de 260 homens” (AHI).³ A nota verbal do Ofício externo alemão explicou:

A urgência do caso é exigida pela data da saída, determinada pela Liga das Nações (Ofício de Nansen) pelo vapor ‘Porthos’ da companhia *Massageries Maritimes* no dia 3 de abril de 1934.⁴ (AHI, 1932).

Em junho de 1935 e, de novo, em agosto do mesmo ano, a empresa de transporte – a Companhia de Navegação Lloyd Brasileira – pediu a dispensa de certos requisitos feitos pelo governo da Alemanha a “[...] companhias estrangeiras que exploram o transporte de emigrantes de nacionalidade alemã”, entre outros “o depósito de RM 50.00” (AHI, 1932/1933). O Ministério das Relações Exteriores pediu à Legação em Berlim:

Sendo este assumpto de grande interesse para aquella Companhia de Navegação brasileira, peço a Vossa Senhoria o obsequio de o estudar com o mais cuidado de modo a poder apresental-o ao governo alemão sob um aspecto que torne possível a solução que deseja a referida Companhia. (AHI, 1932/1933).

Não consta nas atas da Legação brasileira em Berlim se a sua interferência foi bem-sucedida.

O cotidiano diplomático: a emissão de vistos e novos passaportes

As questões práticas da emigração competiam, em geral, ao Consulado Geral brasileiro em Berlim que funcionava ao lado da Legação brasileira em Berlim até fevereiro de 1934.

Por uma decisão do Governo Provisório do Brasil, este Consulado foi extinto no dia 23 de fevereiro de 1934. O cônsul-geral, Sylvio Romero Filho, entregou ao ministro plenipotenciário Artur Guimarães de Araújo Jorge o arquivo e o mobiliário do Consulado. As funções consulares foram assumidas pelo primeiro-secretário, Adriano de Sousa Quartin, que exerceu na Legação por seis meses também as tarefas do segundo-secretário, “[...] ajudado provisoriamente, conforme instruções dessa Secretaria de Estado, dos auxiliares Raul Ribeiro da Silva e Ruy Vianna Bandeira” (AHI, 1934). O expediente consular foi transferido para a Legação e inaugurado no mesmo dia, em 23 de fevereiro de 1934,

[...] um pouco desordenadamente, em vista de serviço acumulado durante dias em que o Consul Geral procedeu ao inventário e regularização da correspondência e da demora da entrega de carimbos com dizeres novos que tive de mandar fazer para a legalização dos varios documentos. (AHI, 1934).

Os horários de funcionamento foram todos os dias úteis, de 14 às 16 horas. Do secretário-geral do Itamaraty no Rio de Janeiro o ministro plenipotenciário solicitou “normas uniformes” e um regulamento para o funcionamento deste expediente consular.

Enquanto um funcionário do Consulado Geral extinto, de nome Torres, já voltou para Hamburgo, reassumindo o cargo de cônsul adjunto lá, e outros dois funcionários, a saber, Raul Ribeiro da Silva e Ruy Vianna Bandeira, “foram designados para servirem provisoriamente no departamento consular da Legação” (AHI, 1934), solicitou o ministro plenipotenciário, no dia 20 de março de 1934, ordens concretas a respeito do antigo cônsul Sylvio Romero Filho. Mais informações sobre Sylvio Romero não foram encontradas.

Após a extinção do Consulado Geral, o expediente consular foi assumido pela própria Legação. Assim a Legação brasileira relatou ao Ministério no Rio de Janeiro sobre os nomes e números dos vistos expedidos: a Relação dos estrangeiros que seguiram para diversos Estados do Brasil e cujos passaportes foram visados pelo

extinto Consulado Geral e pelo Serviço Consular desta Legação, durante o mez de Março de 1934 abrangeu 51 pessoas; entre elas, encontraram-se muitas com nomes de origem judaica. Ao longo de 1934, foram 72 pessoas em abril, 55 pessoas em maio, 85 pessoas em junho, 110 pessoas em julho, 67 pessoas em agosto, 90 pessoas em setembro, 87 pessoas em outubro, 57 pessoas em novembro e 62 pessoas em dezembro. Entre abril e dezembro de 1934, foram ao todo 685 pessoas que deixaram a Alemanha e emigraram para o Brasil.

A Missão brasileira em Berlim apoiou também cidadãos brasileiros para retornar para a sua pátria, como no caso da Senhora Carporina de Araújo Corrêa e dos seus dois filhos, que voltou via Hamburgo com um navio da Companhia Hamburguesa de Navegação, como consta em um relato da Legação do dia 25 de outubro de 1934.

Na medida em que as perseguições da população alemã se agravaram, com base na legislação discriminatória e racista, o governo alemão exigiu uma identificação mais inequívoca dos diplomatas estrangeiros e dos seus familiares. Devido a certos acontecimentos, “[...] nos quais diplomatas estrangeiros apesar de apresentar os seus passaportes não foram reconhecidos como tães e sofreram inconveniências” (AHI, 1934), surgiu a necessidade de conceder aos diplomatas e a seus familiares novos passaportes diplomáticos de cor vermelha. Assim, essas pessoas poderiam ser identificadas, de forma mais fácil, pela polícia e por outros órgãos de fiscalização, em contraste com outros estrangeiros. O Ofício Externo alemão solicitou a todas as representações diplomáticas que enviassem, tão logo possível, fotografias das pessoas em questão, para expedir os novos passaportes.

Entrevista do embaixador brasileiro Adalberto Guerra Duval (abril de 1933)

No dia 22 de abril de 1933, o chefe da Legação brasileira em Berlim e ministro plenipotenciário, Adalberto Guerra Duval, relatou ao Ministério no Rio de Janeiro, não sem satisfação e orgulho, sobre uma solicitação de um jornal nazista por uma entrevista: “Solicitado insistentemente pela redação

do *Angriff*, jornal do Ministro da Propaganda, Senhor (Joseph) Goebbels (1897-1945), concedi a esta gazeta uma interview” (AHI, 1932/1933).⁵

O jornal *Der Angriff*, fundado em 1927, foi o órgão publicitário do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) de Berlim e foi editado até o fim de outubro de 1933 pelo próprio Joseph Goebbels (LEMMONS, 1994). Elogiado e aplaudido por Goebbels e outros membros do governo, Duval teve certeza que a sua entrevista “[...] parece ter causado bôa impressão e foi reproduzida em varios jornais dos estados” (AHI, 1932/1933).

A concessão de uma entrevista pelo ministro plenipotenciário do Brasil foi interpretada, em um texto introdutório, como sinal de reconhecimento pelo governo brasileiro do “Governo (alemão) da Revolução nacional” (AHI, 1932/1933) e disposição de cooperar com este novo governo em Berlim.

Em um primeiro momento, esteve no foco da entrevista a situação política atual do Brasil após a Revolução Constitucionalista de 1932 (FEIJÓ; GERTEL, 1998).

A paz interior está restabelecida desde Outubro. São Paulo retomou, com animo e eficiencia, o seu trabalho productivo. Na evolução revolucionaria que se opera entre nós, o levante de São Paulo assigalou um momento grave, mas talvez como em certos processos curativos uma crise salutar. No entretanto, a rotação dos acontecimentos no Brasil é rapidíssima e a revolta de 9 de julho já é coisa do passado. Hoje, homens representativos redigem um projecto de constituição; o alistamento eleitoral vae-se fazendo sob a lei nova; as eleições para a Constituinte estão marcadas para 3 de Maio e a magna assemblea se installará, provavelmente, no primeiro do 2º semestre d’este anno. Com tudo isto, não quero dizer que a actividade politica se tenha academicamente canalizado em discussões de paragraphos e artigos d’um frio texto constitucional. Como prova de vitalidade civica, se encachoeiram e espuman [sic!] as diversas correntes políticas, que foram alliadas na revolução de 1930 e, hoje, se disputam o passo. Cada grupo pretende sinceramente tentar o milagre que os outros companheiros da jornada de Outubro não puderam ainda realizar.

Este é o maior perigo que ameaça as revoluções triunfantes. Todos nós exigimos dos chefes um prodígio divino, que redime, em alguns dias, os efeitos dos annos accumulados durante dezenas d'annos! E, infelizmente, ninguém faz. (AHI, 1932/1933).

Perguntado sobre a situação econômica e política da América do Sul, especialmente quanto à “expansão do bolchevismo” (AHI, 1932/1933), Duval deu a seguinte resposta:

No seu aspecto moral, politico e economico, a febre da America do Sul é um symptoma do estado geral do Mundo. Antes de tudo é uma crise do ideal [sic!]. A Europa era para os Sulamericanos o modelo de perfeição juridica, de ordem, de equilibrio politico e economico. A situação instavel, porque illogica, imposta no Velho Continente pelos efeitos da Grande Guerra, seguiu a sua marcha fatal até o demoronamento do edificio economico. O terremoto attingiu até os Estados Unidos. E o desequilibrio social e cataclysmo economico sacudiram os fundamentos da confiança sulamericana nas soluções européas d'apos guerra. Nós, que somos mocidade das nações, estamos, como a mocidade de hoje, á procura do novo ideal [sic!]. Quanto ao Brasil na nossa historia que entra pela gloriosa legenda de Portugal; na fibra da nossa raça que o sol caldeou e o ambiente americano renovou e refinou; no nosso humanitario conceito *juridico*; na nossa grande potencialidade economica, ha estofo bastante para talhar Ideal [sic] brasileiro que não peça emprestado a ninguem umas ennevoadas ideologias contra a natureza, nem pretenda transplantar d'outras terras e d'outras circumstancias formulas livrescas d'economia social, que não se aclimatariam nunca no nosso solo, tam vasto e tam fertil, que pode nutrir 200 milhões de homens. (AHI, 1932/1933).

Com as suas alusões à mocidade do Brasil e às suas potencialidades, o diplomata Adalberto Guerra Duval antecipou, de certa forma, a perspectiva de Stefan Zweig (1881-1942), escritor austríaco perseguido pelo regime nazista e exilado, que deu, em 1941, ao seu livro eufemista sobre o Brasil, país que o havia acolhido no ano anterior, o título *Brasilien. Ein Land der Zukunft* (Brasil:

Um País do futuro) (ZWEIG, 1981a, 1981b) – uma avaliação, válida ainda hoje. Aliás, também a previsão do crescimento da população, feita em 1933, não errou.

Quanto aos “novos perigos na America do Sul” (AHI, 1932/1933) e, se a Marinha e o Exército do Brasil conseguissem enfrentá-los, o ministro plenipotenciário respondeu que o Brasil, “onde não ha gente sem trabalho e ha ainda trabalho para muita gente, é um paiz pacifista” (AHI, 1932/1933), com Marinha e Exército bem instruídos; porém, não muito numerosos.

Sobre as relações entre a Alemanha e o Brasil, “sob o ponto de vista economico e intellectual” (AHI, 1932/1933), o ministro respondeu:

Sou grande admirador da cultura alleman, de seu methodo consciencioso e do seu genio de organização e procurei sempre estreitar cada vez mais as relações germano-brasileiras. Este tambem é o desejo do meu Governo que o põe em practica directamente com os 150 mil allemães que vivem no Brasil. Não conto, é claro, neste total de filhos de allemães, que são cidadãos brasileiros e amam a sua patria, nem esquecer a patria de origem. Nas colonias allemans ha escolas e igrejas proprias. O meu Governo nenhum embecilho oppõe a este culto de lembrança [sic!] practicado por leaes cidadãos brasileiros. Posso mais dizer que os descendentes dos immigrants allemães contam-se entre os melhores filhos do Brasil. Eu mesmo que sou do Rio Grande do Sul onde se installou a maioria dos colonos allemães, posso em verdade afirmar-lhe as qualidades civicas e o ardente patriotismo brasileiro demonstrado pelos filhos de allemães. D'outra parte devo notar que as relações economicas germano-brasileiras soffrem o contragolpe da inflação das tarifas alfandegarias, que tocam o extremo. E taes extremos são conselheiros perigosos. Diversas vezes já se lançou a ideia d'uma collaboraçoão defensiva sulamericana. Dizem-me que o projecto reaparece agora. Mas, aqui, são estreitos o espaço e o tempo para penetrar neste assumpto, mesmo porque, hoje, quem disser coisas de simples bom senso sobre facilidades de intercambio e reciproco proveito de baixar barreiras de alfandega

parecerá logo paradoxal e temerário. Eu, entretanto, estou convencido de que, como o exagero da inflação da moeda trouxe fatalmente a restauração do standard ouro, assim também os excessos de tarifas e pautas aduaneiras sobre productos principaes reagirão em favor da livre troca d'estas mercadorias, reservando a tributação de intuito fiscal, ou protector, sómente aos artigos de segundo plano, isto é, áquelles cuja produção é possível em quasi toda a parte, sem grande diferença de preço de custo, ou qualidade, d'um paiz e outro. (AHI, 1932/1933).

Tais considerações econômicas, feitas pelo diplomata Duval, parecem ter sido feitas na discussão atual sobre o comércio internacional e as tarifas alfandegárias, patente é a sua atualidade.

Ao se despedir do jornalista que fez a entrevista, o ministro plenipotenciário brasileiro exprimiu, de modo informal, como consta no seu relatório ao Ministério no Brasil, o seu respeito pela Alemanha da qual esperava muito para o futuro – uma declaração que deveria ter agradado o ministro alemão de Propaganda Joseph Goebbels:

Ainda uma coisa. Quero dizer-lhe a minha sincera admiração pela Alemanha, pela sua nobre cultura, pela formidável vitalidade do seu povo, a quem a nossa civilização tanto deve e de quem o mundo tem o direito de esperar ainda muito mais. (AHI, 1932/1933).

A máquina propagandística do regime nazista certamente aproveitou a simpatia do representante brasileiro para justificar as mudanças políticas realizadas na Alemanha, a fim de consolidar o regime nazista.

O anticomunismo e as relações diplomáticas com a Rússia/União Soviética em Berlim

Na correspondência entre a Missão Diplomática brasileira em Berlim e o Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, o tema do comunismo e do anticomunismo ocupa muito espaço.

Na opinião de um dos agentes da Missão, a saber Sylvio Romero Filho, a Alemanha era “um dos principaes centros da acção comunista” (AHI, 1931), assim ele pretendeu informar, regularmente, o governo brasileiro sobre

[...] os elementos perigosos á ordem publica ou nocivos aos interesses nacionaes” (AHI, 1931). Em uma carta de 26 de setembro de 1931, ele relatou que o Rio de Janeiro foi, naquele momento, “[...] o mais importante campo de propaganda bolshevista na America do Sul, sendo chefe dessa propaganda e organizador dos seus agentes Preestorka (?) Adolph que se acha naquela capital. (AHI, 1931)

Seguiram nesta carta e em outra carta do dia 5 de outubro de 1931 mais informações detalhadas sobre outros agentes, que já haviam estado no Brasil ou estavam partindo para lá, os seus passaportes falsos e suas malas.

Nem sempre as vidas diplomática e privada andam de mãos dadas. Os deveres de representar o Brasil no exterior poderiam complicar a vida pessoal do chefe da Legação e de sua esposa, que sempre tinham de considerar os costumes diplomáticos, as formalidades impostas às relações internacionais e os interesses do seu país, como exemplifica um incidente, ocorrido no ano de 1934, que se referiu a Artur Guimarães de Araújo Jorge (1884-1977). Como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, ele havia sucedido Adalberto Guerra Duval na direção da Legação brasileira em Berlim, tomando posse em outubro de 1933 (DHBB, 2010).

Com base em uma notícia publicada no Jornal do Brasil, do dia 27 de março de 1934,

[...] segundo a qual o Embaixador da Russia em Berlim e a Senhora Chintschuck teriam estado presentes a uma recepção oferecida nesta Legação ao Corpo Diplomatico e às autoridades alemães” (AHI, 1934)

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda (1880-1950), solicitou esclarecimentos ao ministro plenipotenciário. Em uma carta do dia 7 de maio de 1934, ele explicou

o caso, comentando que “a noticia telegrafica transmitida para o Rio de Janeiro contem uma parte de verdade” (AHI, 1934), mas também erros. De fato, o casal Chintschuck, embaixador e embaixatriz da Rússia, compareceram

[...] nesta data a esta Legação. Não é, porem, exato que se tratasse de uma recepção oficial oferecida ao Corpo Diplomatico e ás autoridades nacionaes alemães” (AHI, 1934).

Segundo o cerimonialem alemão, somente embaixadores tiveram o direito de realizar – após a entrega das credenciais – uma recepção oficial para o corpo diplomático, “[...] que é oficialmente feita pelo Introdutor Diplomático assistido por membros da Secção do Protocolo” (AHI, 1934), para se apresentarem aos colegas. Assim explicou Artur Guimarães de Araújo Jorge:

No caso em questão, minha senhora naquele dia recebia, como o faz uma vez por mez, as pessoas de suas relações. Os Embaixadores da Russia comparecendo a essa recepção informal, fizeram-no em carater particular e meramente pessoal; sua presença nesta Legação constituiu um ato de cortezia que eu, sem desprimor, não podia nem devia impedir ou evitar. (AHI, 1934).

Após o processo da sua acreditação diplomática em Berlim, o diplomata asseverou não ter visitado a Embaixada da Rússia,

[...] acentuando desta maneira a inexistencia de relações officiaes entre nossos dois paizes; tambem minha senhora, pela mesma razão, não fez a visita de cortezia á Embaixatriz da Russia. (AHI, 1934).

Contudo, houve encontros mais ou menos frequentes na ocasião de festas e sociedades ou nas casas de outros diplomatas. Mesmo assim, Artur Guimarães de Araújo Jorge confessou que existiam “as melhores relações pessoais” com o casal russo, salientando que:

[...] a Embaixatriz da Russia é hoje a decana das senhoras do Corpo

Diplomatico por morte do General Kemaleddin Sami Pacha, desde 1924 Embaixador da Turquia na Alemanha, cuja senhora, a princeza Emineh, exercia até bem pouco tempo aquelas funções entre as damas do Corpo Diplomatico. (AHI, 1934).

Além desse caso concreto, o Ministério no Rio de Janeiro solicitou também informações gerais:

[...] sobre as praxes seguidas em Berlim no que concerne os convites officiaes para recepções, visitas protocolares em relação ao pessoal da Legação (aliás Embaixada) da Russia, pelas missões dos paizes que se encontram na mesma situação do Brasil, isto é, sem terem reconhecido o atual Governo sovietico. (AHI, 1934).

Os representantes destes países, seguindo informou o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil, também não realizaram, após o ato de acreditação, as suas visitas officiaes na Embaixada russa para se apresentarem. Enquanto em Berlim esta regra protocolar e formal foi respeitada, em outras capitais europeias a prática diplomática não foi tão rígida.

Em Londres, por exemplo, a praxe permitiu que o ultimo Embaixador da Russia tenha feito sua visita oficial ao Embaixador Regis de Oliveira que a retribuiu no carater de Decano do Corpo Diplomatico naquela capital. (AHI, 1934).

O regulamento protocolar estabelecido, como acrescentou o diplomata no seu relatório, “[...] não inpede as relações pessoasas nem exclue o convivio em sociedade com os representantes da Russia” (AHI, 1934). Quanto às recepções gerais, em Berlim não existiam convites officiaes. E quanto às festas nacionaes de cada país, “[...] habitualmente as Legações recebem nessa ocasião todas as pessoas, nacionaes e estrangeiras, que desejarem honral-as com sua visita” (AHI, 1934). Essas explicações de Artur Guimarães de Araújo Jorge destacaram um princípio fundamental na diplomacia moderna desde os seus primórdios, no Renascimento (MATTINGLY, 1964): a necessidade de manter contato com o outro, embora seja concorrente

político ou econômico, e ainda que oficialmente os contatos sejam interrompidos.

Questão de negócios de armamento

Além da política anticomunista defendida tanto pelo novo governo nazista da Alemanha como pelo regime autoritário recém-instalado no Brasil, houve interesses comuns na área de negócios de armamento. Em junho de 1933, a empresa Louis Soest & Co., com sede em Düsseldorf, na Alemanha, enviou um catálogo de máquinas de fabricação de canhões, por meio da Legação em Berlim, às repartições responsáveis no Brasil. No início de agosto de 1933, a chegada do catálogo foi confirmada, entregue ao Ministério de Guerra e ao chefe da Comissão de Estudos para a Indústria Militar Brasileira (AHI, 1913).

No dia 12 de janeiro de 1934, a Missão brasileira em Berlim informou o secretário-geral do Itamaraty, Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda (1880-1950), sobre o envio de materiais bélicos. Foram embarcadas, no dia 29 de novembro de 1933, para o porto de Santos pelo vapor Monte Sarmiento, “[...] 4 caixas contendo estopim, consignadas á firma Juvenal Franco & Cia. E 2 caixas do mesmo material consignadas a Rieckmann & Cia” (AHI, 1934), como pelo vapor *Holstein* “[...] 5 caixas com 450 kilos de estopim branco e 920 kilos de estopim preto, consignadas a Zerrenner, Bulow & Cia Limitada” (AHI, 1934).

Além do comércio de armas e materiais bélicos, houve também um intercâmbio de militares e informações. A Comissão Militar brasileira com sede em Bruxelas, composta pelo general José Fernandes Leite de Castro e seis outros oficiais, visitou em maio de 1934 a Alemanha. Na ocasião, foi convidada pelo governo alemão, a primeira vez, em novembro de 1933 mediante a Embaixada alemã em Paris, representada pelo adido militar general E. Kuhlenthal, e, de novo, pelo ministro da Alemanha em Bruxelas.

Quando o general José Fernandes Leite de Castro informou a Legação brasileira em Berlim sobre a visita da Comissão Militar entre os dias 14 e 21 de maio de 1934, o ministro plenipotenciário

ficou surpreso, pois a Legação não havia recebido até o fim de abril nenhuma notícia sobre isso. O general pediu que a Legação informasse as repartições alemãs sobre a data exata da sua chegada em Berlim, a saber, o dia 14 de maio. Nesse dia foram agendados vários encontros dos oficiais com ministros alemães: às 12 horas com o ministro alemão das Relações Exteriores, Barão Konstantin von Neurath, depois com o ministro da Guerra, Werner von Blomberg (1878-1946), e, por último, com o ministro da Marinha.

Em seguida, iniciou o programa oficial de inspeção. Foram realizadas visitas nas empresas Loewe e Siemens em Berlim, no Centro de desenvolvimento e pesquisa militar em Kummersdorf, em Brandenburgo, e nas fortificações na costa do Mar do Norte em Wilhelmshaven, “para visitar”, como consta no convite, estabelecimentos fabris e assistir a demonstrações do armamento da *Reichswehr*” (AHI, 1933). No dia 21 de abril, a Comissão Militar partiu para a Varsóvia, na Polônia.

De acordo com os relatos colhidos, sugere-se que as expectativas dessa visita de inspeção da Comissão Militar brasileira não foram satisfatórias, pois o convite do governo alemão foi motivado, principalmente, pelo interesse em vender armas e materiais bélicos. O general confessou em frente ao ministro plenipotenciário:

[...] que tinha motivos para acreditar que o Governo alemão não tivera a iniciativa do convite dirigido áquela missão e que lhe parecia, ao contrario, haver este sido insinuado ás autoridades militares do *Reich* por um pequeno numero de industriaes, capitaneado por um certo Hermann Haupt, meio brasileiro, meio alemão, que o General conhecera no Brasil de longe no fornecimento de armas e munições ao nosso exercito. (AHI, 1934).

Em um jantar na Legação brasileira, o general Leite de Castro ainda disse “[...] não haverem essas visitas sob o ponto de vista militar correspondido á sua expectativa e á de seus officiaes” (AHI, 1934). No seu relato ao Itamaraty, o ministro plenipotenciário Artur Guimarães de Araújo Jorge anotou, de certa forma satisfeito com este resultado

decepcionante, “pareceu-me desde logo estranho” (AHI, 1934) que o governo alemão havia convidado a Comissão Militar, sem ter informado a Missão Diplomática brasileira. O diplomata e o general consentiram

[...] que o Senhor Hermann Haupt, desejoso de recomendar-se ainda mais a determinadas fabricas alemãs (das quaes sua firma no Rio de Janeiro, Haupt & Cia, já representante), gestionou por sua conta, junto de algumas autoridades militares alemãs o convite a missão militar brasileira. (AHI, 1934).

Apesar dessa experiência negativa, a cooperação entre o Brasil e a Alemanha nas questões militares continuou. A pedido do Contra-Almirante Raul Tavares, Diretor da Escola de Guerra Naval, o Ministério de Estado das Relações Exteriores dirigiu-se, em fevereiro de 1935, à Legação brasileira em Berlim, solicitando o Regulamento do Curso de Altos Estudos Militares, em vigor na Academia de Guerra em Berlim, e “[...] igualmente – se houver – o Regulamento de um Curso semelhante da Marinha de Guerra” (AHI, 1934/1935). Quanto à organização e didática, os respectivos regulamentos da Alemanha, da França e dos Estados Unidos da América deveriam servir como modelos “[...] para a futura criação do Curso de Altos Estudos Navaes, no Brasil” (AHI, 1934/1935).

Comércio e negócios

A Legação brasileira em Berlim atuou na área do comércio entre o Brasil e a Alemanha como elo de negociação, estabelecendo contatos, mediando negócios e providenciando a realização prática deles. No início da década de 1930, a Legação participou, entre outras, de ações que envolveram a ratificação de um Tratado de Comércio entre Brasil e Alemanha.

Dessa forma, negociações longínquas sobre um Tratado de Comércio entre o Brasil e a Alemanha, iniciadas ainda nos tempos da República de Weimar, chegaram, finalmente, em novembro de 1933 a um termo. Esse tratado havia sido assinado, em 22 de outubro de 1931, no Rio de Janeiro. Após uma longa

fase de verificação pelo governo alemão, o Ministério alemão das Relações Exteriores informou, no dia 3 de novembro de 1933, a Legação brasileira sobre o consentimento do governo do Reich. No dia 20 de novembro, o ministro plenipotenciário recebeu os documentos de ratificação pelo governo alemão do Acordo Comercial, entregando, por sua vez, a este os documentos ratificados pelo governo brasileiro. Com essa troca dos documentos de ratificação, o Acordo Comercial entrou em vigor no dia seguinte, 21 de novembro de 1933, com a duração de dois anos.

Rubens Ricupero, no seu livro atual, *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016* (2017), data esse Acordo Comercial de fins de 1934, “[...] antes do assinado com os Estados Unidos”. O atrativo deste Acordo era, segundo Ricupero (2017, p. 327), “[...] poder escoar, graças aos preços mais altos oferecidos pelos alemães, produtos gravosos, isto é, cujo preço excedia as cotações internacionais”. A Alemanha tornou-se mercado para algodão, produto crescente na agricultura brasileira como alternativa ao café, e

[...] para outros artigos produzidos em regiões politicamente influentes, sobretudo lã, couros, peles, tabaco e outras mercadorias do Nordeste e do Rio Grande do Sul. (RICUPERO, 2017, p. 327).

Enquanto a Alemanha serviu, quase que exclusivamente, como mercado para estes produtos, o Brasil resistiu até 1938 às reclamações dos Estados Unidos contra este Acordo, “[...] recorrendo a evasivas subterfúgios, promessas não cumpridas e, em certos casos, à negação do óbvio” (RICUPERO, 2017, p. 327).

Esse Acordo Comercial com a Alemanha não foi o único que o Brasil celebrou nesse período. Entre 1930 e 1933, quando Afrânio de Melo Franco foi Ministro das Relações Exteriores do Brasil,

[...] 31 acordos comerciais com a cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida foram assinados. . “Em 1935, todavia, todos os tratados seriam denunciados pelo Brasil, quando constatou que seus parceiros comerciais, mormente os europeus,

estavam recorrendo a uma série de artifícios para tornar sem efeito a cláusula de nação mais favorecida, praticando um proteccionismo por métodos modernos. Aqueles tratados ficariam sem efeito na prática. (CERVO; BUENO, 2011, p. 257s.).

No final do ano de 1933, o Instituto de Mate do Estado do Paraná queixou-se dos efeitos negativos do aumento das taxas de entrada na Alemanha para a exportação desse produto. Em um ano apenas, a exportação do mate para a Alemanha caiu 80 %. No início do ano de 1934, o secretário-geral do Itamaraty, Cavalcanti de Lacerda, solicitou ao novo ministro plenipotenciário Artur Guimarães de Araújo Jorge

[...] examinar devidamente o assunto, procurando um possível entendimento com esse governo no intuito de ser evitada a perda do mercado alemão, a produzir-se fatalmente, se prevalecer a política aduaneira adotada; altamente nociva aos nossos interesses comerciais. (AHI, 1934).

O Ministério brasileiro de Agricultura solicitou, em julho de 1934, dos Consulados brasileiros na Alemanha:

[...] a exportação de batatas para plantio no Brasil que devem preencher todas as formalidades constantes dos decretos [...], principalmente no que se refere [...] [à determinação] que exige seja cada partida acompanhada de um atestado expedido pelo Ministério da Agricultura do país produtor, provando tratar-se efetivamente de tubérculos selecionados para semente. (AHI, 1934/1935).

Quando a Legação brasileira em Berlim enviou ao Itamaraty a proposta da empresa W. Godelmann de Berlim, de importar borracha do Brasil, o Ministério no Rio de Janeiro repreendeu, em dezembro de 1934, os diplomatas em Berlim, instruindo-os a não se intrometerem no comércio:

O Conselho Federal do Comercio Exterior declarou ser inaceitável o systema de troca de productos, com intervenção do Governo, sendo apenas

possível a realização de operações pelos meios commerciaes privados, de accordo com a legislação vigente, processando-se por intermedio do mercado de cambio livre. (AHI, 1934/1935).

A empresa alemã foi direcionada às empresas brasileiras que atuavam nessa área. Resoluções semelhantes referiram-se à empresa *Maschinenfabrik Otto Peron*, de Berlim, que havia proposto “o estabelecimento de comercio de permutas entre o Brasil e a Allemanha” (AHI, 1931), e à firma Otto Behr de Bremen, que havia solicitado a importação de algodão do Brasil. Foi recomendado o seguinte procedimento:

Assim, poderão os interessados dirigir-se aos exportadores brasileiros, aos quaes comprarão as mercadorias, pagando-as em *Reichsmarks* a serem creditados ao Banco comprador das respectivas cambias, para applicação no pagamento de productos allemães no Brasil, não sendo necessaria a intervenção do Governo para que sejam respeitados e attendidos os objectos dos regulamentos allemães. (AHI, 1932).

Uma outra proposta da firma S. Wolle de Aue, de realizar “negocios de compensação com o Brasil” (AHI, 1933), foi negada, porque o Banco do Brasil havia informado “[...] não haver possibilidades de estabelecer um intercambio nestas condições, pois o Brasil faz troca directa de productos” (AHI, 1934).

A Legação brasileira em Berlim apoiou empresas alemãs interessadas em negócios com o Brasil – como no caso da empresa Hoeffgen & Co. de Berlim, que havia solicitado “[...] a exportação de minerios molibdeno, niquel e vanadio” do Brasil para a Alemanha e recebeu informações da Missão em Berlim sobre as possibilidades – ou estabeleceu várias vezes contatos com o Itamaraty para comerciantes alemães que viajaram para o Brasil, como no caso do empresário F. Rodenburg, que veio para o Brasil “[...] com o intuito de estimular o intercambio commercial com o Brasil” (AHI, 1933).

Quando o governo brasileiro deliberou estabelecer a livre concorrência entre as

companhias de navegação, entrou o *Verein der am Kaffeehandlung beteiligten Firmen* [Associação das Firms Participantes no Comércio do Café] com uma solicitação ao Ministério da Fazenda, dirigido naquele momento pelo Ministro Osvaldo Aranha (1894-1960), contra as medidas pretendidas. Na opinião dos comerciantes, essas medidas seriam “contraproducentes e até prejudiciais aos interesses brasileiros” (AHI, 1934), tornando absurdas as taxas de frete aos exportadores; assim, eles poderiam retirar-se do comércio com o Brasil, preferindo países com condições de transporte preestabelecidas e mais estáveis. Uma decisão sobre esse assunto não consta na documentação da Legação brasileira em Berlim.

Intercâmbio científico e cultural

A pedido da Legação brasileira em Berlim, de setembro de 1933, o Ministério alemão das Relações Exteriores providenciou amostras de trigo persa para o estado do Rio Grande do Norte. Encarregado pela Legação alemã em Teerã, o Diretor do Banque Agricole tentou conseguir amostras de trigo na Pérsia. Segundo uma nota verbal do Ministério alemão, do dia 21 de novembro de 1933, não foi possível obter amostras de trigo da Pérsia Meridional; faltava tempo para uma seleção correta e para verificar com todo o cuidado com a qualidade e a adequação ao clima e ao solo. Mesmo assim, acreditava-se “[...] que o cereal enviado da Pérsia Setentrional seria mais conveniente para as condições brasileiras de solo e clima do que o trigo da Pérsia Meridional”⁶ (AHI, 1933). Convicto de “[...] que a falta de sementes do sul da Pérsia em nada prejudicará os ensaios de cultura do cereal que pretende realizar o Governo do Rio Grande do Sul” (AHI, 1933), a Missão brasileira em Berlim pediu o pagamento das despesas de 156,96 marcos, que foi realizado somente em fevereiro de 1934.

Além dessa cooperação na realização de negócios, houve, de fato, um intercâmbio científico referente à pesquisa e ciência. Em setembro de 1933, a Legação brasileira foi informada pelo Ministério alemão das Relações Exteriores sobre a participação de um professor alemão em uma expedição para o

Brasil, organizada pela Dra. Wanda Hanke (1893-1958) em Viena, Áustria. Após estudos de psicologia, medicina e direito nas Universidades de Munique e Heidelberg, concluídos cada um pelo doutorado, Dra. Hanke havia aberto, em Viena, um consultório médico. Logo ela se dedicou à pesquisa etnológica dos indígenas sul-americanos, especialmente de suas línguas e religiões. Para o ano de 1934, ela preparou uma expedição para o Paraguai, a Bolívia e o Brasil Ocidental.

Dessa expedição participou o antropólogo alemão Dr. Johann Schäuble, do *Kaiser-Wilhelm-Institut für Anthropologie* [Instituto Imperador Guilherme para Antropologia], um de vários Institutos de Pesquisa, pertencentes à *Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften* [Sociedade Imperador Guilherme para Promover as Ciências], de certa forma uma sociedade antecessora da atual *Max-Planck-Gesellschaft* [Sociedade Max Planck]. Como o Dr. Schäuble teve que partir já no dia primeiro de outubro de 1933, à Legação foi solicitado facilitar as formalidades. Quanto aos objetivos específicos dessa expedição, consta nesta carta:

A expedição de pesquisa, tendo objetivos etnológicos, psicológicos, geográficos e antropológicos, parte no outono deste ano da Europa, para realizar pesquisas no Mato Grosso [em e no redor de Cuiabá] e na região da nascente do Rio Hindu. Quanto aos participantes da expedição, provindo de Viena, o governo brasileiro já foi informado mediante a Legação austríaca no Rio de Janeiro.⁷ (AHI, 1933).

Em janeiro de 1934, o secretário-geral do Itamaraty, Cavalcanti de Lacerda, informou a Legação em Berlim, que o Ministério de Guerra havia comprado um livro manuscrito de um oficial alemão a serviço das tropas brasileiras na Guerra Cisplatina entre 1825 e 1828. Tratava-se dos *Erinnerungen auf den Feldzug 1827 gegen Buenos Aires* [Memórias da campanha de 1827 contra Buenos Aires] do Capitão e mais tarde Coronel Seveloh, servindo nas tropas de Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena (MARTINS, 2009, p. 157).

A Orquestra Filarmônica de Berlim realizou, no dia 25 de setembro de 1934, um concerto no salão de mesmo nome, como consta em um relato da Missão do dia 29 de setembro de 1934:

[...] sob a direção do maestro brasileiro Walter Burle Marx. [...] O numeroso público que enchia o vasto salão da Philharmonia aplaudiu calorosamente a execução dos vários números de programma e prodigalisou ao nosso compatriota no final do concerto uma prolongada e vibrante ovação: a imprensa de Berlim ocupou-se largamente do concerto. (AHI, 1934/1935).

Artur Guimarães de Araújo Jorge avaliou o concerto, realizado sob o seu patrocínio, como “uma nota auspiciosa e lisonjeira para os créditos da nossa cultura artística” (AHI, 1934/1935). O programa do concerto não consta no relato diplomático, o ministro plenipotenciário informou, porém, que fez incluir,

[...] por uma deferência especial a meu collega e amigo Eduardo Labougle, Ministro da República Argentina, um número de música do conhecido regente e compositor argentino Juan José de Castro. (AHI, 1934/1935).

Com muita satisfação ele relatou também da recepção solene na véspera deste concerto nas instalações da Legação,

[...] a que compareceram representantes de todos os jornais desta capital, personalidades em voga nos círculos artísticos e musicais, autoridades nacionais, pessoas da sociedade e amigos do Corpo Diplomático. (AHI, 1934/1935).

Relações teuto-brasileiras – passado, presente e futuro

Apesar da longa distância de quase 10 mil quilômetros entre o Brasil e a Alemanha, as histórias dos dois países apresentam, desde o século XVI, paralelas, convergências e conexões (pessoais),

como comprovam os seguintes exemplos: no século XVI, as viagens dos conquistadores Hans Staden (1525-1576) (STADEN, 2007) e Ulrico Schmidel (1510-1580) (SCHMIDEL, 2010) pelo território brasileiro; no século XVII, o governo de Johann Moritz von Nassau Siegen (1604-1679), a serviço da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil (BRUNN; NEUTSCH, 2008); no fim do século XVIII, os estudos de exploração de minas de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), político da Independência do Brasil, na Academia de Minas em Freiberg/Saxônia, Alemanha (REIS, 2003); no século XIX, as viagens científicas de Carl Friedrich Wilhelm von Martius (1794-1868), cientista natural, botânico e etnógrafo, e de Johann Baptist von Spix (1781-1826) (HELBIG, 1994; MACKNOW LISBOA, 1997), naturalista e zoólogo; e a imigração alemã, que continuou até o século XX, quando o Brasil tornou-se também um destino de salvação para perseguidos e fugitivos do regime nazista.

As relações mútuas entre os dois países se intensificaram nos últimos dois séculos, apesar de posições diferentes e até opostas nas relações internacionais – como na Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil, no dia 5 de abril de 1917, após três anos de neutralidade, entrou na guerra contra a Alemanha (RICUPERO, 2017; CERVO; BUENO, 2011).

A política externa do Brasil na era Getúlio Vargas, posicionada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América, foi interpretada pela historiografia posterior, segundo Rubens Ricupero, com fórmulas como “jogo duplo, diplomacia pendular, equidistância pragmática” (RICUPERO, 2017, p. 329). Esta perspectiva *ex post* procura, naturalmente, descobrir um sistema, uma estratégia calculada. O diplomata experiente Ricupero avalia essa aparente alternativa não como “uma real possibilidade de opção político-estratégica pelo nazismo alemão”, mas como “oportunismo de explorar as chances de ganhos econômicos e comerciais, enquanto foi isso exequível” – antes do envolvimento dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a futura política do Brasil no início da década de 1930, estando no foco deste artigo,

ainda não foi determinada. Em outras palavras: a simpatia do governo de Getúlio Vargas, golpista e usurpador do poder, pela Alemanha, que estava a caminho de uma ditadura sob a direção de Adolf Hitler, foi autêntica e verídica – e se refletiu também na atuação da Legação brasileira em Berlim.

Houve uma cooperação normal e não declarada em várias áreas: em questões do comércio e dos negócios, na cooperação internacional e na ação conjunta das diplomacias brasileira e alemã. Exemplos dessa parceria são: a compra de trigo na Pérsia para o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, quando as instituições diplomáticas alemãs, presentes na Pérsia, deram assistência à diplomacia brasileira; na cooperação militar, seja em relação à formação e qualificação dos militares, seja em negócios de armamento; no intercâmbio científico e cultural; e em uma política rigorosamente anticomunista, que se manifestou também em uma relação oficialmente distante – melhor dizendo, em uma não relação – com os representantes diplomáticos da União Soviética –, à custa das relações pessoais do ministro plenipotenciário do Brasil e de sua esposa.

Esse anticomunismo intransigente resultou, finalmente, na cooperação estreita dos órgãos da segurança pública do Brasil e da Alemanha, no que diz respeito à perseguição e à captura de comunistas e pretensos espiões comunistas. Isso selou o destino da comunista alemã Olga Benário (1908-1942), esposa de Luís Carlos Prestes (1898-1990), que foi capturada em março de 1936 pela polícia brasileira. Assim, em setembro de 1936, ela foi extraditada para a Alemanha, mesmo estando grávida, tendo no ventre uma cidadã brasileira, e foi assassinada, no dia 23 de abril de 1942, no campo de concentração alemão de Bernburg. Este último seria um exemplo extremo da cooperação estreita entre os dois governos brasileiro e alemão autoritários, recém-chegados ao poder, e a conexão das histórias do Brasil e da Alemanha.

No início da década de 1930, enquanto os dois governos de Getúlio Vargas e Adolf Hitler ainda não tinham consolidado o seu poder e definido, categoricamente, os seus objetivos, surgiu por um momento a possibilidade de parceria internacional

entre os dois Estados contra o fantasma comunista e em favor de uma política autoritária e nacionalista. No entanto, esse momento passou rapidamente. As expectativas econômicas que o Brasil havia depositado até 1938 na Alemanha não se realizaram: com a política brasileira de nacionalização, em detrimento dos colonos alemães no Brasil, emergiram tensões e atritos entre os dois Estados; além disso, o fato de que o governo nazista estava se preparando, sem quaisquer escrúpulos, para uma guerra, pôs fim definitivo a uma cooperação mais estreita. Finalmente, encontraram-se o Brasil, sob a forte pressão dos Estados Unidos, e a Alemanha em campos militares opostos na Segunda Guerra Mundial. Somente na época pós-guerra, os caminhos dos dois países tão distantes, de novo, aproximaram-se – ainda mais após a redemocratização do Brasil.

Notas

1 Devido ao alto caráter autêntico desses relatos políticos, contendo informações valiosas sobre a situação política na Alemanha na transição da República de Weimar para o regime nazista, pretende-se publicá-los, uma vez que são fontes contemporâneas, fornecidas por representantes oficiais, por um lado com uma perspectiva de fora, ou seja, distante e “tropical”, mas que participaram, por outro lado, diretamente dos acontecimentos ou os observaram de perto.

2 A ortografia do português usada nos relatos da Legação brasileira em Berlim é diferente da atual. Assim nas transcrições das fontes primárias há, ao olhar do tempo atual, muitos termos escritos de forma diferente ou aparentemente errada. As normas da ABNT recomendam, em regra geral, que sejam marcadas essas variações da escrita pelo editor. Devido à quantidade enorme de termos escritos de forma diferente, renuncia-se, em seguida, à marcação dessas palavras, para não dificultar ou atrapalhar a leitura.

3 Citação no original: “*Gratisvisa fuer die aus Shanghai abwandernden und sich nach Brasilien begebenden deutschstaemmigen Weissrussen – ca. 260 Menschen – zu erteilen*” (AHI, 1932).

4 Citação no original: “*Die Dringlichkeit der Angelegenheit ist bedingt durch die seitens des Voelkerbundes (Nansenamt) bestimmte Abreise mit Dampfer ‘Porthos’ von der Massageries Maritimes zum 3. April 1934*” (AHI, 1932).

5 A entrevista foi publicada no dia 12 de abril de 1933 no jornal “Der Angriff”.

6 Citação no original: “[...] dass die uebersandte nordpersische Frucht fuer die brasilianischen Boden-und Klimaverhaeltnisse zweckmaessiger sei als suedpersischer Weizen” (AHI, 1933).

7 Citação no original: “Diee Forschungsreise, die ethnologische, psychologische, geographische und anthropologische Ziele verfolgt, verlaesst im Herbst dieses Jahres Europa, um im Matto Grosso [in und um Guyaba] und im Hinduquellgebiet Forschungen anzustellen. Fuer die aus Wien stammenden Teilnehmer der Expedition ist die Brasilianische Regierung bereits durch Vermittlung der oesterreichischen Gesandtschaft in Rio de Janeiro verstaendigt” (AHI, 1934/1935).

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Rio de Janeiro (sem paginação ou foliação).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Berlim, Ofícios, 1931, estante 4, prateleira 2, maço 13 (AHI, 1931).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Berlim, Ofícios, 1932 (jan./set.), estante 4, prateleira 2, maço 14 (AHI, 1932).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Berlim, Ofícios, 1932 (out.) – 1933 (abr.), estante 4, prateleira, 2, maço 15 (AHI, 1932/1933).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Berlim, Ofícios, 1933 (maio/dez.), estante 4, prateleira 2, maço 16 (AHI, 1933).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**,

Berlim, Ofícios, 1934 (jan./jun.), estante 4, prateleira 3, maço 1 (AHI, 1934).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Berlim, Ofícios, 1934 (jul.)-1935 (mar.), estante 4, prateleira 3, maço 2 (AHI, 1934/1935).

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). **Comunicações entre Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras no exterior**, Berlim, Ofícios, 1935 (abr./dez.), estante 4, prateleira 3, maço 3 (AHI, 1935).

BERTONHA, João Fabio. **O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia**, Salvador: Pontocom, 2016.

BRACHER, Karl Dieter [1960]. **Stufen der Machtergreifung** (Bracher/Schulz/Sauer: Die nationalsozialistische Machtergreifung. Bd. 1). Frankfurt/Berlin/Wien: Verlag Ullstein, 1974.

BRUNN, Gerhard; NEUTSCH, Cornelius (Org.). **Sein Feld war die Welt**. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679). Von Siegen über die Niederlande und Brasilien nach Brandenburg. Münster et al.: Waxmann, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo [1992]. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. rev. ampl. Brasília: UnB, 2011.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). **DUVAL, Adalberto Guerra**. 3. ed. atualiz., 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/duval-adalberto-guerra>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FEIJÓ, Martin Cezar; GERTEL, Noé. **1932: a guerra civil paulista**. São Paulo: Ática, 1998.

- GERTZ, René E. Existem teuto-russo no Brasil?. *In: DREHER, Martin N. (Org.). Migrações: mobilidade social e espacial.* São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 56-69.
- GOMES, Marly de Almeida. **Revolucionários de 35: sonhos e realidades.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HARMS-BALTZER, Käte. **Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938.** Berlin: Colloquium Verlag, 1970.
- HELBIG, Jörn (Ed.). **Brasilianische Reise 1817-1820.** Carl Friedrich Philipp von Martius zum 200. Geburtstag, München: Hirmer Verlag, 1994.
- LEMMONS, Reussel. **Goebbels and Der Angriff.** Kentucky: University Press, 1994.
- MACKNOW LISBOA, Karen. **A nova atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo: Hucitec, 1997.
- MAINKA, Peter Johann. **Roland und Rolândia im Nordosten von Paraná.** Gründungs- und Frühgeschichte einer deutschen Kolonie in Brasilien (1932-1944/45). São Paulo: Cultura Acadêmica; Instituto Martius-Staden, 2008.
- MARTINS, Ricardo André Ferreira. **Atenienses e Fluminenses: Invenção do Cânone Nacional.** 2009. 784 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269985>. Acesso em: 13 ago. 2018.
- MATTINGLY, Garrett [1955]. **Renaissance Diplomacy.** Baltimore: Penguin Books, 1964.
- REIS, Fernando. Verbete “José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)”. *In: INSTITUTO CAMÕES. Ciência em Portugal: Personagens e Episódios.* 2003. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p18.html>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016.** Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- SCHMIDEL, Ulrich. **Wahrhafte Historie einer wunderbaren Schifffahrt, welche Ulrich Schmidel von Straubing von 1534 bis 1554 in Amerika oder Neue Welt bei Brasilia oder Rio de la Plata gethan.** Wiesbaden: Marix, 2010.
- STADEN, Hans. **Warhaftige Historia: zwei Reisen nach Brasilien (1548-1555)/História de duas viagens ao Brasil.** Kritische Ausgabe. Hg. von Franz Obermeier. Kiel: Westensee-Verlag, 2007.
- WINKLER, Hans-Ulrich. **Weimar 1918-1933.** Die Geschichte der ersten deutschen Demokratie. München: Verlag C. H. Beck, 1993.
- ZWEIG, Stefan [1941]. **Brasilien.** Ein Land der Zukunft. Frankfurt am Main: Insel-Verlag, 1981a.
- ZWEIG, Stefan: **Brasil: País do futuro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981b.

As cidades são meios e os meios são as mensagens: uma leitura estético-política das reformas urbanas na América Ibérica durante a *Belle Époque*

*Cities are media and media are the messages: an aesthetic-political
reading of urban reforms in Iberian America during the Belle Époque*

Marcos Alexandre Arraes*
Matheus Falcão**

Palavras-chave:
Reformas Urbanas
Estética
Tecnopolítica

Resumo: O presente artigo se propõe a demonstrar como a modernidade fez emergir, junto com o desejo de renovação urbana, uma lógica tecnopolítica hegemônica, condensada em princípios estéticos de caráter socialmente excludente. A narrativa se dá a partir de uma contextualização histórica das transformações urbanas no início da modernidade na Ibero-América e pontua a presença de um projeto tecnopolítico norteador dos princípios estéticos ali presentes. A narrativa foi construída a partir de apresentação de dados e provocações de ordem analítica, sem, contudo, deter-se em análises conceituais profundas.

Keywords:
Urban Reforms
Aesthetics
Techno-politics

Abstract: The current article aims to demonstrate how modernity has presented, along with the desire for urban renewal, the emergence of a hegemonic technical-political project condensed into aesthetic program of a socially exclusive character. The narrative is based on a historical contextualization of urban transformations at the beginning of modernity in Ibero-America, highlighting the presence of a technical-political project that guides the aesthetic principles present there. The narrative was constructed through the presentation of data and provocations of analytical order, without, however, dwelling on deep conceptual analyzes.

Recebido em 1º de outubro de 2018. Aprovado em 18 de fevereiro de 2019.

A História das reformas urbanas na América Latina ainda é um capítulo pouco explorado nos livros de história sobre a região. Apesar de na historiografia brasileira haver uma já consolidada tradição de estudos das modernizações ocorridas no Rio de Janeiro aos fins do Século XIX e início dos anos 1920, seguidos de alguns estudos isolados sobre capitais como São Paulo e Recife, são relativamente poucas as linhas dedicadas às transformações similares ocorridas no restante dos países ibero-americanos. Certamente essa ausência não se deve à incoerência ou à irrelevância de processos reformistas similares nos países de colonização espanhola na América. Não objetivamos aqui desenvolver as razões dessa

“negligência historiográfica”; mas, talvez, elas possam estar relacionadas às especificidades dos processos históricos dessas regiões, que produziram efeitos diferenciados em cada uma delas, tendo o caso brasileiro despertado maior atenção aos efeitos que emergiram da transformação nas bases político-sociais do Império diante do advento da República, história essa não compartilhada pelos nossos vizinhos das Américas.

Em estudo de referência sobre o tema, Arturo Almandoz demonstra que, entretanto, existia um desejo por mudanças comum a muitos países ibero-americanos, recém-independentes, que buscavam consolidar seus projetos de nação e encontrar saídas/modelos de desenvolvimento ante

* Professor Adjunto do Departamento de História Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-doutorando em Antropologia Visual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <maarraes@gmail.com>.

** Licenciado em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: <falcaomatheus.7@gmail.com>.

as estruturas coloniais herdadas do passado. No que diz respeito à modernização da malha urbana, Almandoz (2007) aponta três vertentes principais que ocorreram nas cidades da Ibero-América, que são: as reformas sanitárias, as propostas de renovação urbana e a expansão residencial, cada qual com suas especificidades. Contudo, cabe salientar que, até quando foram levadas a cabo de forma isolada, essas vertentes modernizantes espelhavam um mesmo princípio técnico-estético-político, como veremos.

Portanto, as reformas urbanas ocorridas em diversas grandes cidades da América Ibérica no final do Século XIX para o Século XX, mais que frutos preferenciais ou exclusivos da mudança de regimes ou tradição política, decorreram de uma lógica comum à modernidade. Assim, parece correto afirmar que, no caso especificamente brasileiro, não foi o advento da República que produziu as transformações urbanas, mas, inversamente, o desejo de modernidade que possibilitou a chegada da República.

Essa especificidade, contudo, não será o tema deste texto e serve apenas de cenário para o debate que queremos desenvolver. O que propomos é demonstrar como a modernidade fez emergir, junto com o desejo de renovação, uma lógica técnico-política condensada em princípios estéticos de caráter socialmente excludente. Procuraremos, então, estabelecer uma breve narrativa do contexto histórico em que ocorreram transformações urbanas no início da modernidade ibero-americana pontuando a presença de um projeto técnico-político norteador dos princípios estéticos ali presentes. Por fim, cabe salientar que este é um texto de caráter provocativo, escrito de forma semitelegráfica. Não objetivamos discutir tais questões conceitualmente, apenas (d)enunciá-las para concluir com um antigo alerta Benjaminiano. A virada do Século XIX para o XX foi marcada por significativas rupturas nas estruturas não somente econômica e política mas também nas bases social e cultural da sociedade ocidental como um todo. A consolidação da modernidade provocou novos arranjos políticos, a reestruturação das bases produtivas e o reordenamento da balança de

poder mundial. Aliado a isso, e muitas vezes, como resposta a esses processos, assistiu-se à instauração de novos paradigmas científicos, uma crescente organização dos trabalhadores e uma reformulação das características técnico-sociais das cidades com novas lógicas urbanísticas de aceleração da vida e controle social. Modernizavam-se as cidades e as populações. Segundo Beck, Guiddens e Lash (2000, p. 2): “Modernização [...] significa, no fundo, primeiro o descontextualizar e segundo o recontextualizar das formas sociais tradicionais pelas formas industriais”.

Os países da América Ibérica, que, nesse período, haviam, em sua grande maioria, recém-conquistado sua independência política, ainda buscavam saídas para os problemas herdados do colonialismo e, portanto, viam nos arranjos das grandes potências hegemônicas modelos a serem seguidos para sua integração à lógica das sociedades industriais. Assim, pensar no processo de modernização na América Latina na virada do Século XIX para o XX implica admitir que esta dinâmica de *recontextualização* se atrelava a um âmbito maior e que se apresentava sob a égide de duas perspectivas distintas: a modernidade como momento histórico e a modernidade enquanto conceito estético. Para Calinescu (1991), essas duas modernidades se relacionavam de modo, ora antagônico e ora complementar, e representavam, a primeira delas, o resultado da euforia ligada às inovações tecnológico-científicas que ganhavam força bem como a dinâmica capitalista das revoluções industriais ascendente e irreduzível; já a segunda modernidade

[...] estaba desde sus principios románticos inclinada hacia actitudes radicalmente antiburguesas. Estaba asqueada de la escala de valores de la clase media y expresaba su disgusto con los medios más diversos, desde la rebelión, la anarquía y el apocalipsis, hasta el aristocrático autoexilio. De modo que, más que sus aspiraciones positivas (que a menudo tienen poco en común), lo que define la modernidad cultural es su franco rechazo de la modernidad burguesa, su consuntiva pasión negativa. (CALINESCU, 1991, p. 51).

Dessa forma, nota-se na modernidade enquanto momento histórico o ideal do progresso e do racionalismo. Pode-se afirmar que é esse o espírito que norteará as transformações urbanas na América latina, já que os reordenamentos urbanos típicos do fim do Século XIX propunham a transposição dos anseios que se tinham de modelar a sociedade em um projeto que deveria abarcar não apenas a estrutura física das cidades, como também os seus habitantes. Por essa razão, tanto na Europa quanto na América Ibérica, os desafios das reformas urbanas giraram em torno também do que deveria ser deixado, edificações ou vias ou que não eram compatíveis com o projeto de modernização ou que representavam “riscos” ao que se acreditava ser o ideal. As ideias norteadoras e impulsionadoras dessas reformas se inspirariam no chamado “urbanismo acadêmico”, proeminente em Paris na chamada École Française d’Urbanisme. Desta escola, diversos urbanistas teriam sido convidados a colaborar em projetos em cidades como Montevideo, Cidade do México, Havana, Caracas, São Paulo e Buenos Aires (ALMANDOZ, 2007, p. 63-66).¹

Bem em sintonia com o paradigma científico do período, as reformas urbanas viriam também acompanhadas das chamadas reformas higienistas:

Ao lado dos desafios gerados pelas novas invenções técnicas, com destaque para a radical transformação do território impulsionada pela implantação das ferrovias, ganhavam corpo os questionamentos dos higienistas sobre a salubridade urbana e a busca de soluções para remediar os problemas sanitários das cidades industriais. Nesse contexto, questões como a proliferação de epidemias, o congestionamento das cidades, a inexistência de regras para o uso dos terrenos e até mesmo o tratamento de detritos e contaminação dos rios, ocupavam o centro dos debates e impulsionavam a elaboração dos primeiros relatórios sanitários, propostas legislativas e intervenções práticas sobre o tecido urbano preexistente. (RUFINONI, 2012, p. 11).

Partindo de uma atualidade dos princípios norteadores do urbanismo, vemos que as reformas

urbanas deveriam se tratar de “[...] *una etapa política en un proceso que busca mejorar el funcionamiento económico del país, alcanzar una mayor justicia social y adecuar las ciudades a sus complejas funciones mediante una redistribución del poder político y de los recursos*” (HARDOY; MORENO, 1972, p. 6). No entanto, tais princípios não estavam presentes no paradigma científico do período analisado e, logicamente, não foram levados em conta nos casos hegemônicos das reformas urbanas ibero-americanas.

Considerando-se a modernização do Rio de Janeiro, por exemplo, citamos parte do discurso de Marcelo Mendonça, notável engenheiro e favorável às reformas vigentes. Acerca dos cortiços, Mendonça (1931, p. 141) afirma:

Visitar os cortiços da Capital Federal é suficiente para se ter uma visão clara deste problema. Deles, podemos dizer, vêm todas as misérias morais e materiais e todos os vícios. Nos cortiços têm tuberculose e alcoolismo. Lá os baixos instintos se desenvolvem. Lutar contra os cortiços é tomar parte em uma batalha para elevar a moralidade e melhorar a saúde física da raça. Este meio é geralmente ocupado pela classe trabalhadora, a classe que mais especialmente precisa de mais higiene física e moral.

Vê-se, assim, que a avassaladora modernização do período em questão buscava pautar-se em preceitos científicos para atingir não apenas um ideal estético, mas também, político, de controle social. Tal processo, portanto, é fundado na primeira modernidade definida por Calinescu, ao cultivar os princípios da razão, a doutrina do progresso, a confiança nas possibilidades da ciência e da tecnologia, sendo a segunda modernidade, a cultural, conflitiva com esta, forjando, assim, um alter ego da primeira, o que se veria no engajamento das vanguardas artísticas e nos movimentos de Arte Moderna, críticos à lógica técnico-científica do período, desenvolvidos, por exemplo, no Muralismo Mexicano, no Modernismo Brasileiro pós-1922, e na força de ideias de periódicos como *Sur* e *Martín Fierro* na Argentina.

Situação análoga à sofrida pelos cortiços do Rio de Janeiro, foi também sentida na Argentina com os chamados *convettillos*, habitados por operários que tinham de lidar com a adaptação ao ambiente urbano. Aliás, a reconfiguração das populações da Ibero-América, acentuadamente rurais se considerarmos o início Século XIX, chama a atenção pelo enorme fluxo migratório e por certo inchaço populacional nos grandes centros, movimento vivido na Europa um século antes de forma mais lenta. Conforme aponta Almandoz (2007, p. 61):

Como en otras regiones del hoy llamado Tercer Mundo, la acelerada urbanización de América Latina en el siglo XX acentuó las concentraciones de un mapa que contrastaba con la dispersión y el atraso rurales. Atiborradas de migrantes campesinos y foráneos, antiguas capitales coloniales y urbes emergentes pronto alcanzaron magnitudes que rivalizaban con metrópolis europeas y norteamericanas. Buenos Aires saltó de 663.000 habitantes en 1895 a 2.178.000 en 1932; Santiago, de 333.000 en 1907 a 696.000 en 1930; y Ciudad de México, de 328.000 en 1908 a 1.049.000 en 1933. Caso análogo al explosivo crecimiento de ciudades industriales como Manchester y Chicago, São Paulo pasó de 240.000 habitantes en 1900 a 579.000 en 1920 y 1.075.000 en 1930.

O vertiginoso crescimento nesses grandes centros forma uma massa heterogênea e dispersa, que passará a se mobilizar em torno de movimentos sociais tais como o sindicalismo e o sufragismo, bem como evidenciará as profundas desigualdades sociais marcadamente percebidas nas disparidades entre os padrões de moradias; bairros abastados e repletos de integrantes de uma aristocracia rural da agroexportação, tais como os barões do café no Brasil, nada se assemelhavam aos cortiços e às construções improvisadas e precárias, inclusive do ponto de vista da higiene e saneamento, dos menos favorecidos. Almandoz (2007) traz o exemplo de uma tendência urbanística vinda da Inglaterra e incorporada em cidades como São

Paulo, Caracas e Havana: os chamados “bairros jardim”, que acompanhariam o crescente uso do automóvel entre este grupo social e teria gerado bairros como o de Higienópolis, cujo nome remonta às aspirações e aos ideais deste período.

Tais transformações revelam os princípios norteadores da modernidade e os limites sociais de alcance dessas ações que tinham a construção das cidades como um projeto de civilidade e progresso que, por sua vez, era parte integrante da busca por efetivação e consolidação dos projetos de nação.

Assim, a chegada do Século XX com o espírito da *Belle Époque* trazia aos países ibero-americanos a idealização de algo; as reformas urbanas representariam assim a possibilidade de se chegar a esse arquétipo, bem como a oportunidade de superar o arcaísmo e a inércia de um passado tido como inexpressivo e atrasado. Essas aspirações passaram a povoar o imaginário de muitos, inclusive de uma aristocracia ascendente no Brasil, como a aristocracia paulista do café, acostumada ao ambiente rural. Conforme nos apresenta Doin *et al.* (2007, p. 94), durante o término do Século XIX e princípio do Século XX,

[...] muitos homens no interior paulista tinham seus sonhos povoados por desejos como o de viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e *cabarets*, passear pelas suas ruas olhando as vitrines das butikues e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais. Seguindo as reflexões de Eric Hobsbawm, poderíamos dizer que tais personagens eram lançadas no “drama do progresso, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito, mas acima de tudo, inevitável”.

Essa busca por transformação e superação das estruturas do presente pode ser notada, por exemplo, no ideário e na obra de nomes como Monteiro Lobato. Para o autor, seria necessária a incorporação do espírito pungente estadunidense. Admirador confesso de Ford, Lobato queria a

modernização do Jeca-Tatu. Denuncia-se em sua obra uma

[...] oposição entre a “expansão assombrosa dos Estados Unidos” e o “marasmo brasileiro”, oposição entre a cultura de “cérebros velhos”, de tradição europeia, e “cérebro de Henry Ford”. A raça que habita o Brasil “é o velhíssimo português misturado com o arquivelho africano, mais o venerável pele-vermelha”. “É moço o povo americano”. Assim, Monteiro Lobato contrapunha, uma ordem cultural negativa [...] a uma ordem positiva [...]. O tema trabalhado por Monteiro Lobato, criador do Jeca-Tatu, típico brasileiro a ser investido pela eugenia, em Problema Vital, era o da “decadência biológica do homem brasileiro”, cuja saída seria o saneamento e a higienização das condições de vida da população. Monteiro Lobato acreditava na eficiência e na propriedade das políticas eugênicas para o progresso nacional, inseridas no âmbito das ações de saneamento. (FLORES, 2007, p. 382-383).

Vê-se, aí, de forma clara, uma estetização da política, um relacionamento entre as práticas técnico-políticas e os ideais estéticos. O progresso desejado por Lobato, com base nos princípios do Americanismo, escancarava as cidades enquanto palco para se ensaiar as transformações técnicas e o ideal estético dos Estados Unidos, transformando-as em uma esteira de produção. Contudo, nos dois casos, veem-se projetos de nação irmanados às transformações científico-técnicas, sendo os centros urbanos marcos deste processo: “[...] a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados” (GORELIK, 2005, p. 117). Desse modo, o modelo europeu e o estadunidense, apesar de suspensos em princípios comuns, apresentavam distinções sensíveis. O primeiro deles traria um modelo estético arquetípico e velado, atrelado às estruturas físicas; a segunda, um espírito efusivo, expansivo e explícito em seu ideal estético, como vemos em Lobato. O modelo hegemônico implantado em fins do Século XIX e início do Século XX na América Ibérica,

contudo, mostrou-se ligado ao modelo Europeu, menos explícito em seus princípios estéticos, ainda que ali eles estivessem presentes. Isso mudaria no decorrer do século, mais especificamente durante a chamada Política da Boa Vizinhança, período, contudo, que escapa ao escopo deste artigo.²

Outro ponto a ser aqui citado é a transposição entre o discurso, os ideais e a prática das reformas urbanas. Essa relação entre planejamento urbano e projeto de poder pode ser percebida pelas escolhas que se faz e pela forma como se estrutura uma cidade, privilegiando ou não determinados grupos e espaços. Outtes (2014, p. 718) assevera que

[...] decisões de zoneamento, como o uso restrito de áreas, proibição de estacionamento em certas ruas, alocação de partes de um litoral para descarga de navios em vez de natação e banhos – tudo tem um efeito sobre a liberdade individual. Se a prisão é o lugar no qual a liberdade é completamente suprimida, uma zona urbana restritiva é um lugar onde a liberdade é pelo menos ligeiramente diminuída.

Conforme Sandra Pesavento (1999, p. 93):

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam.

Tais assertivas reforçam a ideia de que a estrutura das cidades, (re)pensadas neste momento de modernização, corroborariam e legitimariam projetos solidificados de estados-nação, que, no caso da América Ibérica, eram bastante recentes se considerarmos a efetivação das independências dos países da região após o desgaste de parte da estrutura colonial e mercantilista que teria vigorados nos séculos anteriores.

Um dos exemplos a ser citado neste sentido é o caso argentino. Como destaca Lenz (2012, p. 12):

Em 1880 Julio Argentino Roca assumiu como presidente da Nação argentina

e Buenos Aires foi declarada capital federal do país e sede de suas máximas autoridades. Assim, nos anos oitenta a cidade de Buenos Aires, definiu sua posição nacional ao ser federalizada, reforçando o seu caráter de centro econômico ao consolidar-se como cabeceira de linhas férreas e porto principal da Argentina. A cidade de Buenos Aires não era só era a capital política do país, mas também a financeira e a econômica, e durante muito tempo o seu único grande foco cultural. Na sua transformação houve a busca de seus conteúdos em fontes europeias, e resultou um exemplo a imitar pelas suas cidades do interior.

Desse modo, Buenos Aires seria o marco representativo de um programa estético e as suas transformações urbanísticas viriam cumprir a realização deste. Esta dinâmica de conformidade entre espaço urbano e projeto de poder é sentida de diversas formas em todos os grandes centros da América Latina deste momento histórico, partindo-se do ideal das cidades e das tendências europeias.

Convém destacar aqui que as transformações urbanas traziam consigo o conflito entre o passado e o presente, o antigo e o novo. A demolição de antigos “artefatos” arquitetônicos para dar lugar ao imediatismo que o presenteurgia. Curiosamente, da mesma forma que isso se nota nas reformas da América Ibérica, também se confirma nas anteriores experiências de Paris e de outras capitais da Europa. Ali:

O conjunto de reformas urbanas realizadas a partir da década de 1850, ao propor a reestruturação viária da cidade por meio da sobreposição de uma nova malha de vias largas e retilíneas sobre a antiga Paris, provocou a destruição de grande parte dos bairros medievais e colocou em pauta, pela primeira vez nesta escala, os problemas da relação antigo-novo na intervenção sobre a cidade antiga (RUFINONI, 2012, p. 11).

Diante do exposto, parece ser seguro afirmar que a modernidade afirmou um projeto hegemônico de caráter técnico-político no qual estava contido um programa estético. Por projeto, estamos

compreendendo um agenciamento que se abre as contingências de um futuro incerto e por programa um “[...] programa tecnológico de governo, como indicara Foucault, que exige previsibilidade para garantir os intercâmbios generalizados que regulam um sistema” (ULM, 2018, p. 3). Nesse contexto, as cidades abriram-se enquanto instrumentos, veículos de agenciamento social do projeto burguês moderno. A cidade, tornada como mídia de expressão dessa modernidade, executa a sua programação. Dito de outro modo, as transformações urbanas puseram em prática um devir estético que afirmava uma prática técnico-política de controle social. Isso ocorreu nas principais cidades industrializadas da América Ibérica, enquanto espelho de outros centros ocidentais.

Como nos diz Walter Benjamin (1985), a modernidade abriu às massas a possibilidade de expressão de sua natureza. A explosão demográfica e o crescimento das cidades do período Industrial foram acompanhados de uma maior visibilização das massas, tornada possível com os transportes em massa, a comunicação de massa, e as próprias reformas urbanas, que ampliam as ruas e dão maior espaço à circulação de pessoas. Por outro lado, os direitos das massas não podem ser expressos ou reivindicados. O transporte é caro e limitado a algumas regiões, o acesso aos jornais ou a voz dada por eles pertencem a alguns, as ruas amplas também facilitam a repressão de movimentos sociais. Os direitos pertencem apenas a alguns. Os usos são restritos. Portanto, o agenciamento da modernidade possui, em si, um programa tecnoestético de controle das massas, de normalização das classes subalternas. Cabe salientar que as resistências se fizeram presentes, procurando instituir projetos e programas contra-hegemônicos, cuja análise, contudo, ficará para outro estudo.

Para finalizar, retomamos a dupla concepção de modernidade de Calinescu (2016), apresentada acima, na tentativa de encontrar irrupções e possibilidades de resistência a esses agenciamentos do programa tecnológico da modernidade. Se a primeira, programática, enquadra, limita, normatiza a partir dos dispositivos técnico-políticos aqui discutidos, a segunda, a modernidade prescrita pelas

artes, inscreve possíveis falhas desses agenciamentos. A arte modernista é uma forma de resistência ao projeto moderno, tentando interromper os agenciamentos sociais da modernidade com outros princípios. O projeto que se realiza é extremamente perigoso, profascista, eliminando do campo do possível todos os seres sociais que não fazem parte desse programa. Algumas vanguardas e muitos movimentos da Arte Moderna na América Latina procuram instaurar campos de inscrição das massas na realidade histórico-artística. Assim o fazem, por exemplo, o muralismo Mexicano, que eterniza uma memória social da Revolução de 1910. Em outra ordem, podemos também afirmar que a busca da brasilidade no Modernismo brasileiro, ainda que de forma limitada, abriu algum espaço para a expressão de outras formas e estéticas sociais não hegemônicas.

O urbanismo, desejado e visto por muitos enquanto expressão artística de preceitos científicos, não se fez assim no contexto aqui enunciado. Ao menos não dentro do segundo conceito de modernidade de Calinescu (1991). Ao contrário, a ciência do reaparelhamento urbano das cidades Ibero-Americanas em fins do Século XIX e inícios do Século XX expressou categoricamente os preceitos técnicos e políticos da modernidade, executou tal qual a programação estética ali presente, garantindo espaço para o belo, para o progresso e para o veloz ao mesmo tempo em que limitava a vida, a expressão e as possibilidades de existir das massas. Se foi arte, foi arte enquadrada, arte pela arte, que em nada interrompeu os agenciamentos da modernidade.

Para finalizar, cabe lembrar a atualidade do alerta emitido por Benjamin (1985, p. 196, grifos no original):

“Fiat ars, pereat mundus” [criar a arte, destruir o mundo], diz o fascismo e espera que a guerra proporcione a satisfação artística de uma percepção sensível modificada pela técnica, como faz Marinetti. É a forma mais perfeita do *art pour l'art*. Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo para si mesma. Sua auto-alienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. *Eis a*

estetização da política, como a pratica o fascismo. O comunismo responde com a politização da arte.

Notas

1 O tema de modernização aliado às reformas urbanas, ainda que relativamente pouco explorado, dispõe de uma consolidada bibliografia de estudos que as analisaram sob diversas perspectivas e diversos escopos, sejam eles regionais, nacionais ou de maior escala. Cabe mencionar que, para além dos principais centros urbanos ibero-americanos, o impulso modernizador norteou pequenas transformações em uma escala micro manifesta em diversas localidades menores e distantes dos principais centros econômicos. Em um país de vastas dimensões e distintas experiências históricas regionais como o Brasil, por exemplo, encontram-se estudos e levantamentos que relacionam o impulso da modernização mesmo em pequenas cidades nos mais afastados rincões ou mesmo em capitais mais distantes do litoral, região esta mais pujante economicamente desde a colonização (HOLANDA, 1995). Nosso objetivo aqui não reside em explicitar estes casos pontuais, mas sim em perceber uma lógica hegemônica por trás deles. Cabe salientar, contudo, que como toda hegemonia, esses princípios contaram com diversas apropriações/adaptações regionais, bem como com resistências contra-hegemônicas.

2 Para conhecer mais detalhes a respeito das transformações urbanas, lógicas e tecnopolíticas do período da Política da Boa Vizinhança, vide: Arraes, 2018.

Referências

ALMANDOZ, Arturo. Modernización urbanística en América Latina. *Luminarias extranjeras y cambios disciplinares, 1900-1960. Iberoamericana*, v. 7, n. 27, p. 59-81, 2007.

ARRAES, Marcos Alexandre de Melo Santiago. O tempo corpóreo e sensível da cidade: um estudo da modernidade no Recife a partir da literatura. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 19, n. 34, p. 123-142, ago./dez. 2018.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. Tradução de Maria Amélia Augusto. Oeiras: Celta Editora, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Volume 1: Magia, técnica, arte e política. Ensaio sobre

- literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CALINESCU, Matei. **Cinco caras da modernidade: Modernismo, vanguardia, decadência, kitsch, postmodernismo.** Tradução de Francisco Rodríguez Martín. Madrid: Tecnos Editorial, 2016.
- DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122, 2007.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo: Ciência e Arte na Política da Beleza.** Chapecó: Argos, 2008.
- GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. Tradução de Fernanda Arêas Peixoto. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.
- HARDOY, Jorge E.; MORENO, Oscar A. Primeros Pasos de la Reforma Urbana en América Latina. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. 2, n. 4, p. 83-100, 1972.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENZ, Maria Heloisa. A Buenos Aires do século XIX: a metrópole da *Belle Époque* argentina. **Fênix – Revista de História e estudos culturais**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2012.
- MENDONÇA, Marcelo. Taylor de Casas populares: cidades jardins. *In: INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SÃO PAULO. Annaes do 1º Congresso de Habitação.* São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1931. p. 139-147.
- OUTTES, Joel. Cidade e Habitação na América Latina (1890-1945): uma perspectiva foucaultiana. **Urbana**, Campinas, v. 6, n. 8, p. 716-739, 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. Os estudos de estética urbana e a percepção da cidade artefato no alvorecer do século XX. **Revista CPC**, São Paulo, n. 14, p. 6-29, 2012.
- ULM, Hernán. **La distancia y el instante.** Técnica, estética y política en el devenir digital. [s. n.]: [s. l.]: 2018. [Texto inédito, cedido pelo autor].

As fontes judiciais como material de pesquisa para a História Social e Política: os processos de acidentes de trabalho no contexto da legislação social

The judicial sources as research material for the Social and Political History: the processes of work accidents in the context of social legislation

Bruno Mandelli*
João Henrique Zanelatto**

Palavras-chave:
História social e política
Fontes judiciais
Leis de acidentes de trabalho

Resumo: Este artigo aborda a importância das fontes judiciais para as pesquisas no campo da História social e política, em especial às questões relativas ao mundo do trabalho. Desde as instituições jurídicas e seus modos de funcionamento, passando pela história do cotidiano dos trabalhadores e das suas lutas por direitos, bem como das variadas concepções em torno das leis, dos direitos e da justiça, as fontes jurídicas fornecem um rico material para análise do historiador. Especificamente, o artigo problematiza a questão da pesquisa nos arquivos judiciais, em especial dos processos de acidentes de trabalho, como uma fonte jurídica que possui especificidades que devem ser levadas em consideração pelo pesquisador. Para tanto, aprofunda uma análise da legislação de acidentes de trabalho no Brasil desde a sua instituição, em 1919, até a Reforma da Lei de Acidentes de Trabalho, em 1944, e a sua relação com a instituição da Justiça do Trabalho, outra importante produtora de fontes jurídicas para as pesquisas relacionadas ao mundo do trabalho.

Keywords:
Social and political History
Judicial sources
Occupational accident laws

Abstract: This article discusses the importance of judicial sources for research in the field of social and political history, especially issues related to the world of work. From the juridical institutions and their modes of operation, to the history of worker's daily life and their struggles for rights, as well as the varied conceptions surrounding laws, rights and justice, legal sources provide a rich material for analysis of the historian. Specifically, the article problematizes the question of the search in judicial archives, especially of the processes of work accidents, as a legal source that has specifics that must be taken into account by the researcher. In order to do so, it analyzes an analysis of labor accident legislation in Brazil from its institution in 1919 until the Reform of the Labor Accident Law in 1944 and its relationship with the Labor Justice institution, another important producer of legal sources for research related to the world of work.

Recebido em 03 de dezembro de 2018. Aprovado em 18 de fevereiro de 2019.

Introdução: entrelaçando a história social e política nas pesquisas com fontes judiciais

Nota-se que nas últimas décadas as fontes judiciais têm ganhado relevância nas pesquisas e nas análises das Ciências Humanas, especialmente

na História. Na história social e política, por exemplo, vem se multiplicando o desenvolvimento de pesquisas que envolvem o campo jurídico.

No que se refere à história política, essa abordagem enfrentou uma série de críticas, como o “[...] descrédito em que foi lançado durante algum tempo o estudo dos fatos políticos pela afirmação de um interesse por outras dimensões

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <bruno.o.mandelli@gmail.com>.

** Professor de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: <jhz@unesc.net>.

da história” (RÉMOND, 2003, p. 44), que foi, durante um bom tempo, símbolo de uma história fora de moda; afinal, era “[...] admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional” (BURKE, 1992, p. 10). Esse descrédito emergiu a partir das críticas contundentes que recebeu do grupo dos *Annales*, provocando uma marginalização da dimensão política dos fatos sociais, pois a consideravam literária, passível de ser romanceada e, sobretudo, por fundamentar-se em conflitos localizados e de curta duração. “Cada vez mais essa história será conhecida como tradicional” (FALCON, 1997, p. 68).

Na década de 1960, a Tradição Marxista e o Estruturalismo não poupariam críticas à história política, contribuindo também para o seu descrédito, pois a consideravam um tipo de história que estava ancorada exclusivamente no acontecimento, na linearidade e na narração dos fatos. Portanto, historiadores das três correntes – *Annales*, Marxismo e Estruturalismo – foram responsáveis pelo descrédito sofrido pela história política até o final da década de 1960¹.

O processo de revalorização e de renovação da história política ocorreu ao longo da década de 1970. Jacques Julliard foi um dos primeiros historiadores a propor a reversão do quadro da história política tradicional. Inicialmente, apontou seus vícios e defeitos². Em seguida, depois de expor os defeitos e vícios, Julliard propôs a necessidade de renovação da história política e foi enfático ao considerar que “[...] marxista ou não, o historiador não pode desinteressar-se do problema da natureza social do poder político” (JULLIARD, 1988, p. 181). Assim, até a década de 1970, a história política era “a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual” (RÉMOND, 2003, p. 16-17). Ela privilegiava o particular e o nacional, dando as costas para a possibilidade de comparações no espaço e no tempo.

A renovação que a história política vem experimentando nas últimas décadas pode ser entendida levando-se em consideração a amplitude das transformações sociais e as “novas orientações da pesquisa histórica” (RÉMOND, 2003, p. 21). Assim,

na década de 1980, a situação de descrédito foi sendo modificada, a renovação da história política tomava fôlego “[...] com o gradativo abandono da história política tradicional em favor de uma compreensão do político na história (FÉLIX, 1999, p. 58).

Outra dimensão ocorrida na esteira dessa renovação estava ligada à noção de paixão usada por Pierre Ansart (1997) ao trabalhar com a afetividade – do amor e do ódio, das emoções e dos sentimentos – que acompanha a vida política. Assim como dos momentos de angústia e revolta ou de simpatia e afeição. Na década de 1990, Jean-François Sirinelli percebeu, na emergência da nova história cultural, o ressurgimento da história política. A aproximação da cultura com a história política possibilitou a incorporação por esta última de novos objetos e recortes. Para Sirinelli (1998), a política vista a partir do universo cultural contribuiu para um maior entendimento da complexidade das relações sociais.

Nessa direção, destacamos o conceito de cultura política, entendido como um “[...] conjunto de valores, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21). A cultura política pode mobilizar sentimentos (paixões, esperanças e medos), valores (moral, honra, solidariedade) e fidelidade às tradições (família, nação, líderes). Seu conceito permite uma compreensão rica e sofisticada do comportamento político. Esse processo de renovação e valorização da história política refletiu-se também em trabalhos de âmbito regional e local. Já a aproximação da cultura com a história política e com o conceito de cultura política possibilitou entrelaçar pesquisas sobre a história política e a história social do trabalho.

Em relação à história social, os historiadores têm feito uso da pesquisa nos documentos judiciais nos últimos anos, com uma ampla gama de temas e de problemáticas de pesquisa: desde as instituições jurídicas e seus modos de funcionamento, passando pela história do cotidiano dos trabalhadores e das suas lutas por direitos, bem como das variadas concepções em torno das leis, dos direitos e da justiça (GOMES; SILVA, 2012, p. 26).

Todas essas representações abarcam sujeitos dos mais variados matizes sociais que entram nas fontes judiciais de formas distintas: escravos, indígenas, os chamados “trabalhadores livres”, homens e mulheres anônimos que entram em cena diante de algum conflito, ou exigindo a aplicação de determinada norma ou costume para defesa de um direito (GOMES; SILVA, 2012, p. 26).

A busca por direitos – seja por meio de sindicatos, greves e mobilizações operárias, seja de tribunais – passou a fazer parte da vida dos trabalhadores brasileiros a partir da década de 1930 e 1940.

É importante salientar que, como ainda não existia a Justiça do Trabalho (oficializada em maio de 1941), a competência do julgamento das questões de acidentes laborais ficava a cargo da Justiça Comum. Contudo, mesmo com essa permanência do monopólio da Justiça Comum sobre a referida legislação, é importante ressaltar que o advento da primeira Lei de Acidentes consolidou um marco jurídico importante no país, pois deslocou do Código Civil para o incipiente Direito do Trabalho a avaliação e o julgamento de algumas questões relativas ao mundo do trabalho (a questão acidentária nesse caso). Nesse sentido, Samuel Fernando de Souza afirma a importância da primeira Lei de Acidentes como um marco na formação do Direito do Trabalho no Brasil:

A publicação da Lei de Acidentes de Trabalho foi um passo importante para o processo de regulamentação das relações de trabalho no Brasil. Ela teria definido o direito do trabalho como ramo separado do Código Civil brasileiro, passando-se a considerar o acidente decorrência de riscos próprios do ambiente de trabalho industrial, assegurando ao operário o direito à reparação. (SOUZA, 2006, p. 32).

Dessa maneira, é provável que, se não fosse a entrada em cena de um processo judicial, quer seja de um crime, ou, talvez, em um processo de acidente de trabalho (que será o foco do presente estudo) – em que o trabalhador entra contra seu patrão na defesa de um direito –, esses milhares

de trabalhadores e trabalhadoras ficassem no anonimato da história (MANDELLI, 2018, p. 52).

Como exemplo da importância do estudo dessas fontes, Chalhoub (2005) afirma que, até o século XIX, praticamente todos os crimes de homicídio aconteciam entre as relações de pessoas que se conheciam ou de parentesco muito próximo: vizinhos, brigas entre senhores e escravos, que resultavam em mortes em ambos os lados, não raramente ocorriam no interior de comunidades pequenas, o que informavam “um momento de crise profunda em uma comunidade” (CHALHOUB, 2005, p. 5).

O conflito latente nos arquivos, portanto, emerge durante a pesquisa do historiador, que se vê, muitas vezes, diante de dilemas do passado não resolvidos. É por esse caminho que a pesquisa nos arquivos judiciais emerge com o objetivo dos pesquisadores iluminarem as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras em aspectos que não haviam sido abordados, como destaca Chalhoub (2005, p. 5): “[...] o cotidiano nas fábricas, as relações de sociabilidade no botequim, as relações de amor dos trabalhadores e etc.”.

Sobre a pesquisa nos arquivos judiciais, deve-se ressaltar, tal como sugeriu Farge (2009, p. 10) que “o arquivo judicial é específico”. Distintamente de outras fontes, como os impressos, que foram escritos para serem dirigidos a um grande público, os documentos judiciais não eram destinados ao conhecimento de todos. Como um vestígio de vidas que não queriam, em um primeiro momento, que suas situações particulares fossem expostas a um amplo número de pessoas, ele emerge como um fragmento particular. Realidades de violências ou de repressão, situações de defesa de uma ideia pessoal ou coletiva, que levaram aquelas pessoas a exporem pensamentos e falas que, talvez, em outra situação particular de suas vidas, não teriam exposto. Farge (2009, p. 35), mais uma vez, contribui com sua análise dos arquivos:

Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercitivo, como cada um

articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades.

No âmago desse debate, é fundamental refletir que o arquivo judicial não surgiu como uma fonte documental direta a ser pesquisada por um historiador na posteridade. O arquivo não possuía esse caráter quando foi criado: “[...] a testemunha, o vizinho, o ladrão, o traidor e o rebelde não queriam registro; outras necessidades fizeram com que suas palavras, seus atos e seus pensamentos fossem consignados” (FARGE, 2009, p. 16). Isso reforça a importância de o historiador questioná-lo: saber de sua história, como foram produzidos, em quais circunstâncias, em qual contexto, de que maneira, por que ficaram tanto tempo no esquecimento.

Todavia, se os processos judiciais são dotados de singularidades. O são, ainda mais, os processos de acidentes de trabalho, que são regidos pela legislação acidentária. Portanto, para aprofundar nessa temática, após essa breve reflexão sobre a natureza dos arquivos judiciais enquanto fonte, será agora problematizado o lugar social em que a lei se materializava, isto é, a instituição judiciária; no caso da aplicação das leis de acidente de trabalho, a Justiça Comum. Tal como afirmou Grinberg (2009, p. 121): “Para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias”.

O lugar social: a legislação de acidentes de trabalho

Nas primeiras décadas do século XX, centradas principalmente no eixo Rio-São Paulo, as mobilizações e greves operárias passaram a impulsionar e pressionar os parlamentares para que fossem criados direitos que beneficiassem os trabalhadores e lhes garantissem alguma proteção social. Estes possuíam como pauta de reivindicações uma lista que abarcava, entre outras, a jornada de oito horas, aposentadoria, a regulamentação do trabalho da mulher, o direito a férias, bem como seguro contra acidentes (FERRAZ, 2010). Isso

porque as condições de trabalho, em geral, eram muito precárias em todo País no começo do século XX, com jornadas quase sempre superiores a dez horas. Além do trabalho de menores em várias funções perigosas, “[...] somavam-se à insalubridade do ambiente para formar um quadro de mortes e acidentes constantes” (MATTOS, 2009, p. 42).

Um projeto de lei sobre acidentes de trabalho, que fora apresentado pelo senador paulista Adolfo Gordo, em 1915, “[...] foi particularmente bem recebido pelo Centro Industrial Brasileiro [...] declarando-se este prontamente favorável à adoção de regulamentação específica sobre um dos mais espinhosos problemas sociais da indústria moderna” (FERRAZ, 2010, p. 207).

Porém, mesmo com o interesse de setores empresariais na apresentação de um projeto que pudesse lhes garantir um controle sobre as situações imprevisíveis no âmbito laboral, como de acidentes e de doenças profissionais, não fossem as pressões internas – do movimento operário em suas pautas pela redução da jornada de trabalho e melhoria das condições de trabalho, seguro contra acidentes – e as externas – com o fim da Primeira Guerra em 1919 e o Tratado de Versalhes no qual o Brasil foi signatário que efetivou a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras medidas, recomendava o reconhecimento dos novos direitos sociais, como a já mencionada redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e no máximo de 48 horas semanais.

Em virtude dessa conjuntura mundial e nacional, surgiu a primeira legislação que regulamentou os acidentes de trabalho no Brasil. Foi criado, no ano de 1919, por meio do Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 13.498, de 12 de março de 1919, constituindo-se, portanto, na primeira lei brasileira que adotou a “teoria do risco profissional”, a qual teve como criador Félix Faure, em 1883 (ARAVANIS, 2009, p. 31). Essa jurisprudência, conhecida também pela teoria do “fato do trabalho”, implicava a responsabilização de o empregador pagar uma indenização ao operário “[...] quando o acidente ocorresse pelo fato do trabalho ou durante este”.

O acidente era visto como uma espécie de fato natural e próprio da atividade laborativa.” (FERRAZ, 2010, p. 215). Todavia, a definição de acidente de trabalho era bastante restrita, pois incluía tão somente as “moléstias” adquiridas pelo exercício do trabalho, o que desconsiderava as doenças causadas por suas condições degradantes.

Desse modo, estavam fora de proteção os casos de acidentes em que fossem constatados casos de força maior ou dolo da própria vítima, o que proporcionava brechas para que o empresariado pudesse contestar o pagamento das indenizações.

Segundo Anna Beatriz de Sá Almeida (2015), essa lei foi criticada na época por juristas e especialistas que a denunciavam pelo fato de não conter dispositivos relacionados à questão preventiva dos acidentes de trabalho. Como exemplo, cita o médico Afrânio Peixoto, que, em estudo publicado em 1926, faz uma análise da lei de 1919 e uma crítica de esta tratar exclusivamente das “[...] moléstias exclusivas do exercício do trabalho” (ALMEIDA, 2015, p. 75). Além desse fator primordial que regia toda a legislação de acidentes, o art. 19 da lei determinava que: “Todo o acidente de trabalho que obrigue o operário a suspender o serviço ou se ausentar, deverá ser imediatamente comunicado à autoridade policial do lugar, [sic] pelo patrão, pelo próprio operário, ou qualquer outro” (BRASIL, 1919).

Nesse aspecto, a Lei de Acidentes se assemelha aos procedimentos da Justiça do Trabalho, uma vez que nesta “as reclamações trabalhistas são, em geral, instauradas por uma das partes (patrões ou empregados)” (SPERANZA; SCHMIDT, 2012, p. 222). Desse modo, a semelhança se deve ao fato de que os processos de acidentes podem ser comunicados pelo patrão, pelo trabalhador, ou “qualquer outro”.

É interessante notar a entrada do Estado no âmbito das relações de trabalho, colocando-se como mediador da natureza conflitiva. Destaca-se, também, a importância que certas figuras-chave possuíam nessa relação, como o Delegado de Polícia e o escrivão, que eram o primeiro contato de um funcionário do Estado com a questão acidentária. Cabia ao escrivão relatar e ao Delegado confirmar o que e como havia ocorrido o acidente, as partes

do inquérito policial e o encaminhamento ao Juiz de Direito.

Se existem semelhanças, no entanto, há diferenças fundamentais. Afinal, antes mesmo de ir para a esfera judicial (a Justiça Comum), o acidente passava pelo filtro de funcionários do Poder Executivo, mais propriamente da Chefia de Polícia, que era chefiada pelos Delegados de Polícia – que desde a Lei nº 1.011, de 16 de outubro de 1914, deveriam ser formados bacharéis em Direito. Estamos diante de uma figura-chave que possuía um peso importante no que tangia ao encaminhamento das questões de acidentes, uma vez que competia ao Delegado dar início ao inquérito que seria posteriormente desenrolado no Fórum. Muito provavelmente a nomeação de um cargo de Delegado de Polícia deveria ser muito disputada pela elite local, devido à importância social que representava e à remuneração paga pelo exercício da função. Eis mais uma vez a história política entrelaçando-se com a história social.

Apesar dessa permanência do monopólio da Justiça Comum sobre a referida legislação, ressalta-se que o advento da primeira Lei de Acidentes foi um marco jurídico importante, pois deslocou do Código Civil para o incipiente Direito do Trabalho a avaliação e o julgamento de algumas questões relativas ao mundo do trabalho (a questão acidentária, nesse caso).

Referida legislação ingressava na esfera das relações produtivas; conseqüentemente, novas estruturas jurídicas foram sendo criadas para acompanhar a necessidade de institucionalização das crescentes demandas trabalhistas em curso. O Decreto no 16.027, de 30 de abril de 1923 (BRASIL, 1923), criou o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), este subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e composto por 12 membros dos quais oito eram representantes do governo, dois eram patrões e dois trabalhadores, todos escolhidos pelo presidente da República. Esse conselho teria a função de ser um órgão consultivo para assessorar o governo federal em matéria trabalhista. O que demonstra a clara hegemonia representada pelos interesses patronais e estatais sobre os trabalhadores.

Porém, sem dúvida, foi com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em 1930, quando foi instaurado o novo governo da chamada Revolução de 1930, que o Estado deu um passo significativo na formulação de políticas sociais mais incisivas para mediar os conflitos do mundo do trabalho, entre eles a questão acidentária. Cabia ao MTIC, por exemplo, a organização da relação das doenças consideradas profissionais, baseando-se, para isso, nas indicações da Organização Internacional do Trabalho (ALMEIDA, 2015). Ao menos do ponto de vista institucional, o Estado reconhecia a necessidade de intervir nas relações conflituosas entre capital e trabalho e formar uma estrutura que tentasse controlar a situação social que se agravava.

A segunda Lei de Acidentes de trabalho (1934)

A legislação de acidentes de trabalho, no Brasil, passou por profundas mudanças na década seguinte, após a revolução de 1930, visto que, em 10 julho de 1934, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, foi promulgado o Decreto nº 24.637 – a segunda Lei de Acidentes de Trabalho (BRASIL, 1934a). Esse decreto, além de manter a “teoria do risco profissional” ou do “fato do trabalho” como fundamento, obrigou, no seu art. 36, que os empregadores oferecessem a garantia de seguro contra acidentes de trabalho. Esse decreto exercia um maior controle do processo de seguro, uma vez que o empregador que não tivesse contrato com seguradora era obrigado a “[...] fazer um depósito nas repartições arrecadoras federais, nas Caixas Econômicas da União ou no Banco do Brasil” (GOMES, 1979, p. 174).

Além disso, por meio do Decreto nº 24.637 foi ampliado o conceito de doença profissional, porque, em seu art. 1, a lei estabelecia que enfermidades inerentes ou peculiares a certas atividades também estavam encampadas na denominação “doenças profissionais”:

§ 1º São doenças profissionais, para os efeitos da presente lei, além das inerentes ou peculiares a determinados

ramos de atividade, as resultantes exclusivamente do exercício do trabalho, as resultantes exclusivamente especiais ou excepcionais em que o mesmo for realizado, não sendo assim consideradas as endêmicas quando por elas forem atingidos empregados habitantes da região. (BRASIL, 1934a).

Desse modo, pelo menos na letra da lei, começou a ser possível para os trabalhadores reivindicarem uma indenização pelas condições especiais ou excepcionais do trabalho, o que incluía um rol de doenças causadas pelo trabalho direto com substâncias como chumbo, fósforo, sílica, entre outras (ALMEIDA, 2015). Do ponto de vista constitucional, a Carta de 1934, de 16 de julho (promulgada, portanto, apenas seis dias após o Decreto nº 24.637), falava muito vagamente sobre a questão acidentária, somente afirmando, em seu art. 121, que:

§ 1º – A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, [...] e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e **nos casos de acidentes de trabalho ou de morte**. (BRASIL, 1934b, grifos nossos).

Apesar da instituição da Justiça do Trabalho no art. 122, destinada a “[...] dirimir questões entre empregadores e empregados” (BRASIL, 1934b), o monopólio da competência dos julgamentos relativos às questões acidentárias continuou sob a tutela da Justiça Comum dos Estados, tal como determinava o Decreto nº 24.637/34.

Outro ponto importante na mudança da Lei foi a inserção de um cargo dentro da parte processual dos julgamentos, que foi a do Curador de Acidentes, por meio do art. 45, que determinava a sua função diante dos casos nos quais não fossem “[...] satisfeitas as obrigações legais por parte do responsável” (BRASIL, 1934a), leia-se quando o empregador não comunicava o fato do acidente à autoridade policial, tal como determinava a lei.

Art. 45 A vítima ou seu representante, se não fôrem [sic] satisfeitas as obrigações legais por parte do responsável, poderá reclamar junto ao curador de Acidentes, ou correspondente órgão do Ministério Público, o qual, ouvido o mesmo responsável e parecendo-lhe procedente a reclamação, promoverá a abertura do inquérito policial, cujos autos serão, no prazo de quinze dias, enviados ao juízo competente. (BRASIL, 1934a).

O Curador de Acidentes era responsável não só por abrir o inquérito policial nos casos que não eram comunicados pelo empregador como também atuava como um conselheiro do Juiz da Comarca responsável por julgar o caso em questão. Como era um juizado da Vara da Fazenda Cível da Justiça Comum, era muito comum o mesmo Juiz atuar nos mais diversos casos e ser o responsável também pelos casos de acidente de trabalho. Cabe destaque que a lei atribui a discricionariedade ao curador de acidentes. Ela é aplicada quando “[...] parecendo-lhe procedente a reclamação” (art. 45) (BRASIL, 1934a). Com esse artigo, a brecha deixada para que muitas reclamações dos trabalhadores fossem julgadas “improcedentes” poderia ser grande, pois dependeria da correlação de forças entre trabalhadores, patrões e autoridades judiciais (curador de acidentes) para a sua aplicabilidade.

Assim como a figura do delegado de polícia continuou a ter um peso importante na materialização da lei, a inserção do curador de acidentes nos trâmites processuais configura mais uma intervenção do Estado nas relações produtivas, ao procurar contrabalançar o poder da autoridade policial. Deve-se salientar que ainda não existia a Justiça do Trabalho (criada pela Carta de 34, porém oficialmente apenas em 1941)³; por isso, a competência do julgamento das questões de acidente de trabalho e doenças profissionais ficava a cargo da Justiça Comum dos Estados.

A “Reforma da Lei de Acidentes de Trabalho” de 1944

Se durante a década de 1930 do século passado e começo da década de 1940 o Decreto

nº 24.637 permaneceu como marco regulador dos casos de acidentes, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), foi aprovada uma Reforma da Lei de Acidentes de Trabalho, implementada pelo Decreto-Lei nº 7.036, de 1944.

O Estado Novo representou o autoritarismo de sua forma de governo com a intervenção no âmbito das relações entre capital e trabalho. Durante esse período, “[...] fomentar greves e abandonar o serviço nas indústrias da ‘defesa nacional’ eram atos de deserção, podendo acarretar de dois a seis anos de prisão” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 52). Assim, vivia-se um período de aumento da produção econômica e da intensificação da exploração da força de trabalho, consequência do período da Segunda Guerra.

Por outro lado, procurava reparar de forma ampla os infortúnios ocasionados pelo aumento do ritmo de produção com a Reforma da Lei de Acidentes de Trabalho. Dentre os destaques importantes desse Decreto está a ampliação, em seu 1º artigo, do conceito de infortúnio laboral, que equipara o acidente à doença resultante das condições de trabalho⁴; além disso, uma relação direta dessa ampliação do que engloba o acidente de trabalho está na admissão da teoria “concausa”, que retirou do conceito de acidente de trabalho a causa única e exclusiva existente na legislação.

A legislação de acidentes de 1934 (Decreto nº 24.637) afirmava em seu art. 1º, § 1 que eram doenças profissionais as resultantes “[...] exclusivamente do exercício do trabalho” (BRASIL, 1934a); no Decreto-Lei nº 7.036, que trata da reforma da Lei de Acidentes de Trabalho, essa exclusividade anterior é retirada. Por sua vez, foram adotadas no art. 1º da nova lei as palavras “direta ou indiretamente”, resultantes das condições de trabalho.

Além dessa ampliação, também houve a distinção entre doenças profissionais inerentes a determinadas categorias profissionais, bem como de doenças resultantes das condições especiais ou excepcionais em que o trabalho é realizado e a introdução de um sistema de manutenção do salário para os casos de incapacidade permanente ou de morte do trabalhador.

Uma mudança substancial foi a modificação incorporada pelo Decreto de 1944 na transitoriedade

das instituições de seguro particular para instituição de seguro estatal. Essa alteração fundamental da lei foi instituída pelo art. 112, o qual é reproduzido a seguir:

Art. 112. A partir de 1 de janeiro de 1949, as instituições de previdência social, então existentes, e que à data da vigência deste Decreto-lei ainda não possuíssem carteiras de acidentes do trabalho, providenciarão a criação de órgãos destinados ao seguro de acidentes do trabalho, aos quais passará, paulatinamente, o seguro das responsabilidades atribuídas aos empregadores, de forma que, a 31 de dezembro de 1953, cessem definitivamente as operações de seguros contra o risco de acidentes do trabalho, pelas sociedades de seguro e pelas cooperativas de seguro de sindicatos. (BRASIL, 1944).

A partir dessa disposição legal, as instituições particulares de seguro que haviam sido reguladas pelo Decreto nº 24.637/34 acabaram perdendo espaço para a exclusividade do poder público em assumir os seguros de acidentes de trabalho por meio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC), que foi criado pelo Decreto-Lei nº 651, de 1938. Além dessa transição instituída pelo art. 112, o art. 111 da lei impedia que novas autorizações fossem dadas para as seguradoras atuarem no âmbito dos seguros de acidentes de trabalho. Transcrevemos o artigo devido à sua importância:

Art. 111. A partir da data da publicação desta lei não poderão ser concedidas autorizações a novas entidades seguradoras cabendo tão somente às instituições de previdência social, às sociedades de seguros e às cooperativas de seguros de sindicatos, que atualmente operam em seguro contra o risco de acidentes de trabalho, a cobertura dêsse [sic] risco, de acordo [sic] com as normas que forem fixadas em regulamento. (BRASIL, 1944).

Desse modo, a partir de 1945, pela lei – Reforma de Acidentes de Trabalho – não poderiam ser autorizadas novas concessões para instituições

particulares de seguro atuarem no âmbito dos acidentes de trabalho. Além disso, a lei determinava a data de 31 de dezembro de 1953 como limite para a atuação dessas companhias particulares, sendo a partir dessa data assumida a integralidade do Estado nas operações de seguro.

Em geral, sobre as Leis de Acidentes abordadas neste artigo, é possível perceber uma ampliação cada vez maior da interferência estatal nos conflitos entre capital e trabalho, de modo a dirimir as questões acidentárias e minimizar os efeitos negativos sobre a saúde dos trabalhadores no que tangia aos infortúnios laborais.

Se a primeira lei de 1919 atribuía o acidente como causa única no exercício do trabalho, “[...] exceto nos casos de força maior ou dolo da própria vítima” (BRASIL, 1919), a reforma da Lei de Acidentes de 1944 ampliou de forma significativa esse conceito, abrangendo aqueles acidentes produzidos “[...] direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional, ou doença” (BRASIL, 1944), além do seu art. 3º, que considerava caracterizado o acidente “[...] ainda quando não seja ele [sic] a causa única e exclusiva da morte ou da perda ou redução da capacidade do empregado” (BRASIL, 1944).

Por outro lado, a competência para o julgamento das questões acidentárias continuou a cargo das Justiças Estaduais, nas suas respectivas comarcas, o que representava, do nosso ponto de vista, um modo de tentar manter um aparato de poder institucional regionalizado para solucionar essas questões entre representantes do Estado em escala local, pois envolvia, como já referido, diversas figuras-chave: o Delegado de Polícia, o Curador de Acidentes, o Escrivão, o trabalhador vítima e seus companheiros testemunhos, os representantes das empresas e das seguradoras de acidentes, os peritos médicos; enfim, todos os sujeitos inseridos em um mesmo contexto de uma mesma comunidade, bairro ou município. Nem mesmo a Constituição de 1946, quando se referia à Justiça do Trabalho e às suas funções no art. 123 mudou tal acepção:

Art. 123 – Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos

entre empregados e empregadores, e, as demais controvérsias oriundas de relações, do trabalho regidas por legislação especial. § 1º – Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da Justiça ordinária. (BRASIL, 1946, grifos nossos).

Desse modo, a nova legislação representou uma tentativa de remediar as doenças profissionais e os acidentes relacionados ao mundo do trabalho, e os inscreveu de forma normativa. Em nossa análise, concordamos com Mattos (2009, p. 213) de que é preciso relativizar a importância dessa legislação como um “ganho” para os trabalhadores. Não temos dúvida de que a legislação social trabalhista elaborada desde 1919 representou uma novidade em termos de proteção social, pois antes não existia praticamente legislação que regia o assunto ou era muito limitada. Essa afirmação, contudo, desconsidera as lutas sociais travadas por meio dos sindicatos e partidos políticos engajados na conquista de direitos e melhores salários.

Considerações finais

Nesse artigo, foi abordado o tema das fontes judiciais, em especial dos processos de acidentes de trabalho enquanto fontes históricas que possuem regras de constituição que lhes são próprias. Abordou-se o histórico da legislação de acidentes de trabalho no Brasil, no contexto da ampliação e do reconhecimento desses direitos no campo internacional. Também foi problematizada a questão do acesso às fontes judiciais como vestígios indiretos do passado, pois mesmo com os filtros dos poderes estatais, tais processos podem iluminar o campo de experiência dos trabalhadores na defesa de seus direitos relacionados à saúde, à dignidade de vida e de trabalho.

É fundamental, nesse sentido, ao se proceder a análise e a interpretação dos processos de acidentes de trabalho enquanto fontes, considerar esses elementos do ponto de vista da legislação acidentária no Brasil, mas também dessa legislação em permanente diálogo com o Direito do Trabalho e na sua interação recíproca entre a lei, a instituição judiciária, e a reivindicação política dos

trabalhadores nas ruas e nos tribunais enquanto sujeitos ativos desse processo.

Não há como compreender onde se insere a luta por direitos e a relação com o poder Estatal se não levarmos em consideração a mobilização dos trabalhadores no interior dessas instituições, participando do jogo político como em uma partida de xadrez. É nesse sentido que a discussão sobre a conquista dos direitos sociais no Brasil, dentre eles da legislação de acidentes de trabalho, deve caminhar lado a lado com o debate sobre a experiência dos trabalhadores não só nos sindicatos mas também no interior das instituições jurídicas e estatais pela ampliação desses direitos.

Notas

1 Sobre as críticas do marxismo e do estruturalismo à história política, ver: Borges, 1991/1992; Félix, 1999.

2 “A história política é psicológica e ignora condicionamentos; é elitista, biográfica mesmo, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora o serial; visa ao particular e ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é materialista e ignora o material; é ideológica e não tem disso consciência; é parcial e não sabe que o é; atém-se ao consciente e ignora o inconsciente; é pontual e ignora o longo prazo; em uma palavra, porque essa palavra resume tudo na gíria dos historiadores, é factual” (JULLIARD, 1988, p. 181).

3 A Justiça do Trabalho, como ficou conhecida, foi oficialmente criada em maio de 1941, no dia destinado aos trabalhadores, durante a ditadura do Estado Novo varguista. Essa instituição, que fora criada para resolver os conflitos inseridos no mundo do trabalho, entre patrões e trabalhadores, já vinha se desenhando décadas antes, entre debates parlamentares, reivindicações trabalhistas e escritos de juristas voltados para a causa operária.

4 “Art. 1º Considera-se acidente do trabalho, para os fins da presente lei, todo aquele [sic] que se verifique pelo exercício do trabalho, provocando, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional, ou doença, que determine a morte, a perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho” (BRASIL, 1944).

Referências

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950).

- Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 13, p. 65-84, jan./jun. 2015.
- ANSART, Pierre. **Les Cliniciens des passions politiques**. Paris: Senil, 1997.
- ARAVANIS, Evangelia. Um olhar sobre os Processos de Acidentes de Trabalho no Rio Grande do Sul (1934-1950). **Revista Aedos**, Porto Alegre, n. 8, v. 2, p. 31, 2009.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992.
- BRASIL. **Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919**. Regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3724-15-janeiro-1919-571001-publicacaooriginal-94096-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923**. Cria o Conselho Nacional do Trabalho. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16027-30-abril-1923-566906-publicacaooriginal-90409-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934a**. Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24637-10-julho-1934-505781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. Constituição Federal (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934b**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944**. Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7036-10-novembro-1944-389493-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- BRASIL. Constituição Federal (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BURKE, Peter. Abertura à nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-38.
- CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: **Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://iframe.trt4.jus.br/portalttr/htm/memorial/index.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos do AEL**, v. 14, n. 26, p. 12-47, 2009.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.
- FÉLIX, Loiva Otero. Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90. **Logos**, Canoas, v. 11, n. 1, p. 5-11, maio 1999.
- FERRAZ, Eduardo Luís Leite. Acidentados e Remediados: a lei de acidentes no trabalho na Piracicaba da Primeira República (1919-1930). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, p. 206-235, jan./jun. 2010.

- FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GALLO, Óscar. Acidentes de trabalho na Colômbia. Doutrina, lei e jurisprudência (1915-1950). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 13, p. 129-149, jan./jun. 2015.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; SILVA, Fernando Teixeira. **A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- JULLIARD, Jacques. A Política. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-195.
- MANDELLI, Bruno. As fontes judiciais como material de pesquisa para história: os processos de acidentes de trabalho e as doenças profissionais. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, 3.. 22-25 maio 2018, Criciúma. **Anais eletrônicos...** Criciúma: UNESC, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/article/download/4525/4137>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In*: FERREIRA, Delgado (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 49-96.
- RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SCHMIDT, Benito B.; SPERANZA, Clarice G. Processos trabalhistas: de papel velho a patrimônio histórico. *In*: PAULA, Zueleide C. de; ROMANELLO, Jorge L.; MENDONÇA, Lúcia G. (Orgs.). **Polifonias do Patrimônio**. Londrina: Eduel, 2012, p. 214-230.
- SOUZA, Samuel Fernando de. **“Coagidos ou Subornados”**: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região Oeste de Santa Catarina (1950-1965)

*From the labor conciliation to the brizolist resistance: the Brazilian Labor
Party (PTB) in the western region of Santa Catarina (1950-1965)*

Claiton Marcio da Silva*
Carla Aparecida Rigo**

Palavras-chave:

Leonel Brizola

Brizolismo

Grupo dos Onze Companheiros

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar o surgimento da influência de Leonel de Moura Brizola na política de Chapecó/SC entre 1950 e 1965. Neste sentido, este artigo aborda o período compreendido entre o surgimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e sua atuação conciliadora ao longo da década de 1950, até o crescimento da influência de Brizola em nível nacional enquanto um dos símbolos da resistência política através da “Campanha da Legalidade” e a criação do “Grupo dos Onze Companheiros”. A violência – física ou simbólica – é o fio condutor desta narrativa, argumentando como a história política local foi permeada pela perseguição aos grupos trabalhistas – também considerados “comunistas” por parte de grupos conservadores. Se em 1950 a influência conciliadora de Getúlio Vargas (pós-Estado Novo) ou de Alberto Pasqualini forneceu a linha do partido, ao final daquela década, uma nova geração de jovens na região Oeste de Santa Catarina adentrou na vida política tendo Brizola – e seus “admiráveis discursos”, que alcançavam a região através da rádio – como referência.

Keywords:

Leonel Brizola

Brizolismo

Grupo dos Onze Companheiros

Abstract: It aims to discuss the rising influence of Leonel de Moura Brizola over the Labor Party (PTB) in Chapecó, Santa Catarina, between 1950 and 1965. In this perspective, this article discusses the political process since the party's early conciliatory position during 1950s until the rising of Brizola's as a symbol of political resistance in the national level through the “Campanha da Legalidade” and the creation of the “Grupo dos Onze Companheiros”. The symbolic and physical violence is the central argument of the narrative, demonstrating this persecution to the *trabalhistas* in the local political history. If Pasqualini or Getúlio Vargas' conciliatory influence (in 1950, post-*Estado Novo*) provided the main ideal for the PTB, at the end of that decade, a new generation of young politicians was created in the Western of Santa Catarina, following Leonel Brizola as a leader – having his radio speeches as the main political reference.

Introdução: PTB, brizolismo e o Oeste Catarinense

Este trabalho tem por objetivo principal abordar a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro por intermédio da crescente influência de Leonel de Moura Brizola (1922-2004) sobre a política chapecoense e regional. Conhecido reduto Brizolista, onde o candidato a Presidente pelo

Partido Democrático Trabalhista (PDT) venceu localmente as eleições de 1989, observamos que não existem estudos que marcam o surgimento da influência desta liderança oriunda do Rio Grande do Sul em terras catarinenses. Dessa forma, este trabalho pretende discutir como, entre diferentes projetos políticos e destacadas lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – como Getúlio Vargas, João Goulart e Alberto Pasqualini – o então jovem

* Doutor em História pela Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz. Professor Associado na Universidade Federal da Fronteira Sul. Professor do Curso de Mestrado em História e de História da Fronteira Sul. E-mail: <claiton@uffs.edu.br>.

** Mestre em História pela Universidade do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro). E-mail: <karla-rigo@hotmail.com>

Leonel Brizola construiu um papel de destaque que ecoou para a região Oeste de Santa Catarina. Isto explica, ao menos em parte, como o brizolismo permaneceu durante décadas como uma importante tradição política, mais conhecida e influente que a própria tradição de Getúlio ou Jango nesta região.

O brizolismo, como tradição de pensamento político, é assunto que embora não esgotado, foi estudado por um grande número de pesquisadores (SZATKOSKI, 2008; RIGHI, 2014; BRANDALISE; HARRES, 2014). No entanto, o surgimento de Leonel Brizola enquanto liderança “acima” dos partidos políticos se constitui como um importante fenômeno para política regional. O diálogo com as obras de Hass (2001, 2007), Silva (2014) e Siqueira (2016), que abordam aspectos da formação política regional após a Segunda Guerra Mundial, fornecem elementos para, por outro lado, abordar o PTB local e o brizolismo como um fenômeno singular. Em outras palavras, a ascensão de Leonel Brizola como liderança significou um rompimento com uma tradição muito influente na década de 1950, ou seja, a da conciliação; e seguiu como forma de resistência quando da criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), já no final da civil-ditadura militar (1964-1985). Um dos pontos em comum entre esta narrativa e os livros mencionados é a permanência tanto de violência física quanto simbólica como elemento fundante e fundamental para a história política regional.

Nesse sentido, o pensamento político-social conhecido como brizolismo foi construído sob uma aura de resistência à violência tanto em nível nacional quanto local. O estudo de Hass (2007) sobre o linchamento ocorrido em Chapecó em outubro de 1950 marcou o início de uma abordagem que relaciona os fenômenos sociais aos elementos políticos, pouco presente na memória social. Mais especificamente, se o entendimento sobre o linchamento – mediante esta referida memória social regional – foi interpretado enquanto uma atitude isolada protagonizada por determinados atores em um ato “irracional”, Hass demonstra que tanto o responsável pela organização do linchamento quanto as vítimas tinham um posicionamento partidário evidente, e neste caso, oposto.

De certa forma, se a violência era um aspecto bastante conhecido nos sertões catarinense desde a década de 1920, o episódio do linchamento inaugurou um processo de perseguição sobre simpatizantes ou membros do PTB que, embora tenha sido descompassado ao longo dos anos 1950, encontrou seu momento mais tenso na primeira metade da década de 1960, com o golpe civil-militar de 1964.

Em termos de produção bibliográfica, ao estudo sobre o linchamento seguiu-se a dissertação de mestrado transformada em livro posteriormente sobre as elites políticas chapecoenses (HASS, 2001). Neste estudo, Monica Hass aborda o período pluripartidário, argumentando como o linchamento produziu uma nova organização das elites locais, tendo em vista que o modelo econômico representado pela indústria madeireira se encontrava em fase de esgotamento. A década de 1950 produziu a rearticulação das disputas locais com a instalação da agroindústria no município, promovendo uma onda de desenvolvimento econômico e estimulando uma nova configuração das alianças políticas.

Posteriormente, o estudo de Silva (2014) retomou alguns dos argumentos de Hass e buscou aprofundar a pesquisa no período bipartidário (1965-1979) em Chapecó, arranjo criado pela ditadura civil-militar para facilitar o controle do processo político. O livro em questão abordou o impacto do golpe civil-militar em nível local, e a reconfiguração dos partidos e das alianças entre as elites, visando à manutenção do controle político; também, abordou os conflitos diante do surgimento de novas lideranças trabalhistas (PTB). Em uma sociedade que relativamente se industrializava e se urbanizava, a política local chapecoense se tornava mais complexa no sentido que novos grupos sociais ascendiam à disputa eleitoral. Dessa forma, se antes os madeireiros, comerciantes, industriais e colonizadores dominavam a cena, os bacharéis e os grupos de lideranças mais jovens marcavam presença, principalmente na oposição à ditadura. Foi neste contexto que o então prefeito Sadi José de Marco (ex-PTB) se tornou o epicentro de diversas

disputas de poder, concluindo com sua cassação através do Ato Institucional nº 5 em abril de 1969.

O trabalho de Siqueira (2016) buscou renovar a abordagem da história política local com a análise da atuação das lideranças pela teoria de redes. Analisando a composição do quadro político local no período pluripartidário e bipartidário, Siqueira, observando os representantes chapecoenses nas câmaras estadual e federal, percebeu uma aproximação dos diferentes partidos e projetos em torno de duas grandes lideranças locais: Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês, ambos filiados ao PSD e, posteriormente, à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O primeiro continuou sendo o principal representante do período coronelista; o segundo, por sua vez, foi um dos responsáveis pela introdução de uma complexa rede agroindustrial que se expandiu nas décadas seguintes. Os espaços públicos e privados, nesse sentido, mais do que distanciar os atores, serviu também como elemento de aproximação das elites políticas para a construção de consensos sobre os projetos de desenvolvimento local.

A continuidade que este trabalho oferece no diálogo com os demais é justamente, como afirmamos, a abordagem da política local enquanto um exercício contínuo de diferentes formas de violência (MUCHEMBLED, 2012; MARCONDES FILHO, 2001; COIMBRA, 2001; CARVALHO, 2010; ALVES, 2005; BRASIL, 1997). Logo, este estudo se referencia entre dois grandes eventos pautados pela violência: o linchamento ocorrido em Chapecó em 1950 e a prisão política de membros e simpatizantes do PTB nos dias que se seguiram ao golpe civil-militar de 1964. Em comum, estes dois episódios de violência – assim como outros que ocorreram posteriormente, no contexto do AI-5 – foram cometidos contra simpatizantes e membros do PTB, em menor número no linchamento, onde apenas um dos acusados era filiado ao partido, e em maior número nas prisões de 1964. O final do Estado Novo (1937-1945) marca a inserção do trabalhismo na política chapecoense por meio de uma orientação política cristã e conciliadora, baseada, sobretudo em características do pensamento de Getúlio Vargas e, com maior força, a partir de Alberto Pasqualini.

A certa altura – entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960 – Leonel Brizola, ganhou força ao promover a Campanha pela Legalidade, com discursos “aguerridos” dirigidos contra as elites que não desejavam a posse de Jango; conquistou uma série de admiradores em diversas regiões do país, inclusive na região de Chapecó. Outras lideranças petebistas – como Doutel de Andrade – eram frequentemente mencionadas como influência pelos jovens locais; por outro lado, a influência do jovem político gaúcho foi fundamental. E como resultado, a ascensão de Brizola como líder político modificou a forma de atuação do PTB local – considerado até então como moderado – para uma postura que, pouco mais tarde, às vésperas do golpe civil-militar, veio a ser chamada de “comunista”.

Dentro das correntes internas do PTB, existiam os “doutrinários trabalhistas”, ou seja, os “intelectuais orgânicos” do partido. Esta tendência tinha uma orientação trabalhista considerada socializante, e suas principais características eram o nacionalismo, proximidade à social democracia, assim como a “[...] contraposição ao comunismo, maior identidade com o socialismo reformista, independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos” (CRUZ, 2010, p. 46). Destacaram-se nesta tendência, Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Sérgio Magalhães e Santiago Dantas. Por outro lado, os “pragmáticos reformistas” buscavam promover

Uma concepção paternalista no tocante às políticas sociais, ora protagonistas de uma nova linha de ação trabalhista – que incorporou questões como distributivismo e justiça social –, bebiam ao mesmo tempo das fontes do getulismo e do trabalhismo doutrinário. O político gaúcho Leonel Brizola e o sindicalista mineiro Clodsmidt Riani foram outros dois expoentes da tendência. (CRUZ, 2010, p. 46).

O brizolismo, como conceito, já foi utilizado enquanto “ideologia” por autores como Szatkoski (2003). Esta autora lembra que a ideologia brizolista teria surgido principalmente

com a publicação do Jornal “O Panfleto” em 1964. De forma complementar, para este estudo, nos referimos ao brizolismo como pensamento voltado ao nacionalismo anti-imperialista, crítico à política externa dos Estados Unidos para a América Latina, seu projeto de desenvolvimento nacional e a postura “intransigente”, “aguerrida”, em pronunciamentos e na defesa das “questões sociais”. Tais características são observadas no trabalho de Igor Grill (2005, p. 532), que aponta como características de Brizola: a sua capacidade de “comunicação com as massas”, a sua “competência administrativa”, além do cunho social e nacionalista dos programas que desenvolveu. Também, se faz necessário mencionar a ligação pessoal com Getúlio Vargas e o vínculo familiar com João Goulart (por meio do casamento com uma de suas irmãs)” (GRILL, 2005, p. 532).

Brizola aumentou sua inserção política em um contexto de disputa tanto com os setores conservadores quanto pela liderança de centro-esquerda no PTB. De acordo com Motta, no início dos anos 1960, as posturas consideradas radicais de Brizola teriam contribuído para a elevação da “temperatura” política. Ocupando uma vaga na Câmara dos Deputados, Brizola teria se tornado um dos principais expoentes do lema “reformas na lei ou na marra”. Em determinada ocasião, falando em um evento em Natal, teria feito “[...] uma provocação pessoal ao Comandante local do Exército, o General Antônio Carlos Muricy, episódio que quase degenerou em violência” (MOTTA, 2000, p. 290).

Diante do exposto, Leonel Brizola, admirado por alguns e criticado por outros, teve influência marcante em diversas regiões do Brasil, incluindo a região de Chapecó. Para isso, observaremos como a tradição Brizolista ganhou espaço no contexto político local/nacional entre 1950 e 1965.

O Oeste Catarinense: quando o trabalhismo se encontra com os ecos do mandonismo político local

Em 1946, um artigo da Revista do Globo especulou as diferentes interpretações sobre os ideários de Alberto Pasqualini, forte liderança petebista à época:

UM OPERÁRIO: “O dr. Alberto Pasqualini é amigo dos pobres como o dr. Getúlio. Se ele fizer no governo do Rio Grande do Sul o que me disseram que está prometendo, os trabalhadores só terão a lucrar. Eu sou militante do PTB e vou votar em Alberto Pasqualini, o candidato do senador Vargas. UM FUNCIONÁRIO: “Conheço o dr. Pasqualini apenas através desses retratos pregados na rua. Não tenho nada contra e acho até que vou votar nele, só para me divertir, para ver de que jeito ele botará na prática seu programa verdadeiramente utópico. No fim de três meses, ele pedirá demissão [...]”. UM INDUSTRIALISTA: “Pasqualini é o meu candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Eu votaria nele mesmo que a sua candidatura não tivesse o apoio do Getúlio. É um homem moço e um bom democrata. É inteligente e bem-intencionado. Mas, se ele for apoiado pelos comunistas, não quero nada com ele”. (CRUZ, 2010, p. 12).

Ao simular um diálogo entre três setores diferentes da sociedade – operários, funcionários e industrialistas – observamos que a suposta afirmação dos últimos expõe claramente a tendência seguida nas décadas seguintes em relação ao petebismo. Primeiramente, a tradição getulista aproximava os diferentes grupos políticos; no entanto, como sublinhado na última frase da referência, “se ele for apoiado pelos comunistas, não quero nada com ele”, delineou que, caso os comunistas dialogassem com Pasqualini, este receberia apoio diminuto. Aos poucos, com o retorno de Vargas à presidência pelo voto direto em 1950, uma forte campanha voltada ao crescimento do trabalhismo ganhou força. Grande parte da retórica política conservadora, neste momento, concentrou-se no anticomunismo crescente em tempos de Guerra Fria. Com isso, a chegada do trabalhismo petebista nas regiões interioranas, embora com tendência cristã/católica, foi geralmente associada ao comunismo. E conforme a temperatura anticomunista no Brasil aumentava, maior era a repressão aos petebistas.

Em nível local, entre 1950 e a metade dos anos 1960, podemos observar que vários conflitos políticos culminaram com exercício repressivo

aos membros do PTB: o linchamento de 1950, a perseguição ao Grupo dos Onze Companheiros e a prisão de filiados ao PTB durante o golpe civil-militar em abril de 1964.

Nesta linha, em Chapecó, o início de tal repressão foi marcado com a eleição de outubro de 1950, quando os trabalhistas conquistaram a prefeitura municipal. O processo de interiorização do petebismo/trabalhismo encontrou em Chapecó um contexto de mandonismo político denso, com ecos do sistema coronelista, dificultando a organização e atuação de grupos políticos urbano/industriais. Entre 1917 e 1931 o mandonismo na região tinha por base o poder econômico madeireiro/ervateiro, e por característica, proteção aos amigos, perseguição a adversários políticos, ataques a imprensa, destinação de cargos públicos, coações e até mesmo assassinatos. A partir do processo de colonização oficial, esse poder passou a ser controlado pelas Companhias Colonizadoras (HASS, 2007).

A década de 1920 foi um período de intensos conflitos entre os coronéis locais, devido principalmente à disputa pelo comércio da erva-mate e controle político dos moradores; também, existia resistência a chegada de migrantes/colonos, oriundos do estado do Rio Grande do Sul (HASS, 2007, p. 40). Com o aumento da produção de erva-mate na região, promovendo relativo crescimento econômico, muitas famílias se instalaram em Santa Catarina, ocasionando o aumento das disputas pela propriedade das terras (BRANDT; SILVA, 2014, p. 459). Para contornar a situação desfavorável entre os migrantes, o governo estadual nomeou um sócio da colonizadora Bertaso, o Coronel Manoel dos Santos Maia, como delegado da polícia. E, de acordo com o pensamento conservador predominante, “[...] coube a ele cuidar da ordem pública, uma vez que era responsabilidade dos colonizadores trazerem a ordem e conseqüentemente, o progresso para a região” (HASS, 2007, p. 40).

Nas décadas de 1930 e 1940, tendo as Companhias Colonizadoras se consolidado enquanto camada predominante da elite local – contando com o apoio da Igreja Católica – este modelo de desenvolvimento da regional começou a

alcançar outros setores, propiciando um crescimento do comércio e da indústria, além da extração da madeira e erva-mate. Contudo, outro fator que causou transformação no setor político, em específico na cidade de Chapecó, foi a criação de partidos políticos, contando com sete siglas partidárias após 1946: o Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Progressista (PSP), Partido Libertador (PL) e o PDC, Partido Democrático Cristão (HASS, 2007, p. 50).

Apesar do quadro político alterado, o velho coronelismo continuou presente na região, formado principalmente por colonizadores e madeireiros. Mas:

A entrada de novos elementos na configuração o poder político chapecoense não se deu de forma pacífica, acarretando um período de muita violência. A disputa pelo poder de mando local, no início dessa fase de transição, foi marcada por acirrados conflitos político-partidários, caracterizados por perseguição a adversários políticos (com demissões, transferências e assassinatos), por coação ao eleitorado, por denúncias de corrupção e desmandos administrativos. (HASS, 2007, p. 50).

Evidencia-se neste momento que a criação de novas siglas partidárias aumentou as tensões políticas. A “educação moral” e os valores de trabalho e religião não foram suficientes para acomodar os interesses políticos divergentes que surgiam neste novo contexto após a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Cabe lembrar que os Bertaso, ligados ao PSD, promoveram a vinda de mais de 8 mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina (HASS, 2007, p. 40). Por outro lado, nesse processo de mudanças econômicas e políticas em nível nacional e regional, com muitos estudantes frequentando escolas ou universidades no Rio Grande do Sul, as ideias que estavam em evidência do Estado vizinho foram adaptadas na região Oeste. Um destes “novos” aspectos era o ideal urbano-trabalhista, notadamente através da influência de Getúlio Vargas e de Pasqualini.

Os conflitos políticos atingiram um primeiro e dramático ápice com o incêndio da igreja e o linchamento de quatro acusados em 1950. Conforme destaca Hass (2007, p. 53), o linchamento foi, de certa forma, uma espécie de acerto político devido às eleições terem modificado o cenário local. Cabe salientar que as primeiras narrativas sobre o acontecimento apontavam para a versão que os prisioneiros foram linchados por utilizarem-se continuamente da estratégia de atear fogo em determinados locais da cidade para, aproveitando-se da distração dos moradores, furtar residências e comércios. A população, de acordo com esta versão, revoltou-se ainda mais com o incêndio na Igreja Católica, fato que motivou tal crime (HASS, 2007, p. 53).

Em nível político-partidário, o PSD perdeu as eleições municipais daquele ano para o PTB, o que gerou uma série de conflitos. Com a ascensão de uma nova classe urbano-industrial ligada principalmente ao PTB e à UDN, o poder local dividiu-se entre estes dois partidos e o PSD, gerando novas alianças locais e estaduais como forma de conquista ou manutenção da dominação. Se para a eleição de 1950 o PTB e a UDN estavam aliados para a disputa eleitoral, a tendência ao longo da década foi de afastamento por parte dos dois partidos, principalmente após a forte oposição realizada por Carlos Lacerda contra o governo de Getúlio Vargas (SIQUEIRA, 2016).

E como principal consequência de 1950, a continuidade do projeto colonizador se daria, daquele momento em diante, pela substituição do modelo madeireiro pela estruturação da agroindústria no município. Reunidas em torno de um projeto comum, ou seja, recuperar a economia por meio da agroindústria, as disputas durante a década de 1950 destacaram figuras conciliadoras oriundas do PTB como os prefeitos José de Miranda Ramos (1950) e Thucydides Paim Butuhy (1954) (SIQUEIRA, 2016, p. 57). Posteriormente, Plínio Arlindo de Nês assumiu a prefeitura, devolvendo ao PSD o controle municipal após dois mandatos do PTB. Porém, cabe destacar que a vitória do PSD apenas foi possível com o apoio do PTB naquelas eleições. Mesmo com as resistências iniciais junto ao PTB por parte do PSD

– maioria da câmara de vereadores naquela gestão de Miranda Ramos – aos poucos as duas siglas se aproximaram devido aos acordos em nível estadual, que colocavam PSD e PTB lado a lado para conter o avanço da UDN (SILVA, 2014) no início dos anos 1960 pela Aliança Social Trabalhista (AST). Como perfil predominante, o PTB apresentou ao longo da década de 1950, lideranças moderadas como o comerciante João Destri (SILVA, 2014), eleito pelo PTB em 1960.

Dessa forma, evidenciou-se “[...] que a violência característica pela disputa do poder na região oeste vai diminuindo a partir das possibilidades de dominação institucional” (SIQUEIRA, 2016, p. 63). No entanto, com o final da década se aproximando, a Revolução Cubana de 1959, a Guerra Fria e os conflitos internos em torno da oposição ao governo de Juscelino Kubitschek modificariam o perfil dos “novos” petebistas da região. Estudantes de Direito em Passo Fundo, Porto Alegre ou Curitiba, como Sadi José de Marco, Genir Destri (filho de João Destri), entre outros, trouxeram uma nova perspectiva de atuação política, conflitando com a postura conciliadora. Por isso, abordaremos como a construção de uma postura política menos conciliatória, de centro-esquerda se tornou o sistema de resistência mais efetivo na conquista de adeptos frente à tentativa de golpe em 1961 e ao golpe civil-militar de 1964. Também, observaremos a chegada destas proposições em nível local: se por um lado, para alguns, Leonel Brizola representava a resistência “aguerrida” através de seus pronunciamentos e atitudes, por outro, o anticomunismo se fez presente em nível local, acirrando as disputas regionais.

Da Campanha da legalidade à ditadura civil-militar: o brizolismo como resistência (1961-1964)

Em Santa Catarina, em especial Chapecó, o discurso anticomunista foi propagado fundamentalmente pelos udenistas, através da imprensa. Com a aliança entre PTB, PSD e PCB, a UDN passou a aumentar o tom das acusações de que os pessedistas também eram comunistas¹. A partir

da década de 1950, o anticomunismo ganhou força em todo o território nacional, muito em função da resistência das elites civis e militares em relação à posse de João Goulart. A Campanha da Legalidade de 1961, que teve Brizola como líder durante seu mandato como governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), também foi vista como uma estratégia “comunista” (MONTEIRO, 2011, p. 25).

Neste contexto, a Campanha da Legalidade surgiu e se concentrou principalmente no Rio Grande do Sul, com foco na capital gaúcha Porto Alegre, mas o movimento também adentrou outras regiões do estado, como Passo Fundo².

Na região Oeste de Santa Catarina e no Alto Uruguai gaúcho, a campanha difundiu-se principalmente por rádio – e pela influência cultural de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. O movimento alcançou cidades geograficamente próximas a Chapecó – Passo Fundo, Erechim e Nonoai – e o nome de Leonel de Moura Brizola difundiu-se ainda mais pelo interior do estado. Nesse contexto, o então estudante de Direito, Genir José Destri, resumiu sua experiência de formação política diante da situação política nacional e regional:

[...] são origens trabalhistas que eu tenho desde o getulismo, porque já no governo, e mesmo na ditadura de Getúlio, acompanhava em 1944, 1945, a gente acompanhava pela Voz do Brasil o desfecho do governo, em 1946 teve a redemocratização com a eleição do governo de Eurico Gaspar Dutra, e depuseram o presidente Getúlio Vargas. Mas depois teve o movimento do próprio povo, as forças políticas foram buscar o Getúlio Vargas de volta para a sua eleição em 1950 para presidente da república através do “golpe democrático”, foram buscá-lo em São Borja, e eu era um garoto, estudante de ginásio e já me empolguei e entrei [...] isso lá em Joaçaba como estudante de ginásio, e a partir daí fui para Porto Alegre, estudei no colégio Rosário, e ali ampliei um pouco mais as minhas bases trabalhistas através da doutrina de Pasqualini, e Getúlio, João Goulart, [e posteriormente] Brizola, naquela época tinha gente em todo esse movimento. (DESTRI, 1999).

De atuação política moderada, ao menos no início da década de 1960, Genir Destri elegeu-se vereador em Chapecó, presidiu o partido e foi deputado estadual durante aquela década, até ser cassado pelo Ato Institucional nº 5 em 1969. Buscando demonstrar suas origens políticas e a admiração pelo trabalhismo desde os tempos de Getúlio Vargas, e manifestar certa empolgação com os movimentos políticos que aconteceram ao longo da década de 1950, Genir Destri mencionou as influências políticas desde Vargas e Pascoalini até Jango e Leonel Brizola. Assim como Destri, o vereador durante a década de 1960 e vice-prefeito no início dos anos 1970, Ferdinando Damo, e o prefeito de Chapecó cassado pelo regime civil-militar em 1969, Sadi José de Marco, apresentam um perfil semelhante – embora tivessem disputado por diversas vezes a liderança do PTB local: todos com idade menor de 25 anos quando eleitos pela primeira vez; estudantes de Direito no Rio Grande do Sul em período próximo à Campanha da Legalidade; e, por fim, reconhecidos pela “garra” de seus pronunciamentos públicos³.

Essa postura semelhante à linha de ação Brizolista marcou a trajetória de Sadi José de Marco. Reconhecido na imprensa local por pronunciamentos considerados “vibrantes” e “provocativos”, De Marco também seguiu a linha traçada por outros integrantes do PTB, com laços políticos atrelados a Getúlio, Pasqualini, Jango e Brizola, assim como mais tarde, por Doutel de Andrade. Além disso, em sua administração como prefeito de Chapecó (1966-1969), a atuação política lembrava, em suas próprias palavras, algumas das bandeiras de Leonel Brizola, como um forte investimento na construção de escolas. Também, De Marco era considerado oposição ao Governo Federal, muito em função de seus discursos e declarações públicas, na qual cobrava investimentos para o município (SILVA, 2014, p. 76).

A Campanha da Legalidade, dessa forma, enquanto movimento nacional e com forte interiorização no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, alcançou a região de Chapecó e abriu espaço para a linha Brizolista. E este movimento, somado a outros fatores, produziu uma nova geração de políticos

voltados para a pauta das chamadas “questões sociais”, identificada com fortes pronunciamentos – uma das “marcas registradas” de Leonel Brizola. Com isso, se ainda não é possível afirmar sobre a existência de um brizolismo *stricto sensu* no início dos anos 1960, por outro lado, observam-se elementos que caracterizavam a simbologia política de Brizola. A crescente influência desta forma de ação política – análoga ao brizolismo – intensificou-se sobre os jovens políticos em um contexto de crescente anticomunismo; e os eventos relacionados ao golpe civil-militar de 1964 deixaram esta influência ainda mais evidente, principalmente através do debate que envolve a criação e atuação do “Grupo dos Onze Companheiros” – ideia atribuída a Leonel Brizola. Por conseguinte, os jovens petebistas se distanciavam, cada vez mais, de uma posição conciliadora tal qual a de Pasqualini; e se aproximavam cada vez mais das características do Brizolismo às portas do golpe de 1964.

O golpe civil-militar e o Grupo dos Onze: repressão ao brizolismo e aos movimentos de resistência

Após a Campanha da Legalidade e o crescente anticomunismo que resultaria no golpe civil-militar de 1964, atribui-se a Leonel Brizola a criação de uma organização de resistência conhecida como o “Grupo dos Onze Companheiros”, “Grupo dos Onze” ou “Comando Nacionalista” (CN). Em período posterior ao golpe, o Grupo dos Onze avançou em termos de adesão social, contando com outros líderes políticos, por exemplo, Ney Ortiz Borges, getulista e integrante da Ala Moça do PTB, vereador em Porto Alegre, líder do PTB na câmara de vereadores e deputado federal em 1962 (BRANDALISE; HARRES, 2014, p. 68). O novo grupo, no entanto, não se restringiu apenas ao PTB:

A maior concentração dos *Grupos* foi no interior do Rio Grande do Sul, por dois motivos em especiais: o sucesso da Campanha da Legalidade que projetou Brizola como líder nacional e reforçou ainda mais seu prestígio entre os gaúchos por sua administração

bem-sucedida como governador (1959-1963) e por privilegiar a luta pela reforma agrária. Neste momento Leonel de Moura Brizola tornava-se, gradualmente, o líder das esquerdas no Brasil, seu perfil de liderança agregava os grupos e concentrava seus objetivos, além de sua facilidade de mobilização das massas. (RIGHI, 2014, p. 4).

O grupo tinha como objetivo principal formar uma frente de resistência em torno da continuidade do governo de João Goulart – e da defesa das reformas de base, principalmente a reforma agrária e urbana (ZONATTO, 2010, p. 23). Mas, para além das reformas de base, os membros do grupo tinham como intuito organizar um movimento de massa fundamentado na ideologia do nacionalismo popular revolucionário. Em um segundo momento, passou-se a pensar na composição de um partido revolucionário, o qual, na opinião de alguns autores, seria indispensável para Leonel Brizola (RIGHI, 2014, p. 2).

O processo de perseguição aos Brizolistas em Chapecó e região, organizados ou não por meio do Grupo dos Onze Companheiros, alcançou seu ponto máximo nos anos iniciais da ditadura civil-militar. A ideia proposta por Brizola para resistir ao golpe civil-militar de 1964 chegou à região no contexto das tensões políticas; nos primeiros dias do mês de abril de 1964, um grande processo de repressão fora instaurado sobre os membros do PTB em várias cidades da região Oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conduzindo-os à prisão ou a interrogatórios. O relatório da Comissão da Verdade Paulo Stuart Wright de 2014 – referência ao deputado estadual cassado e assassinado durante a ditadura – mapeou os relatos de violações de direitos humanos, apontou a repressão em diversas cidades catarinense e evidenciou a perseguição aos brizolistas:

As violações no meio rural aconteceram em função da organização dos chamados Grupo dos Onze, brizolistas que pretendiam se organizar para defender o governo de João Goulart. Mais de duzentos catarinenses foram presos em 1964, acusados de

pertencerem ao Grupo dos Onze. As cidades que mais sofreram este tipo de repressão situam-se no oeste do Estado catarinense, área de pequenas propriedades agrícolas. Foram todas prisões ilegais, sem ordem judicial em: Araquari, Caçador, Campos Novos, Caxambu do Sul, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Irineópolis, Ituporanga, Joaçaba, Lages, Luzerna, Mafra, Matos Costa, Videira, Xanxerê e Porto União – fronteira com o Paraná. A repressão foi dirigida pelo 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado 5º B E CMB – BLD. Comandado pelo General de Brigada Dario Coelho. Em abril de 1964, ele ordenou a prisão e indiciou 230 pessoas nas cidades de Porto União, Major Costa, Canoinhas e Irineópolis. Ele indiciou também no inquérito: Leonel Brizola, Getúlio Vargas e Fidel Castro. (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT, 2014, p. 60).

Muitos dos presos políticos de 1964 preferiram deixar o caso no anonimato ou no esquecimento – pelo menos até 1998, quando o Estado de Santa Catarina abriu ação de reconhecimento das violações políticas – favorecendo a construção do mito de que reinou a “lei” e a “ordem” pelo interior do Brasil durante a ditadura. Nas décadas seguintes, no entanto, muitos casos se tornaram públicos: João Vitelmo Marques, então vereador da cidade de Xanxerê, relatou que ele e mais 110 cidadãos de Xanxerê e Xaxim foram presos entre os dias 4 e 6 de abril de 1964 sob suspeita de integrarem o Grupo dos Onze. No ato da prisão, muitos deles se encontravam trabalhando ou em sua própria residência, como João, que foi levado até o quartel da cidade de Chapecó. Nesta entrevista destacou, ainda, que ficou preso durante dois meses, sofrendo com agressões físicas e psicológicas – sendo interrogado sobre a formação do grupo, sobre “causar agitação” entre os trabalhadores e por pertencer ao PTB ligado ao Brizola⁴.

No caso específico da região Oeste, na visão dos militares, houve a adesão de pessoas ao movimento de Brizola. Isso ocasionou prisões, torturas, cassações e perseguições. No caso já mencionado de Sadi de Marco, antes mesmo de ser

prefeito e ter seu mandato cassado, permaneceu 24 horas preso nos primeiros dias de abril de 1964. Também, Genir Destri, precisou responder a um Inquérito Policial Militar (SILVA, 2014, p. 63). Um estudo sobre a violação dos direitos humanos em Chapecó durante a ditadura civil-militar demonstra que nos primeiros dias de abril de 1964, a polícia militar realizou em torno de 22 prisões de membros do PTB, sem acusação prévia (HANAUER, 2016, p. 31), incluindo o caso mencionado de Sadi de Marco.

A partir de 1998, um processo indenizatório movido por familiares de vítimas da repressão detalhou, através de depoimentos, como os suspeitos foram tratados pelos militares naquela ocasião. E, por diferentes maneiras, esse processo de perseguição aumentaria ao longo da ditadura civil-militar, principalmente entre 1964 e 1970, momento em que forças moderadas do MDB – oriundas do PTB, como João Destri – voltam a ter controle sobre o partido. Em nosso argumento, este período entre 1964 e 1970 é o ponto máximo para observar a influência do pensamento de Brizola na região; e, por consequência, a continuidade do processo de violência sobre o PTB inaugurado em 1950 com o linchamento.

Durante o restante da década de 1970, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido de sustentação da ditadura – consolidou seu poder eleitoral até o início da abertura política na década de 1980. Nesse período, a repressão se direcionou mais fortemente aos movimentos sociais.

Notas

1 A “simples acusação de apoio vermelho à oposição dos udenistas em nível nacional bastava para desqualificar os adversários de pleito”. E, conforme demonstra Siqueira, o PTB era mais vulnerável as críticas por estar ligado ao líder Leonel Brizola, do que propriamente o PSD, porém, com o pleito eleitoral se aproximando a UDN buscava apoio do PTB em Chapecó para as eleições de 1955 (SIQUEIRA, 2016, p. 74).

2 Em Passo Fundo, o Comitê Pró-legalidade utilizou-se da sede da Câmara de Vereadores para abrir inscrições para alistamento em defesa da posse de Jango e respeito à Constituição. O Partido Democrático Cristão (PDC), considerado conservador, manifestou apoio ao movimento, além do Centro de Tradições Gaúchas Laila Miranda e funcionários do Banco do Brasil, que na

época tinham grande prestígio na comunidade, também aderiram à campanha. As mulheres passo-fundenses, jogadores de várzea, a igrejas cristãs, evangélicas, metodistas e maçons também se organizaram quanto ao movimento. Estima-se que 3 mil pessoas se alistaram em Passo Fundo apoiando o movimento legalista. Em 3 de setembro de 1961, as tropas legalistas saíram da cidade de Cruz Alta, passando por Passo Fundo rumo ao Estado vizinho, Santa Catarina, onde se encontraram com as tropas do I e II Exército (MONTEIRO, 2011, p. 25).

3 A retórica combativa, “aguerrida”, em tom de enfrentamento, que se tornou uma das marcas de Brizola, pode ser observada em momentos posteriores da década de 1960. Como exemplo, em 1966 foi organizado o MDB em Chapecó com a presença dos deputados Genir Destri e Paulo Macarini e o vice-governador de Santa Catarina, deputado Francisco Dall’Igna. De acordo com a matéria do Jornal Folha d’Oeste, “um ponto a destacar foi a palavra do deputado Genir Destri”, que “dirigiu severas críticas ao Governo Federal e aos componentes da ARENA”. Para o jornal, os elementos dos pronunciamentos combativos estavam presentes: “[...] em seu violento discurso [disse] que a ARENA vem colhendo adeptos através do cabresto, se referindo à fusão dos ex-pessedistas com ex-udenistas”, Destri disse “que azeite não se mistura com vinagre, tecendo outros comentários sobre o partido ex-udenista” (FOLHA D’OESTE, 1966).

4 Ver Sicrea Filho, 2011. A título de comparação com casos do Rio Grande do Sul, a história de Marques pode ser comparada à de Dionysio Cerutti, que teria integrado o Grupo dos Onze em Frederico Westphalen, na qual seu filho Ivan Cerutti relata: “Meu pai foi levado preso, a prisão se localizava atrás da prefeitura velha. Todos juntos, inclusive, para fazer as necessidades fisiológicas pelo fato de o recinto ser muito pequeno, enquanto tomavam o depoimento dos outros presos políticos, o castigo para meu pai, foi o de ficar se equilibrando com os pés em cima de dois tijolos dentro do sanitário, chamado de “patente”, improvisado durante horas e não poderia se desequilibrar, pois senão cairia nas fezes que ali se depositavam [...] (lágrimas). Emociono-me ao lembrar disso, pois tinha apenas 12 anos, era um garoto. Fui levar alimentação para meu pai e me escoraçaram de dentro da prefeitura velha, fui empurrado, e a marmita que minha mãe tinha preparado caiu no chão. Uma professora passou, me viu e me mandou ir embora, foi um gesto humano, pois viu meu desespero. Quando os presos tomavam banho de sol, pessoas ilustres da comunidade, inclusive compadres do meu pai, passavam e xingavam eles, chamando-os de macacos, pois estavam todos agachados próximos à cerca do pátio da prisão. Quando foi instaurada a revolução de 1964, os sinos da Catedral tocaram, saudando a revolução, numa atitude de concordância e fortalecimento da ditadura que se instalava e para anunciar que o Brasil tinha se livrado dos comunistas. Após anos de ditadura, quanto da reabertura democrática, fui até a Catedral, para tocar os sinos pela volta

da democracia; porém, fui impedido. Têm pessoas vivas que podem confirmar isso” (SZATKOSKI, 2003, p. 111).

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: Notas preliminares. **Historiae**, v. 5, n. 2, p. 67-86, 2014.

BRANDT, Marlon; SILVA, Naiara Sampaio. A coleta da erva-mate pela população cabocla do Vale do Rio do Peixe e Oeste de Santa Catarina: Apropriação privada da terra e rupturas (décadas de 1900-1940). **Soc. & Nat. Uberlândia**, v. 26, n. 3, p. 459-469, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997**. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm. Acesso em: 11 maio 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Chumbo grosso: assassinato e tortura eram práticas comuns durante a ditadura de Getúlio Vargas. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 59, [s. p.], ago. 2010.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em estudo**, v. 6, n. 2, p.11-19, 2001.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT. **Relatório Final**. Florianópolis: ALESC, 2014. Disponível em: http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2016/04/relatorio_final_-_novembro_-_20-11-14_1_2.pdf p. 31. Acesso em: 10 nov. 2018.

CRUZ, João Batista Carvalho da. **Da formação ao desafio das urnas: O PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul**. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

- DESTRI, Genir. **Entrevista concedida à Claiton Marcio da Silva**. Chapecó, 1999.
- GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da “Tradição Trabalhista” do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 3, p. 525-557, 2005.
- HANAUER, Luiz Fernando Perondi. **A inobservância dos direitos humanos na cidade de Chapecó no contexto da ditadura militar**: análise de depoimentos judiciais de presos políticos. 2016. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.
- HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo de poder local (1945–1965). Chapecó: Argos, 2001.
- HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. 2. ed. rev. e ampl. Chapecó: Argos, 2007.
- JORNAL FOLHA DO OESTE. **Organizado o MDB em Chapecó, Dall-Igna presente**. Chapecó, 2 de jul. 1966.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001.
- MONTEIRO, Paulo. **A campanha da legalidade em Passo Fundo**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2011.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o Perigo Vermelho**: o Anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MUCHEMBLED, Robert. **História da violência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- RIGHI, Graziane. **Grupos dos Onze**: a tentativa de resistência. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2, 13-15 out. 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2014. p. 1-16.
- SICREA FILHO, Romeu. Xanxerense é indenizado por tortura durante a ditadura militar. 2011. **Folha Regional**. Disponível em: http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/xanxerense_e_indenizado_por_tortura_durante_a_ditadura_militar/. Acesso em: 19 maio 2017.
- SILVA, Claiton Marcio da. **Dos braços do povo à espada dos militares**: os anos de chumbo na Fronteira Sul (1964-1970). Florianópolis: Pandion, 2014.
- SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **Os donos do “celeiro do progresso”**: Redes sociais e Política (Chapecó, 1956-1977). 2016. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2016.
- SZATKOSKI, Elenice. **Os grupos dos Onze**: Política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai- RS 1947/1968. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- SZATKOSKI, Elenice. **O jornal Panfleto e a construção do brizolismo**. 2008. 191 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ZONATTO, Rejane. **O grupo dos onze no Brasil e no Vale do Taquari**. 2010. 99 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lageado, 2010.

Duas histórias processuais memória e tortura na Operação Barriga Verde 1975*

Two memories processuais memoria and tortura on operation Barriga Verde 1975

Mateus Gamba Torres**

Palavras-chave:
Operação Barriga Verde
Ditadura
Judiciário

Resumo: o presente artigo visa a trabalhar com alguns dos elementos que davam sustentação ao regime militar que, em meados da década de 1970, apenas começava a sentir os primeiros movimentos de crise que levariam à solução conciliatória da Nova República, na década seguinte. Compreende-se aqui que as decisões do judiciário militar e, particularmente, o processo judicial que se formou contra os acusados de reorganização do Partido Comunista em Santa Catarina como fruto da Operação Barriga Verde, extrapolavam o âmbito meramente do formalismo jurídico, envolvendo todo um imaginário construído ao longo de várias décadas e que se consubstanciava nos argumentos e sentenças proferidas. Nesse processo chamam a nossa atenção dois casos que demonstram as torturas e ilegalidades visíveis em documentos produzidos pelo próprio judiciário.

Keywords:
Operation Green Belly
Dictatorship
Judicial

Abstract: This article aims to work with some of the elements that gave support to the military regime that in the mid 1970s was only beginning to feel the first crisis movements that would lead to the conciliatory solution of the New Republic in the following decade. It is understood here that the decisions of the military judiciary, and particularly the judicial process that was formed against those accused of reorganizing the Communist Party in Santa Catarina as a result of Operation Barriga Verde, extrapolated the scope merely of legal formalism, involving a whole imaginary built over several decades and consubstantiated in the arguments and sentences uttered. In this process we are drawn to two cases that demonstrate the torture and illegalities visible in documents produced by the judiciary itself.

Recebido em 30 de novembro de 2018. Aprovado em 27 de março de 2019.

Folheando os jornais: milagre e liberdade

No dia 4 de novembro de 1975, os leitores do jornal *O Estado*, de Florianópolis encontraram notícias que em nada fugiam do cotidiano da cidade, do Estado de Santa Catarina, do Brasil, nem ao menos no mundo. O Figueirense era “só entusiasmo” para enfrentar o Fluminense pela Copa Brasil no Estádio Orlando Escarpelli (*O ESTADO*, 1975. p. 1). Na capa do jornal era evidenciado o estado de saúde de Isabel Perón na Argentina,

considerado pelos médicos de extrema gravidade (*O ESTADO*, 1975. p.1). Para o Estado de Santa Catarina o Governador Antônio Carlos Konder Reis, empossado no começo do ano de 1975, iria no dia seguinte encontrar-se com o presidente Ernesto Geisel para apresentar-lhe um projeto visando à implementação de um sistema nacional de gasodutos (*O ESTADO*, 1975, p.1) e, pela primeira vez no Brasil, o Imposto de Renda teria um desconto padrão de 20% (*O ESTADO*, 1975, p.1). Franco, o ditador espanhol, dava seus últimos suspiros de vida, sendo submetido a diversas intervenções

* Texto dedicado ao jornalista, historiador e amigo Celso Martins, que, no livro “Os quatro cantos do Sol”, trouxe à tona histórias humanas dessa operação repressiva e ditatorial eivada de tortura e autoritarismo. Celso Martins faleceu em 11 de outubro de 2018. Pela sua coragem e pela luta constante pela democracia, a nossa singela homenagem. Celso Martins: “PRESENTE!”

** Professor Adjunto II do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: gambatorres@gmail.com

cirúrgicas (O ESTADO, 1975, p.1). O Banco do Brasil abria mais um concurso, para a alegria dos jovens que sonhavam em um emprego estável e bem remunerado para toda a vida até a aposentadoria (O ESTADO, 1975, p.9) -A propaganda governamental não poderia faltar com o slogan: “Sempre que há confiança entre o governo e seu povo, povo e governo governam. Governar é encurtar distâncias” (O ESTADO, 1975, p.1). Nos cinemas pelo Estado, estavam sendo exibidos gêneros da época como a pornochanchada *O Clube das Infiéis*, no extinto Cine São José de Florianópolis, localizado ao lado da Catedral Metropolitana da Capital (O ESTADO, 1975, p.9). A notícia que poderia causar mais estranheza aos leitores em geral eram as críticas do senador Jarbas Passarinho, ex-ministro do Governo Costa e Silva, à censura estabelecida (O ESTADO, 1975, p.1).¹

Apesar da tranquilidade aparente, àquela altura, estava-se em meio à chamada Operação Barriga Verde, deflagrada dias antes e que havia levado à prisão uma série de militantes políticos, em sua maioria ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)². Nos cárceres, os militantes já estavam passando por privações diversas: incomunicabilidade, medo, torturas, ameaças de fuzilamento. As prisões ocorreram no período da manhã do dia 04 de novembro de 1975; os militantes eram levados ao 63º Batalhão de Infantaria, situado no bairro do Estreito. Relatos colhidos posteriormente transmitiam a impressão de que apenas os membros das famílias dos militantes e os deputados estaduais da oposição estavam a par do assunto e se manifestando sobre o considerado absurdo das prisões (sequestros) que estavam ocorrendo. Manifestações inflamadas de deputados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não surtiram muito efeito, pois os militantes continuavam incomunicáveis e sendo torturados (MARTINS, 2006).

As torturas já começavam no próprio Batalhão de Infantaria. Porém, os considerados horrores ocorreram com mais intensidade em Curitiba: queimaduras, choques elétricos, pau-de-arara. Isso falando apenas das torturas físicas. No quesito psicologia também eram peritos os

torturadores. Eram ouvidos pelos encarcerados gritos de crianças, lamentos de pessoas sendo torturadas. Durante a noite eram os encarcerados chamados mais de 20 ou 30 vezes, para prestar depoimento, impedindo-os de dormir (MARTINS, 2006).

A intenção dos militares era desbaratar a organização do Partido Comunista Brasileiro que possuía alguns de seus representantes atuando no Estado de Santa Catarina, a exemplo do que estava acontecendo em outros estados da Federação. A interpretação mais comum para a nova onda de repressão lançada pela ditadura aponta para a importância da vitória do MDB nas eleições de 1974 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2006). Com a derrota nas urnas, a ditadura militar tratou de tentar reforçar suas bases de legitimação social, apelando mais uma vez para a suposta ameaça que a esquerda poderia representar para o país. Como as organizações armadas haviam sido derrotadas, restava então focar um velho inimigo: o Partido Comunista Brasileiro.

Havia assim um contraste, entre a tranquilidade que era anunciada pelo jornal – que procurava mostrar como estava segura, próspera e tranquila a sociedade brasileira naquele momento– e as intensas movimentações repressivas que estavam lotando os cárceres de presos políticos. Artigos jornalísticos publicados no dia 04 de novembro de 1975 faziam referência à escalada democrática empreendida pelo Governo Geisel, ocorrida com a *distensão política* empreendida após o fortalecimento dos partidos, e da depuração necessária à estabilidade do *regime*. O governo Geisel era retratado como o baluarte da segurança, estabilidade e do esforço em estabelecer uma democracia plena no Brasil, responsável pela manutenção da desobstrução dos canais da normalidade institucional (D’ARAÚJO, CASTRO, 2002).

Nota-se que a ilegalidade já começava a ser cometida no momento da prisão dos acusados. A Justiça Militar, na figura do Juiz Auditor, de acordo com o Decreto-Lei nº 898/69 – Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1969a), deveria ter sido comunicada através de ofício enviado pela autoridade policial que efetuou a prisão dos

militantes. Em relação ao juiz, não poderia haver incomunicabilidade, ou seja, não informar qual o local do cárcere ou o paradeiro do detido. A prisão deveria ser imediatamente comunicada ao Juiz Auditor o que não ocorreu no caso da Operação Barriga Verde³.

Uma breve leitura do jornal O Estado daqueles dias próximos ao lançamento da Operação Barriga Verde parece demonstrar que havia uma ênfase em retratar a situação do país como harmônica e tranquila, principalmente no plano institucional, com eleições, partidos fortes, e o povo compreendendo o esforço do governo na manutenção da segurança interna. Um governo que *não deseja o caos nem aceita prepotência*. Parece até mesmo sarcástica tal afirmação quando no mesmo dia temos pessoas sendo torturadas e sequestradas, sem nenhum respaldo jurídico, ou acusação formada.

Para o leitor dos tempos atuais, folhear os jornais dos anos de 1970 levaria a perceber em pequenas, porém diversas colunas de notícias, em vários dias consecutivos, a presença de alguns personagens que não estariam, ou estariam muito pouco presentes nos jornais atuais, por exemplo, a Justiça Militar. A presença dessa justiça pode ser constatada em notícias como: “Promotor se pronuncia em processo de ex-deputado” (O ESTADO, 1975, p.11); “Justiça Militar em São Paulo absolveu mais 6” (O ESTADO, 1975); “Justiça Militar segue acusando 36 por atos de terrorismo” (O ESTADO, 1975); “Juiz Militar decreta prisão de 9 acusados por subversão” (O ESTADO, 1975, p.11). A Justiça Militar, verifica-se, estava bastante presente no cotidiano da população, assim como o cinema, a televisão e as notícias sobre futebol.

A justiça militar à época era formada por um Juiz Auditor Civil. Este era o responsável por julgamentos de medidas acautelatórias, oitiva dos acusados e testemunhas, prisões preventivas, despachos sobre a validade dos atos processuais. Os outros juizes eram militares de carreira que nem ao menos precisavam ser bacharéis em direito, pois o requisito para ocupar o cargo era fazer parte da oficialidade militar, principalmente em postos de alta patente⁴.

Para muitos dos leitores dos jornais de Florianópolis aqueles tempos significavam ainda momentos de euforia, pois ainda estavam vivenciando os últimos momentos do chamado “milagre econômico”, com seus *fuscas* novos que dominavam as ruas de Florianópolis e os eletrodomésticos que não poderiam deixar de estar na sala da dona de casa de classe média (O ESTADO, 1975). Televisões, aparelhos de barbear elétricos, depiladores femininos, rádios, amplificadores, toca-fitas, ícones da mudança, e da melhoria das condições de vida, ao menos das camadas médias da Capital. Apartamentos em Balneário Camboriú eram anunciados nos jornais para que a pujante classe média pudesse passar seus verões em contato com a natureza, ou apenas para investir seus ganhos crescentes (O ESTADO, 1975). Ao mesmo tempo o “milagre” mostrava sua face repressiva, e o processo da operação barriga verde é uma realidade sombria para aqueles que foram sequestrados pelos órgãos de repressão.

O processo

O processo da chamada Operação Barriga Verde foi aberto no ano de 1975⁵, tendo como seu embasamento legal a Lei de Segurança Nacional, além do Código de Processo Penal Militar de forma subsidiária, no que diz respeito ao procedimento a ser adotado (COGAN, 1976). Pode-se verificar que de acordo com tais leis, o processo, de forma genérica, possui duas fases: uma investigativa, pré-processual, onde são feitas investigações no sentido de verificar o cometimento de algum crime contra a segurança nacional e outra do processo propriamente dito, que começa na peça processual chamada denúncia, onde o procurador da justiça militar inicia a ação penal militar.⁶

O procedimento iniciava-se com a fase de investigação, quando uma autoridade policial, (Polícia Federal, Polícia Militar estadual, as Polícias do Exército, Marinha ou Aeronáutica, com seus serviços de informação, instala um inquérito. Qualquer uma destas *polícias* possuía autorização para investigar crimes contra a segurança nacional.

Para a presidência do inquérito poderia ser nomeado um delegado, ou um inspetor no caso da justiça federal, ou um oficial no caso das polícias militares dos Estados ou das Forças Armadas. Grande poder possuía o encarregado do processo, de acordo com o Decreto-Lei nº 898/69, em seu art. 59, que prescrevia o seguinte:

Art. 59 - Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.

§ 1º - O encarregado do inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias, desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares. (BRASIL, 1969a).

Ou seja, percebe-se que poderia o indiciado ser preso pelo próprio encarregado, bastando apenas comunicar a prisão para a autoridade judiciária, deixando o investigado incomunicável, com relação a todas as outras pessoas. Após a conclusão do inquérito, era realizado um relatório minucioso de todas as provas encontradas contra os indiciados do inquérito. O inquérito concluído era então encaminhado ao Juiz Auditor Militar da região na qual os crimes haviam sido supostamente cometidos. O Juiz Auditor Militar encaminhava os autos ao Procurador da Justiça Militar, membro do Ministério Público Militar, responsável pela deflagração da Ação Penal Militar, pelas práticas dos crimes contra a segurança nacional.

O procurador da Justiça Militar devolveria os autos para o Juiz Auditor e, em caso de denúncia, o juiz poderia ou não *recebê-la*⁷, fazendo-o positivamente no caso de que realmente houvesse indícios de crime e o procedimento adotado até aquele momento estivesse de acordo com a lei. O Juiz Auditor era o único juiz civil que pertencia ao Conselho Permanente de Justiça Militar, que era o Órgão Judicial responsável pelo julgamento dos civis e de não oficiais (ALVES, 2005). Tal jurisdição era formada no seguinte modelo, estabelecido

pelo Decreto nº. 1.003, no parágrafo 2º do art. 13: “[...] os Conselhos Permanentes de Justiça serão constituídos do auditor, de um oficial superior, como presidente, e de três oficiais até o posto de capitão ou capitão-tenente” (BRASIL, 1969c). Conforme o art. 62 da Lei de Segurança Nacional, o Juiz Auditor ao receber a denúncia tinha a obrigação de citar o denunciado, para que ele fosse processado e julgado. Caso ele não conseguisse ser citado por estar em lugar incerto ou não sabido, deveria ser citado por edital (BRASIL, 1969a).

Após tudo isso, era marcada uma audiência para se ouvir as testemunhas, debates orais e sentença. As testemunhas de acusação, em número de até três, já eram descritas na denúncia, enquanto a defesa poderia arrolar duas testemunhas para cada acusado. Em caso de ausência das testemunhas de defesa à audiência de instrução e julgamento, marcada pelo Juiz Auditor, seria formalmente considerado que o Advogado de defesa desistira de ouvi-las. Na mesma audiência era dada a palavra para o advogado de defesa e para o Procurador de Justiça Militar, para que estes fizessem a sustentação oral das suas teses. Posteriormente, era proferida sentença em audiência. O Ministério Público, em caso de absolvição, deveria obrigatoriamente recorrer para o Superior Tribunal Militar (BRASIL, 1969a).

Percebe-se que todo o processo é realmente feito para dar uma *vantagem* ao Procurador da Justiça Militar, pois se as testemunhas de defesa devem comparecer independentemente de intimação, não estavam por lei obrigadas a comparecer; e, caso não comparecessem, entendia-se que o advogado de defesa tivesse delas desistido.

Além disso, o Ministério Público obrigatoriamente deveria recorrer da sentença que viesse a absolver os acusados, não obrigando os advogados de defesa a recorrer, ou seja, em caso de condenação a lei dá a entender que foi feita justiça e, em caso de absolvição, entende-se que algo errado ocorreu e deve ser corrigido pelos Tribunais Superiores.

Os réus

O processo judicial criminal militar que foi gerado como consequência da deflagração da

Operação Barriga Verde, de nº 749 de 1976 e que, que no Superior Tribunal Militar pode ser encontrado através do número do seu Recurso, interposto pelo Ministério Público Militar e por alguns dos réus para que fosse revista sua pena, Apelação nº 42.031, de 1978, servirá de base para analisarmos de que forma eram elaborados esses processos e a carga simbólica que traziam os discursos que eram elaborados em torno de dois integrantes do Partido Comunista Brasileiro pelas autoridades judiciais, procuradores de justiça, advogados, encarregados do inquérito e outros possíveis atores que estivessem envolvidos com o processo. O processo é composto de 12 volumes, totalizando mais de 3 mil páginas (BRASIL, 1978).

O processo está arquivado na Seção de Arquivo, órgão vinculado à Diretoria de Documentação e Divulgação do Superior Tribunal Militar, em Brasília. O processo iniciou-se na primeira instância da Justiça Militar, na 5ª Circunscrição da Justiça Militar situada no Estado do Paraná, pois era atribuição deste Conselho julgar todos os processos criminais militares relativos à Segurança Nacional ocorridos nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

São 42 réus processados, através do Representante do Ministério Público Militar, o chamado Procurador da Justiça Militar que, ao receber das mãos do Juiz Auditor Militar o inquérito nº 49/75 concluído, e vislumbrando a prática do crime do art. 43 da Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1969a), ingressou com Ação Penal Militar, na função de representante da lei e fiscal de sua execução conforme o art. 34 do Código de Processo Penal Militar. Código este que foi elaborado para descrever o procedimento a ser tomado por todos os participantes do processo (BRASIL, 1969b)

Fazendo uma pequena análise estatística do processo, nota-se a presença de 31 réus com idade entre 25 e 40 anos de idade, sendo os outros 11 com idade acima de 40 anos, com limite de 60 anos. Dentre todos os réus, dois são mulheres e três no quesito *cor* são considerados *pardos* pelo encarregado do inquérito. Destes réus, ainda deve-se citar que um foi julgado à revelia, pois estava em lugar incerto e não sabido, de acordo com o inquérito.

Desde o começo do processo, praticamente todos os acusados foram presos. Os primeiros a serem presos, assim o ficaram desde 04 de novembro de 1975, estando incomunicáveis ao menos até 14 de novembro de 1975 (BRASIL, 1978), inclusive incomunicáveis em relação à autoridade judiciária, o que não era permitido de acordo com a própria LSN, em seu art. 59. A incomunicabilidade, de acordo com a doutrina jurídica da época, não era permitida nem em relação ao advogado. Ou seja, mesmo declarado incomunicável pelo encarregado do processo e tal prisão sendo encaminhada ao juiz e este ainda mantivesse a incomunicabilidade, teria o réu direito a manter contato com seu advogado.

Esta incomunicabilidade não impede a comunicação com seu advogado, conforme dispõe o art. 89, III, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (lei nº 4.215, de 27. 4. 1963): “São direitos do advogado – comunicar-se pessoal e reservadamente, com os seus clientes, ainda quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar, mesmo incomunicável. (COGAN, 1976).

Inclusive de acordo com a própria Constituição Federal de 1967, com redação dada pela Emenda nº 1 de 1969, a prisão deve ser imediatamente comunicada ao juiz, o que não consta no processo. Conforme art. 153, parágrafo 12 da citada Constituição:

Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que relaxará, se não for legal. (BRASIL, 1967).

Em nenhum documento no processo, demonstra-se a comunicação à autoridade judiciária, mas sim apenas depois de dez dias para o Subcomandante do 4º Batalhão Policial Militar de Santa Catarina, no dia 14 de novembro de 1975, tendo em vista as prisões terem ocorrido no dia 04 de novembro de 1975 e estarem os presos sob sua custódia. Ou seja, ilegalmente, o encarregado

do Inquérito decretou as prisões juntamente com a incomunicabilidade dos réus (BRASIL, 1969a). Além disso, quem determinou a quebra da incomunicabilidade foi o próprio encarregado do inquérito, e nada disso foi comunicado ao Juiz Auditor, como determina a lei, mas sim apenas para um Major Comandante do 4º BPM de Santa Catarina, que estava com os presos sob sua custódia (BRASIL, 1978). Foi inclusive determinado que os réus continuassem presos segundo o Juiz,

Senhor Major

Comunico a Vª Srª que nesta data foi suspensa a incomunicabilidade dos presos T.G., A.V., M.C.F.R.J.M., C.P., V.L., C.M.C.^s, que foram presos em data de 4 de corrente mês, indiciados nos autos do inquérito policial 49/75, instaurado por esta Superintendência, como incurso nas penas dos artigos 39, 43, 45, inciso II e VI do Decreto Lei 898/69. Esclareço, outrossim, que os nominados deverão continuar presos, a disposição desta autoridade processante. (BRASIL, 1978).

De acordo com os autos do processo, a primeira menção ao Juiz Auditor Militar foi feita na página 172 no dia 04 de dezembro de 1975. Refere-se a um pedido de prorrogação de prazo para a conclusão do inquérito feito pelo encarregado, por mais 30 dias, para o Superintendente do Departamento da Polícia Federal que o nomeou para presidir o inquérito, pedindo para que este comunique ao Juiz Auditor tal prorrogação após a autorização dada pelo Superintendente.

Na conformidade com o que preceitua o art. 59 do Decreto Lei 898/69, solicite-se ao Sr. Superintendente Regional da DPF/SC, prorrogação, por mais trinta dias, do prazo para a ulitimação do presente inquérito policial. Comunique-se ao MM. Dr. Juiz Auditor da 5ª CJM, a prorrogação do prazo, tão logo autorizada pelo Superintendente Regional da DPF. Prossiga-se nos demais atos legais. (BRASIL, 1978).

Durante as investigações policiais, 11 dos acusados foram colocados em liberdade provisória pelo encarregado do inquérito. Tais alvarás de

soltura foram elaborados pelo encarregado do inquérito, pois, ao dispor do poder de prender, tecnicamente, tinha o poder de soltar. Todavia verifica-se mais uma ilegalidade. A soltura destes 11 presos foi realizada no dia 02 de janeiro de 1976; porém, quando o encarregado solicitou a prorrogação do prazo para a conclusão das investigações, não solicitou em requerimento à sua autoridade superior a manutenção da prisão dos acusados, apenas a prorrogação do prazo para investigação, nada mencionando a respeito da prisão dos acusados. O requerimento foi apenas de prorrogação do prazo, talvez por considerar que apenas a menção ao art. 59 da LSN já o autorizava a efetuar a prisão por mais 30 dias dos acusados, sem ao menos requerer a prorrogação da prisão. E mais, de acordo com a doutrina jurídica da época, a prisão somente poderia ser prorrogada por no máximo 20 dias.

Estabelece, ainda, o Código de Processo Penal Militar que o indiciado poderá ficar detido, durante as investigações policiais, até trinta dias, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais vinte dias, pelo comandante da Região, Distrito Naval ou Zona Aérea, mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito por via hierárquica (art. 18). Em se tratando, porém, de crime contra a Segurança Nacional, o prazo de trinta é prorrogável, por mais uma vez por intermédio da autoridade que determinou a sua instauração. Calando-se o tempo sobre o espaço de tempo, deve-se entender, em consonância com o disposto no Código de Processo Penal Militar, que ele é de vinte dias". (COGAN, 1976, p. 82).

Também que não houve resposta do Superintendente sobre o requerimento elaborado pelo encarregado, pelo menos não consta no processo. E não existe nem uma cópia de qualquer ofício, com uma assinatura ou recebimento do juiz, provando que este tinha consciência de que havia pessoas presas na carceragem da Polícia Federal, no 63º Batalhão de Infantaria ou ainda no 4º Batalhão da Polícia Militar. Além dos acusados, foram também

ouvidas 4 testemunhas. Com relação apenas ao inquérito realizado com o objetivo de fundamentar o ingresso da ação penal por parte dos Procuradores da Justiça Militar foram 208 páginas de inquérito elaborado na Polícia Federal em Florianópolis.

Duas ilegalidades são vislumbradas analisando o processo da Operação Barriga Verde: a incomunicabilidade dos réus com relação à autoridade judiciária competente e a prorrogação acima do prazo de 20 dias, isso de acordo com a doutrina jurídica à época (COGAN, 1976).

Quem poderia sanar estas ilegalidades e relaxar a prisão dos acusados? A autoridade judiciária, o Juiz Auditor Militar. Após o interrogatório dos réus e a oitiva das quatro testemunhas, foi realizado pelo encarregado do Processo o relatório final do inquérito. Minuciosamente elaborado, (conforme a versão do encarregado) o inquérito inteiro foi encaminhado ao Juiz Auditor Militar, com o pedido de prisão preventiva de todos os acusados que já estavam presos sob custódia da Polícia Militar por determinação do encarregado, pois, de acordo com a LSN, seu poder sobre a liberdade dos presos somente durava até o final do inquérito e, caso o Conselho Permanente de Justiça considerasse conveniente manter os réus presos, deveria despachar neste sentido determinando a prisão preventiva. A prisão preventiva poderia ser decretada nas seguintes hipóteses.

Para que a prisão preventiva seja decretada é preciso que, além de prova do fato delituoso e indícios suficientes da autoria, a medida justifique-se como: a) garantia da ordem pública; b) conveniência da instrução criminal; c) periculosidade do indiciado ou acusado; d) segurança da aplicação da lei penal militar; e) exigência da manutenção das normas e princípios de hierarquia e disciplinas militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado. (COGAN, 1976).

Não dependia, porém, o Juiz Auditor Militar, de decisão do Conselho para determinar o relaxamento da prisão dos acusados em caso de ilegalidade desta. De acordo com o Código de

Processo Penal Militar, em seu art, 46, item III, seria da competência do auditor, “[...] relaxar, em despacho fundamentado, a prisão que lhe for comunicada por autoridade encarregada de investigado policiais” (BRASIL, 1969b).

Mas isso não fez o Juiz Auditor da Justiça Militar. Tinha ele o poder de, ao ver tamanhas ilegalidades, relaxar imediatamente as prisões, conforme o art. 46 da Lei de Segurança Nacional (BRASIL, 1969a), e ainda de acordo com parágrafo 12, do art. 153, da própria Constituição Federal de 1967 (BRASIL, 1967). Mas preferiu primeiramente encaminhar os autos ao Ministério Público para parecer, enquanto os réus, em número de 31, continuavam presos. Posteriormente, o Juiz Auditor apenas recebeu a denúncia e marcou a data do julgamento do pedido de prisão preventiva elaborado pelo encarregado e que deveria ser analisado pelo Conselho Permanente de Justiça, para os meses de fevereiro a abril de 1976, tendo em vista, que marcou audiências em datas diferentes para os réus, dividindo-os em grupos. Começa o seu despacho o juiz, afirmando estarem as alegações “revestidas das formalidade legais” e, assim, “recebo a denúncia”. E conclui:

Sejam estes autos apresentados na audiência do Conselho Permanente de Justiça para o Exército desta auditoria, designada para o dia 19 do mês em curso, para apreciação do pedido de decretação de prisão preventiva constante nos autos. (BRASIL, 1978).

O parecer do Ministério Público opinava pela manutenção da prisão dos acusados que ainda estavam encarcerados por determinação do encarregado do Inquérito, um Inspetor da Polícia Federal (BRASIL, 1978). Após o despacho do Juiz Auditor, determinando as audiências, este, Batalhão teria desistido de ouvir manda que fosse feita a juntada dos antecedentes criminais dos acusados. Segundo apresentado pelo escrivão, apenas seis possuíam processos ou condenações. Vislumbra-se que todos estes seis possuíam antecedentes criminais referentes a práticas de crimes contra a segurança nacional ou crimes políticos, e nenhuma infração penal comum.

Diversos pedidos de relaxamento de prisão começaram a ser juntados ao processo pelos advogados dos acusados, após a designação das audiências. Tentam os advogados de todas as formas relaxar a prisão de seus clientes, utilizam como argumento que os acusados cumprem os requisitos do art. 257 do Código de Processo Penal Militar demonstrando a desnecessidade de continuarem presos.

Art. 257. O juiz deixará de decretar a prisão preventiva, quando, por qualquer circunstância evidente dos autos, ou pela profissão, condições de vida ou interesse do indiciado ou acusado, presumir que este não fuja, nem exerça influência em testemunha ou perito, nem impeça ou perturbe, de qualquer modo, a ação da justiça. (BRASIL, 1969b).

De acordo com os advogados o fato de os acusados serem profissionais, trabalhadores e dedicados à família deveria servir para soltá-los. “Os documentos inclusos, porém, demonstram que todos os réus são homens dedicados ao trabalho honesto, com família constituída merecendo por isso mesmo aguardar em liberdade o julgamento da causa” (BRASIL, 1976).

Os Réus e as prisões

Em geral os acusados são membros da classe média e portadores do que podemos chamar de um capital cultural valorizado pela sociedade, e este argumento não deixa de ser utilizado por seus advogados.

Há médico, há advogados, há engenheiro, há dentistas, há funcionários públicos, há estudantes e há operários, todos como resultará provado pelo exame que se dignar levar a efeito os doutos magistrados dessa Casa de Justiça Castrense, tem domicílio certo, profissão definida, e, nenhum, é de ressaltar, tem o mínimo de periculosidade. (BRASIL, 1976, p. 1086).

Além disso, em diversas petições demonstram as torturas sofridas por seus clientes

e a situação médica em que se encontram após tais torturas, inclusive juntando cartas que relatam a situação em que foram presos.

As prisões ocorreram dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos por elementos estranhos. Falei prisões, mas na realidade foram seqüestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem livros, e objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares. (BRASIL, 1978, 1086).

Além dos argumentos que expõem referente ao Código Processual Militar, e da desnecessidade das prisões, demonstram que tais prisões são um risco para a saúde de seus clientes.

Que está preso a meses, e doente antes, seu estado de saúde dia-a-dia mais se agrava, e como não tratamento na Colônia Penal, como sua saúde exige, por certo, caso não seja tomada uma providência imediata para ficar em liberdade e em companhia de seus familiares, sucumbirá. Que a documentação médica em anexo prova sê-lo cardíaco em grau máximo, e está definhando em cela, não obstante, é verdade o mínimo possível de atendimento que pode e é, quicá, prestado e ele, o acusado, poderá morrer no cárcere, o que não interesse a ninguém, menos ainda a justiça, daí, doente como se encontra merece uma atenção especial e não adianta ser internado em hospitais (que nem existe em condições de atendimento especializado), que em nada resolveria, daí, porque requer seja relaxada sua prisão, como dever e princípio não só de justiça mas também de humanidade. (BRASIL, 1978, p. 1235, grifos do autor).

E como há poucos meses havia ocorrido o caso Herzog⁹, os advogados deixavam claro que isso poderia ocorrer novamente e a repercussão seria também grande e desagradável para a Justiça Militar.

Não é para dramatizar, menos ainda para comover os doutos membros desta casa, mas é dever e obrigação dos advogados, deixar os julgadores a par dos acontecimentos, e isso é feito agora, sem qualquer demagogia, sem qualquer outra intenção senão a de que urge relaxar a prisão dos quatro evitando que no amanhã, os jornais publiquem a morte de mais um preso, fato sempre desagradável a todos. (BRASIL, 1978, p. 1248).

Citam jornais da época em que pessoas que estavam sendo acusadas do mesmo crime no Estado de São Paulo estavam tendo suas prisões preventivas revogadas (BRASIL, 1978, p. 1249). Após estas diversas petições com pedido de relaxamento de prisão e, conseqüentemente, de não decretação da prisão preventiva; enfim, chegaram as datas em que ocorreram as audiências do Conselho Permanente de Justiça (BRASIL, 1978, p. 1297).

Conforme a ata do dia 19 de fevereiro de 1976, reuniu-se o Conselho Permanente da Justiça Militar da 5ª Circunscrição da Justiça Militar, para decidir sobre o pedido de prisão preventiva elaborado pelo encarregado do Inquérito e ratificado pelo representante do Ministério Público. Os advogados fizeram sustentação oral dos pedidos de relaxamento de prisão, requerendo a não decretação da prisão preventiva dos acusados.

Conforme decidiu o Conselho neste dia, em nada adiantou a argumentação dos advogados, o Conselho não só deferiu o pedido de prisão preventiva de todos os 31 acusados, como mandou prender preventivamente um dos acusados que já havia sido solto pelo encarcerado. Isso era perfeitamente permitido em lei, conforme o art. 254 do Código de Processo Penal Militar; porém, verifica-se que os juízes do Conselho estavam sendo mais rigorosos do que um funcionário da Polícia Federal e do que o Representante do Ministério Público Militar, aos quais cabia a missão de sustentar o rigor da acusação (BRASIL, 1969b).

Tudo isso por unanimidade de votos e após reunirem-se em sala secreta para a tomada de decisão. Percebe-se também que a decisão não foi fundamentada imediatamente naquele momento, somente sendo juntada aos autos do processo quase um mês depois. A fundamentação para decretação da prisão preventiva não era obrigatória, de acordo o Código de Processo Penal Militar e a Constituição de 1967, com a modificação inserida pela Emenda nº 1 de 1969. Nota-se o movimento de manter presos os acusados, denotando um clima de medo da subversão. Determinou o Conselho, ainda, que fosse realizada inspeção médica nos quatro acusados que estavam afirmando estar doentes e precisando de tratamento (BRASIL, 1978, p. 1298).

O Ministério Público Militar, após a apresentação dos laudos médicos, poderia e deveria, conforme sua condição de fiscal da lei, mandar apurar as torturas mencionadas pelos acusados por meio de seus advogados e documentos por eles juntados, mas sequer se manifestou sobre o caso ou ficou-se a apurar as denúncias de tortura e maus tratos sofridos pelos réus (BRASIL, 1969).

A próxima fase do processo é o interrogatório, agora perante a autoridade judiciária e não mais policial, na qual são feitas algumas perguntas já preestabelecidas em lei, e mais algum esclarecimento que queira fazer o acusado ou responder a alguma pergunta realizada pelo Juiz Auditor, juntamente com o Procurador do Ministério Público Militar, e o advogado de defesa do réu (BRASIL, 1978, p. 1368). É o primeiro momento do processo em que há a possibilidade de o réu falar sua versão dos fatos para o Juiz Auditor Militar, pois até aquele momento o que disse no processo foi por meio de seus advogados. Já neste momento nota-se uma discrepância imensa do depoimento prestado na carceragem da Polícia Federal (BRASIL, 1978, p. 1364).

Deviam, e isso fizeram os advogados, após o interrogatório dos réus, juntar uma defesa prévia, requerendo tudo de direito: soltura, colheita de provas, juntada de documentos e algumas afirmações no sentido de provar a inocência dos réus. A tese definitiva da defesa e de acusação é realizada em alegações finais, como última fase antes

do julgamento do processo, na qual, em documento escrito, o Procurador de Justiça Militar e os advogados de defesa expõem suas teses. A acusação e a defesa ainda se encontraram na audiência de julgamento dos réus, na qual o Procurador de Justiça e os advogados dispunham de uma hora para apresentação de razões orais, conforme art. 70 do Decreto nº 898/69 (BRASIL, 1969a).

Dois réus: duas histórias processuais

O processo traz ainda algumas histórias, que aqui chamaremos de *processuais*, com relação às acusações sofridas pelos réus, seus depoimentos, particularidades nas defesas, ou seja, como o processo se desenvolveu sob o ponto de vista da experiência do processado. Foram escolhidos dois réus que nos chamaram mais atenção: T.G., “funcionário” do partido e J. S. N., comunista arrependido.

A) T.G.: o “funcionário”

Considerado perigoso, T.G. era também cogitado como o profissional a serviço do Comando Central do Partido Comunista em Santa Catarina, Segundo o Procurador de Justiça Militar, responsável pelo aliciamento de militantes e contribuições financeiras. Sendo todas as afirmativas baseadas no inquérito policial, o Procurador toma a descrição dos fatos pelo acusado, em sua confissão, expostas de forma minuciosa. Cabe aqui alertar, uma vez mais, que tais informações foram obtidas provavelmente através de tortura ou outro tipo de coação.

Em Santa Catarina, participou de inúmeras reuniões do CE/PCB/SC, Comitês Estaduais e Organizações de Base, mantendo diversos contatos pessoais com os militantes e colaboradores do referido Estado, no interesse de reestruturação dos quadros do PCB e obtenção de recursos financeiros para o partido clandestino. Viajou para a Rússia em 1963. (BRASIL, 1978, p. 26).

Foi requerida sua prisão preventiva pelo Encarregado do Inquérito por ser considerado

elemento estrangeiro e perigosíssimo à Segurança Nacional. Em parecer elaborado pelo Procurador de Justiça, manifestando-se sobre o pedido de prisão preventiva realizado pelo Encarregado do Inquérito, o representante do Ministério Público, resume a personalidade do agente como nociva à segurança nacional e, por isso, o réu deve ser mantido preso. “[...] demonstrando a alta periculosidade deste denunciado, que se dedica exclusivamente à subversão, pelo que sua liberdade seria danosa à segurança nacional, à instrução criminal e à provável aplicação da pena” (BRASIL, 1978, p. 495).

A segurança nacional é um conceito fechado, através do qual o Estado descreve os riscos a que estaria submetida a sociedade, o maior deles a subversão da ordem por movimentos como o comunismo internacional. *Elementos* como T.G., juntamente com outros que, deliberadamente, atuavam contra a segurança nacional, poderiam criar um clima de conflitos no seio da nacionalidade, pela reorganização de um partido clandestino. O “funcionário” do partido forneceu – ou *confessou* – as informações previamente desejadas pelo Encarregado do Inquérito, mediante diversas sevícias e ameaças no cárcere, conforme carta de M.C.F.:

Quando estava na cela, sozinho, ouvi várias ameaças a T.G. que era romeno e poderiam matá-lo como já tinham feito com tantos outros e que ninguém iria reclamar; que iam entregá-lo ao esquadrão da morte etc. [...].

Disseram que iram trazer a esposa e filha de T.G., para que ele dissesse o que sabia. Em vista dessa ameaça T.G. que já ouvira de N.C. o que sua família havia sofrido, ficou abalado e caiu em profunda depressão. T.G. achava que a única maneira de evitar que sua família fosse torturada era a sua morte [...]. (BRASIL, 1978, p. 1092).

Sua vida corria grave risco, isso atestado pelos companheiros de cárcere. Após uma tentativa frustrada de suicídio (T.G., bateu diversas vezes sua cabeça na parede), escreveu um colega de infortúnio:

Felizmente a tentativa não foi fatal e está vivo ainda até hoje, embora tenhamos certeza de que sua vida corre perigo, pois sabemos que quando não interessar mais aos órgãos de segurança eles o matarão. Já fizeram inclusive várias propostas de fuga para encontrar um pretexto de assassiná-lo. É preciso que todos se mantenham vigilantes. (BRASIL, 1978, p. 1092).

Em seu interrogatório judicial, perante o Conselho, o Ministério Público e seus advogados, alegou que, depois de preso no dia 04 de novembro de 1975 em São José, foi levado para Curitiba, onde foi torturado e, assim, obrigado a assinar o depoimento apresentado por Dr. L. Contou que era funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde foi preso, em 1965, ficando encarcerado por quatro meses, sendo processado pela Justiça Militar paulista. Mesmo sendo absolvido, teve dificuldade para arranjar emprego, vindo morar em Florianópolis; e, para não ser importunado, “[...] através de ‘Paulo’ um vendedor de livros, conseguiu um registro de nascimento falso com o nome de O.M.S.; que, com esse nome tirou o título de eleitor.” (BRASIL, 1978, p. 1092)

Sua suspeita viagem à Rússia teria ocorrido para visita a antepassados, pois veio da Romênia ao Brasil em 1926, deixando lá, tios e sobrinhos. Com relação ao apelido de R., devia-se ao fato de ter sido esportista e jogar na posição de goleiro, pois em Minas Gerais existia um R. que era careca como o interrogando. Em momento algum dos autos, a não ser na fase do interrogatório, o acusado afirmou ser membro ou integrante do PCB, mas isso foi declarado por alguns dos outros presos que o reconheceram como aliciador e arrecadador de dinheiro para o Partido.

Conseguiu remoção para um presídio no Estado de São Paulo, o presídio do Hipódromo, para receber assistência de sua família, depois de um ano e meio preso em Florianópolis (BRASIL, 1978, p. 2718).

Em alegações finais do Ministério Público Militar, o Procurador de Justiça resumiu de modo sucinto os fatos criminais praticados. Todavia, com relação a T.G., não deixou de apresentá-lo como o

principal responsável por todas as operações que estavam sendo investigadas. O procurador procurou demonstrar a periculosidade das ideias comunistas, dada a facilidade para aliciar trabalhadores com astúcia, como o fazia T.G.

[...] sendo que, para T.G., será pedida uma pena maior que aos demais, pois foi o elemento que, enviado pelo Comitê Central do PCB à SC, conseguiu reorganizar e fazer funcionar o citado partido clandestino com a realização de inúmeras reuniões. (BRASIL, 1978, p. 3234).

Nota-se a responsabilidade que é colocada a um elemento comunista; portanto, talvez sofreu mais T.G. do que outros, considerado o grande inimigo. O profissional, aquele que traria a discórdia entre as classes e o ateísmo para as famílias. Um elemento estrangeiro que não conhecia as tradições brasileiras e que, por isso, deveria ser combatido.

Em suas alegações finais o advogado de defesa debruçou-se sobre as provas colhidas na fase judicial, que não o comprometiam o acusado. A exposição de sua vida às autoridades judiciárias, segundo seu advogado, não teria demonstrado nenhuma conduta desabonadora. A defesa ainda informou que a condenação de T.G. em São Paulo a quatro anos de reclusão pelo mesmo crime, foi reformada pelo Superior Tribunal Militar, que o absolveu.

Por fim, o advogado de defesa sustentou que as acusações sofridas pelo acusado não se confirmaram na fase de instrução processual: os demais corréus “[...] não confirmam, por sua vez, as declarações prestadas no inquérito, o que, por seu turno, invalidam essas declarações, que seriam a base da acusação, segundo a denúncia” (BRASIL, 1978, p. 3313).

Conseguiu T.G. o direito de ser posto em liberdade três meses antes seu julgamento. Para os Magistrados, “[...] considerando o tempo de prisão preventiva e outras circunstâncias de família e idade”, ele já havia cumprido dois anos e 22 dias de prisão e, de acordo, com a lei, a pena base para a sua possível condenação seria a de dois anos (BRASIL, 1978, p. 3388).

Mas, para os Juízes, não restavam dúvidas sobre T.G. ser o responsável direto pela estruturação do PCB em Santa Catarina. “Encontramos em T.G., ou mais precisamente O.M.S., nome do qual se utilizava, ou ainda pelo codinome de R., a figura de real destaque no desenrolar das atividades ilegais postas em prática no Estado de Santa Catarina.” (BRASIL, 1978, p. 3483). Vincularam sua imagem a de um “funcionário” do Partido Comunista Brasileiro que agia profissionalmente e que, “[...] cumprindo determinações do comitê central do partido comunista, iniciou um trabalho constante com a finalidade de estruturar o partido comunista no estado de Santa Catarina, pela criação do Comitê Estadual, Municipal e Organização de Base” (BRASIL, 1978, p. 3483). Tudo isso “[...] aliciando outros adeptos, ao mesmo tempo em que propagava a idéia subversiva de organização do partido naquele Estado” (BRASIL, 1978, p. 3483).

Ao final foi condenado a quatro anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça. Houve recurso da decisão, porém, antes do julgamento do recurso, T.G. foi libertado condicionalmente pelo Juiz Auditor C.A.M.R. em 1º de junho de 1979. T.G. como os outros réus não chegou a ter seu recurso julgado posto que seu processo foi extinto com o advento da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 – Lei de Anistia (BRASIL, 1979).

B) J.S.N.: o “comunista arrependido”

Dentre as histórias que se encontram presentes nos autos, uma chama a atenção pela diferença de atitude do réu com relação ao Conselho de Justiça Militar e também com relação à sua posição durante a fase judicial, no afã de defender a sua inocência. Este acusado é J.S.N., advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, cujas declarações demonstraram arrependimento em relação à sua militância.

Na fase do inquérito policial, aparecem descritas declarações supostamente suas, segundo as quais participou de reuniões do PCB para tratar de assuntos relativos às chapas a serem formadas pelos comunistas nas eleições naquele sindicato. Em diversas reuniões posteriormente realizadas

para tratar de assuntos relativos ao sindicato, ficou clara a posição do acusado com relação novamente às chapas a serem formadas para a eleição no sindicato, pois “[...] o interesse do interrogado era de que estes candidatos fossem aqueles que ele melhor conhecia e que tivessem militância no partido comunista”. (BRASIL, 1978, 115) Também foi descrita a participação do acusado em reuniões relativas a tratar de candidaturas a vereador do MDB, com o apoio no PCB.

Que nesta reunião o assunto foi a candidatura de R.F. para vereador pelo MDB; que tanto os interrogados quanto os demais desejavam que R.F. fosse eleito porque assim melhor fortaleceria a posição do PCB dentro do MDB em Criciúma. (BRASIL, 1978, p. 115).

Por fim, participou de uma reunião em que apenas foram tratados assuntos relativos ao PCB e como poderia ser reorganizado na cidade Criciúma, demonstrando uma participação direta do acusado no partido, pelo menos na descrição do inquérito.

Que nesta reunião foram tratados assuntos relativos a situação do PCB em Criciúma, ficando deliberado que todos os participantes deveriam se esmerarem para alicarem [sic] mais elementos para o PCB, assim como reestruturarem o Partido Comunista, que se encontra totalmente desorganizado; que o interrogado apenas se recorda de haver participado de uma reunião do PCB na residência de R.F. (BRASIL, 1978, p. 115).

Segundo consta em suas *confissões*, deixou o partido em 1971. Em sua residência foram encontrados diversos jornais e revistas “comprometedores”, pelas quais o acusado foi obrigado a se explicar:

[...] o exemplar da revista “União Soviética” nº 136, adquiriu numa livraria na cidade Porto Alegre/RS, em 1963; que os jornais “O Ruista” também apreendidos, são dos tempos em que o acusado era estudante secundário no Rio Grande do Sul, sendo que o jornal “O Estudante” era guardado porque continha uma poesia de sua autoria;

que as revistas “História do Século 20” adquiriu a fim de facilitar pesquisas a serem feitas por seus filhos. (BRASIL, 1978, p. 116).

Afora a revista da União Soviética, os outros títulos apreendidos não parecem ter vinculação com militância comunista. O jornal “O Ruista”, provavelmente vem de Rui Barbosa, anticomunista que inclusive é citado no relatório do Encarregado do Inquérito defendendo o fim do Comunismo. O interessante não é apenas a apreensão das publicações mencionadas, mas o questionamento realizado. Pelo visto, jornais estudantis, pelo simples fato de serem feitos em escolas, poderiam ser considerados material subversivo. E História do Século 20, seria uma prerrogativa subversiva apreciar e estudar História? Nota-se que suscitava receios.

Sua esposa declarou que, mesmo o acusado sendo advogado do sindicato por nove anos, nunca tivera conhecimento de que seu marido militasse no PCB e que as reuniões que ocorriam em sua casa tivessem outro objetivo que não fosse o sindicato.

Que a declarante não pode precisar a época em que foram feitas mencionadas reuniões; que a declarante jamais teve conhecimento ou mesmo desconfiança de que seu marido estivesse envolvido com militantes do Partido Comunista Brasileiro, pois se tal fato fosse de seu conhecimento teria evitado que tal acontecesse. (BRASIL, 1978, p. 270).

O fato de estar participando de reuniões referentes ao sindicato no qual trabalhava, sendo Criciúma conhecida, segundo Celso Martins, como “Vespeiro da Bacia Carbonífera”, tendo em vista a militância de esquerda ali atuante, deixava o advogado na mira dos órgãos de repressão.

Segundo o Encarregado do Inquérito, J.S.N. era o membro do PCB responsável pelo setor sindical. Relata que, mesmo em 1972, diferentemente de suas declarações, após um racha administrativo e uma intervenção federal no sindicato, J.S.N. permaneceu no partido. Em resumo, descreve o Encarregado as atividades do réu.

Natural de Santiago/RS, nascido em 1932. [...]

Iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro no ano de 1970. [...] Membro efetivo do Comitê Municipal do PCB/Criciúma até o ano de 1972, sendo responsável pelo Setor Sindical em virtude de ser advogado do Sindicato dos Mineiros daquela cidade. [...] Participou de várias reuniões do CM/Criciúma, duas das quais realizadas em sua residência. [...] Dava contribuições em dinheiro para o “Partido” [...] Recebia “Voz Operária”. (BRASIL, 1978, p. 452).

O Encarregado do Inquérito requereu sua prisão preventiva, por considerá-lo perigoso para a Segurança Nacional. O Ministério Público, entendendo da mesma forma, em parecer, destacou que, tendo em vista as confissões ocorridas na fase do inquérito, o acusado não poderia responder o processo em liberdade.

Nas declarações de fls. 87, confessou seu ingresso no PCB, através de C.M.P. Era integrante do CM/PCB/Criciúma – SC, como responsável pelo setor sindical. Participou de várias reuniões do CM/PCB/Criciúma – SC. Recebia exemplares da “Voz Operária”, por intermédio de L.G.B. e W.H.W.H. Dava contribuições mensais, no valor de CR\$ 50,00, ao PCB, entregando o dinheiro a L.G.B., C.M.P. e W.H.W.H.. Suas atividades e confissão restaram comprovadas pelas declarações de fls. 28, 34, 55, 78, 82, 103, 127 e 226, em indiscutível demonstração de periculosidade danosa à Segurança Nacional, não oferecendo este denunciado garantia a instrução criminal nem a segura aplicação da lei penal, se libertado. (BRASIL, 1978, p. 489).

A exceção da declaração de sua esposa, todas as provas nos autos até aquele momento levavam a crer que o acusado realmente fosse membro efetivo do PCB, sendo alguém inclusive instruído, que atuava no setor sindical, influenciando outros possíveis militantes. O advogado de J.S.N., em sua primeira participação no processo, demonstrou, através de documentos, que o acusado, embora possuísse todos os requisitos considerados

necessários para a liberdade provisória, foi mantido preso pelo Conselho Permanente de Justiça.

O réu, em seu interrogatório judicial, afirmou que foi preso no dia 08 de novembro de 1975, às 17 horas, e levado para Curitiba. Informa que ficou seis dias incomunicável e sua prisão ocorreu da seguinte forma: foi obrigado a entrar numa perua Ford ou Chevrolet, algemado e com óculos escuros, que praticamente o impediam de ver o que ocorria ao seu redor. Esclareceu, contudo, que não sofreu nenhuma lesão física ou moral. De volta a Florianópolis, afirmou que a viagem foi até amistosa, na relação dos policiais com os presos.

Em Florianópolis, ficou um tempo no Batalhão da Polícia Militar, sendo conduzido duas vezes para o Departamento da Polícia Federal, onde assinou suas declarações por medo. Afirmou que nunca havia organizado qualquer reunião do PCB em sua residência. E que nunca havia lido o jornal “Voz Operária” ou o “Manifesto ao Povo Brasileiro” (BRASIL, 1978, p. 3498).

As declarações de arrependimento aparecem inicialmente em uma petição escrita por ele próprio e dirigida ao Conselho Permanente de Justiça, requerendo o relaxamento de sua prisão. Descreveu as dificuldades pelas quais passou durante sua vida até se formar em Direito e começar a advogar para o Sindicato dos Mineiros em Criciúma.

Busquei sempre o exercício profissional, com amor, honradez, probidade e patriotismo. No entanto por equivocado idealismo, influenciado talvez pelas inquietações e frustrações do mundo contemporâneo, bem como pela falsa idéia de que estava procedendo corretamente e, mais ainda, pela insidiosa manobra de impatriótico envolvimento fui infelizmente aliciado para o Partido Comunista Brasileiro em princípios de 1970. (BRASIL, 1978, p. 2120).

Confessou ter participado do Partido Comunista, mas apenas por ter sido aliciado. Segundo suas declarações, foi convencido a ingressar, tendo sido pessoalmente enganado e, por boa-fé, entrou no partido. Acredita-se que, como advogado que era, e vendo sua situação piorar após

cada depoimento, o acusado utilizou-se de uma artimanha para se ver livre das acusações: pôs a culpa de sua militância “subversiva” no próprio comunismo.

Como assim? Ora, o comunismo infiltra-se na sociedade como um micróbio, semeando a discórdia e a desordem entre as classes, convencendo as pessoas de que seu papel é ajudar os trabalhadores. Contudo, segundo os doutrinadores anticomunistas, esta “ideologia alienígena” somente queria escravizar o trabalhador, fazendo-o abrir mão de sua liberdade de trabalho e de suas tradições brasileiras, utilizando-se da parcimônia e idealismo de um povo ingênuo que poderia ser facilmente convencido pelos princípios de igualdade pregados pelo Comunismo. A petição continua, repudiando o Comunismo e todas as suas formas de existência:

Contudo por imperativo de consciência, a bem da verdade, do bom senso e da coerência. Logo reconheci meu erro e procurei corrigi-lo, rompendo e repudiando como de fato repudiei e rompi, espontânea, consciente e definitivamente, em fins de 1971, com a mencionada organização ilegal. E assim procedi, porque através de reflexão livre e consciente, consolidada pela confirmação fática e real, acabei concluindo que a ideologia comunista (em qualquer de suas matizes que possa apresentar-se), além de incompatível com minha natureza cristã e democrática, violenta, fundamentalmente, desgraçadamente, os mais elementares princípios de independência e liberdade de qualquer povo. (BRASIL, 1978, p. 2122).

Nas petições estão praticamente todos os conceitos presentes no imaginário anticomunista, talvez de modo bastante hábil, recolhendo alguns signos que circulavam entre a sociedade e que, muito provavelmente, também eram compartilhados pelos Juízes Militares. O cristianismo, a democracia, a violência, a independência nacional, a liberdade, com todas as representações próprias a época, completam e demonstram a percepção que possui o acusado dos elementos que compunham o imaginário dos Juízes ao tomar decisões sobre os

processos contra membros de uma organização comunista.

Como é de conhecimento geral, cada país comunista tem uma interpretação diversa para um mesmo problema, dependendo sempre das circunstâncias e das conveniências do partido relativamente ao povo que deseja subjugar. Numa só coisa não há divergência, isto é, no propósito totalitarista de impor a doutrina comunista, e, para isso todos os meios são lícitos contanto que a maioria permaneça submissa à minoria dominante. (BRASIL, 1978, p. 2122).

Tentado demonstrar a sua *conversão* ao modo de ser do regime militar instaurado no Brasil, não poupou elogios ao governo e à segurança que proporcionou ao povo brasileiro. O Brasil seria o exemplo de tranquilidade em um mundo agitado, um exemplo de paz e prosperidade: “[...] o Brasil de hoje, para justo orgulho de todos nós brasileiros, sem qualquer favor ou sofisma, é uma das poucas ilhas de paz, trabalho, progresso e tranqüilidade no agitado oceano universal”. (BRASIL, 1978, p. 2123)

Era exatamente assim que o governo instituído vangloriava o Brasil, como um mar de tranquilidade após a *Revolução de 1964*. Faz o réu o jogo de escrever o que os juízes gostariam de ler. Não deixa de demonstrar uma capacidade perceptiva para escrever exatamente aquilo que os governantes e integrantes da máquina estatal gostariam de ler de alguém que se diz arrependido de ter sido comunista. Como se estivesse nas trevas e foi tocado por uma luz, que o libertou do pensamento totalitário comunista que o impedia de enxergar.

Cita diversas *conquistas* dos governos *Revolucionários*: PIS, FGTS, legislação trabalhista e previdenciária, aposentadorias especiais, planos habitacionais e liberdade de imprensa para numerosos jornais existentes. Concluindo, por fim: “[...] e isso nem chega a ser um pálido resumo das medidas que nos dão a certeza de um presente seguro e a esperança não quimérica de um futuro ainda melhor” (BRASIL, 1978, p. 2125).

Tais afirmações, de modo muito evidente, parecem de encomenda para convencer os juízes de

que seu comportamento não era mais comunista ou subversivo. Não se vislumbra a hipótese do acusado, como ex-militante do Partido Comunista, não saber que efetivamente havia censura à imprensa. Mas era o plano de defesa: escrever o que os juízes queriam ler.

Finalmente, apresenta um argumento que, inclusive, será utilizado pelos juízes para que estes *concluam* que não houve tortura e que toda a história de sevícias não passaria de mera invenção, mesmo que, em outro momento, houvesse afirmado que sentira medo de não assinar as declarações datilografadas pelo encarregado do inquérito.

Por isso mesmo, surpreende-me as alegações de alguns presos que se dizem vítimas de torturas e que seus depoimentos foram obtidos através de coação física ou moral. E, a surpresa transformou-se em repulsa, quando, esses mesmos presos procuraram insinuar que também eu deveria proclamar a denúncia de torturas como matéria de defesa. (BRASIL, 1978, p. 2126).

Ao final desta petição requer apenas a juntada das declarações, não pugnando nem ao menos pelo relaxamento de sua prisão, talvez para reforçar a defesa de que pretendia apenas apresentar suas verdades aos juízes para que não o condenassem por ter sido ingênuo e convencido de que o Comunismo seria viável.

Em nova carta encaminhada ao Conselho, J.S.N. relata como é difícil não ser seduzido pelo Comunismo numa época turbulenta da História mundial, explicando com mais detalhes o porquê de ter sido aliciado pelo Partido Comunista Brasileiro.

Num mundo rodeado de conflitos em escala internacional, em problemas raciais, situações beligerantes, inflação mundial, corrida armamentista, criação de blocos econômicos, comerciais e militares, tudo no mais tenso clima internacional, onde se defrontam, numa luta incessante, duas ideologias contrárias e radicalmente opostas – a democracia, dos países livres, e o comunismo marxista-leninista, dos países totalitários – torna-se difícil e, por vezes impossível, mesmo para pessoas de relativo nível cultural,

discernir, dentro deste contexto, o que é certo, o que é bom, o que serve para nossa pátria, nosso povo e até para nós mesmos [...]. (BRASIL, 1978, p. 2323).

Novamente percebe-se que todos os elementos do anticomunismo estão presentes na fala do acusado: a guerra fria, a democracia liberal contra o comunismo totalitário, o bem representado pelo capitalismo e, conseqüentemente, o mal representado pelo comunismo.

Afirmou ter sido induzido a participar de uma reunião do MDB, durante a qual percebeu, de forma surpreendente, que se tratava de uma reunião do PCB, tendo em vista o modo como se comportavam os participantes, bradando palavras de ordem da seguinte estirpe contra o governo: “[...] revogação do AI-5, do Decreto nº 477, defesa das liberdades democráticas, reforma agrária; arrocho salarial; anistia política; derrubada da ditadura militar; insucesso da política econômica do governo no combate à inflação etc.”; destacou principalmente o linguajar utilizado pelas pessoas, pugnando pela desmoralização do governo em uma “[...] arenga impatriótica, demagógica e contrária à segurança, aos interesses nacionais, à tradição do povo brasileiro e às minhas próprias convicções democráticas” (BRASIL, 1978, p. 2323).

Posteriormente, teria sido distribuído um embrulho aos presentes da reunião, o qual posteriormente constatou ser o jornal oficial do PCB, “Voz Operária”, tendo sua revolta sido imediata:

Indignado pela má-fé nos propósitos daquelas pessoas, neguei-me voluntariamente e conscientemente a participar de novas reuniões, inclusive advertindo na ocasião o meu aliciante que, em hipótese alguma, minhas convicções eram compatíveis ou coniventes com qualquer ideologia estranha e contrária aos interesses do povo brasileiro. Pois sou contra qualquer forma de organização totalitária especialmente as de tendências comunistas. (BRASIL, 1978, p. 2123).

Mais uma vez deve-se compreender tratar-se de uma estratégia de defesa de alguém submetido a uma prisão arbitrária e sob o notório risco de

tortura. Isso fica nítido porque deliberadamente omite ter participado de muito mais do que apenas uma reunião, já que informou ter permanecido filiado ao PCB desde o início de 1970 até fins de 1971. Fez ainda um apelo à juventude e ao povo brasileiro:

Quero também fazer um apelo à juventude e ao povo brasileiro, para que não se deixem envolver, para que não se deixe iludir por qualquer propaganda, mal orientada, comprometedora e de má-fé, daqueles que, embora rotulados de “progressistas”, “avançados”, “democratas”, são na verdade contrários aos interesses nacionais, inimigos do Brasil e do seu povo, ridículos serventuários do comunismo internacional, que tudo fazem para destruir a liberdade, o progresso, e a segurança e o desenvolvimento do país, na diabólica tentativa de sepultar definitivamente nossas instituições democráticas e cristãs. (BRASIL, 1978, p. 2325).

Utilizou elementos religiosos – “diabo”, “cristãs” – e o discurso governamental para tentar convencer os juízes de sua inocente participação de sua nova conduta, que o tornavam um homem de bem. O acusado utilizou o próprio imaginário dos juízes e da Justiça Militar da época para pleitear sua absolvição. O crime cometido, pior do que formar uma organização partidária ilegal, era ser comunista. Como estava em jogo a criminalização do pensamento, percebeu que o menor problema estava na organização clandestina de um partido, mas sim pensar de acordo com o Partido Comunista. Suas mensagens e cartas, aparentemente, redundaram em seu benefício, pois foi posto em liberdade provisória em 22 de setembro de 1976. Todas as testemunhas confirmaram que ele possuía todos os requisitos necessários para ser considerado um homem digno: bom chefe de família, trabalhador, honrado e desvinculado de participação política.

Nas alegações finais, o Ministério Público, de forma lacônica, elenca o acusado entre os culpados, requerendo a condenação a dois anos de reclusão. De sua parte, o defensor de J.S.N. afirmou que o acusado, em interrogatório, desmentiu as informações assinadas durante o inquérito policial,

novamente referindo-se ao medo que sentiu.

Entretanto, o acusado prestando declarações em juízo, às fls 1472/1476, confirmam, digo, não confirmam as constantes em fls. 114/116 do inquérito. Em Juízo, o acusado após falar das razões pelas quais assinou as declarações do inquérito, informou que nunca esteve em qualquer reunião comunista ou pró reorganização do PCB, negando assim, não só as declarações como também a acusação. Os co-réus por sua vez não confirmaram em juízo aquilo a que lhes atribuiu no inquérito. (BRASIL, 1978, p. 3307).

Destaque-se a contradição entre as cartas do acusado, informando no inquérito que não participou de nenhuma reunião do PCB, posteriormente admitindo que participou de reuniões e que foi filiado ao partido do início de 1970 até fins de 1971, depois, que participou de apenas uma reunião e, por fim, veio seu advogado reforçar que nunca participara de qualquer reunião.

Na audiência final, o representante do Ministério pediu a absolvição de J.S.N., sem uma fundamentação mais profunda, pelo menos na resumida ata de audiência, alegando apenas que analisara melhor os autos.

Na sentença, foi absolvido pelo fato de ter se afastado da política a tempo de não participar da reorganização do PCB: “[...] enquanto J.S.N., as fls. 116, alega que ‘em agosto de 1971, resolveu abandonar o partido comunista, não mais participando de qualquer reunião do mesmo’” (BRASIL, 1978, p. 3487). Os magistrados afirmaram considerar que diversos acusados, incluindo J.S.N., não chegaram a fazer parte do comitê estadual do partido comunista em Santa Catarina, ou desempenhado atividades para a reorganização do partido comunista, ou propagado ideia neste sentido, a ponto de causar perigo ou grave ameaça à segurança nacional, sendo o acusado absolvido por unanimidade.

Considerações

Ao final do presente artigo, é importante fazer alguns destaques. Aos juízes coube o trabalho

de montar toda uma engenharia jurídica, de modo a assegurar que o inquérito fosse apresentado como se estivesse dentro de todas as normas processuais. Pouco adiantou as declarações de testemunhas de acusação negando ter presenciado as confissões e afirmando que somente assinaram os documentos gerados pelos depoimentos após os depoimentos já terem sido realizadas. Para os juízes, embora sem nenhuma testemunha além do próprio interrogador da polícia, tais confissões valiam como prova.

Consideravam que, apesar não haver confissão de participação no PCB por parte dos acusados na fase do interrogatório judicial, existiam relações de amizade entre eles e admissão de que se envolviam em reuniões políticas, as quais não teriam a guarida de um partido oficial. O silogismo é que, sem uma tutela oficial, não pode ocorrer discussão política, gerando a suspeição de que algo pode estar sendo escamoteado. Como o comunista aparece como um ser ardiloso, os acusados foram condenados por sua infiltração em diversos meios da sociedade, com o intuito de difundir seus ideais subversivos. Novamente verifica-se que a questão do tipo penal, da reorganização de partido declarado ilegal, era posta em segundo plano, enquanto o mais importante era verificar pelas provas dos autos se eram os acusados comunistas ou não.

Os réus, segundo é possível concluir pelas evidências, foram sequestrados, deixados incomunicáveis, torturados perante o inquérito policial e deixados presos acima do prazo legal, muitas das vezes doentes. Foram mantidos presos por alguns meses ou até anos; e os que foram condenados apenas obtiveram a liberdade com a Lei da Anistia de 1979.

Os réus foram introduzidos em um emaranhado estatal jurídico, criado para legitimar um regime que se pretendia legalmente constituído. A Justiça Militar e todo o aparato repressor, de certo modo, compartilhavam crenças e valores que não se restringiram a um regime de exceção e são um amplo universo a ser explorado pelos historiadores, pois o resultado de suas ações, para além dos sofrimentos e mortes causados, também originou vozes dispersas e um conjunto de práticas que deixou marcas na cultura política brasileira contemporânea.

Notas

1 A grafia de todos os trechos citados de documentos da época foi mantida sem correções; por isso, desvios quanto à norma culta devem ser desconsiderados.

2 O PCB fundado em 1922. Após um longo período de clandestinidade, conseguiu um breve momento de existência legal entre 1945 e 1947, quando foi novamente posto na ilegalidade. Atuou, desde então, junto a movimentos de base, principalmente em sindicatos operários e camponeses. Em 1964, quando ocorreu o golpe militar, vários militantes do partido, sob diversas formas, atuavam na sustentação ao governo João Goulart (CENTRO, 2009)

3 “Art. 59 - Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado por uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito a autoridade que o nomeou” (BRASIL, 1969a).

4 “Art. 13 § 2º - Os Conselhos Permanentes de Justiça serão constituídos do auditor, de um oficial superior, como presidente, e de três oficiais até o posto de capitão ou capitão-tenente” (BRASIL, 1969c).

5 O processo criminal militar contra 42 membros ou acusados de serem membros do Partido Comunista Brasileiro, encontra-se arquivado na seção de arquivos, órgão subordinado à Diretoria de documentação e divulgação do Superior Tribunal Militar, localizado no endereço: Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, Cep: 70098900, Brasília, Distrito Federal, estando assim designado: BRASIL. Superior Tribunal Militar. Apelação nº 42.031. Apelantes: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 5ª CJM e outros. Apelada: a Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 10 de fevereiro de 1978, no processo nº 749.

6 Ato que dá início a uma ação penal.

7 Ato em que o Juiz literalmente recebe fisicamente o documento que dá início à ação penal, a denúncia, verificando se este documento cumpre todos os requisitos legais para que a ação criminal se inicie, e verificando também se realmente existem indícios de crime contra os réus, de acordo com as provas que acompanham este documento. No caso do juiz *receber* a denúncia, a ação penal é iniciada.

8 Os nomes foram colocados apenas com suas iniciais, pois este pesquisador não possui autorização da família nem do Superior Tribunal Militar para divulgar dados pessoais dos acusados.

9 Após comparecer à sede do DOI-CODI no começo da manhã do dia 25 de outubro de 1975 para prestar depoimento sobre sua suposta ligação com o Partido

Comunista Brasileiro, o jornalista Wladimir Herzog foi encontrado enforcado, no final da tarde, em uma das celas das dependências da instituição em São Paulo. Segundo a versão oficial do II Exército (comandado pelo General Ednardo D’Ávila Mello), ratificada por IPM, ele teria se suicidado com o próprio cinto. Entretanto, Clarice, Ivo e André Herzog, mulher e filhos da vítima, moveram ação cível contra o Governo em abril de 1976, responsabilizando-o por prisão ilegal, tortura e morte. A sentença foi julgada procedente no dia 27 de outubro de 1978, condenando a União a danos morais e materiais (CASO, 2007).

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: Edusc, 2005.

AS CRÍTICAS do senador Passarinho à censura. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 3.

BANCO do Brasil. Edital. Seleção de auxiliar de escrita. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 9.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

BRASIL. **Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969a**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 1002, de 21 de outubro de 1969b**. Código de Processo Penal Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del1002.htm>. Acesso em: 3 dez. 2008.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969c**. Lei da Organização Judiciária Militar. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 15 out. 2008.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Apelação nº 42.031**. Apelantes: O Ministério Público Militar junto à Auditoria da 5ª CJM e outros. Apelada: a Sentença do Conselho Permanente de Justiça da

Auditoria da 5ª CJM, de 10 de fevereiro de 1978, no processo nº 749, p. 172.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 14 dez. 2008.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. **Resenha Eleitoral:** Nova Série Eleição Catarinense 1945 – 1998. Disponível em: http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2006/resenha_historica.pdf resenha eleitoral do tre sc.

CÂMARA dos Deputados. Biblioteca Digital. **Dados estatísticos : eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974.** Disponível em <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13016>> Acesso em 14 ab. 2006.

CASO Herzog: União é culpada no caso Herzog. Banco de dados da Folha. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_28out1978.htm>. Acesso em: 12 dez. 2008.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Partido Comunista Brasileiro. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** 2009, [s. p.]. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_quesocial_pcb.htm. Acesso em: 3 mar. 2009.

COGAN, Arthur. **Crimes contra a segurança nacional:** comentários, legislação, jurisprudência. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1976. p. 81.

COSTA, Darci. Cinema. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 12.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Dossiê Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FIGUEIRA é todo entusiasmo contra o Flu. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975.

FRANCO enfermo há 18 dias, resiste consciente. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 1.

GEISEL recebe Konder Reis amanhã. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 1.

GOVERNAR é encurtar distâncias. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 11.

IR tem desconto padrão. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 1.

ISABEL doente é hospitalizada. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 1.

JUIZ Militar decreta prisão de 9 acusados por subversão. **O Estado**, Florianópolis, 8 nov. 1975. p. 3.

JUSTIÇA militar em São Paulo absolveu mais 6. **O Estado**, Florianópolis, 9 nov. 1975. p. 11.

JUSTIÇA Militar segue acusando 36 por atos terroristas. **O Estado**, Florianópolis, 7 nov. 1975. p. 11.

LPO comanda o espetáculo e põe Philips em cena. **O Estado**, 7 nov. 1975. p. 15.

MARTINS, Celso. **Os quatro cantos do sol:** Operação Barriga Verde. Florianópolis: Editora da UFSC: Fundação Boiteux. 2006.

NO BALNEÁRIO Camburiu luxo e conforto pelo menor preço. **O Estado**, Florianópolis, 7 nov. 1975. p. 10.

PROMOTOR se pronuncia em processo contra ex-deputado. **O Estado**, Florianópolis, 4 nov. 1975. p. 9.

Guerra Fria: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente

Cold War: a concept arqueology (and its contemporaneity) from a western perspective

Marcos Alexandre Arraes*

Palavras-chave:

Guerra Fria
Orientalismo
Alteridade

Resumo: O presente artigo procura revisitar o conceito de Guerra Fria, partindo dos eventos que foram sua condição de possibilidade, para demonstrar os embates políticos e culturais que fundaram uma imagem consolidada do Ocidente em oposição a um outro inferior e ameaçador. Objetivo, assim, ao desvelar a alteridade aqui analisada, contribuir para a compreensão da história do tempo presente, especialmente da contemporaneidade da História do Brasil, onde opostos maniqueístas assentaram-se de forma bastante evidente e perigosa. A relação temporal entre esses eventos, contudo, parece evidente e fica a cargo do próprio conceito de Guerra Fria e seus efeitos político-sociais.

Keywords:

Cold War
Orientalism
Otherness

Abstract: This article seeks to revisit the concept of the Cold War starting from the very events that made it possible then demonstrating the political and cultural conflicts that founded a consolidated image of the West as opposed to an inferior and threatening other. Thus, in order to unveil the otherness analyzed here, it is an objective to contribute to the understanding of the history of the present time, especially of the contemporaneity of Brazilian History, where Manichean opposites have settled in a very evident and dangerous way. The continuity and density of these specific discussions, however, remains the responsibility of the reader and of a possible later study. The temporal relationship between these events, however, seems evident and is in charge of the very concept of the Cold War and its long-term political-social effects.

Recebido em 03 de dezembro de 2018. Aprovado em 18 de fevereiro de 2019.

Em sua edição de julho de 1948, a revista *Seleções* publicou uma matéria com o sugestivo título “Cortina de ferro para a Tchecoslováquia”. Ali se expõe como o governo do Pós-Segunda Guerra foi organizado naquele país e como se deu a ascensão do comunismo na região. Após três páginas de intensas críticas ao processo político descrito, a conclusão da revista é de que a Tchecoslováquia “[...] prestou um serviço ao mundo, como laboratório de experiência destinada a revelar se o comunismo e a democracia podem governar simultaneamente, no mesmo Estado. A prova teve como resultado a extinção da democracia” (SELEÇÕES READER’S DIGEST, 1948, p. 44-46).

O discurso construído pela revista é apenas a ponta do iceberg de uma política enunciativa muito maior que seria posta em prática no imediato Pós-Guerra e entraria para os anais da história como Guerra Fria. Nesse contexto, um intrincado embate entre duas potências com pretensões hegemônicas no cenário internacional se transformaria em uma batalha direta no campo imagético, buscando, cada lado, construir a si como o modelo de civilização por excelência e ao outro como o seu *nemesis*, expondo seus supostos e inexoráveis defeitos e maldades, fazendo crer, portanto, serem inconciliáveis.

Cinco de março de 1946. Westminster College, Fulton, Missouri, Estados Unidos da

* Professor Adjunto do Departamento de História Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-doutorando em Antropologia Visual na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <maarraes@gmail.com>.

América. Perante uma plateia atenta e repleta de estudantes, professores e estadistas, Winston Churchill faz um pronunciamento pessoal – já que não mais representava a Grã-Bretanha oficialmente¹ – e de grande impacto para a conjuntura histórico-política da época. Em seu discurso, o renomado estadista exalta o povo estadunidense, conclama uma união entre os povos de língua inglesa e enuncia, em tom de desafio à plateia – não apenas a imediata, que o ouvia em pessoa, mas todas as nações aliadas ao bloco capitalista – a existência de uma “ameaça e perigo à civilização cristã”, ameaça esta que teria dividido o mundo através de uma *cortina de ferro* baixada sobre a Europa.

Os Estados Unidos estão, neste momento, no auge do poder mundial. É um momento solene para a democracia americana. Com o predomínio do poder vem também uma responsabilidade pesada para com o futuro. Ao olhades à vossa volta, deveis sentir não só o peso do dever, mas também a preocupação de que possais falhar ao que se exige de vós. A oportunidade está presente, clara e brilhante, para os nossos dois países. Rejeitá-la, ignorá-la ou malbaratá-la atrairá sobre nós a censura dos tempos futuros. É necessário que constância de espírito, persistência de objetivo e a grande simplicidade de decisão guiem e orientem o *comportamento dos povos de língua inglesa* na paz, tal como guiaram na guerra. Devemos, e acredito que o faremos, corresponder a essa terrível exigência.

[...] Qual, portanto, o conceito estratégico geral que devemos adotar hoje? Nada menos do que a segurança e o bem-estar, a liberdade e o progresso de todos os lares e famílias de todos os homens e mulheres em todas as terras.
[...]

Não podemos estar cegos ao fato de que as liberdades desfrutadas pelos cidadãos de todo o Império Britânico não são válidas em considerável número de países, alguns dos quais muito poderosos. Nesses Estados, o controle é imposto ao povo por vários tipos de governos policiais gerais, a tal ponto que se torna contrário a todos os princípios da democracia.

O poder do Estado é exercido sem contenções, seja por ditadores ou por oligarquias compactas agindo através de um partido privilegiado e de uma polícia política. Não é nosso dever, neste momento, quando as dificuldades são numerosas, interferir pela força nas questões internas de países que não conquistamos na guerra, mas não devemos deixar de proclamar, sem medo, *que os grandes princípios da liberdade e dos direitos do homem, que constituem uma herança conjunta do mundo de língua inglesa* e que, através da Magna Carta, da Lei dos Direitos, do *habeas corpus*, do julgamento pelo júri e do direito civil inglês, encontram sua expressão mais famosa na Declaração de Independência.

[...]

Uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais os limites, se os há, de suas tendências expansionistas e de proselitismo.

[...]

De Stettin no Báltico até Triste, no Adriático, *uma cortina de ferro foi baixada através do Continente Europeu.* Atrás dela estão as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas famosas cidades e as populações à volta delas estão na esfera soviética sujeitas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte de Moscou. [...]. Os Partidos comunistas, que eram muito pequenos em todos esses estados orientais da Europa, foram colocados num destaque e desfrutam de um poderio muito superior à sua proporção numérica, e buscam obter, em toda parte, o controle totalitário. (CHURCHILL 1946, *apud* MORRAY, 1961, p 61-68, grifos meus).

Recheado de metáforas bem elaboradas, a clareza do discurso é assustadora. É de uma nitidez

visual. Contudo, mesmo na versão traduzida ao português, sua força imagética permanece. Como questionar metáforas como “uma sombra desceu sobre o cenário, até bem pouco iluminado pela vitória aliada”? Imediatamente conseguimos visualizar a cena; uma aura escura cobrindo o cenário europeu seja ele o mapa que conhecemos ou as paisagens que nos damos a imaginar. Ou, ainda, a ideia de “uma cortina de ferro foi baixada através do Continente Europeu”? Ela é de uma força explicativa explícita e inquebrável. A expressão não foi uma completa originalidade de Churchill: segundo Sidnei Munhoz (2002), Goebbels, chefe da propaganda nazista alemã, já teria utilizado a mesma expressão nos momentos finais da Segunda Guerra para alertar o povo alemão do perigo dos avanços aliados e sobre a necessidade de proteger o leste europeu, uma vez que a deposição das armas pelos alemães faria descer uma cortina de ferro sobre o território controlado pela URSS e sob a qual nações seriam massacradas. Todavia, é a partir dele que a metáfora imagética ganha força e popularidade. Tanto que deu margem para diversas apropriações, como a charge da famosa personagem do cartunista argentino Quino, a Mafalda:



Figura 1: A cortina de Ferro em Quadrinhos
 Fonte: Tudo sim é história ([s. d.]).

Além da referência à imagem da cortina rígida, dura, baixada no centro da Europa segundo Churchill, a charge ainda faz referência à representação que essa imagem buscava criar: a divisão oriente e ocidente. Divisão esta quase inquebrável – daí a metáfora do ferro – e que não permitia a passagem sequer do som do ocidente para o oriente. Voltarei a esse outros aspectos da fala do ex-Primeiro-ministro inglês mais adiante.

Atento à clareza da mensagem, Stálin, alguns dias depois, rebateria as questões levantadas por Churchill em tom similar por meio de uma entrevista dada à revista soviética *Pravda*, colocando-se como vítima da iniciativa ocidental e acusando o inglês de incitar o belicismo com apoio de algumas personalidades nos Estados Unidos. Inaugurava-se, assim, o período conflituoso entre as duas grandes potências vitoriosas na segunda guerra.²

Pergunta: Como considera o último discurso de Churchill nos Estados Unidos da América?

Resposta: Considero-o um ato perigoso, destinado a semear a dissensão entre os Estados aliados e impedir sua colaboração.

Pergunta: É possível considerar o discurso de Churchill como prejudicial à causa da paz e segurança?

Resposta: Sim, sem dúvida. Na verdade, o Sr. Churchill toma agora a posição dos provocadores de guerra, e nisso não está só. Tem amigos não só na Grã-Bretanha, mas também nos Estados Unidos [...].

Na verdade, o Churchill e seus amigos na Inglaterra e nos Estados Unidos apresentam às nações que não falam inglês um ultimato: aceitem voluntariamente nosso domínio, e tudo estará bem; de outro modo, a guerra é inevitável.

Mas as nações derramaram seu sangue no curso de uma *sangrenta guerra de cinco anos pela liberdade e independência* de seus países, e não para trocar o domínio de Hitler pelo de Churchill. É muito provável, por isso, que as nações que não falam a língua inglesa e que constituem a grande maioria da população mundial, não concordem em se submeter a uma *nova escravidão* [...].

[...]

Pergunta: Como considera o trecho do discurso em que são atacados os sistemas democráticos dos Estados europeus que têm fronteira conosco, e as relações de boa-vizinhança estabelecidas entre esses Estados e a União Soviética?

Resposta: Essa parte do discurso do Sr. Churchill está composta de calúnias, descortesias e falta de tato. O Sr. Churchill afirma que “Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste Sofia – todas essas famosas cidades e as populações em torno dela – estão na esfera soviética e sujeitas, de uma forma ou de outra, não só à influência soviética, mas a um controle intenso e cada vez mais forte de Moscou”. O Sr. Churchill considera tudo isso uma “tendência expansionista sem limites” da parte da União Soviética [...].

Em primeiro lugar, é absurdo falar de controle exclusivo da URSS em Viena e Berlim, onde existem Conselhos de Controle Aliados, formados de representantes de quatro Estados, e nos quais a URSS tem apenas um quarto dos votos. Acontece que muita gente não resiste ao desejo de caluniar. Mas tudo tem limites.

Em segundo lugar, é preciso não esquecer as circunstâncias seguintes: os alemães invadiram a URSS através da Finlândia, Polônia, Romênia, Bulgária e Hungria. Os alemães puderam invadir tais países porque, na época, neles *existiam governos hostis à União Soviética*. Em consequência da invasão alemã, a União Soviética sofreu perdas irreparáveis na luta, que juntamente com a ocupação alemã e a deportação de cidadãos soviéticos para a Alemanha, se elevam a cerca de sete milhões de pessoas. Em outras palavras, as perdas da União Soviética foram várias vezes maiores do que as da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos juntos. É possível que em certos círculos haja uma tendência para esquecer esses *sacrifícios colossais do povo soviético* que contribuíram para a libertação da Europa do jugo de Hitler. Mas a União Soviética não pode esquecê-los. Portanto, não há nada de surpreendente no fato de que a União Soviética, preocupada com sua

segurança futura, procure fazer com que existam em tais países governos de atitude leal para conosco. Como pode alguém, de boa mente, considerar essas aspirações pacifistas da URSS como tendências expansionistas?

[...]

O Sr. Churchill afirma ainda que “os partidos comunistas [...] buscam, em toda parte, obter controle totalitário. Governos policiais predominam em quase todos os casos e, até agora, com exceção da Tchecoslováquia, não há uma verdadeira democracia”.

Todos sabem que o governo do Estado na Grã-Bretanha, no momento, está nas mãos de um partido, o Trabalhista, e os partidos da oposição não têm o direito de participar daquele governo. É a isso que o Sr. Churchill chama de verdadeira democracia.

A crescente influência dos comunistas não pode ser considerada como fortuita. É coisa perfeitamente lógica. A influência dos comunistas cresceu porque, no período do domínio fascista na Europa, eles se mostraram dignos de confiança, destemidos, prontos ao sacrifício, na luta contra o regime fascista pela liberdade dos povos. [...] (STALIN 1946, *apud* MORRAY, 1961, p. 68-73, grifos meus).

Ressalta-se que aqui a fala também é imagética, ainda que em outro sentido. Não é possível perceber a mesma nitidez pictórica da mensagem do estadista inglês. Contudo, alguns trechos merecem destaque. Stálin faz uso do mesmo discurso existente nas Américas de uma guerra sanguenta pela liberdade, lembrando que a URSS também fez parte nesse jogo. Assim, ele procura colocar as democracias liberais como “a nova escravidão”, comparável aquela sob o regime hitlerista, nos fazendo ponderar quais os alcances e limites do conceito de liberdade, já que presente em ambos os lados agora rivais. O discurso busca nos convencer do sacrifício soviético durante a guerra, suas perdas humanas e materiais, seus esforços na busca desse tão desejado mundo livre. Ele se utiliza da aliança prévia com os aliados e dos discursos elaborados naquele momento para jogar a culpabilidade do conflito para o lado ocidental, levando-nos,

de forma convincente, ao menos ao primeiro olhar, a visualizar a URSS como vítima das nações ocidentais: foi a existência de governos hostis a União Soviética que fez com que a guerra chegasse em vosso solo, causando tamanha destruição. Diante disso, foram obrigados a reagir e o fizeram não apenas para se salvar, mas, mesmo após perdas inestimáveis, avançando nos campos de batalha em socorro das potências ocidentais. Enfim, partindo dos elementos principais do discurso do Churchill, Stálin constrói a imagem do ocidente como prepotente, que se entende superior em sua civilização, em última instância, agressor, e que cabe a URSS o papel de reagir a essa ameaça.

Ameaça e perigo, portanto, são a tônica do imaginário erigido na guerra discursiva entre os estadistas. Então, inauguraram-se as bases da construção mental sobre a qual o mundo iria viver nas décadas seguintes: a ameaça comunista, para o caso das democracias liberais; e a ameaça imperialista do capital e da guerra, para o caso do socialismo soviético. Restava às nações, em suas políticas, agir dentro desse escopo imagético, protegendo-se e resguardando-se contra os perigos iminentes de cada lado na conjuntura bipolar. Sugiram, assim, o discurso da segurança e as políticas que, em nome desta, justificavam as mais diversas demonstrações de hegemonia em ambos os lados do globo.

Vê-se, portanto, a força dos discursos enquanto produtores de imagens. Foi através dessa força constitutiva que a metáfora da *cortina de ferro* tornou-se expressão corriqueira, rapidamente se popularizando e sendo utilizada nos mais diversos meios sociais do mundo ocidental. Junto com ela, também foi endossada nesses mesmos meios a mensagem que se buscava clarificar, ou seja, a repartição do mundo por uma barreira dura, intransponível, onde nada conseguia passar de cá para lá, nem deveria passar de lá para cá. Ocorreu a divisão entre dois lados incomunicáveis: um progressista e defensor da liberdade; outro perigoso e insistente no totalitarismo. É o caso, por exemplo, da matéria de *Seleções* discutida anteriormente, a qual endossou a ideia da Guerra Fria pelo conceito elaborado por Churchill, apresentando a democracia

como um valor superior e o comunismo como um oposto inconciliável.

Essa seria a tônica do conflito. Apenas um ano após o pronunciamento em Fulton, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, anunciaria ao congresso do seu país um conjunto de medidas que seguiam as linhas gerais da mensagem do aliado inglês e seriam unificadas sob o epíteto de Doutrina Truman. Anunciava-se ali a criação do Programa de Reconstrução Europeia – ou Plano Marshall, como ficou mais comumente conhecido – que concedia empréstimos a juros baixos, injetando dólares nos países europeus que aceitassem as condições do acordo, visando à recuperação desses países após a devastação proporcionada pelos bombardeios anos antes.³ Associada a essa iniciativa de fundo mais prático, o discurso do presidente inaugurava também uma política sistemática de limitação do campo de possibilidades de expansão da influência soviética e do comunismo de uma forma geral que ficou conhecida como Política de Contenção (*Containment Policy*).

Contenção foi uma distinta estratégia ideológica da Guerra Fria. Tomando por base as preocupações dos EUA com a balança de poder no que diz respeito à relação com a União Soviética, ela propunha um conflito de soma zero entre Moscou, que figurava como agressiva e expansionista, e Washington, que figurava como defensiva e pacífica. A Contenção sustentava que, já que a cooperação com os soviéticos era impossível e que todos os governos comunistas eram subservientes a Moscou, a expansão do comunismo em qualquer parte do mundo representava uma ameaça direta à fração de poder mundial dos EUA. [...] Depois do discurso da Doutrina Truman, a Contenção se tornou um dos objetivos centrais da política externa do pós-Guerra. (KLEIN, 2003, p. 24).⁴

Com a estratégia da Contenção, portanto, a política externa estadunidense buscava aliar a prática de combate ao comunismo a uma justificativa ideológica bem específica: o conflito entre dois projetos de civilização e poder. Dava-se

sentido, assim, não apenas ao Plano Marshall, como também a todas as políticas de combate ao comunismo, que eram anteriores a esse momento, mas ganhavam agora novo suporte estatal através de uma discursividade específica ao período do Pós-Guerra.

Na esteira dessas decisões, outra política faria ecoar um dos elementos do discurso de Churchill proferido anos antes: a busca de uma unidade imaginária entre os países líderes do bloco capitalista. De uma comunhão linguística – os países de língua inglesa – anunciada pelo estadista, passou-se a enunciar a ideia de comunhão atlântica, que seria composta não apenas de aparatos econômicos, mas também militares e, especialmente, culturais. A mudança não ocorreu sem propósito. A imagem presente no discurso de Fulton, Missouri, de uma comunhão racial baseada em uma língua comum, o inglês, possuía em si certa arrogância e, na busca de potência, considerava as forças políticas nacionais do momento do seu pronunciamento, quando a Alemanha estava destruída sem qualquer vislumbre de uma retomada significativa às hostes do poder, e a França perdia terreno na geopolítica europeia. As mudanças que ocorreriam nos anos seguintes, no entanto, exigiam um conceito mais amplo, menos excludente e que abarcasse os principais aliados na nova estrutura de poder mundial, vislumbrando-se, então, a construção de uma comunidade atlântica, na qual se fundariam diversas iniciativas de ajuda mútua e partilha de responsabilidades na gestão da recém-formada política mundial sob a liderança e supervisão dos Estados Unidos.

Um importante passo para dar corpo e legitimidade a essa pretensa comunidade foi o lançamento, em 1949, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), funcionando como o organismo político-militar da comunidade atlântica. A fundação dessa organização não foi tão simples, no entanto, e merece maior atenção.

O Plano Marshall, em certo sentido, feria a moral das potências europeias decadentes, que haviam se acostumado a dar as cartas no cenário internacional e viam-se agora em situação subalterna, o que gerava desconforto e oposição

não apenas em setores dos governos dos países envolvidos, mas entre grupos específicos da população, que defendiam a busca de uma saída nacionalista e local para a crise (SAUNDERS, 2000). Além disso, o continente havia sido dividido por uma guerra, e certo revanchismo ainda não havia sido totalmente liquidado. Portanto, a ideia de partilhar uma economia, valores, ideais com recentes rivais e ainda, em certo sentido, em um papel de subserviência diante da liderança de uma potência alheia à região, não era muito popular.

Na tentativa de combater esse sentimento, algumas tentativas de promoção da alternativa proposta pelos EUA foram postas em prática antes e depois da assinatura efetiva do acordo. Entre elas, a mais notória e de mais efeito foi o concurso intraeuropeu de cartazes realizado em 1950 em Paris, no qual artistas dos 13 países que aceitaram o plano eram convidados a criar pôsteres com base no tema “cooperação intraeuropeia para um melhor padrão de vida” (SAUNDERS, 2000), com o objetivo de promover um sentimento comum entre as nações que, havia pouco, tinham estado em lados opostos de uma guerra. Mais de dez mil obras foram enviadas para o júri técnico em Paris e destes, 25 foram selecionados e expostos em galerias pelo continente.⁵ Na Figura 2, podemos visualizar uma dessas imagens, onde a união entre os membros europeus é simbolizada por um cata-vento em que cada pá representa um país através de sua bandeira nacional. Ainda que de forma distante, compondo uma pá externa do cata-vento, também estão presentes os Estados Unidos, pertencendo ao mesmo grupo que forma a fonte de energia, cada nação desempenhando o seu papel. A legenda sela a mensagem: “qualquer que seja o tempo, nós apenas chegamos ao bem-estar JUNTOS”. A união ainda é colocada em um pedestal e todo o seu entorno é obscuro e sombrio. Ou seja, fora da união, incertezas e nebulosidade. O plano de reconstrução era a certeza da vitória. Isso é ainda mais significativo se levarmos em consideração que era um discurso produzido por europeus, ainda que seguindo as diretrizes do concurso.



Figura 2: Cartazes do Plano Marshall

Fonte: Marshall (2014).

Dessa forma, o Plano de Reconstrução Europeu facilitou não apenas a integração econômica, mas também promoveu a ideia de uma partilha de interesses comuns primeiramente entre os países europeus e, extensivamente, com os Estados Unidos. Os passos que seriam seguidos a partir daí demonstram esse caminho: em março de 1948, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo assinam o tratado de Bruxelas, que assegurava a defesa coletiva em caso de agressão externa a quaisquer membros do acordo. Já em maio do mesmo ano, o senador estadunidense Arthur Vandenburg propôs a criação de um tratado de segurança com os países europeus aliados aos EUA, tratado este que deveria aderir às regras internacionais da ONU, mas possuir existência independentemente do Conselho de Segurança da ONU, onde a URSS possuía poder de veto (MORRAY, 1961). Nos meses subsequentes, intensas negociações teriam lugar com o objetivo de definir os termos do acordo e as questões de financiamento da estrutura da organização, para, finalmente, em abril de 1949, ser assinado o Tratado

de Washington, que criava o *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), ou Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Dava-se, assim, corpo e visibilidade ao bloco ocidental, pois, tal como colocou Paul Kennedy (1989, p. 362): “[...] a aliança da OTAN fez militarmente o que o Plano Marshall tinha feito economicamente: aprofundou a divisão da Europa em dois campos”, o democrático liberal e o socialista soviético”.

Uma dificuldade semelhante à implantação do Plano Marshall também iria ser vivenciada por esse novo organismo internacional. Por parte dos europeus, muitos protestavam contra o que se considerava ser um “imperialismo estadunidense”. Já entre determinados setores da sociedade estadunidense, existia a resistência de alguns cidadãos em utilizar o dinheiro de seus impostos para a defesa da Europa.

J. Walter Thompson ficou encarregado da publicidade da OTAN durante o delicado período de 1956 a 1959, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte passou por uma crise de identidade diante do protesto dos cidadãos dos Estados Unidos contra os custos de defender a Europa e do início dos protestos europeus contra o imperialismo dos Estados Unidos. A recomendação de JWT foi que esse “escudo da liberdade” buscasse uma nova imagem, uma que, visando ao vindouro décimo aniversário da OTAN, em 1959, iria transformar a “aliança” em “comunidade”. Assim, a publicidade iria “tornar claro para o mundo a devastadora superioridade, tanto moral quanto material, da concepção ocidental de Homem e da sua dignidade”. O aniversário da OTAN, a música da OTAN, e os slogans promocionais da OTAN, tais como “Boa noite – durma bem – a OTAN permanece em guarda”, “OTAN, quatro letras que significam PAZ” e “Desde a OTAN, nem uma polegada de território perdido” iriam funcionar “para forjar uma história de comunidade e tradição”. (DE GRAZIA, 2005, p. 238).

Entretanto, uma comunidade não se faz apenas de aparelhos econômicos e militares. Faz-se necessário também construir um laço de

pertencimento e comunhão de interesses, valores e ideais de forma a cimentar e dar identidade a esse grupo. Em outras palavras, é preciso construir uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008)⁶, ligada não por apenas uma língua comum⁷ – afinal, o alvo desse discurso incluía cerca de uma dezena de línguas, sem contar inúmeros dialetos – mas também por pensamentos, atitudes e um sentimento de comunhão. Era preciso, em última instância, a construção de si. E, como nem todos fazem parte desse grupo, o outro também passa a ser elaborado e edificado em discursos opostos, em uma permanente alteridade.

Um dos esforços nesse sentido foi o *Congress for Cultural Freedom* (CCF), que começou a funcionar efetivamente em 1951, mas possui uma história prévia. Em março de 1949, o Waldorf Astoria Hotel em Nova Iorque, foi palco de um evento um tanto esquisito para esse cenário: a Conferência para a Paz Mundial, organizada por intelectuais de esquerda, muitos dos quais adeptos do socialismo e outros ainda simpatizantes do regime estalinista. O objetivo era discutir ideias e caminhos para uma paz mundial entre as duas potências, uma vez que a Guerra Fria já havia se tornado uma realidade e atritos mais sérios ocorridos no ano anterior, como o bloqueio de Berlim⁸, puseram em xeque a paz entre os dois blocos hegemônicos. No mesmo espectro, Stálin havia assumido, desde o discurso de Churchill, uma postura defensiva internacionalmente, acusando o bloco capitalista de ser o grande promotor da discórdia com o lado soviético e, para coroar essa postura, passou a encabeçar uma campanha pela paz. Desconfiados das intenções soviéticas, intelectuais do bloco ocidental, liderados pelo filósofo Sydney Hook, um ex-comunista, professor na Universidade de Nova Iorque e editor de da revista socialista *The New Leader*, organizaram-se para tentar roubar a cena na conferência. O grupo de Hook se autodenominou de *Americans for Intellectual Freedom* (Americanos Pela Liberdade Intelectual)⁹ e passou a assediá-los membros da delegação soviética com perguntas constrangedoras, além de promover um comício noturno em área próxima ao do evento. A estratégia ganhou notoriedade e virou manchete dos jornais

dos dias seguintes. A partir dali, membros do governo estadunidense, especialmente da divisão de coordenação de políticas da CIA (*Office of Policy Coordination*) passaram a se interessar pela atividade e organizaram uma conferência para contra-atacar as reuniões em nome da paz mundial do ano seguinte, que teria lugar em Paris. Reuniram um grupo de intelectuais de esquerda para uma série de palestras de cunho anticomunista. A ideia era mostrar que o comunismo – na época confundido com estalinismo, como veremos no capítulo a seguir – desagradava até mesmo a esquerda bem informada. No entanto, diferentemente do ocorrido em Nova Iorque, a contraconferência não foi tão satisfatória, pois se notou tardiamente que entre os intelectuais anticomunistas havia também um grande sentimento antiamericanista. Após longas discussões e disputas internas de poder, Sydney Hook e seus aliados do governo estadunidense conseguiram convencer a CIA a apoiar secretamente uma nova conferência que teria lugar em Berlim. O local foi escolhido estrategicamente. Enquanto em Paris a esquerda possuía uma tradição de formar uma via própria, sem vincular-se a arregimentações externas, e alguns intelectuais, como J. P. Sartre e Merleau-Ponty, se recusavam a criticar a URSS, Berlim estava sitiada e possuía severas críticas e ressentimento para com os soviéticos. Assim, entre 26 e 29 de junho de 1950, a cidade dividida seria palco do *Congress for Cultural Freedom*, com um total de 118 participantes para debater temas como *Ciência e Totalitarismo*, *O Artista e a Liberdade*, *O Cidadão em uma Sociedade Livre e a Defesa da Paz e Liberdade*. Nomes como Arthur Schlesinger Jr., Bertrand Russel, James Dewey, Karl Jaspers, Benedetto Croce participaram do evento. O argumento principal foi de que no ocidente havia liberdade de pensamento, até mesmo para criticar o capitalismo, se assim se desejasse. O sucesso foi estrondoso. A partir dali, o grupo organizador da conferência passou a compor um escritório permanente, com sede em Paris e financiamento secreto da CIA (SAUNDERS, 2000), para promover os ideais comuns do bloco capitalista, o sentimento de comunhão entre eles, o respeito à liberdade intelectual e às diferenças de pensamento que

compõem uma comunidade e também construir propaganda de cunho antissoviético através de diversas revistas editadas para esse fim, entre elas *Der Monat*, *Preuves*, *Encounter Cuadernos* e *Tempo Presente*, buscando atingir o maior número de leitores possível em diferentes partes do bloco ocidental. Mesmo após a publicação dos vínculos da instituição com a CIA, ela manteve suas atividades por mais alguns anos, perdendo paulatinamente a credibilidade e sendo finalizada em meados da década de 1960.¹⁰

Vê-se, portanto, a busca de construção de uma comunidade imaginada do bloco ocidental de uma forma bem elaborada, iniciada por projetos concretos de viés econômico e militar suportadas por discursos de unidade e comunhão de interesses e valores que ajudaram a selar o que hoje chamamos de mundo ocidental. O conjunto dessas iniciativas permitiu ver e dizer o bloco ocidental enquanto um espaço se não coeso, ao menos comum, que partilhava, ideias, projetos de civilização, sonhos. Isso demonstra o poder dos conceitos como formados por e formadores de imagens; afinal, foi a partir delas que se conseguiu forjar o sentimento de pertença comum e consolidar-se o imaginário dos mundos apartados na Guerra Fria.

Dando ainda mais materialidade a esse imaginário, foi criado, na administração Eisenhower, o *People-to-People program*, com o objetivo de angariar o apoio da opinião pública para o internacionalismo da Guerra Fria e, assim, reforçar o sentimento do “nós”. De acordo com Klein (2003, p. 49), essa era

[...] uma tentativa de fazer a ideia de interdependência internacional ganhar vida no imaginário popular. Os criadores do programa também o viam como um meio de direcionar algumas das questões que se faziam os formuladores de políticas desde o início da Guerra Fria: como nos podemos “esquentar” a Guerra Fria de forma a criar um apelo aos “corações” estadunidenses? Como podemos transformá-la em uma cruzada positiva? Como podemos encorajar os estadunidenses a abandonar seu prolongado isolacionismo e aprender a se verem em relação com outras pessoas

ao redor do mundo? [...] Em última instância, o programa foi um esforço no sentido de dar ao imaginário global de integração uma fundação material, institucional.

O programa consistia em uma integração de mais de 40 comitês que promoviam o contato entre estadunidenses e pessoas em todo o mundo de acordo com interesses em comum em questões cotidianas, como comitês de leitura para estimular a troca de livros e discussões, comitês para colecionadores de selos e outros hobbies, comitês musicais etc. Um exemplo dessas iniciativas foi a produção, através de um comitê para cartunistas, de um livreto de mais de cem páginas ensinando aos turistas estadunidenses como se comportar no exterior. Ou seja, buscava-se agenciar as trocas culturais dentro de um determinado sentido ou padrão desejado; as pessoas deveriam se portar, agir e até mesmo divertir-se de forma concertada, ajudando assim na construção de um sentimento de pertença comum, de um “nós”.

Uma iniciativa mais ousada nesse sentido foi a busca da diplomacia estadunidense em unir esforços no sentido de divulgar o *American way of life* como grande paradigma mundial a partir de demonstrações práticas e comparativas da cultura que tinham como superior e o modo de vida que o comunismo proporcionava. Um passo nessa direção foi a assinatura de acordos culturais com a União Soviética em fins da década de 1950. Entre as ações deste acordo, houve a realização de feiras de exposições científicas, tecnológicas e culturais, incluindo aí moda, hábitos cotidianos e, em especial, produtos industrializados, tanto nos Estados Unidos como na União Soviética. Com isso, o governo estadunidense buscava não só convencer o público visitante de que seu modelo era mais livre – fato que se comprovava pela variedade de produtos culturais e de consumo proporcionada pelo livre mercado – mas também provocar a derrocada do modelo soviético por dentro, pela sedução do consumo.

Uma vez assinado o acordo, a primeira feira ocorreu em junho de 1959, com uma exposição soviética no *New York Coliseum*. Para a abertura da

feira, Khrushchev enviou seu Primeiro-ministro, Frol Kozlov para mostrar a Eisenhower e seu vice, Nixon, cópias do Sputnik, lançado anos antes, e de cápsulas espaciais, além de

[...] “maquinaria pesada, um modelo de um quebra-gelo nuclear (‘É nisso que usamos a energia atômica’), e muitas peças de arte do realismo socialista glorificando o regime, mas eles também viram moda, peles, pratos e artigos de vidro, o modelo de um apartamento de um trabalhador mobiliado em um estilo ultramoderno, modelos de televisores, carros moscovitas com mais cromo que o Buick 1959, e corredores, e mais corredores de lavadoras e geladeiras”.

Em declarações oficiais explicando a escolha das exposições, os russos pareciam quase arrependidos de trazer tantas amostras de Sputnik-e-produtos-siderúrgicos para Nova York, já que seu objetivo era no futuro, no qual um país agrário propunha se transformar em um refúgio do consumo. (MARLING, 2000, p. 258).

Apenas um mês depois, em julho de 1959, seria a vez da Feira de Moscou, palco do famoso *Kitchen Debate* (MARLING, 2000).¹¹ Nada menos do que 5 milhões de dólares foram gastos para promover a exposição – em grande parte investidos pelas grandes corporações, já que o Congresso estadunidense vetou uma grande soma dos verba pública que havia sido solicitada para esse fim. Ali, o visitante poderia se deparar com exposições de moda, estandes de produtos de beleza, quiosques de comida com distribuição gratuita de Pepsi-Cola – produto que foi consumido à taxa de dez mil copos por hora durante os 42 dias da feira! – além de modelos de supermercados, casas pré-fabricadas e, especialmente, da cozinha estadunidense.

Para Richard Nixon, as novidades de consumo para a cozinha representava os princípios fundamentais do *American way of life*. Liberdade. Liberdade do trabalho maçante para a dona de casa. E democracia, a oportunidade de escolher o melhor modelo de uma oferta ilimitada de cores, características e preços que o livre mercado tinha a

oferecer. Para Nikita Krushchev, toda a exibição estadunidense era uma amostra do excesso lamentável e da trivialidade burguesa. Onde estavam as demonstrações científicas, os Sputniks estadunidenses? “O que é isso?”, perguntou o jornal *Izvestia*. “Uma exibição nacional de um grande país ou uma rede de lojas de departamento?”. (MARLING, 2000, p. 243).

Os Estados Unidos acreditavam na força sedutora do seu modo de vida, e investiam pesado para convencer o mundo, incluindo os domínios soviéticos, de que esse era o melhor modelo a ser seguido. Confrontando seus produtos e seu cotidiano com aqueles existentes do outro lado do planeta, eles se propunham tanto a plantar uma semente de discórdia entre os habitantes do mundo soviético, mostrando suas “maravilhas modernas”, como a consolidar a escolha do mundo ocidental pelo *American way of life*.

Casas modelo e supermercados dramatizavam os benefícios da produção em massa para a família média estadunidense. Dessa forma, eles foram sempre importantes dispositivos de propaganda da Guerra Fria, oferecendo provas tangíveis e convincentes da superioridade do sistema econômico que tão casualmente lançava maravilhas para economizar esforço, jantares congelados (carne e batata frita), e agradáveis salas de estar mobiliadas pela *House Beautiful*. (MARLING, 2000, p. 245).

Em resumo, a Guerra Fria cultural impulsionou o forjamento de uma cultura pretensamente global com base no *American way of life* com vistas a combater a expansão do projeto civilizador comunista representado pela União Soviética através de um conjunto extremamente bem articulado de ações.

Washington criou uma variedade de programas de diplomacia cultural que fomentou conexões intelectuais para além das fronteiras nacionais e encorajou sentimentos positivos com relação aos EUA. Esses programas introduziram o mundo a pintura

abstrato-expressionista, enviou músicos de jazz em turnês e disponibilizou livros estadunidenses através das bibliotecas da USIA. O programa *people-to-people* surgiu desse esforço de diplomacia cultural: ele era destinado a um público internacional e objetivado para espalhar a cultura, valores e ideias estadunidenses no exterior. Ele procurava criar uma oposição à propaganda Soviética através da promoção de encontros cara a cara entre estadunidenses e pessoas de outros países e, assim, mostrar como os Estados Unidos “de fato” eram. (KLEIN, 2003, p. 50).

O sucesso desse bloco de ações seria incontestado. O forjamento do Bloco Atlântico constituiu-se na base do que se passou costumeiramente, alguns anos depois, a chamar mundo ocidental, que teve por base o modelo civilizatório estadunidense, incorporando seu estilo de vida, assentando a base da “visi-dizibilidade” do que se entende por cultura ocidental, comunidade imaginada que persiste até nossos dias. Vê-se, assim, como um conjunto bem articulado de práticas discursivas instituíram imagens fundantes de um projeto de civilização que coordena o modo de viver de um considerável grupo de pessoas até a atualidade. Foi justamente a força desse discurso que possibilitou a construção imagética do “nós” e do outro na divisão do mundo em duas esferas distintas não apenas de poder, mas de ser e perceber (n) o mundo, pois essas imagens constituíram identidades e subjetividades, limitando o alcance dos sonhos e projetos de futuro possíveis enquanto foram vigentes.

O escopo de ação da Guerra Fria ideológica não ficou restrito apenas à área de dentro dos muros da comunidade imaginada. Ela também foi travada na disputa por áreas do globo onde se buscava arremessar os países da periferia do sistema bipolar para dentro de sua esfera de influência. Não é casual, nesse sentido, o despertar de um extremo interesse por aspectos da vida e cultura asiática durante os anos de 1945-1961 dentro dos Estados Unidos, fato descrito com maestria por Cristina Klein em *Cold War Orientalism* (2003). Nesse período, segundo essa autora, filmes, revistas,

séries fotográficas, livros de turismo, reportagens em frequência alarmante entre outros aspectos culturais voltariam seus olhares para a Ásia na busca de compreender melhor como viviam e pensavam os habitantes daquela parte do globo.

Esse novo olhar para o leste se justificava pela crescente consciência da importância estratégica do continente asiático – e, em menor grau, o africano – no período em questão. Livrando-se das amarras imperiais iniciadas em sua maioria no século anterior, ambos os continentes buscavam um espaço dentro do novo sistema internacional onde pudessem construir uma nova identidade e promover seus processos de desenvolvimento independentemente das amarras coloniais dos países capitalistas. E, nesse contexto, a ideia do comunismo soava mais apropriada aos ouvidos das forças políticas nacionais que desejavam reformas profundas. Instava ao bloco capitalista agir dentro da política de contenção e conquistar as mentes e os corações dessas novas nações para o seu núcleo de poder, sendo, portanto, os países do bloco asiático importantes peças desse jogo.

Em perfeita simbiose com o momento de uma renovada produção de bens culturais em seu país, o governo estadunidense iniciou um esforço de promoção da Ásia mediante programas de intercâmbio, treinamentos de pessoal diplomático e técnico para melhor compreensão dos assuntos asiáticos, no qual, evidentemente, a educação teria um papel de destaque. Tal fato fica claro no discurso proferido por Francis Wilcox, um funcionário do Departamento de Estado, para uma plateia de educadores na Filadélfia, em 1957. Como descreve Klein,

Wilcox enfatizou o profundo efeito que a descolonização estava tendo nos Estados Unidos. Ele começou descrevendo a crescente influência das novas nações asiáticas e africanas e a subsequente transformação da Guerra Fria de um plano militar para o ideológico. Ele explicou que a União Soviética, que em fins da década de 40 e início da década de 1950 tinha “expandido seu império” para a China, Coreia e Indochina através do uso da força, estava agora mudando para uma

“intensa guerra de ideias, ideologias, propaganda e subversão” elaborada para ganhar a confiança dos povos em descolonização através de meios pacíficos. [...] Ele instou sua audiência de educadores a ajudar no treinamento da nova geração de estadunidenses para o seu “novo papel” de liderança mundial através de lições sobre países como Indonésia, cuja localização estratégica e vastos recursos naturais a tornavam de grande valor para ambos: soviéticos e EUA. (KLEIN, 2003, p. 21).

A Guerra Fria, portanto, como procurei antecipar, nada tinha de fria no campo ideológico. Houve, sim, um embate direto entre as duas potências rivais na construção de uma autoimagem positiva e no convencimento das potências emergentes – nos espaços ainda em disputa e mesmo nos já arregimentados para uma ou outra esfera de influência – de que o seu projeto civilizador era o mais positivo.

Neste ponto, quero propor aqui uma aproximação com o conceito de *orientalismo* muito bem desenvolvido por Edward Said em sua obra homônima (SAID, 2007), onde ele sugere que o exercício do poder imperial europeu sobre o oriente foi pautado e mesmo justificado nas representações que se faziam daquela região. Assim, segundo Said, o orientalismo foi um discurso ocidental estruturado em uma ideologia da diferença na qual o ocidente e o oriente eram elaborados como entidades internamente coerentes e mutualmente excludentes. Em outras palavras, o orientalismo foi uma política de enunciação ocidental do oriente guiada por uma lógica binária de construção do “nós” e do “eles”, que são entendidas como essências autoevidentes e necessariamente opostas entre si, sendo uma delas superior e a outra a ela subordinada. Tais práticas enunciativas do outro justificaram, ainda e acordo com Said, a dominação europeia nos países Asiáticos durante o século XIX e parte do XX.

Destarte, tal como a construção do oriente se deu de forma a corroborar o projeto político e civilizador europeu no século XIX, enquadrando-se em uma questão da alteridade, ou seja, de uma construção de si a partir de uma definição do seu outro, a construção do mundo atlântico também fez

parte de uma política enunciativa de elaboração do bloco hegemônico ocidental com vistas à construção de uma aliança identitária de oposição a um outro a ser desqualificado e combatido.¹²

Com isso, vemos a importância de se entender as estruturas simbólicas da Guerra Fria – sendo elas tão ou mais importantes que as questões políticas, militares e econômicas geralmente priorizadas pela historiografia do tema – pois é nessa esfera que se fundam os modos de ver, perceber e agir dos sujeitos históricos. Em outras palavras, é por meio do simbólico que são organizados os modos de agir no universo histórico; é a partir de um conjunto cultural simbólico que decisões políticas são tomadas, que subjetividades são formadas ou que, como nos diz Chartier, “[...] os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento” (CHARTIER, 2002, p. 11).

Notas

1 Winston Churchill havia sido Primeiro-ministro britânico entre maio de 1940 a 1945, quando seu partido, o Conservador, perdeu as eleições para o Partido Trabalhista, assumindo então o posto de Primeiro-ministro Clement Attlee.

2 Não estou, com isso, querendo afirmar que a Guerra Fria foi ocasionada pelo discurso de Winston Churchill. Os eventos e conjunturas que levaram ao conflito são muito mais complexos e enraizados que a potência discursiva de um único sujeito. O impacto do pronunciamento do inglês, ainda que de grande monta, limita-se à inauguração de uma nova era de transparência nas intencionalidades dos atores internacionais. Se, até ali reinava um clima idealista, personificado na figura de F. D. Roosevelt, ainda que sem grande apoio dos outros líderes ocidentais e em seus últimos suspiros, o realismo inglês varreria para longe o chamado “espírito de Yalta” e, com ele, as tentativas de uma conciliação pelo princípio da justiça nas relações internacionais.

3 Para uma compreensão mais profunda do Plano Marshall, precisa-se interpretá-lo no conjunto das tentativas de reorganização da economia mundial do Pós-45. Cada vez mais integradas com os processos de industrialização, a economia capitalista necessitava de um ajuste mútuo para evitar uma nova crise como a vivida em 1929, quando uma crise no mercado de capitais estadunidense levou à recessão diversos países integrados na economia de mercado. Não tendo sofrido ataques em seu território e sendo o principal fornecedor de guerra dos Aliados, os Estados Unidos saíram da guerra em 1945

com sua produção industrial extremamente aquecida, produção esta que o seu mercado interno não poderia absorver. Precisavam, então, buscar consumidores para seus produtos fora de suas fronteiras, e a Europa era o principal alvo. No entanto, diferentemente dos EUA, os países europeus viveram a guerra em seu solo e foram devastados por ela, não tendo capacidade financeira para comprar os produtos industrializados estadunidenses, concentrando seus esforços em alimentar a população e reconstruir seus países. É buscando solucionar esses problemas que se organizou uma reunião com os principais países capitalistas em Bretton Woods, nos Estados Unidos em 1944. O objetivo principal era instituir regras comuns e organismos internacionais que ajudassem a regular o sistema monetário internacional e, conseqüentemente, o comércio entre os países. Após intensos debates e a apresentação de propostas, decidiu-se pela criação de dois organismos internacionais, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da infraestrutura das nações necessitadas e o Fundo Monetário Internacional (FMI), responsável pela organização monetária e regulação comercial dos países-membros, além da adoção do dólar como moeda internacional. “No entanto, as duas instituições oriundas dos arranjos de Bretton Woods, a despeito das modificações que possibilitaram, não foram capazes de promover a reconstrução da Europa. O maior entrave existente era a escassez de dólares. Os EUA tinham a maior parcela da capacidade produtiva mundial e, entre 1946 e 1947, tiveram um excedente de produção, ao passo que a Europa não dispunha de dólares para efetuar a compra dos produtos norte-americanos. Se esse quadro não fosse alterado, tanto a Europa enfrentaria diversos problemas para se recuperar como também os EUA teriam sua economia desaquecida” (SIMON, 2011, p. 33). Foi aí que entrou em cena o Plano Marshall, que assim ficou conhecido por conta do seu idealizador, George Marshall, Secretário de Estado dos Estados Unidos durante a administração Truman.

4 Original em inglês. Todas as traduções deste texto foram realizadas por seu autor.

5 Hoje, esses cartazes estão todos em exibição permanente no *George C. Marshall Museum*, em Lexington, Virginia, Estados Unidos. No sítio eletrônico do museu, onde também estão disponíveis para consultas todos os cartazes, lê-se: “Esses pôsteres foram projetados para promover a ideia de coesão da Europa Ocidental e a integração dos países com a remoção de barreiras de comércio e instituições de ajuda intergovernamentais de comércio” (MARSHALL, 2014, [s. p.]).

6 A referência aqui é ao conceito desenvolvido por Benedict Anderson, ainda que em contexto e situação distintos. A analogia se faz possível pois, tal como Anderson pensa o conceito de nação, a formação de um bloco hegemônico que partilha de instituições econômicas, militares e culturais, também possui

um sentimento de pertença comum que tem raízes em uma construção cultural. Assim percebo a ideia de Comunidade Atlântica e, posteriormente, Mundo Ocidental, como uma construção imagética, que não possui organização política, fronteiras definidas ou mesmo uma história comum, mas baseia-se em uma partilha de valores, ideais e sentimentos de pertença comuns, ou seja, de uma imagem mental de unidade. Isso não implica dizer que ela seja ilusória ou irreal. Ao contrário, ela se realiza no campo do simbólico e nele constitui subjetividades. Em última instância, para citar Anderson, “[...] ela é imaginada pois, mesmo os membros da mais minúscula nação jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32). Cabe ressaltar, no entanto, que tal comunhão não suplanta outras comunidades imaginadas, tais como a nação ou outras existentes dentro dessa mesma comunidade, mas funciona em diálogo e, por vezes, em conflito com estas.

7 Faço aqui novamente menção ao apelo de Winston Churchill a uma comunhão dos países de língua inglesa, já discutido anteriormente neste capítulo.

8 Com a divisão da Alemanha em quatro setores administrativos, instituída da Conferência de Potsdam, em 1945, a cidade de Berlim, apesar de fazer parte da área sob administração soviética, por sua importância como capital do país, também sofreu a mesma repartição. Em 1948, as áreas da cidade controladas pelas potências ocidentais optaram por adotar o Marco Alemão como moeda principal em suas respectivas zonas, pressionando o restante da cidade a fazer o mesmo. Por não haver concordado com a medida, Stálin optou por bloquear totalmente o acesso à cidade pela via terrestre, impedindo assim a chegada de produtos e suprimentos dos países ocidentais às suas respectivas áreas de influência. A medida causou atritos entre os líderes dos dois lados da conjuntura bipolar, o que gerou receios do recurso às armas para solucionar o caso, fato que não ocorreu. A solução dada pelas potências democráticas liberais foi o uso do abastecimento aéreo, o que terminou por levar ao fim do bloqueio pouco menos de um ano depois de seu início.

9 A composição do grupo era bastante heterogênea, contando com ex-comunistas, socialistas críticos do estalinismo e mesmo alguns liberais. No entanto, em geral, procuravam seguir uma linha mais à esquerda. Entre os membros desse grupo, estavam os críticos Dwight MacDonald, Mary McCarthy, o compositor Nicolas Nabokov e o jornalista Arnold Beichman. Para mais informações sobre o grupo e sua organização, vide Warner (1995).

10 Apesar do aparente progressismo e da liberdade do grupo, vale salientar que o objetivo principal era a arregimentação dos intelectuais para o lado capitalista. Buscava-se mostrar o lado soviético como uma via impensável e eliminar quaisquer possibilidades de terceira via, que deveriam ser sugadas para dentro do espectro ocidental. Ou seja, de uma forma quase paradoxal,

usava-se o discurso da liberdade como um captador de dissidências. Uma estratégia que, com algumas fissuras, teve resultados de longo prazo.

11 Assim foi como ficou conhecido um caloroso e improvisado “bate-boca” entre Nixon e Khrushchev, através de seus intérpretes, quando da abertura da Feira de Moscou. Em seu passeio pelos pavilhões para apresentar as novidades de consumo e a vida cotidiana do estadunidense comum para o líder soviético, Nixon procurava ressaltar as vantagens do livre mercado e da produção em massa, que, dizia ele, eram vantajosos para todos. Diante dessas apresentações, Khrushchev rebatia, ora falando das desigualdades sociais e do trabalho escravo mascarado em liberdade do modelo capitalista, ora argumentando que os soviéticos haviam lançado o Sputnik, e, portanto, estavam à frente dos Estados Unidos em tecnologia e, assim que concluíssem os investimentos no que era mais importante, em cinco ou seis anos ultrapassariam os Estados Unidos também nos bens de consumo. A batalha perdurou durante toda exposição, causando alguns momentos de desconforto para os tradutores e os demais membros das comitivas que os acompanhavam. O debate concluiu com uma cena de aparente bom humor de ambos, quando a guia estadunidense apresentou o circuito fechado de TV projetado para exibir as atividades em cada canto de uma das casas modelo e o líder soviético disparou: “Isto deve estar sempre quebrado”, ao que o vice-presidente estadunidense respondeu “Naaa”, e ambos sorriram.

12 Cabe chamar a atenção para a historicidade dos eventos aqui comparados. Não estou tentando sustentar uma continuidade entre o imperialismo europeu do século XIX e as políticas estadunidenses durante a Guerra Fria. Ao contrário, defendo que se tratam de eventos históricos específicos, cada qual elaborado por condições de possibilidade histórica diversas, ainda que possuam algumas semelhanças. Como bem colocou Christina Klein, “enquanto muitas representações estadunidenses sobre a Ásia produzidas antes da Segunda Guerra Mundial encaixam confortavelmente no modelo do orientalismo de Said, muitas representações do Pós-Guerra da Ásia comunista não se encaixam, ainda que não se contradigam inteiramente. A razão para isso reside na evolução do entendimento estadunidense da Raça”. (KLEIN, 2003, p. 11). A comparação que proponho aqui vai um pouco mais além e diz respeito à relação saber/poder e como foram utilizadas como mecanismos de enunciação de políticas específicas dentro de uma geopolítica de poder mundial. Assim, tanto a construção do oriente pela Europa no século XIX descrita por Said como a enunciação de um bloco atlântico pelos EUA no período em questão dizem respeito a políticas enunciativas elaboradas na alteridade e que visam à afirmação de si pela definição do outro enquanto um elemento inferior que deve ser guiado ao caminho correto ou mais positivo.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DE GRAZIA, Victoria. **America's advance through 20th century Europe**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2005.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KLEIN, Christina. **Cold War Orientalism: Asia in the middlebrow imagination, 1945-1961**. University of California Press, 2003.
- MARSHALL Plan And The Poster Contest. 24 oct. 2014. Disponível em: <http://marshallfoundation.org/blog/marshall-plan-poster-contest/>. Acesso em: 18 abr. 2015.
- MARLING, Karal Ann. **As seen on TV: the visual culture of everyday life in the 1950s**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 2000.
- MORRAY, Joseph P. **Origens da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil 1947-1953. **Revista Diálogos**, Maringá, v. 6, p. 41-59, 2002.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAUNDERS, Frances Stonor. **The Cultural Cold War: The CIA and the world of arts and letters**. New York: The New Press, 2000.
- SELEÇÕES READER'S DIGEST. Edições mensais de 1950 a 1960. Edição Brasileira. Disponível em: <https://www.selecoes.com.br>. Acesso em: 8 fev. 2019.

SELEÇÕES READER'S DIGEST, jun. 1948, p. 44-46.

SIMON, Silvana Aline Soares. De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no mundo atual**, v. 2, n. 14, p. 24-47, 2011.

TUDO SIM É HISTÓRIA. [s. d.]. Disponível em: <http://tudosimehistoria.blogspot.com>. Acesso em: 8 fev. 2019.

WARNER, Michael. Origins of the Congress for Cultural Freedom, 1949-1950. **Studies in Intelligence**, v. 38, n. 5, ano 10, p. 89-97, 1995. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/kent-csi/vol38no5/pdf/v38i5a10p.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais*

The battle of Rio das Antas (November 1914): some initial considerations

Márcia Janete Espig**

Palavras-chave:
Guerra do Contestado
Rio das Antas
Microanálise

Resumo: A colônia de Rio das Antas foi fundada pela *Brazil Development & Colonization Company* (empresa de Colonização ligada à *Brazil Railway Company*) em terras das quais os moradores tradicionais haviam sido expulsos, tendo sido ocupada por imigrantes alemães e poloneses. Em 2 de novembro de 1914, no contexto da Guerra do Contestado, essa vila foi atacada pelo comandante geral dos rebeldes, Francisco Alonso, à frente de um piquete caboclo. Esse episódio, conhecido como combate de Rio das Antas, ficou marcado pela resistência dos colonos, pela morte de Alonso e pela fuga dos imigrantes da região. Neste artigo, pretendo discutir a fraca atenção dedicada a essa temática pela historiografia, trazendo algumas hipóteses de análise.

Keywords:
War of the Contestado
Rio das Antas
Microanalysis

Abstract: The colony of *Rio das Antas* was founded by the *Brazil Development & Colonization Company* (Colonization Company linked to the *Brazil Railway Company*) in lands from which the traditional inhabitants had been expelled and then occupied by German and Polish immigrants. In the context of the *Contestado War*, this village was attacked on November 2, 1914, by the general commander of the rebels, Francisco Alonso, head of a *caboclo* picket. This episode, known as the battle of *Rio das Antas*, was marked by the resistance of the settlers, the death of Alonso and the escape of the immigrants from that region. In this article, it is intended to discuss the poor attention dedicated to this topic by historiography, bringing some hypotheses of analysis.

Recebido em 09 de setembro de 2018. Aprovado em 21 de fevereiro de 2019.

A guerra do Contestado: evolução historiográfica

A Guerra do Contestado, ou Movimento do Contestado (1912-1916), foi um episódio muito importante da história do Brasil Republicano. Tratado por longa data como “história local” (catarinense ou paranaense; mas, sobretudo, catarinense) ou visto como uma “segunda Canudos” por leitores e pesquisadores desavisados, esse conflito vem ganhando progressiva visibilidade historiográfica, sendo relacionado a outros importantes temas de pesquisa, tais como o

coronelismo, a transição monarquia/república, questão de terras, religiosidade popular, conflitos entre o tradicional e o inovador, dentre muitos outros.

Quando nos aproximamos desse objeto de estudo, em especial a partir de seus detalhes e singularidades, melhor se mostram seus contornos, suas especificidades e sua riqueza de interpretações. Se hoje temos uma imensa amplitude analítica a explorar, devemos ao trabalho de gerações de pesquisadores, que projetaram a temática muito além da história regional. Cabe aqui analisar, mesmo que brevemente, esse processo.

* O presente artigo apresenta uma reflexão ampliada sobre minha pesquisa de pós-doutoramento, recentemente iniciado na Universidade Federal de Santa Catarina, sob a supervisão do Dr. Paulo Pinheiro Machado.

** Professora associada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora do Departamento de História e da Pós-Graduação em História da UFPEL. Possui Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou seu Mestrado em História e seu Doutorado em História pela mesma Universidade. E-mail: <marcia.espig@terra.com.br>.

Uma primeira geração de interessados no assunto é representada pelos militares que lá estiveram na intenção de exterminar o movimento. Ao produzir relatos sobre a experiência na região, autores como Demerval Peixoto (publicações originais em 1916, 1918, 1920), Herculano d'Assumpção (1917, 1918) e J. O. Pinto Soares (1920, 1931), dentre outros, inauguraram certa linha de análise sobre a Guerra, seus participantes e a região em que ocorreu. Escrevendo em tom memorialístico, mas com intensões cívicas e críticas, esses autores foram definidos por Rogério Rosa Rodrigues como “historiadores de farda”, visto que suas pretensões eram produzir obras históricas e definitivas sobre os acontecimentos (RODRIGUES, 2008, p. 106-108). Fonte de inúmeras informações, versões e mesmo distorções, tais obras tentavam alcançar – explicitamente em alguns casos – uma imortalização semelhante àquela alcançada pelo livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, que tratara, alguns anos antes, de tornar conhecido o Movimento de Canudos (1893-1897), ocorrido nos confins da Bahia e responsável por grande crise política na República que então se iniciava.

Anterior a esses trabalhos e portador de grande relevância, o “Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra (1916)” pelo General Fernando Setembrino de Carvalho, comandante das forças em operação no Contestado entre o mês de setembro de 1914 e maio de 1915, influenciou enormemente essa bibliografia militar, da qual podemos marcar aproximadamente os contornos cronológicos entre 1916 e os anos 30 do século XX.¹

Saindo da esfera da produção militar, encontram-se no período imediatamente posterior alguns trabalhos de síntese histórica sobre o movimento, com destaque para Aujor Ávila da Luz (1952 em publicação original e 1999 em reedição) e Brasil Gerson (1955).

Os anos de 1960 a 1970 marcam o despertar de um novo interesse pelo Contestado, desta vez com perfil marcadamente acadêmico. Trabalhos como os de Oswaldo Cabral (1960, com reedição em 1979), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1957) e Maurício Vinhas de Queiroz

(1966) assinalam essa inflexão, que se consolida com a obra de Duglas Teixeira Monteiro (1974 em primeira edição, 2011 em segunda edição). Dentre tais trabalhos, cabe destacar que a pesquisa de Vinhas de Queiroz solidificou-se como uma das principais obras informativas sobre o movimento, tendo se embasado em fontes jornalísticas, orais, militares, dentre outras. Mesmo que atualmente algumas informações ali apresentadas tenham sido desconstruídas por investigações pontuais, a explanação geral e estrutural sobre a constituição histórica e sociológica da região fazem desse um texto obrigatório para os que iniciam uma pesquisa. A investigação realizada por Monteiro (1974) se constitui em trabalho clássico sobre o conflito, traçando uma interpretação de fôlego acerca das relações de compadrio e os processos de desencantamento e reencantamento do mundo presentes no Contestado.

Curiosamente nenhum dos trabalhos mencionados acima foi produzido por historiador. Cabral era médico de formação, e Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz e Monteiro eram sociólogos.

A produção historiográfica entre os anos 1980 e 2000 possui uma qualidade bastante variável. Conta com muitas obras de síntese sobre o movimento, alguns livros de reconstrução histórica (inovadores ou não) e variados trabalhos acadêmicos, tais como dissertações e teses. Sobre esses, tentarei traçar um panorama sintético e crítico.²

Concomitantemente a textos que traçam sínteses sobre a Guerra do Contestado, tais como Antônio Pedro Tota (1983), Marli Auras (edição original em 1984 e reedição em 1995) e variados títulos de Nilson Thomé (1987, 1992), percebemos o crescimento de investigações pontuais, cujos trabalhos criaram problemas de pesquisa inovadores. As produções de Rosângela Cavallazzi (defendida em 1983 e publicada em 2003), que investigava a questão da terra, e de Ivone Gallo (1992), que se detinha sobre a questão do milenarismo, são exemplos do que afirmo. Outros importantes trabalhos também vieram a público no período, tais como o do brasileiro Todd Diacon

(1991), de Célio Alves de Oliveira (1992) e de Delmir Valentini (1998). É perceptível um processo de crescimento e de qualificação das pesquisas realizadas sobre o Contestado, dessa vez com uma preponderância de estudiosos da área de história.

No início dos anos 2000 podemos falar em uma “nova historiografia” sobre o Contestado, formada por nomes como Paulo Pinheiro Machado, Márcia Janete Espig, Rogério Rosa Rodrigues, Tarcísio Mota Carvalho, Liz Andréa Dalfré, Alexandre Tomporoski, dentre outros. O trabalho mais importante desse período é o de Paulo Pinheiro Machado, cuja tese, que estuda em detalhe as lideranças do Contestado, passou a compor a bibliografia fundamental sobre o Movimento (MACHADO, 2004). Como mapeado em balanço realizado no simbólico ano de 2012,

Hoje, pode-se afirmar convictamente que o objeto de pesquisa Contestado sofreu um incremento numérico e qualitativo impressionante, se comparado a uma ou duas décadas atrás. Isso proporciona um desafio constante aos seus pesquisadores e às novas gerações de alunos. Esse padrão de qualidade acadêmica rende frutos, pois proporciona o avanço do conhecimento, que é o objetivo permanente de todo trabalho historiográfico (ESPIG *et al.*, 2012, p. 9).

Os anos de 2012 a 2016 foram essenciais na constituição do que eu chamaria, na ausência de termo melhor, de “novíssima historiografia” sobre o Contestado. Com as comemorações alusivas ao centenário do Movimento, uma parcela dos pesquisadores citados acima organizou um evento em 2012, o “Simpósio Nacional do Centenário do Movimento Contestado: História, Memória, Sociedade e Cultura no Brasil Meridional, 1912-2012”, que contou com três sessões (em Pelotas, Chapecó e Florianópolis).³ Considero que a visibilidade alcançada por esse e por outros eventos, bem como o processo contínuo de qualificação acadêmica e historiográfica que mencionei, levaram à formação dessa novíssima geração, constituída por nomes como de Viviani Poyer, Gabriel Kunrath, Cristina Dallanora, dentre muitíssimos outros.⁴

Recentemente Paulo Pinheiro Machado (2016, p. 13-28) mapeou parte dessa riqueza historiográfica em um artigo, no qual menciona vários outros nomes não abordados aqui, mas igualmente relevantes, e que considera parte de uma “comunidade crescente de novos pesquisadores”. Além da quantidade, chama a atenção a variedade de temáticas e problemas de pesquisa que vêm sendo enfrentados pelo grupo, formando uma volumosa e qualificada massa crítica.

A historiografia sobre o Contestado acompanhou avanços teórico-metodológicos e debates de diferentes áreas de conhecimento ligadas às ciências humanas, como pretendi demonstrar nessa breve exposição. As investigações mais recentes vêm propondo problemas de pesquisa específicos e com recortes precisos, muitas vezes de feição detalhista, característica que pode ser mais bem compreendida se pensarmos no amadurecimento que mapeei acima. Se hoje é possível realizar um estudo acerca de um episódio de talhe tão limitado quanto o Combate de Rio das Antas, devemos ao percurso dos estudos anteriores a compreensão de processos históricos fundamentais, tais como as estruturas vigentes na região, a evolução cultural do grupo, as lideranças, a expropriação capitalista, entre outros. Assim, o objeto de pesquisa que apresento posiciona-se em uma tendência atual dos estudos sobre o Contestado, e é tributário de uma maturidade não apenas pessoal, mas coletiva.

Rio das Antas

O combate de Rio das Antas ocorreu em 2 de novembro de 1914. Embora inexista, até agora, algum trabalho específico sobre esse episódio, ele nos serve para reflexão por tocar em várias questões importantes e sensíveis da história, não apenas do movimento, mas da região em que ocorreu.

A fundação da colônia de Rio das Antas está relacionada ao contexto de inserção capitalista no Vale do Rio do Peixe/SC. Entre 1908 e 1910 ocorreu a construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG), que inaugurou a estação de Rio das Antas em maio de 1910. A *Brazil Railway Company* (BRC), empresa

havia expulsado de suas terras um grande número de posseiros, tendo loteado e vendido a terra a imigrantes poloneses e alemães (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 231; MONTEIRO, 2011, p. 60).

O momento do ataque (novembro de 1914) marcava um período especialmente delicado para os rebeldes do Contestado. Como bem apontou Machado, entre julho e novembro de 1914 o movimento alcançara grande expansão, em uma “ofensiva generalizada” (2004, p. 261-ss) que resultou em grande volume de mortes, dentre as quais figura o emblemático assassinato do Capitão Matos Costa. Em setembro desse mesmo ano, o comando da Expedição Militar no Contestado foi passado ao General Fernando Setembrino de Carvalho, que contou com um volume de recursos – financeiros e humanos – imensamente superior às Expedições Militares anteriores. Quando, um mês antes do ataque, o comandante rebelde mandou avisar aos colonos de Rio das Antas que esses deveriam se retirar da localidade sob pena de um assalto impiedoso, o movimento já entrava em inflexão.

Francisco Alonso de Souza, o Chico Alonso, era posseiro no vale do Timbó e foi guindado ao cargo de comandante geral do movimento com a decadência das chefias religiosas, notadamente de Maria Rosa, por volta de junho de 1914 (MACHADO, 2004, p. 248).⁷ A despeito de diferenças internas entre as variadas lideranças, os meses a partir daí foram de expansão, com ataques às vilas de Canoinhas, Itaiópolis, Papanduva, Vila Nova do Timbó, Curitiba e a tentativa (malsucedida) de tomar a cidade de Lages. Esse foi o momento de maior expansão geográfica do movimento, com inúmeros ataques bem-sucedidos. Ressalto, ainda, a ofensiva contra as estações de Calmon e São João dos Pobres, da EFSPRG, bem como de uma madeireira da Lumber, ações nas quais a violência potencializou-se e provocou o pavor da população.⁸

Em vários ataques os rebeldes adotaram a estratégia de mandar avisos. No caso de Curitiba,

por exemplo, essa tática permitiu a tomada da Vila sem maiores conflitos, e nenhuma pessoa morreu na invasão ou durante sua ocupação pelo grupo chefiado por Chico Ventura (MACHADO, 2008, p. 83). Além de proporcionar menor resistência, tal tática também acabava por mitigar o número de mortes. Quando o mesmo recado foi passado aos habitantes da pequena Rio das Antas, não se esperava resistência. Ali, alguns dos homens que compunham o piquete de Alonso tinham pendências a resolver, pois eram ex-posseiros desalojados (talvez com a esperança de retomar a posse das terras). A expectativa pela fuga dos colonos não se confirmou, e esses organizaram a defesa da localidade mesmo sem o apoio militar. A dura resposta ao ataque resultou em baixas para os colonos e para os sertanejos, que perderam seu líder e mais alguns homens do piquete. Os sobreviventes, ao verem o chefe morto, safaram-se. Entre eles estava o derradeiro comandante do movimento, Adeodato (FELLIPPE, 1995, p. 175). Com medo de uma possível represália, os colonos retiraram-se da região. Teriam, segundo Vinhas de Queiroz, vendido seus pertences às praças do Exército e resolvido se mudar para São Paulo (1966, p. 232), ou teriam sido removidos pela Companhia Colonizadora para Cachoeira, no estado do Paraná, e para Faxina, em São Paulo, onde receberam novas terras (GAERTNER, 1974, p. 181).

O local da Batalha de Rio das Antas foi objeto de um levantamento de cultura material, realizado pelo arqueólogo Jaisson Teixeira Lino. Inserindo esse espaço em uma reflexão acerca da “arqueologia dos conflitos” e da “arqueologia dos campos de batalha”, esse autor menciona a necessidade de os campos de batalha serem vistos “[...] em sua dupla existência, como local onde se desenrolaram conflitos bélicos, e como lugar no presente que possui depósitos arqueológicos e que foi reapropriado pelas populações atuais como ponto de evocação de memórias” (LINO, 2014, p. 134).



Figura 2 – Local da Batalha de Rio das Antas, Rio das Antas.
Fonte: Lino (2014, p. 135).

No transcorrer da Guerra do Contestado, vários foram os combates, as batalhas ou os ataques que se tornaram célebres. Menciona-se, por exemplo, o combate de Taquaruçu, o ataque à vila de Curitibaanos, o cerco a Lages ou o combate de Santa Maria, de tão trágico desfecho. Percebe-se que cada um desses episódios, inserido em um microcontexto histórico específico, desempenhou papel importante no desenvolvimento do movimento. Contudo, raras são as pesquisas que investigam a fundo tais momentos de conflito e ruptura.

Certamente a batalha mais conhecida da Guerra do Contestado é a Batalha do Irani. Considerada o marco inicial do conflito, em 22 de outubro de 1912, sua relevância não escapou aos pesquisadores, sendo sempre mencionada em trabalhos de síntese ou resumos sobre o tema. Sobre ela temos trabalhos específicos, como o de Celso Vianna (2002) que, a partir de uma perspectiva antropológica, busca compreender os testemunhos e as reminiscências dos agentes históricos envolvidos. Já a pesquisa de Celso Martins (2007) realiza uma narrativa cronológica dos eventos, baseando-se, sobretudo, no processo instaurado em 1913.⁹

O ataque a Curitibaanos foi objeto de um artigo de Machado (2008). Nesse, o autor demonstra como a investigação detalhada sobre um conflito localizado pode nos ajudar a entender aspectos importantes da organização do movimento, seu funcionamento, a relação entre lideranças e, sobretudo, a vigência e o respeito a antigos laços de parentesco e compadrio entre “pelados” e “peludos” (MACHADO, 2008, p. 88).

A possibilidade de estudo de ataques, batalhas, cercos e combates específicos no interior de um conflito complexo como a Guerra do Contestado se apresenta como um campo promissor e extremamente relevante para futuros pesquisadores. Alguns desses episódios contam com fontes pouco exploradas, tais como processos judiciais ou militares, além da abordagem da imprensa da época e de relatórios oficiais. Como demonstrei, progressivamente a historiografia sobre esse movimento evoluiu de trabalhos de síntese estrutural (absolutamente necessários, diga-se de passagem), para pesquisas com recortes específicos e talhe limitado. Alavancado pela variedade teórica atualmente existente, bem como pelo arcabouço

de conhecimento alcançado coletivamente através das gerações de pesquisadores anteriores, esse crescimento historiográfico somente contribui para a excelência das investigações mais recentes.

A historiografia ainda se ressentida da falta de um estudo que aborde em detalhes o combate de Rio das Antas. Trabalhos de síntese histórica sobre o Contestado, tais como os textos de Luz (1999), Tota (1983-) ou Auras (1995), apenas mencionam a ocorrência do combate de Rio das Antas, sem agregar maiores informações. Maurício Vinhas de Queiroz utiliza exatamente 40 linhas de seu clássico livro para tratar do episódio em questão (1966, p. 231-232), o que faz dele o autor que mais dedicou espaço ao Combate de Rio das Antas até o presente momento, em uma narrativa que menciona as ameaças de Chico Alonso e alguns detalhes do ataque. Pesquisas mais recentes, que possuem problemas de pesquisa específicos, abordam o combate de Rio das Antas ou a morte de Chico Alonso de forma incidental, por exemplo, Machado (2004, p. 276), Espig (2011, p. 357), Tomporoski (2012, p. 79-80) ou Poyer (2016, p. 4), contribuindo para uma melhor reconstrução do contexto histórico mas não para o debate sobre esse objeto de pesquisa propriamente dito.¹⁰

Como proposta, acredito na importância de se ampliar a narrativa histórica e factual sobre o ocorrido, além de amplificar a interpretação e a análise desse acontecimento. A compreensão histórica da Batalha de Rio das Antas se posiciona na confluência de debates mais amplos, podendo servir para iluminar questões relevantes sobre o Contestado e sobre a história da região. Questões como a relação entre os imigrantes e a Companhia Colonizadora, entre os imigrantes e os caboclos (sobretudo os posseiros expulsos da área que aqueles vieram ocupar), a relação entre a batalha e o desenvolvimento regional, entre outras, são aspectos pertinentes e ainda em busca de respostas. Por meio da variação da escala de análise, pretendo produzir uma narrativa e uma interpretação condizentes com o micro e o macrocontexto em que se desenvolveu aquele episódio. Buscando indícios, vestígios e detalhes, cotejando fontes documentais dos mais diversos tipos, almeja-se alcançar a ação dos diferentes agentes históricos, bem como

a relação de forças existente entre eles e seus desdobramentos para o Movimento do Contestado e para a história regional.

Aspectos teórico-metodológicos da investigação

Por muito tempo a historiografia que estudava eventos, tais como batalhas, combates e ataques, parecia restrita ao enfoque de uma história política, tradicional ou militar.¹¹ A variedade atual de acepções teórico metodológicas aponta para inúmeras possibilidades interpretativas ou de tratamento das fontes, sendo uma das mais pertinentes a metodologia micro-histórica. Essa, somada a uma aproximação da história social, pode proporcionar uma melhor abordagem da temática e das fontes documentais.

Uma investigação não se justifica apenas pela curiosidade do pesquisador sobre o tema, mas pela virtualidade analítica proporcionada pelo objeto escolhido. Esse é o caso do combate de Rio das Antas, já que tal episódio agrega em si (como demonstrei) o debate sobre variados aspectos do movimento do Contestado e da história regional, possibilitando somar conhecimento.

O combate de Rio das Antas, enquanto tema de pesquisa, foi, tradicionalmente, relegado à categoria de “nota de rodapé” da história do Contestado. Tratado brevemente, em um ou dois parágrafos, ou meramente como um complemento de informação trazido ao pé da página, sua relevância poderia ser discutida por uma história com pretensões globais. Pela variação da escala de análise; contudo, o episódio apresenta-se como um rico entrelaçar de personagens e situações consistentes para um debate sobre a Guerra do Contestado. O alerta quanto às “notas de rodapé da história” vem de Carlo Ginzburg. Seu conhecido livro “O Queijo e os Vermes” demonstra soberbamente que os temas de pesquisa micro podem alcançar grande relevância e escapar da sina de permanecer em pé de página (1987). Em suas palavras,

Reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter

sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul. (GINZBURG, 2007, p. 264).

Ao reduzir a escala de observação, operamos um procedimento metodológico para atingir a riqueza desse tema, que de outra forma poderia permanecer inalcançável. A observação micro-histórica, nesse sentido,

[...] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. (REVEL, 1998, p. 20).

Ao modificar a forma e a trama de um objeto de pesquisa, ambiciona-se revelar fatores que de outra maneira não seriam visíveis. Ressalte-se a característica experimental do método (LEVI, 1992, p. 139), que deve ser conjugado ao uso intensivo do material documental e à profundidade analítica da interpretação. Espera-se, com tais procedimentos, que os fenômenos assumam significados inovadores, alcançando uma “[...] reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia [...]” (GINZBURG, 1991, p. 177-178).

A valorização do sujeito histórico, trazido pela micro-história, tenta perceber como as transformações ocorrem ao nível dos comportamentos concretos e individuais (seja do indivíduo uno ou coletivo). Com isso, seria possível dar visibilidade à multiplicidade de itinerários de indivíduos e grupos, às incertezas, às estratégias relacionais utilizadas, às formas de agregação e desagregação do grupo, atingindo espaços inovadores, complexificando e enriquecendo o material do historiador. Coloca-se em jogo não apenas o acontecido, mas também as possibilidades de destino dos atores, ou a reconstituição de um “espaço dos possíveis”, conforme Revel (1998, p. 26), aspecto muito importante ao repensarmos as destinações dos imigrantes ao abandonar Rio das Antas.

Variação da escala de análise, flexibilidade metodológica, amplitude analítica e uso intensivo de fontes: tais princípios, oriundos da micro-história, são fundamentais para pensar a atual temática. A busca de evidências documentais inéditas será conjugada ao olhar detalhado sobre fontes já utilizadas por pesquisadores anteriores, tais como jornais e memórias militares. Portanto, a coleta documental se pretende ampla e baseada em princípios qualitativos.

Por hipótese, acredito que o conhecimento presente na historiografia sobre a Batalha de Rio das Antas baseia-se, sobretudo, em dois tipos de fontes: os periódicos e as memórias militares. Portanto, como uma primeira etapa de pesquisa, cabe uma varredura detalhada sobre ambas, através de coleta via acervos on-line e em bibliotecas. Após essa etapa metodológica, de revisitar fontes já estudadas no intuito de entender a composição das atuais versões sobre o episódio, partirei para a coleta de fontes inéditas, que poderão ampliar a narração e a interpretação sobre essa batalha. Processos, judiciais ou militares, e documentações oficiais são alguns dos materiais de pesquisa que serão buscados.¹²

A análise de fontes será minuciosa, detalhista, ou “infernai”, no dizer de E. P. Thompson (1981, p. 36). Ao colocar o documento de cabeça para baixo e sacudi-lo, como propõe o autor, percebemos a necessidade de extrair dali informações e análises, já que o sentido de uma fonte não se dá por si: “A evidência histórica existe em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta” (THOMPSON, 1981, p. 38). A interpretação dos documentos vai além de uma mera leitura, constituindo um complexo trabalho de desmistificação, no qual o vestígio deve ser visto como um produto de uma época, de um indivíduo ou grupo. Como nos recorda Le Goff (1996, p. 547),

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Uma leitura metodologicamente orientada das fontes, buscando cotejar sua origem, produção e conservação, pode nos levar a perguntas pertinentes e respostas consistentes. Para conhecermos mais sobre o combate de Rio das Antas, buscaremos o sentido mais profundo da documentação existente, sob uma perspectiva qualitativa de análise. Compreender melhor as ações dos personagens históricos envolvidos, tais como os posseiros expulsos dos lotes de Rio das Antas, os imigrantes lá assentados e mesmo a ação – e a inação – dos representantes do Exército Nacional no episódio pode ter como filtro a compreensão das relações de força presentes naquela sociedade no contexto estudado. Lembrando Ginzburg (2002, p. 43),

[...] ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para “escovar a história ao contrário” [...] como Walter Benjamim exortava a fazer, é preciso ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas.

Conclusões

Por se tratar de uma investigação incipiente, nesse momento do trabalho as conclusões se confundem com as hipóteses de pesquisa. Uma delas se refere ao papel até aqui pouco significativo da historiografia para um conhecimento mais profundo sobre o Combate de Rio das Antas, bem como seu atrelamento ao uso de dois tipos de fontes históricas preponderantemente, a saber, os periódicos e as memórias militares. Ao se comprovar tais hipóteses, propõe-se para superação de tais problemas a pesquisa de documentações inéditas, mediadas por referenciais teórico metodológicos vinculados à micro-história. Dessa forma, a partir de vestígios, indícios e sinais que vão além dos já

utilizados, desejo aprofundar o estudo ao ponto de propor interpretações inovadoras para o episódio, agregando conhecimento sobre o fato em si, seus personagens e os processos históricos que dali decorreram.

Notas

1 Embora até hoje tenhamos obras de pesquisadores ligados ao pensamento militar, as mais atuais parecem apenas repetir informações e preconceitos na tentativa de defender a atuação do Exército Nacional no episódio.

2 Por opção deixarei de fora desse debate algumas obras que considero de fraca relevância acadêmica, em geral produzidas por diletantes e que pouco fazem além de reproduzir estereótipos e narrativas desabonadoras sobre os rebeldes do Contestado. Várias foram publicadas no período citado, ou mesmo posteriormente.

3 O evento contou, até aqui, com cinco edições, e a última ocorreu em 2018, em Irati, no Paraná. Os eventos proporcionaram a publicação de vários livros e revistas acadêmicas de produção coletiva.

4 A criação do GIMC (Grupo de Investigações sobre o Movimento do Contestado), grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, no ano de 2011, também foi um importante passo no processo evolutivo que apresento.

5 Sobre o assunto, vide SINGER, 1985, p. 377-389; e ESPIG, 2011, p. 139-ss.

6 O município de Rio das Antas, localizado na Região do Alto Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina, está situado a 810 metros de altitude, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 26° 31' 35" Sul, Longitude: 50° 13' 45". Possui atualmente 317,2 km² e cerca de 6.200 habitantes (BRASIL, [s. d.]). Rio das Antas foi criado como distrito do município de Campos Novos em 18 de novembro de 1914, através da lei municipal nº 208. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, Rio das Antas passou a pertencer ao município de Caçador. Assim permaneceu até sua elevação à categoria de município, através da lei estadual nº 348, de 21 de junho de 1958 (IBGE, 1948, p. 3).

7 A melhor investigação sobre esse processo interno de troca de lideranças religiosas pelas “de briga” é o trabalho de Machado (2004), que investigou a fundo as diferentes lideranças do Movimento em suas diversas fases.

8 Sobre os ataques e o assassinato do Capitão Matos Costa, ver Espig (2011, p. 234-ss).

9 Ressalto, ainda, a existência de pesquisa de mestrado em desenvolvimento sobre a Batalha do Irani, realizada pelo historiador Gabriel Kunrath sob minha orientação.

10 Esse levantamento pretende apenas mapear a existência de uma lacuna historiográfica, não emitindo

juízo de valor sobre ela. A criação de problemas de pesquisa relevantes no trabalho historiográfico é tarefa complexa, sobre a qual incidem inúmeras variáveis objetivas e subjetivas, que não pretendo analisar aqui.

11 Essa questão não escapou ao grande historiador Georges Duby que, ao elaborar sua pesquisa sobre uma batalha específica, a Batalha de Bouvines, sentiu a necessidade de explicar porque aceitara o convite para escrever sobre “Um acontecimento. Pontual. Retumbante” (DUBY, 1993, p. 9).

12 Alguns dos locais de pesquisa que serão percorridos são o Museu do Judiciário, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Fórum de Campos Novos (antiga sede de Rio das Antas), o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) e o Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro. Outros locais na capital carioca, como o Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico-Geográfico e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, também serão visitados.

Referências

- ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. **A campanha do Contestado** (as operações da Columna do Sul). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917. v. 1.
- ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. **A campanha do Contestado** (as operações da Columna do Sul). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918. v. 2.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- BRAZIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil Territorial**. Alto Vale do Rio do Peixe – SC. ([s. d.]). Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_155_Alto%20Vale%20do%20Rio%20do%20Peixe%20-%20SC.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.
- BRAZIL RAILWAY COMPANY. ([s. d.]). Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/riodasantas.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.
- CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. **“Nós não tem direito”**: costume e direito à terra no Contestado (1912/1916). 2002. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Contestado: espaço do camponês, tempo da propriedade privada**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
- CIDADES do Brasil. **Município de Rio das Antas**. 1 jan. 2018. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-rio-das-antas.html>. Acesso em 18 fev. 2019.
- DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: o Movimento do Contestado**. 2004. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- DIACON, Todd A. **Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916**. Durham: Duke University Press, 1991.
- DUBY, George. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEl, 2011.
- ESPIG, Márcia Janete *et al.* Aspectos históricos sobre o centenário do Contestado. **Revista Esboços**, v. 19, n. 28, p. 1- 12, dez. 2012.
- FELIPPE, Euclides José. **O último jagunço**. Folclore na história do Contestado. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

- GAERTNER, Carlos. Um cinquentenário em Rio das Antas. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XV, n. 10, p. 180-185, out. 1974.
- GALLO, Ivone Cecília d'Ávila. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- GERSON, Brasil. **Pequena história dos fanáticos do Contestado**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Rio das Antas (antiga Campos Novos) Município de Rio das Antas, SC. **Estações Ferroviárias do Brasil**, 3 out. 2018. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/riodasantas.htm> Acesso em: 18 fev. 2019.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força – história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio das Antas – Santa Catarina/SC**. [s. d.]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/riodasantas.pdf> Acesso em: 18 fev. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse Estatística do Município de Campos Novos**. Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1948.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 133-162.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LINO, Jaisson Teixeira. A guerra do Contestado no Sul do Brasil: Um Enfoque Arqueológico. In: LEAL, Elisabete; PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Patrimônio e História**. 1. ed. Londrina: Editora Unifil, 2014. p. 125-138.
- LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo da antropossociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. A invasão de Curitiba: retratos de uma “guerra fraterna”? In: ESPIG, Márcia; MACHADO, Paulo (Org.). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. p. 73-89.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Contestado: o centenário da Guerra e o conflito sem fim. In: PRIORI, Ângelo; GRUNER, Clóvis (Org.). **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)**. Curitiba: ANPUH, 2016. p. 13-28.
- MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani**. Florianópolis: Insular, 2007.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2011.
- OLIVEIRA, Célio Alves de. **A construção e a permanência do mito de João Maria de Jesus na região do Contestado, Santa Catarina**. 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

- PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995a.
- PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995b.
- PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995c.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **La “Guerre Sainte” au Brésil: Le mouvement messianique du “Contestado”**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1957.
- POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e relações internacionais no movimento do Contestado. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 16., 8-10 jun. 2016, Chapecó. **Anais...** Chapecó: UFFS, 2016. p. 1-13.
- REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da micro-análise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2001.
- RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro na Primeira República**. 2008. 430f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do capitalismo internacional: 1989-1930. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira** – Tomo III: O Brasil Republicano – 1º Volume: Estrutura de poder e economia (1989-1930). São Paulo: DIFEL, 1985. p. 345-390.
- SOARES, José Octaviano Pinto. **O Contestado**. Subsídios para a história (1914-1915). Santa Maria: Papelaria Ângelus, [s. d.] v. II.
- SOARES, José Octaviano Pinto. . O. Pinto. **Subsídios para a história** – o Contestado. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920. v. I.
- SOARES, José Octaviano Pinto. J. O. Pinto. **Guerra em Sertões Brasileiros**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.
- THOMÉ, Nilson. **A insurreição xucra do Contestado**. Caçador: Fearpe, 1987.
- THOMÉ, Nilson. **Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado**. Caçador: Incon Edições/UNC, 1992.
- THOMÉ, Nilson. A Nacionalização no Contestado, Centro-Oeste de Santa Catarina, na Primeira Metade do Século XX. **Linhas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 74-98, jan./ jun. – 98, jan. / jun. 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: A influência da *Lumber Company* para a deflagração do Movimento Sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68-87, dez. 2012.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. Caçador: Universidade do Contestado, 1998.
- VIANNA, Celso. **A batalha do Irani: o diabo na rua, no meio do redemoinho**. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Zacarias de Góes e Vasconcelos e seus discursos no Senado entre 1868 e 1869

Zacarias de Góes e Vasconcelos and his discussions in the senate between 1868 and 1869

Jaqueline Schmitt da Silva*

Palavras-chave:
Zacarias de Góes
Monarquia
Poder moderador

Resumo: Neste trabalho, pretendemos abordar a crise de 1868 e a atuação de Zacarias de Góes e Vasconcelos através da análise do conteúdo de quatro discursos proferidos no Senado do Império entre 30 de junho de 1868 e 26 de junho de 1869. Tais discursos abordavam as disputas políticas entre os conservadores e a liga progressista, os debates acerca das atribuições do poder moderador, o senado vitalício e sua influência nas decisões, bem como “a causa e o modo” da sua exoneração em julho de 1868 e da queda do gabinete de 3 de agosto. A crise ministerial de 1868 abriu espaço para a exacerbação das críticas à ordem vigente, além de cisão dentro dos partidos Liberal e Conservador e a configuração de novos grupos que reivindicavam espaço para participação na política.

Keywords:
Zacarias de Góes
Monarchy
Power moderator

Abstract: In this work, we intend to address the crisis of 1868 and the work of Zacarias de Góes and Vasconcelos through the analysis of the content of four speeches given in the Senate of the Empire between June 30, 1868 and June 26, 1869. Such speeches dealt with political disputes between the Conservatives and the Progressive League, the debates over the attributions of moderating power, the Senate for life and its influence on decisions, as well as “the cause and mode” of its exoneration in July 1868 and the fall of the Cabinet of 3 August. The ministerial crisis of 1868 opened space for the exacerbation of criticism of the prevailing order, as well as a split within the Liberal and Conservative parties and the configuration of new groups that demanded space for participation in politics.

Recebido em 1º de outubro de 2018. Aprovado em 21 de fevereiro de 2019.

Introdução

Cercado por repúblicas, em 1822, o Império do Brasil surgia como resultado da independência diante da colonização portuguesa na América. A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, produziu modificações importantes e influenciou na construção de um sistema monárquico após a independência, bem como na unificação e relativa estabilidade, que se produziu no período logo após o desenlace colonial. A dominação portuguesa se fez de maneira distinta da dominação espanhola, o que acarretou um processo de construção diferente quanto ao sistema político a ser instaurado. Enquanto a região portuguesa formava um único

país em 1825, a região correspondente aos espanhóis acabou convertida em 17 países independentes, em um processo que levou meio século (CARVALHO, 2013, p. 13-14). A opção pelo regime monárquico, a unidade territorial e a conformação de um governo estável são pontos que se devem ao fato de predominar na região da América portuguesa uma elite política particularizada, em especial, devido a uma homogeneidade ideológica e de treinamento. Originárias das classes dominantes, essa conformidade acabava por atenuar as disputas dentro da própria elite, ao mesmo tempo em que proporcionava um paradigma de dominação política (CARVALHO, 2013, p. 21).

* Bolsista Capes. Professora da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Mestra em História e Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: <jaqueline.schmitt@hotmail.com>.

Tal homogeneidade ideológica era construída a partir de uma formação acadêmica com origem comum. Juristas e magistrados que desempenharam papel fundamental na condução administrativa do regime colonial e após no Brasil independente, haviam tido formação em Direito na Universidade de Coimbra (fundada em 1290, com forte influência da tradição romana advinda de Bolonha e com tendência a justificar a vontade e supremacia dos reis diante da Igreja ou dos barões). A coesão de ideias proporcionada pela formação comum tornou a elite brasileira exitosa no processo de formação do Estado, uma vez que um contexto de ideias homogêneas configurava maior potencial de agir politicamente (CARVALHO, 2013, p. 34). Na primeira metade do Oitocentos, a elite brasileira teve formação em Coimbra. A maior parte se dedicou à formação jurídica e ocupou espaço entre os funcionários públicos, magistratura e exército (CARVALHO, 2013, p. 37).

Tal debate em torno da questão ideológica como mecanismo de conformação unificada do Estado brasileiro é apresentada por José Murilo de Carvalho. A coesão daquela elite diminuiu os conflitos internos e também as possibilidades de ascensão social, devido à inexistência de modificações abruptas nas estruturas do poder. Sem desconsiderar, também, a continuidade da escravidão, que limitou ainda mais a questão da mobilidade social. A burocracia estatal tornava-se a principal via de mobilidade.

Gerava-se, então, uma situação contraditória em que o Estado dependia, para sua manutenção, do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se refúgio para os elementos mais dinâmicos que não encontravam espaço de atuação dentro dessa agricultura. Instalava-se dentro do próprio Estado uma ambiguidade básica que dava à elite política certa margem de liberdade e ação. (CARVALHO, 2013, p. 40-41).

Naquele período, o emprego público era carreira de prestígio, que serviu para impulsionar a ascensão de muitos nordestinos pertencentes às

famílias agrárias decadentes, a exemplo de Nabuco de Araújo. A burocracia, assim, dividia com a elite uma homogeneidade ideológica que provinha mais do treinamento, do que de uma condição social comum. Por outro lado, o Estado dependia da produção agrícola realizada em grandes fazendas escravistas, fator que delimitaria sua possibilidade de agir (CARVALHO, 2013, p. 42).

A feição comercial adotada pela colonização portuguesa na América, aliada ao aspecto do monopólio, constituem elementos primordiais de caracterização do Antigo Sistema Colonial. Para Ilmar Mattos, o monopólio era o componente essencial para a unificação das duas faces da moeda colonial: de um lado, a cara, equivalente ao Reino ou Estado Moderno; do outro lado, a coroa, a face colonial, a propriedade colonial, e, como resultado, os proprietários coloniais (MATTOS, 2011, p. 31-32; p. 43). A vinda da família real romperia com o monopólio comercial, aspecto central do pacto colonial, ou como afirmou Mattos, quem rompeu com o pacto foram os próprios agentes da Coroa portuguesa, o que se fez necessário pela própria situação do sistema colonial mercantil (MATTOS, 2011, p. 44). A construção do Estado imperial estava conectada com a ascensão ao poder político de homens produtores de café, donos de terras e escravos na região sudeste. Tal fato se deu através de suas ligações com o Partido Conservador, os saquaremas. À vista disso, a construção do Estado imperial estava ligada à constituição de uma classe senhorial e à expansão desse grupo político, que procurava, entre outros, proteger os interesses escravistas. Mattos também aponta a educação como ponto importante na construção do Estado e também como artifício da classe senhorial, uma vez que proporcionou a uniformização da instrução pública (MATTOS, 2011, p. 287).

Nesse contexto de construção nacional, dois partidos se revezaram no poder: o Liberal e o Conservador. Faoro entendeu que o Partido Liberal estava mais próximo das grandes propriedades rurais, tendo em vista que a descentralização defendida pelos liberais seria positiva para tal grupo que ambicionava poder local. Os conservadores estariam mais próximos dos comerciantes e

senhores de créditos que dominavam o meio agrário (FAORO, 2012, p. 389-390). Oliveira Torres afirmava que o Partido Conservador possuía bases rurais, e o Liberal, bases urbanas (TORRES, 1957, p. 337). José Murilo de Carvalho destacou que um Estado forte e centralizado era a principal defesa do Partido Conservador, do qual faziam parte proprietários de terras e escravos, dedicados à agricultura para exportação, principalmente nas regiões da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Os liberais, favoráveis à descentralização, eram proprietários rurais voltados ao mercado interno, localizados em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2012, p. 95).

Ao longo do Segundo Reinado, os partidos Liberal e Conservador se revezaram no cenário político. Após o fracasso das revoltas liberais em 1842, os conservadores chegaram ao poder com Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná. Um ano depois, o gabinete foi demitido e os liberais foram convocados. Na ocasião, permaneceram no poder até 1848. Nesse interim, as ações dos liberais eram projetos defendidos pelos conservadores, a exemplo da Tarifa Alves Branco, que elevou os impostos sobre produtos importados. Em 1847, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros. Em 1848, teve início o período denominado Conciliação, com a adesão dos dois partidos, na tentativa de construir estabilidade política. Sob a égide conservadora, a Conciliação foi organizada ao redor da chamada Trindade saquarema, constituída por políticos conservadores ortodoxos, principalmente Eusébio de Queirós, o visconde de Itaboraí e o visconde do Uruguai. O ano de 1856 pôs fim ao gabinete da conciliação, com a morte do líder marquês de Paraná, ocasião em que Caxias foi chamado ao poder (NEVES; MACHADO, 1999, p. 239-247).

Em 1857 um novo gabinete foi formado, com a presidência de Pedro Araújo Lima, o marquês de Olinda. Os gabinetes de Abaeté e Ângelo Muniz Ferraz reforçaram a polarização dos conservadores e liberais. Nas eleições de 1860, os liberais elegeram deputados importantes no Rio de Janeiro, como Teófilo Otoni, Francisco Otaviano e Saldanha Marinho. Em 1861, Ferraz pediu demissão e

Caxias foi chamado, em uma tentativa de conter a presença liberal. Em 1862, Zacarias de Góes, chefe opositorista, foi chamado para presidir o novo gabinete que durou poucos dias. Foi o início de um período de isolamento dos conservadores ortodoxos, que terminou em 1868 com a queda do terceiro gabinete comando por Zacarias naquele intervalo de tempo (NEVES; MACHADO, 1999, p. 249-253).

Com a queda do gabinete de 3 de agosto e a ascensão dos conservadores em 16 de julho de 1868, teria início o que Sérgio Buarque de Holanda (2008, p. 14) chamou de “a onda que vai derrubar a instituição monárquica”. Embora o Império ainda fosse sobreviver por pouco mais de duas décadas, a troca de ministérios daquele ano e os desdobramentos, indicariam um novo contexto. Nos dias seguintes a 16 de julho, o Conselho de Estado foi convocado. Em 19 de julho, um decreto foi publicado com a dissolução da Câmara dos Deputados. “A gravidade dos sucessos que acabavam de sacudir o país, tomando aparências de golpe de Estado, fazia-os matéria de todas as conversações e era motivo de críticas mordazes à Monarquia e ao Monarca” (HOLANDA, 2008, p. 14).

A figura pública de Zacarias de Góes e Vasconcelos ocupou papel de destaque naquela cena política. Sua longa trajetória incluiu a participação no processo de construção nacional no Brasil, tendo em vista seu envolvimento nas discussões e disputas políticas e partidárias que decorreram no período. Nasceu em 5 de novembro de 1815, em Valença, na Bahia. Há controvérsia sobre sua origem: biógrafos postulam que seus descendentes eram os primeiros portugueses a chegar à Bahia e que seu pai havia enriquecido com a extração e o comércio de madeira; Albino Pereira dos Santos, contemporâneo e adversário de Zacarias de Góes, afirmou que este era de uma família pobre e filho ilegítimo. Em 1837, concluiu o bacharelado em Direito, em Olinda. Tornou-se professor daquela instituição. Ingressou no partido conservador por intermédio de Francisco Gonçalves Martins, que viria a ser o visconde de São Lourenço e ocupou cadeira no legislativo da Bahia. Nos anos 1840, presidiu as capitâncias do Piauí e Sergipe. Na década

de 1850, ingressou na Câmara dos Deputados, o que deu início à atuação em nível nacional. Faleceu em 28 de dezembro de 1877, no Rio de Janeiro. Era senador, conselheiro, com participação em quatro ministérios e presidente do Conselho de Ministros em três ocasiões (OLIVEIRA, 2002, p. 10).

Machado de Assis, que cobriu as sessões do Senado na década de 1860, registrou suas nuances na crônica “O Velho Senado”, publicada originalmente na Revista Brasileira, em 1898.

Zacarias fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes. Tinha palavra cortante, fina e rápida, com uns efeitos de sons guturais, que a tornavam mais penetrante e irritante. Quando ele se erguia, era quase certo que faria deitar sangue a alguém. (ASSIS, 1994).

Sentava-se à esquerda da mesa, próximo de Nabuco. Quando se aproximava de alguém “era-lhe lhano e simples, amigo e confiado” (ASSIS, 1994). As pessoas que frequentavam sua casa falavam sobre a sua postura polida entre seus livros e de como era um gosto poder ouvi-lo.

Os quatro discursos aqui citados e analisados estão publicados no livro organizado por Cecília Helena de Salles Oliveira, na Coleção Formadores do Brasil, da editora 34. Foram proferidos no Senado, três deles nos meses de junho e julho, de 1868, dois deles anteriores à crise ministerial, um terceiro após a queda do gabinete em 1868 e, o último discurso, realizado em junho de 1869.

Os discursos de Zacarias: embates partidários, o Senado, o poder moderador e crise ministerial de 1868

Em 30 de junho de 1868, no discurso proferido por ocasião do voto de Graça, Zacarias reclamava dos insultos a ele remetidos diariamente através das colunas de jornal escritas pelo senador por Minas Gerais, Firmino Rodrigues Silva. O jornal que publicava os debates do Senado, havia dito que Zacarias “ameaçara o Senado”, afirmação que se amparava nas notas taquigráficas antes de serem corrigidas pelo orador, como era de costume

e direito dos membros de ambas as câmaras. No seu discurso, Zacarias considerou tais acontecimentos como um escândalo.

[...] antes da correção, não é lícito a ninguém, e menos ao redator da folha que tem com a casa um contrato, dizer, para incomodar o ministro (e dizer mal, porque a verdade não abonava a sua asserção), que foi verificar nas notas taquigráficas que a proposição saíra da boca do orador um pouco diferente daquilo que apareceu publicado no discurso. Isso é de certo um escândalo.

Tratava-se do jornal Correio Mercantil, fundado por Francisco Muniz Barreto e Francisco Otaviano de Almeida Rosa em 1836. Deixou de ser editado em novembro de 1868. Zacarias ressaltou: “[...] nunca houve, não há, nem haverá entre o Ministério e o Partido Conservador aconchego algum”. A intenção era estabelecer a distância com os conservadores, em um contexto de críticas e disputas políticas. Naquela circunstância, Zacarias concordou e elogiou o senador por São Paulo, Pimenta Bueno, depois marquês de São Vicente, que na tribuna havia afirmado não haver nenhum acordo entre o ministério e o seu partido, uma vez que as circunstâncias eram pouco favoráveis à subida dos conservadores ao poder. Tais circunstâncias se referiam a uma câmara que teria de ser dissolvida, a mudança completa das presidências das províncias que teria de ser feita, além dos chefes de polícia. Em suma, seria necessária uma profunda transformação na ordem política.

Zacarias contrariava José Maria da Silva Paranhos, senador por Mato Grosso. Paranhos mencionara que o presidente do Conselho havia considerado extinta a missão do Partido Conservador. Zacarias afirmava que a circunstância era desfavorável à subida ao poder pelos conservadores e que levantar o fato de que poderia afetar os negócios públicos não era condená-los ao ostracismo. Quando Cotegipe, político conservador e diplomata protestou e disse que a opinião de Paranhos era individual a ele, Zacarias comentou sobre as divergências entre os chefes do Partido Conservador, que, em assuntos graves,

poderia ser interpretado como falta de unidade. A divergência sobre a ocasião de subir ao poder era um desencontro grave dentro do partido

[...] é necessário que o Partido Conservador, resignando-se, espere a vez de governar, e tenha confiança no seu futuro, na força de seus princípios; mas encostar-se ao partido que ora dirige os destinos do Império, ou àqueles que desse partido separaram-se por motivos que eu talvez averigue em tempo, é sacrificar-se, é manifestar ao país que em si não tem recursos para subir; seria afagar os dissidentes entrar com eles em aliança, e logo depois, quando aparecesse ou estivesse próxima a vitória, dizer-lhes “ou nós ou vós”.

Zacarias afirmava que os dissidentes liberais eram tão liberais como aqueles que apoiavam o governo. Após a formação da Liga, que havia reunido conservadores e liberais, e depois havia tomado o nome de Progressista, havia se dado uma dissidência. Os históricos eram os liberais que não concordavam com aquele ministério: “[...] em ideias, em programa, em doutrina, não há diferença alguma”.

Zacarias contribuiu para a configuração da Liga Progressista, articulação política que reunia políticos moderados do Partido Conservador e membros do Partido Liberal, com inspiração na Conciliação dos anos 1850; entretanto, com predomínio dos liberais. Na ocasião, os conservadores Zacarias e Nabuco tentavam isolar os conservadores “emperrados” que giravam em torno do eixo saquarema fluminense. A articulação conseguiu derrubar o gabinete de Caxias em 1862. Foram seis gabinetes liberais ou progressistas que se sucederam até 1866, ocasião em que Zacarias (à frente do Partido Progressista) se articulou e reassumiu o controle do Conselho de Ministros, onde permaneceu até 1868, com a intervenção do imperador (SALLES, 2009, p. 59).

Teófilo Otoni, liberal histórico e senador por Minas Gerais nomeado em 1864, não apoiou a fala do presidente do Conselho. A pauta de Zacarias era tornar evidente a não existência de antagonismo entre os liberais que apoiavam o gabinete e os

dissidentes. Foi mencionada pelo presidente do Conselho a fala de Francisco Otaviano, senador pelo Rio de Janeiro nomeado em 1867, que havia proposto uma renovação no Ministério, algo que Zacarias chama de “*inocular no ministério sangue novo*”. Tal fala havia sido reproduzida nos jornais, o que Otaviano imputava à malícia de Zacarias de Góes: “*Eu disse que v. exc. tivesse a necessária abnegação para sacrificar-se*”. Ficou claro para o presidente do Conselho, que a ideia do senador Otaviano era a retirada do gabinete por ele dirigido. O mesmo senador havia feito a menção ao papel do Senado como a diretriz da política do país, o que para Zacarias colocava em questão a saúde política da nação. Zacarias afirmou que o seu ministério tinha conseguido “*a passagem de todos os meios de governo*”, ainda que a maioria fosse de partido contrário à situação. Utilizava metáforas: “*esta flor estragou todo o seu ramallete*”, referindo-se às atribuições do Senado para influir na política, fazendo ou desfazendo gabinetes, conforme teria evidenciado o senador Otaviano.

Nos idos de 1850, quando membro do corpo legislativo, Zacarias lembrou a unidade dos conservadores, disciplinados, sem discordâncias com os chefes. Na ocasião, analisava as modificações que o partido havia sofrido, por exemplo, com os debates entre São Vicente, que afirmava não ser ocasião própria para subirem ao poder, e Cotegipe, que defendia o oposto, a possibilidade de subida ao poder. “[...] o Partido Conservador, embora com maioria aqui, não pode atrapalhar o governo”, reiterava Zacarias. O período referido por Zacarias é o da Conciliação, um dos mais prósperos do império, unindo-se com a atuação de Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, importante empresário da época. Além dos recursos liberados pelo fim do tráfico de escravos, o período coincide com a expansão da lavoura cafeeira pelo Vale do Paraíba (SALLES, 2009, p. 50).

Quando o senador pelo Mato Grosso, José Maria da Silva Paranhos, acusou o gabinete de traçar um círculo de ferro em torno de si, Zacarias afirmou que em face das nomeações de conselheiros de Estado e demais atos que não denotavam exclusivismo, era possível observar que tal círculo

de ferro inexistia; assim, a referida declaração não poderia partir daquele político. Ressaltou o papel dos conservadores no governo, como conselheiros de Estado e, inclusive, a incumbência da guerra para generais conservadores. “*Se o ministério não nomeia conservador algum, é exclusivista; se nomeia um conservador leal, este é logo progressista!*”, afirmou Zacarias, realizando crítica incisiva ao pronunciamento de Paranhos, que acusava o gabinete de ser o mais exclusivista que havia existido: “*Exclusivista um gabinete que chamou o nobre senador para o Conselho de Estado, e que tantas provas há dado de não olhar para os partidos quando se trata de certas nomeações*”. Na ocasião, o presidente se referia à nomeação do marquês de Caxias, um conservador moderado, a exemplo de Paranhos, que o sugeriu para o comando das tropas no Paraguai.

O senador pelo Mato Grosso, Paranhos, havia trazido a questão da existência dos partidos. Ressaltava a falta de características divergentes entre os partidos, as linhas divisórias estavam apagadas. Francisco Otaviano considerou um equívoco, pois havia dois partidos, o Liberal e o Conservador. Zacarias ressaltou que, para haver partidos, não era necessário somente reunir pessoas, mas “[...] *que esses homens tenham certas ideias e as sustentem*”. Zacarias de Góes e Vasconcelos definia e diferenciava os partidos

Quando, Sr. Presidente, no Brasil o liberalismo perturbava a tranquilidade pública, o Partido Conservador defendia o seu princípio de ordem com toda a energia; porém, desde que o Partido Liberal renunciou a esses excessos, modificou-se o princípio do Partido Conservador, sem perder de todo a sua feição característica. O princípio do Partido Progressista é a liberdade, não sem ordem; o do Partido Conservador é a ordem, não sem liberdade. O que caracteriza os partidos é a preeminência do elemento de cada um deles; do lado dos nobres senadores o elemento que prepondera é a ordem, que não exclui a liberdade. O que querem os liberais? É a liberdade, mas não a liberdade sem a ordem.

Sobre os banquetes realizados com objetivos políticos, a posição do presidente do conselho era de antipatia. Zacarias considerava improdutivos os gastos com banquetes, jantares entre políticos, que segundo ele, eram locais onde nem sempre a lealdade era predominante. Concluía seu discurso repensando a questão sobre estar extinta a missão do Partido Conservador e reiterava que afirmar que a missão do Partido Liberal não estava concluída, não era dar ponto final à atuação conservadora. Como oposição os conservadores tinham um importante papel, que os liberais desempenhariam em situação semelhante: “*A tarefa dos dois partidos dura tanto quanto a sociedade*”, afirmava Zacarias naquele discurso.

No discurso proferido em 3 de julho de 1868, Zacarias iniciou sua fala mencionando o papel do visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres) no esclarecimento sobre a influência do Senado na política do país, que teria vindo em tempo “*de salvar a Constituição da tortura por que alguns conservadores a queriam fazer passar*”. O que disse Itaboraí e que defendeu Zacarias, é que o papel do Senado na proposição – discussão e votação dos projetos que deveriam ser convertidos em lei – era de liberdade tão ampla quanto da câmara temporária. Entretanto, no tocante a dirigir bilhetes à Coroa e conformar a derrubada de ministérios, ou seja, manobras políticas diretas, não deveriam ser atribuições do Senado e sim da câmara temporária.

Em 17 de julho de 1868, Zacarias acreditava ser do seu dever expor ao Senado a causa e o modo da exoneração do gabinete de 3 de agosto, o qual presidia e ocupava a pasta da fazenda, e o porquê da decorrência de alguns dias entre o pedido e a concessão da demissão.

No dia 11 de julho, um sábado, o imperador havia solicitado ao ministério posição sobre alguns pontos: primeiramente sobre a escolha de Francisco de Paula Silveira Lobato como senador por Minas Gerais; depois sobre Francisco Salles Torres Homem, também como nome indicado ao Senado pelo Rio Grande do Norte; posteriormente pediu para que fosse feita uma reflexão acerca da eleição do Amazonas, no que se referia a escolher ou não

um nome da lista tríplice que havia deixado o cargo de presidente da província há menos de seis meses.

Após a retirada do imperador e de deliberarem sobre o assunto, analisaram que seria necessário pedir a sua exoneração, tendo em vista a escolha para senador pelo Rio Grande do Norte, que para o Ministério não seria acertada e, portanto, não poderia assumir a responsabilidade. No dia 12 de julho, Zacarias encaminhou ao imperador uma carta, em conformidade com os colegas de Ministério. Na carta, pedia uma hora para conversar com a majestade. No mesmo dia, o imperador lhe concedeu horário, às 14 horas, momento em que estava em São Cristóvão; e, após recusar a demissão e discutir os motivos, Pedro II pediu que Zacarias buscasse entendimento com os demais membros do Ministério.

Zacarias, então, convidou os colegas para uma reunião em sua casa, naquela noite. A decisão permanecia unânime, diante da escolha do senador pelo Rio Grande do Norte, deixariam o poder. Após a reunião, Zacarias escreveu bilhete ao imperador, o qual foi respondido com a indicação de uma nova reunião para a tarde do dia 13 de julho. Era ocasião do aniversário da princesa Leopoldina. Os ministros compareceram à reunião e o imperador falou com cada um deles, dos quais ouviu a mesma declaração já concedida por Zacarias. Não concedeu à Zacarias a demissão e pediu para meditar até o dia seguinte. No dia seguinte, Zacarias foi ao São Cristóvão; então, o imperador concedeu a demissão do ministério e pediu que indicasse um sucessor para organizar o novo gabinete, tarefa que Zacarias recusou. Após, Pedro II pediu que Zacarias chamasse ao Paço o visconde de Itaboraí. No dia 16 de julho, Zacarias referendou o decreto que nomeou o visconde Itaboraí chefe do Conselho de Ministros, político que havia elogiado em discurso anterior.

De acordo com Oliveira (2002, p. 13), para a queda do gabinete Zacarias em 1868, duas justificativas foram indicadas:

Uma delas seria a incompatibilidade criada pelo próprio ministério liberal ao indicar Caxias, um político conservador, para o comando das operações militares na Guerra do Paraguai. A outra estaria no impasse

gerado pela indicação imperial de Francisco de Salles Torres Homem, também um conservador, para ocupar uma das cadeiras no Senado pela província do Rio Grande do Norte.

Sales Torres Homem, nome que o gabinete comandado por Zacarias não quis referendar como senador, havia desempenhado papel importante na queda do gabinete comandado por Zacarias de Góes, em 24 de maio de 1862. Naquela ocasião, Torres Homem tomou a palavra e apresentou uma moção com inúmeras assinaturas. Questionava a legitimidade do governo de seguir com os debates propostos, entre eles o regulamento das promoções na Armada, visto que a oposição havia subido ao poder com a maioria de um voto, sem dissolução da Câmara e novas eleições para consulta aos eleitores. “[...] o primeiro Ministério Zacarias finou-se ainda mais depressa do que o esperavam seus inimigos, e ficará conhecido na história como o Gabinete dos Três Dias” (HOLANDA, 2008, p. 19).

O paranaense Túlio Vargas, em biografia sobre Zacarias, apontou que a queda do gabinete, após a indicação de Salles Torres Homem para presidir a província do Rio Grande do Norte, indicação a qual o gabinete se opôs por não considerar acertada, pode ser entendida como um incidente provocado pelo imperador para causar a demissão. No caso, Zacarias atribuiu à atitude do imperador, um tom de censura. O autor citou uma nota escrita pelo imperador à margem de um livro de Joaquim Nabuco, na qual ficou posto que o pretexto foi construído. Na anotação feita pelo imperador, ele menciona não ter cedido a respeito da escolha do Senador devido ao seu desejo, de terminar com honra e proveito às relações externas, a guerra contra o Paraguai. D. Pedro estaria certo de não conseguir prolongar a conciliação entre Caxias e Zacarias e necessitava harmonizar os fatos militares e políticos. Dessa forma, a escolha senatorial teria sido um incidente arquitetado para trazer os conservadores novamente ao poder. “O ministério liberal não podia continuar com a permanência de Caxias à testa do Exército” (VARGAS, 2007, p. 110-101).

Cecília Helena de Salles Oliveira ressaltou que os biógrafos de Zacarias apontaram como característica central para o fim de seu gabinete, as atribuições do poder moderador, causas de contenda entre o imperador e o presidente do Conselho de Ministros. Após a demissão de Zacarias, os conservadores voltaram ao poder, com Itaboraí nomeado Presidente do Conselho. “Mas as repercussões do episódio foram muito mais graves, motivando a organização não só de um novo partido liberal como das agremiações republicanas” (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Para Raymundo Faoro (2012, p. 505), a destituição do gabinete Zacarias em julho de 1868 expôs o Império ao impulso liberal:

Desse ano de 1868 se projetará a ruína do Império, não, como se afirma sempre, pelo golpe de Estado que arrebatou o posto a um gabinete com maioria na Câmara dos deputados – fato com muitos precedentes –, mas pela ruptura imprudente do quebra-mar construído pela mais fina arte monárquica, sem que a Coroa, insensível à violência da tempestade, nada ceda para conjurar o desastre.

Após tal episódio, Zacarias se notabilizou por fazer oposição aos ministérios conservadores a partir do Senado. O porquê da mudança partidária efetuada por Zacarias, indo do campo conservador ao liberal, assim como as opções feitas quando chefe de gabinete são lacunas a respeito do estadista. Com análise de seus discursos, é perceptível a complexidade da época em que viveu (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Em sessão no senado de 26 de junho de 1869, Zacarias deu ênfase ao que acreditava tratar-se do ódio de Saião Lobato, senador pelo Rio de Janeiro, ao Partido Liberal e seu programa, que deixava de lado os debates sobre a Fala do Trono para fazer oposição. O senador criticou Saião Lobato em duas questões. Primeiramente, o senador pelo Rio de Janeiro teria afirmado que os liberais elaboraram o programa sem uma verdadeira adesão dos membros, e depois, disseminavam a ideia de uma ascensão imediata dos liberais em todas as regiões do país. Nabuco de Araújo já tinha contestado a

asserção e Zacarias reforçava a falta de vitalidade do ministério: “[...] o que nas províncias consta, e que consta por toda a parte é que o gabinete como está não pode prosseguir; que há o que quer que seja em presença da unanimidade da Câmara, unanimidade que não é um apoio, mas um perigo”.

A oposição ao gabinete era forte. Aliás, uma característica que determinou a personalidade de Zacarias após a queda do gabinete em 1868 foi o seu papel de opositor. Uma oposição ferrenha que o senador passou a desempenhar da câmara vitalícia ao governo comandado pelo partido conservador. Em 1870 foi nomeado para o Conselho de Estado, posição que recusou. Túlio Vargas, em sua biografia, heroicizou o personagem, atribuindo sua recusa ao Conselho de Estado como uma prova de caráter. A recusa causaria uma onda de críticas a Zacarias, como o motivo de que desmerecia a Coroa. Ele se justificou pelos jornais, ocasião em que relembrou sua tese defendida em Olinda, de que a monarquia constitucional representativa era a melhor forma de governo para o Brasil, que os ministros de Estado respondem pelos atos do poder moderador, visto que a prerrogativa era do imperador. Parecia-lhe que o cargo oferecido era um meio de aplinar dificuldades nas Câmaras. Criticou o Conselho de Estado: mais um brinquedo do Governo, do que útil para a administração (VARGAS, 2007, p. 114-117).

O talento de Zacarias para a oposição foi evidenciado na obra de Taunay, contemporâneo do personagem. Taunay nos diz que a posição de Zacarias no Senado era de críticas e intervenções fortes, apesar de aquela ser a casa onde o debate era mais ameno, não prosseguia dessa maneira o conselheiro, que sem hesitar fazia suas críticas incisivas e questionava as atitudes de todos. No Senado, os debates mais fortes não eram comuns. Taunay ressaltou a sutileza que predominava naquele parlamento. “Se havia semideuses em política, eram os senadores do tempo da monarquia”. (p. 25). Entretanto, Zacarias de Góes era um caso à parte. O senador não colocava limites em matéria de realizar aos colegas as mais duras críticas. Era capaz de interromper seu discurso em momentos de auge devido à conversa dos colegas. As brigas

com Rio Branco e, principalmente, com Cotegipe eram constantes (TAUNAY, 1923, p. 25-28).

A responsabilidade ministerial nos atos do poder moderador era uma tese fundamental da teoria de Zacarias de Góes, que marcou, inclusive, sua transição do partido conservador ao liberal, quando publicou a primeira versão do opúsculo “Da natureza e limites do poder moderador”, em 1860. A obra, reeditada em 1862, é considerada uma versão liberal da teoria e prática do poder moderador: “[...] entendido como referência para o estudo do poder moderador e para a compreensão da estrutura e funcionamento do Estado imperial, como se fosse a síntese dos princípios elaborados pelos liberais ao longo de todo o período monárquico” (OLIVEIRA, 2002, p. 15). Zacarias observou que Benjamin Constant, ao analisar a Constituição inglesa, percebeu que

[...] no acervo de atribuições da realeza, há um grupo que pode figurar à parte; grupo que constituiu o que se chama prerrogativa da Coroa entendeu que essas atribuições podiam constituir um poder separado do Executivo ou ministerial, que ele chamou poder real, e que a nossa Constituição denominou poder Moderador.

Enfatizava que na Inglaterra não existia a distinção entre poder real e ministerial; o rei e a rainha tem como responsáveis, em quaisquer que sejam as ações, os ministros. A declaração de guerra foi escrita por Constant como atribuição do poder real, pois a Coroa seria o órgão do Estado responsável para com o estrangeiro. Se a guerra fosse injusta ou justa, de qualquer modo a responsabilidade seria dos ministros. O fim seria conservar a inviolabilidade real. Assim, seguindo a lógica de Constant, os liberais compreendiam o poder moderador. Quando a decisão da Coroa utilizando a prerrogativa do poder moderador não for assentida pelo ministério, deveriam dar ao conhecimento da Coroa a não concordância.

Suposto isso, temos o poder Moderador pertencendo à Coroa, como querem os conservadores, o poder Executivo nas

mãos dos ministros, e a responsabilidade dos ministros em todos os atos da realeza, tanto em uma como em outra ordem de atribuições, satisfazendo a todas as necessidades de um governo livre.

No caso da escolha do ministro para o Rio Grande do Norte, o que se fez foi não aceitar a responsabilidade e, para isso, deixaram de ser ministros. O poder moderador deveria existir naqueles termos, sem responsabilidade alguma ao imperador. “*Não é o Partido Liberal que atacou a monarquia, é o Conservador*”.

Para Zacarias, o ministro que se dizia obrigado a referendar todos os atos do poder moderador, comprometia o sistema representativo. Utilizava de metáfora:

E para que as revoluções se evitem, é preciso pôr sal na cabeça do peixe. O sal é a responsabilidade; até hoje as combinações políticas ainda não descobriram outra. Na Inglaterra, o sal com que se consegue o verdadeiro governo parlamentar é a responsabilidade dos ministros; tem-se a ela efetuado muitas vezes, não obstante a maior proteção aos reis.

O caráter inviolável do monarca deveria ser garantido pelos responsáveis por intermediar as opiniões da sociedade, imprensa e Câmara, para que não atingissem a figura do imperador. Tendo em vista que o rei não estava livre de cometer erros, como todo ser humano, a responsabilidade ministerial o isentaria que tais erros pudessem prejudicar o governo e a coletividade (OLIVEIRA, 2002, p. 33).

Palavras finais

O conteúdo dos discursos envolve os embates entre os grupos políticos. Como chefe do gabinete de ministros, Zacarias utilizou o senado para defender seu governo dos ataques conservadores. Após sua queda, utilizou o púlpito do Senado para explicar os motivos do fim de seu gabinete, bem como demonstrar que seguia sua teoria política da responsabilidade ministerial. Como opositor ao governo conservador que

assumiu após o 1868, reforçou a discussão sobre as atribuições do poder moderador e a importância da responsabilidade dos ministros para que a figura do imperador se mantivesse inviolável.

No Brasil imperial, após as demissões dos gabinetes, sucedia-se a dissolução da Câmara dos Deputados. Para um regime presidencialista seria proporcional a um golpe de Estado, no governo imperial era uma forma de consultar a opinião pública sobre manter ou não um governo. A constituição de 1824 admitia em caso de exceção. Para Holanda (2008, p. 118): “Seja como for, é de supor que seu uso seguido e indiscriminado poderia ameaçar a própria segurança do sistema e é o que sucederá mais tarde, quando a exceção se transformar em regra”.

José Murilo de Carvalho analisa o período posterior à crise ministerial de 1868 como um processo de radicalização política, que se estendeu ao ano 1870, quando foi fundado o Partido Republicano. O ministério de Zacarias que iniciou em 3 de agosto foi turbulento. A inclusão da questão servil na Fala do Trono de 1867 e o pedido de demissão de Caxias, conservador, que comandava as operações na guerra do Paraguai, foram pontos de ebulição durante o ministério. Quando levado ao Conselho de Estado, o problema sobre quem demitir, se Caxias ou o gabinete Zacarias, o impasse persistiu, até julho de 1868 (CARVALHO, 2007).

Angela Alonso compreende que a cisão na elite política imperial surgiu quando se colocou em pauta o futuro da monarquia e da escravidão. A maior parte dos liberais e uma ala moderada do Partido Conservador eram favoráveis a uma modernização, lenta e gradual, da política e da economia “[...] no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias” (ALONSO, 2009, p. 89). Entre os conservadores “emperrados”, pairava o medo de que a hierarquia e a ordem política tradicional fosse destruída; portanto, eram oposição. Na virada da década de 1860 para 1870, ocorreu o embate entre tais grupos, exacerbam-se as críticas ao poder moderador feitas pelos liberais, e por outro lado, os conservadores moderados

enfrentavam os “emperrados” quando começaram “uma reforma modernizadora”. Assim iniciou o contexto de crise nos dois partidos políticos e na ordem que sustentava o império ao longo do tempo. Logo, nasceu o Partido Republicano.

O papel desempenhado pelo estadista Zacarias de Góes e Vasconcelos no decorrer da década de 1860, chefiando gabinetes ministeriais, liderando os progressistas que ascendiam ao poder e buscavam estabelecer-se, protagonizando a crise ministerial de 1868, foi significativo para compreender os rumos da monarquia no Brasil, assim como a emergência de novos grupos políticos em busca de alteração do *status quo* imperial, como os novos liberais, os radicais que se tornam clube radical e, posteriormente, republicano, originando o que Alonso (2002) chamou de liberais republicanos, assim como os federalistas científicos e positivistas abolicionistas.

Referências

- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, Angela. A apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. Vol. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 1-30.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.
- CARVALHO, José Murilo de. **Liberalismo, radicalismo e republicanism nos anos sessenta do século dezenove**. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford, CBS, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional, 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129.
- CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a

política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico: do Império à República**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. t. 2, v. 7.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. *In*: VASCONCELOS, Zacarias de Góis. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. Organização e introdução de

Cecília Helena de Salles Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 9-58.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: a crise da escravidão e o ocaso saquarema. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**. Vol. III (1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 39-82.

TAUNAY, Visconde de. **Reminiscências**. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1923.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

VARGAS, Túlio. **O Conselheiro Zacarias (1815-1877)**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2007.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. Organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang

Brief historiographic perspective of the ancestry of the indigenous Kaingang ethnic group

Jéssica da Silva Gaudêncio*

Décio Ruivo Martins**

Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira***

Sérgio Paulo Jorge Rodrigues****

Palavras-chave:

Kaingang

História Indígena

Historiografia do Sul do Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a historiografia da ancestralidade da etnia indígena conhecida hoje como Kaingang. Antes do século XX, os ancestrais desta etnia foram retratados e citados em várias obras por diversos nomes; porém, nem todos os grupos indígenas referidos na documentação histórica eram Kaingang, o que pode ser verificado pelas características culturais presentes nas documentações de origem. Essa multiplicidade de denominações, além das observações em diferentes regiões geográficas sobre a presença de grupos étnicos com características semelhantes às pertencentes à etnia Kaingang, pode induzir interpretações equivocadas e erradas por pesquisadores. Muitos autores consideram o grupo indígena identificado como Guaianá na literatura da época colonial como os ancestrais da etnia Kaingang. Com base nas pesquisas e em estudos sustentados pelas restritas evidências documentais dos séculos passados, pode-se considerar essa ancestralidade; entretanto, conclui-se que há necessidade de estudos etnográficos com maiores detalhes, para que se possa evidenciar essa proximidade étnica.

Keywords:

Kaingang

Indigenous History

Historiography of Southern Brazil.

Abstract: This article presents the historiography of the ancestry of the indigenous ethnic group known today as Kaingang. Before the XIX century, the ancestors of this ethnic group were depicted with various names and cited in works, but not all the indigenous groups mentioned in the historical documentation were Kaingang, which can be identified by the cultural characteristics present in the original documentation. This multiplicity of denominations groups, as well as the observations in different geographic regions of the presence of ethnic groups with similar characteristics belonging to the Kaingang, can result in erroneous interpretations by researchers. Many authors consider the indigenous group identified as Guaianá in colonial literature as the ancestors of the Kaingang ethnic group. Based on research and studies supported by difficult to access documentary evidence of past centuries, one can consider this ancestry. However, it is concluded that there is a need for ethnographic studies in greater detail, so that this ethnic relationship can be supported with more evidence.

Recebido em 14 de fevereiro de 2019. Aprovado em 15 de março de 2019.

Introdução

As áreas brasileiras que hoje correspondem aos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além dos países de fronteira, eram abrangidas pelos índios Guarani (conhecidos por Carijó ou Cario na época colonial); porém, não de forma homogênea

ou exclusiva (MONTEIRO, 1992a). Os grupos eram encontrados entre os principais rios da região e nas florestas tropicais e subtropicais do litoral. As regiões do Sul do Brasil com maior abrangência de florestas de araucárias (*Araucaria angustifolia*) eram habitadas por grupos, especialmente de caçadores e coletores, com densidades populacionais relativamente baixas e alta mobilidade sazonal,

* Doutoranda em História das Ciências e Educação Científica, Centro de Física da Universidade de Coimbra, Portugal (CEFisUC). E-mail: <jessigaudencio@hotmail.com>.

** Doutor em História e Ensino da Física, Centro de Física da Universidade de Coimbra, Portugal (CEFisUC). E-mail: <decio@uc.pt>.

*** Doutora em Educação Científica e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia (PPGECT), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: <foggiattorm@hotmail.com>.

****Doutor em Química, Departamento de Química da Universidade de Coimbra (FCTUC), Portugal. E-mail: <spjrodrigues@ci.uc.pt>.

sendo estes os ancestrais da etnia indígena hoje conhecida como Kaingang.

Atualmente, vivem em Terras Indígenas, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. De acordo com Mota (2004), a população Kaingang é a mais populosa do Sul do Brasil, e está entre os mais numerosos povos indígenas do país. Estima-se uma população de 45.620 pessoas a viver em mais de 40 Terras Indígenas, conforme o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI, 2014). Esta etnia indígena pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê, e a palavra Kaingang deriva da palavra “caên-gagn” – que em português significa “índio Kaingang”, “gente”, “pessoa”, “gente do mato” (SOUZA, 2014). Franz Keller, em 1867, escreveu um manuscrito sobre os índios da província do Paraná, e registrou que os próprios indígenas se autodenominavam Kaingang. Segundo Keller (1867 *apud* MOTA, 2004, p. 9) “a si mesmo dão hoje o nome de caên-gagn”.

O historiador português Gabriel Soares de Souza viajou para o Brasil entre os anos de 1565 e 1569, e publicou relatos da sua convivência com os índios durante a sua experiência como senhor de engenho e sertanista; nesta época, o trabalho escravo era composto por índios dos sertões circunvizinhos. Segundo Gabriel de Souza (1851, p. 375-409), a expressão Tupi quer dizer “tio”, assim, Tupi-mbá (Tupinambá) significa “tio boa gente”, Tupi-aem (Tupinaé) o “tio mau”, e Tupi-ikis (Tupiniquin) o “tio contíguo” ou o “Tupi do lado”. Estas definições são importantes para fazer interpretações dos textos mais antigos encontrados na literatura, em que muitas vezes se referem aos Tupinambás e Tupiniquins.

De início, Gabriel Soares de Souza estabeleceu uma divisão entre dois grupos indígenas: os Tupi (Tupinambá, Tupiniquin) e os Tapuia, com descrições opostas entre eles como pode ser observado nos trechos¹:

O Tupiniquin [...] É gente de grande trabalho e serviço, e sempre nas guerras ajudaram aos Portuguezes, contra os Aimorés, Tapuias, e Tamoios, como ainda hoje fazem esses poucos que se deixaram ficar junto do mar e das nossas povoações, com quem vizinham muito bem, os quaes são grandes pescadores de linha, caçadores e marinheiros, são valentes homens, caçam, pescam, cantam, bailam, como os Tupinambás,

e nas cousas de guerra são mui industriosos, e homens para muito, do quem se faz muita conta a seu modo entre o gentio. (SOUZA, 1851, p. 69).

Como os Tapuias são tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagem, para se poder dizer delles muito, era necessário de propósito e de vagar tomar grandes informações de suas divisões, vida e costumes; [...] São os Tapuias contrários de todas as outras nações do gentio, por terem guerra com elles ao tempo que viviam junto do mar, donde por força de armas foram lançados: os quaes são homens de grandes forças, andam nus como o mais gentio, e não consentem em si mais cabellos que os da cabeça, e trazem os beiços furados e pedras nelles, como os Tupinambás. (SOUZA, 1851, p. 350-351).

Escritores quinhentistas retrataram os grupos Tapuia como a antítese da sociedade Tupi, utilizando, na maioria das vezes, termos negativos para descrevê-los. Este binômio facilitava a compreensão da diversidade linguística e étnica, tanto para os escritores quanto para a coroa. Porém, no contexto do século XIX, historiadores deram um novo sentido para esses dois grupos. Os Tupi passaram a ser os indígenas que contribuíram de maneira heroica, com base nas alianças políticas e matrimoniais à consolidação da presença portuguesa, sendo retratados de maneira romântica e nostálgica. Já os Tapuia eram retratados como inimigos dos portugueses, representavam os índios selvagens, pois se tornaram um obstáculo para a sua civilização, diferentemente dos nobres guerreiros Tupi, que se submeteram ao domínio colonial (MONTEIRO, 2001).

O pintor holandês Albert Eckhout, que pertencia à corte de Maurício de Nassau (Governador do Brasil Holandês de 1637-1644), pintou quatro quadros a óleo que representam o senso comum da época, de que o indivíduo Tupi era o “domesticado”, mostrado na pintura com as vestimentas de pano europeu, e a sua produção de redes e cestos para os estabelecimentos coloniais (Figura 1 (a) e (b)). Já os Tapuia são representados na obra como “selvagens”, com ferocidade irreduzível, carregando pés e mãos decepados (Figura 1 (d)), o que insinua a antropofagia, rodeados de animais peçonhentos (Figura 1 (c)) como uma cobra jiboia (*Boa constrictor*), uma aranha caranguejeira (*Theraphosidae*) e uma taturana (*Lonomia obliqua*).



Figura 1: Obras de Albert Eckhout, óleo sobre tela: a) *Tupimand* – Homem Tupi, 1643, 280 x 176 cm; b) *Tupikvinde* – Mulher Tupi, 1641, 285 x 173 cm; c) *Tapuyamand* – Homem Tapuia, 1641, 284 x 176 cm e d) *Tapuyakvinde* – Mulher Tapuia, 1641, 285 x 173 cm.

Fonte: National Museum of Denmark (2002).

O nome Bugre foi outra expressão usada no sentido de fazer a diferenciação dos Tupi com os não Tupi, representando aqueles indígenas que resistiam em deixar a mata e serem colonizados, diferentemente dos Guarani que trabalhavam nas fazendas e prestavam alguns serviços (DORNELLES, 2011). Segundo Guisard (1999), o termo Bugre surgiu na Bulgária, no século IX, e corresponde a uma corrente religiosa chamada bogomilismo, inspirada no nome do Padre Bogomil, considerado o fundador desta seita, que, na época, foi perseguida por heresia pela igreja católica. Por isso, no final do século XVIII e início do XIX, quando muitos imigrantes europeus chegavam ao Sul do Brasil, deparavam-se com os nativos e suas tradições e línguas não europeias, e os consideraram “hereges” – assim como os seguidores do bugomilismo –, chamando-os, então, de “búlgares ou bugres”.

Entretanto, para o historiador Varnhagen (1877, p. 18) a palavra “Bugre não quer dizer mais que carregador ou portador de carga, de *Bohu-rêa*; como ficaram assim chamados os índios escravos”. Já Lague (1983, p. 7-8) diz que a palavra Bugre teve origem no momento de encontro dos primeiros portugueses com os indígenas, que, quando foram vistos, fizeram um sinal de alerta para os demais pertencentes da tribo com um grito agudo, que pareceu ouvir-se a palavra “bugre”; porém, a palavra que gritavam era “pucri”, no qual prolongavam a última sílaba.

Neste contexto de descrição dos indígenas Tapuia e da denominação Bugre, os índios

ascendentes da etnia indígena hoje identificada como Kaingang, e pouco conhecida com esta denominação nos tempos coloniais, são identificados na literatura (SOUZA, 2012, p. 9; MONTEIRO, 2001, p. 151-182; PINHEIRO, 1992, p. 57; SAINT-HILAIRE, 1964, p. 35) como pertencentes ao grupo Tapuia, sendo também denominados Bugres, e eram retratados sempre como índios “selvagens”. Porém, existe uma discussão sobre a ancestralidade desta etnia, pois vários documentos manuscritos da era colonial retrataram os indígenas da região Sul de modo generalista ou com denominações equivocadas. Diante disso, busca-se apresentar resumidamente, alguns relatos e registros presentes na literatura sobre a ancestralidade desta etnia indígena.

A ancestralidade Kaingang

Antes do século XX, os ancestrais da etnia Kaingang foram retratados e citados em obras coloniais por diversos nomes. Hans Staden, em 1557, cita uma nova denominação para indígenas presentes na região mais ao Sul do Brasil ao descrever a cadeia montanhosa do relevo brasileiro chamada de Serra do Mar: “na serra habita uma casta de selvagens que se chama Wayganna. Estes não têm habitações fixas como os outros, que moram deante e por detraz da serra” (STADEN, 1930, p. 133). Uma grande variação de denominações foi atribuída aos ancestrais Kaingang na literatura colonial e mesmo depois, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Denominações que fazem menção aos ancestrais Kaingang citadas na literatura.

Denominações	Autor	Ano
Wayganna	Hans Staden	1557
Goainá, Goainazes, Guaianazes, Goayanas	Gabriel Soares de Souza	1587
Camperos, Cavelludos, Coronados, Gualachos	Nicolas Mastrillo Duran	1628
Gualachos, Ybiraiyras, Chiquis, Chequis	Antônio Ruiz de Montoya	1628
Guñanás, Pinares	Juan de la Cruz Cano y Olmedilla	1775
Guayanás, Guaianás	Padre Manuel Aires de Casal	1817
Coroados, Guaianás, Bugres	August Saint-Hilaire	1820
Caveres, Tac-Taia	Padre Francisco das Chagas Lima	1821
Camés, Votorões, Dorins, Jacfé	Padre Francisco das Chagas Lima	1842
Guayanazes	José Joaquim Machado de Oliveira	1846
Caen-gagn	Camilo Lellis da Silva	1849
Guanhanás	August Saint-Hilaire	1851
Kaingangues	Juan Ambrosetti	1894
Cainguangue, Caingang	Von Ihering	1904
Kaingang	Telêmaco Borba	1908
Botocudos de Santa Catarina e Paraná	Curt Nimuendajú	1946

Fonte: Adaptado de Veiga (1994, 2000).

(2011) e Hicks (1966), os Bugre do Sul foram divididos em dois grupos predominantes na região: os Bugre Coroado (ascendentes da etnia Kaingang) e

os Bugre Botocudo (ascendentes da etnia Xokleng), ambos representados na Figura 3 do pintor alemão Philip Schmid.



Figura 3: Coroado e Botocudo
 Fonte: Schmid (1823-1831).

Curt Nimuendajú (1946, p. 93) fez referência aos Botocudo da região Sul, chamando-os de “Botocudos de Santa Catarina e parte adjacente do Paraná”, considerando-os relacionados aos índios da etnia Kaingang; porém, diferentes em relação à fala ou cultura. O termo Botocudo foi amplamente utilizado na identificação de diversos grupos indígenas brasileiros, mas sem a definição dos nomes de suas tribos. Estes eram chamados Botocudo devido ao uso de botoques no rosto, como descrito no livro “A Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil: composta e dedicada a Sua Magestade fidelissima”, em 1817, pelo Padre Manuel Aires de Casal:

[...] de muitos tempos para cá quazi não tem outro nome entre os Christãos senão o de Botocúdos, pelo extravagante, e ridículo costume de, furarem as

orelhas, e os beiços e dilatarem-nos notavelmente com rodellas de páu, parecendo-lhes que ficam assim mais gentis e airozos. Andam sempre de còrso em busca de caça, e das frutas silvestres, seu alimento ordinário, repartidos em malócas de quarenta a sessenta famílias. Algumas tingem o corpo ora de vermelho, ora d'amarello, parecendo carregados de ictyricia: e para se livrarem das ferroadas dos mosquitos nas estações, ou lugares em que elles mais os incommodam, invernizam a pelle com o leite de certas arvores. (CASAL, 1817, p. 72-73).

Neste trecho, Padre Casal descreve o costume dos índios Botocudo ao enfeitarem-se com ornamentos de madeiras em seu rosto (Figura 4) e também sobre suas pinturas corporais fazendo uma comparação da coloração amarela com icterícia.

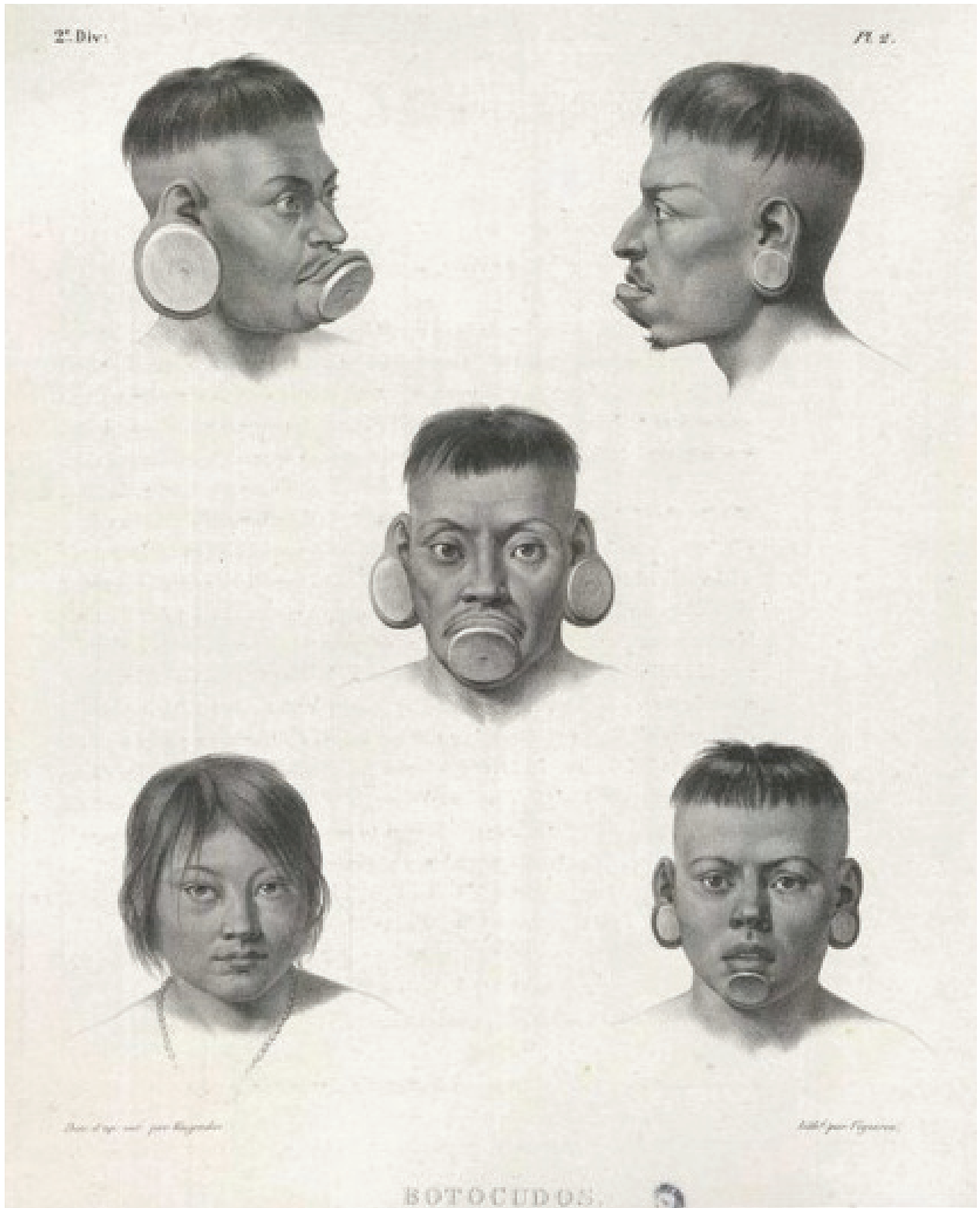


Figura 4 : Representação dos índios Botocudos

Fonte: Vignerón (1835).

Em 1816, o príncipe renano Maximiliano Alexander Philipp de Wied-Neuwied (com o pseudônimo de Max von Braunsberg) escreveu o livro “Viagem ao Brasil” (NEUWIED, 1940), no

qual relata seu estudo sobre a fauna, a flora e as tribos indígenas brasileiras, dando destaque aos Botocudo de Jequitinhonha (região Sudeste do Brasil). Segundo Emmerich e Monserrat (1975),

este livro serviu de fonte para outros autores, e a partir disto, os Botocudo passaram a ter uma ampla documentação, e o termo Botocudo passou a definir apenas o grupo de forma genérica.

Auguste de Sant-Hilaire, um botânico, naturalista e viajante francês, também relatou a presença desses dois grupos de índios designados Bugres Coroados e Botocudos durante suas expedições em território brasileiro. No seu livro “Viagem a Comarca de Curitiba”, de 1820, cita:

Além da tribo dos coroados, havia nas vizinhanças de Jaguariaíba muitas outras que frequentemente se guerreavam entre si. A índia coroadada do coronel Luciano Carneiro [...], segundo ela me dissera, não longe de sua aldeia existiam selvagens ferozes que também tinham o costume de furar o lábio inferior e as orelhas. Possivelmente, não pertenciam os últimos à mesma nação dos verdadeiros botocudos do Jequitinhonha e do rio doce; mas talvez fossem irmãos dos índios que os paulistas encontraram, em 1845, no Guairá, e aos quais denominaram *Botocudos*, pela circunstância de usarem no lábio inferior botoques feitos de certa resina que tinha a cor e a transparência do âmbar (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 47).

Neste trecho o autor relata a presença do grupo Coroado na região do Paraná (Jaguariaíva) juntamente com o grupo Botocudo, mas identificando que este último era diferente do Botocudo da região Sudeste (Jequitinhonha e Rio Doce no Estado de Minas Gerais). Saint-Hilaire (1964, p. 46) também explica o porquê do nome Coroado: “Os paulistas davam aos bugres das proximidades de Jaguariaíba o nome de coroados, porque, diziam, costumavam fazer no alto da cabeça uma espécie de tonsura, ou coroa”, assim como descrito pelo Padre Teschauer:

O viajante inglês Knivet, contemporâneo de Gabriel Soares, não concorda sempre com esta descrição. Atribui, porém, aos Caingang o traço característico, pelo que os modernos Guayaná são reconhecidos descendentes daqueles; cortavam o cabelo de maneira que

formavam uma como coroa, donde deve-se derivar seu outro appellido Coroados. (TESCHAUER, 1927, p. 38).

A “coroa no alto da cabeça” era um corte de cabelo arredondado, que lembra uma coroa, e era comum até mesmo em outras etnias, e pode ter sido o que levou a denominação Coroados. Segundo Borba (1908), o corte de cabelo assemelha-se à tonsura dos frades, e que tanto os homens e mulheres Kaingang tinham o costume de cortar o cabelo com uma larga coroa no centro.

Seriam os atuais Kaingang descendentes dos antigos Guaianá?

De acordo com Hermann von Ihering (1904, p. 44), os índios chamados Guaianá seriam os ascendentes dos índios Kaingang, podendo também ser chamados em regiões distintas de: *Goyaná, Goianases e Wayanazse*, sendo citados nos mapas e fontes escritas anteriores ao século XIX. O nome Guaianá foi utilizado juntamente com outros nomes, por exemplo, Coroado, até que a denominação Kaingang passou a ser utilizada e difundida em documentos e na literatura. Através do livro “*Jungle People: A Kaingang tribe of the highlands of Brazil*”, do antropólogo americano Jules Henry (1964), a denominação Kaingang teve uma repercussão mundial; no entanto, nesta obra o autor atribuiu a mesma denominação para os índios da etnia Xokleng. Inicialmente, estas duas etnias foram classificadas como como uma só, apenas com dialetos diferentes, sendo os Xokleng denominados Aweikoma-Kaingang em 1946 pelo antropólogo suíço Alfred Métraux no *Handbook of South American Indians* (STEWART, 1963). Isto se deve à proximidade cultural e linguística entre as duas etnias, mas que se diferem em relação à cultura material, espiritual e principalmente na organização espacial, em que cada etnia desenvolveu o seu processo sociocultural específico, tornando-se relativamente diferenciado, sendo consideradas atualmente como duas etnias com um passado remoto semelhante (HICKS, 1966; URBAN, 1992; VEIGA, 1992).

Von Ihering (1904) realizou uma sistematização a partir de relatos de viajantes e

indigenistas sobre a situação dos povos indígenas do Sul na época. Este autor organizou a profusão de nomes equivocadas aos grupos de índios do Estado do Paraná, fazendo um estudo específico para a etnia Kaingang e suas diversas denominações, afirmando a descendência do povo Guaianá e elaborando também uma classificação em dois grupos:

As tribos da família Gês, caracterizadas pelo crânio dolicocefalo, ou mesocefalo, pertencem todas á familia dos Guayanás, cujo domínio no século XVI se estendia desde o Rio Grande do Sul e o norte da Argentina através de São Paulo e Rio de Janeiro até o sertão da Bahia. Os seus descendentes atuais dividem-se em dous grupos, um oriental e outro occidental. O primeiro é formado pelos Caingangs que actualmente vivem desde as Missões Argentinas e o planalto do Rio Grande do Sul até os Estados de Paraná e S. Paulo. O seu nome antigo de Guayanás conservou-se apenas no oeste do Estado de S. Paulo, nos municipios de Itapeva, Faxina etc., sendo substituído no mais pelo de Coroados ou Bugres ou mesmo pelo de algumas tribos como de Cames no littoral de S. Paulo e de Xocrens no de Santa Catharina. O grupo occidental é formado pelos Ingaim e pelos Guayanás do alto Paraná na zona compreendida entre os rios Uruguai e Paraná. (IHERING, 1904, p. 44).

O padre jesuíta Carlos Teschauer, historiador e naturalista alemão que viajou ao Sul do Brasil em 1880, é outro autor da época que acredita na ancestralidade da etnia Kaingang com o grupo Guaianá que habitou o litoral paulista entre Angra dos Reis (Rio de Janeiro) e Cananeia (região do litoral Sul de São Paulo) no século XVI (BECKER, 1976). Teschauer assegura-se nas constatações realizadas por Gabriel Soares de Souza em 1587, as quais relatam a convivência dos índios Tamoyo e Carijó com os índios “Guaianazes”, mas com a grafia “Goainazes”:

Já fica dito como os Tamoyos são fronteiros do outro gentio, que se chamam os Goainazes, os quaes tem sua demarcação ao longo da costa por Angra dos Reis, e dahi até o rio do

Cananea, onde ficam visinhando com outra casta de gentios, que se chamam os Cárijos (SOUZA, 1851, p. 99).

Teschauer (1927) percorreu povoações de indígenas Kaingang de Cazeros e Nonohay (Rio Grande do Sul) coletando informações e apontamentos deixados por missionários, e acabou por refutar a classificação de grupos sugerida por Hermann von Ilhering, afirmando que os ancestrais Kaingang (os Guaianá) migraram para o Sul do país, não podendo estar presentes nas terras sulistas nos séculos XVI e XVII.

Então, de forma geral, a história de contato dos índios da etnia hoje conhecida como Kaingang e os colonizadores europeus do século XVI se torna difícil devido ao grande número de denominações de grupos indígenas descritas na literatura da época e dos séculos seguintes. De acordo com Salomon e Schwartz (1999), durante o período colonial, os ancestrais da etnia Kaingang estavam presentes nas extensas planícies do planalto interior, onde faziam acampamentos temporários e organizavam expedições de refúgio em florestas subtropicais e tropicais do Sul do Brasil, que se tornaram restritas com o avanço da expansão colônica.

Ainda no século XVI, este povo foi identificado por desenvolver uma tradição de resistência à dominação colonial, fazendo com que a maior parte dos portugueses não tivesse interesse pelos Guaianá (nome conhecido na época pelos colonos portugueses e também pelos padres jesuítas aos ancestrais da etnia Kaingang); mesmo assim, muitos desses indígenas foram escravizados pelos colonos; outros, inseridos na aldeia missionária pelos jesuítas. Apesar de a população indígena Guaianá ser considerada de pouca utilidade para os portugueses, por serem vistos como selvagens (Tapuia, Bugre), os ataques continuaram, e diversos índios foram escravizados. Isso acabou provocando intensos conflitos que resultaram, no final do século XVI, em um recuo de áreas de colonização europeia. Em 1640, quando os portugueses encontraram maiores dificuldades em escravizar os índios da etnia Guarani, voltaram a centrar-se nos índios Guaianá, os quais se mostravam ainda mais resistentes, tornando-se insatisfatórios como

escravos (D'ANGELIS, 1984; SOUZA; BERNASKI, 2015; SALOMON; SCHWARTZ, 1999).

Existem muitas semelhanças entre os costumes dos Kaingang e os Guaianá, tais como serem nômades, terem a agricultura inexpressiva, a caça e a coleta como principal base econômica, o isolamento nas matas e o distanciamento das populações civilizadas. Outro exemplo é a semelhança encontrada por escritores entre algumas expressões, como descrito pelo Padre Teschauer (1927), sobre a semelhança na denominação para “o espírito dos mortos”, sendo “veicupli” para os Kaingang e “acupli” para os Guaianá:

Para os Caingang [...] sobrevivendo-lhes uma desgraça, atribuem-na á vingança dos mãos espiritos, dizendo *vaicupli*, a alma, o espirito, e querem indicar com isso que o espirito do seu inimigo lhes causou o damno. Reconhece-se facilmente a superstição dos antigos Guayaná, que, [...], chamavam as almas dos defunctos *acupli* e *accreditavam* que estas se convertiam em demonios. (TESCHAUER, 1927, p. 46).

Pode-se considerar que os Kaingang são descendentes diretos dos Guaianá do período colonial, que conservaram até o século XIX os costumes e hábitos dos Tapuia. Segundo Monteiro (2001), não há dúvidas de que os Guaianá que aparecem nos documentos e nas fontes antigas são os ancestrais da etnia Kaingang, pois possuíam grande área de domínio territorial, indo até as fronteiras do Uruguai, Argentina e Paraguai, o que também confirma sua condição de seminomadismo. Porém, alguns autores discordam sobre esta relação ancestral.

Para o historiador Afonso Antônio de Freitas (1908), com base no território paulista, os antigos Guaianá não têm parentesco com os modernos Kaingang, sendo estes formados por agrupamentos heterogêneos, ou seja, de indivíduos de raças indígenas diversas. Primeiramente, Freitas baseia sua hipótese a partir das observações realizadas em 1867 por Von Martius (2009) em relação à diversidade fisionômica e linguística dos Kaingang, juntamente com o relatório realizado em 1906 pelo médico Geraldo Assis Moura em uma expedição

científica sobre a exploração e o reconhecimento do Rio do Peixe. Neste relatório, encontra-se uma descrição de duas mulheres e um homem Kaingang que eram prisioneiros em uma fazenda, destacando que uma das mulheres tinha o rosto mais comprido e largo do que a outra da mesma tribo. A partir destas análises, Freitas sugere que os Kaingang não possuem uma unidade tribal entre eles; além disso, com base na arqueologia de cemitérios indígenas Guaianá e nas análises da nomenclatura topográfica da região Piratininguana/SP, chegou à conclusão de que os antigos Guaianá tinham parentesco com os grupos Tupi-guarani, e que os Kaingang não povoaram territórios paulistas.

Segundo o professor Monteiro (1984, p. 24 *apud* PINHEIRO, 1992, p. 56), os Guaianá tiveram estreita relação com grupos Tupinambá, podendo ter ocorrido uma troca cultural e territorial entre eles, o que pode explicar a hipótese de semelhança física entre os Guaianá e os Tupi sugerida por Freitas. Em relação à constatação de que uma das mulheres indígenas prisioneiras teria o rosto diferente da outra, insinuando uma heterogeneidade racial dos Kaingang, isso pode ser explicado pela prática que era exercida entre os indígenas Kaingang de raptar crianças pertencentes a outras tribos durante as guerras intertribais; assim, confirmam-se as observações de Assis Moura sobre as diferenças físicas entre os rostos das indígenas. Com essas considerações etnológicas, pode-se contradizer a hipótese de heterogeneidade racial sugerida por Freitas.

A dúvida sobre os Guaianá serem Tupi ou Tapuia era muito discutida no final do século XVIII, quando o Frei Gaspar da Madre de Deus afirmou serem os Guaianá (Tapuia) moradores da região paulista, quando, na chegada dos primeiros portugueses, foi confirmada a presença de índios Tupi. De acordo com Monteiro (1992b), em 1888 o advogado João Mendes de Almeida afirmou, em uma sessão solene da Sociedade dos Homens de Letras de São Paulo, que os antigos moradores paulistas não eram Guaianá. A partir disso, muitos estudiosos começaram a contestar esta posição, como o historiador Capistrano de Abreu, que defendeu a sugestão de que os Guaianá da documentação antiga

seriam os ancestrais dos modernos Kaingang, não configurando então o grupo Tupi. Assim, ambos os lados foram representados por intelectuais que buscavam apresentar as suas hipóteses de origem para esta população com o objetivo de tentar construir a identidade histórica paulista dentro do contexto na Nova República, além da necessidade da formulação de projetos e de políticas para o futuro dos índios (PREZIA, 1998).

No contexto ideológico da época, discutir a origem Tupi ou Tapuia dos indígenas Kaingang paulistas era uma questão polêmica, pois iria mostrar a descendência direta ou indireta de muitas famílias, e o paradigma Tupi-Tapuia indicavam a ambivalência da percepção que os europeus tinham em relação aos índios, ou era bondoso e feliz, ou selvagem e bárbaro. A discussão sobre as origens e ao passado da etnia Kaingang está presente em várias outras documentações, como memórias e crônicas realizadas no período colonial, como nas obras de Sebastião da Rocha Pita, Pedro Taques de Almeida Pais Leme, Simão de Vasconcelos, Frei Gaspar da Medre de Deus, e outros. Já na era da República, estudos etnográficos e históricos feitos por Joaquim Antônio Pinto Júnior, José Arouche de Toledo Rondon, José Joaquim Machado de Oliveira, José Bonifácio, apresentavam uma discussão em relação aos meios de incorporação dos índios à nação brasileira e no pensamento histórico paulista (MONTEIRO, 2001).

Considerações finais

Diante da distância secular existente entre os Guaianá do século XVI e os Kaingang do século XIX, e das decorrentes transformações históricas presentes, percebe-se a dificuldade dos pesquisadores em evidenciar a ancestralidade direta da etnia Kaingang com os Guaianá. Considera-se mais provável essa ancestralidade, com base nas inúmeras pesquisas e em estudos sustentados pelas evidências documentais dos séculos passados (mapas, livros, relatos, cartas régias etc.) realizadas por cientistas, historiadores, aventureiros e viajantes que estiveram na região Sul do país. Apesar do rico material existente na literatura etnológica sobre os

indígenas da etnia Kaingang, necessita-se de estudos etnográficos com maiores detalhes, que possam confirmar essa proximidade étnica. Além disso, deve-se procurar responder algumas dúvidas sobre (1) a sua origem, (2) como se deu o deslocamento espacial da etnia, (3) saber até que regiões estavam presentes, (4) quais os critérios foram utilizados para o seu deslocamento periódico, se, conforme os autores citados, esses indígenas se deslocaram do Sul para o Norte, ou conforme outros, se migraram de São Paulo para o Sul, como fuga do contato com os colonizadores (PINHEIRO, 1992).

Existe, de fato, uma limitação na literatura etnográfica para a cultura Kaingang ao compará-la com as demais etnias brasileiras, por exemplo, as da região Norte. E isto pode ter ocorrido pelo fato de esta etnia ser resultado de uma população que foi reconstruída a partir de uma sociedade que sofreu um processo rápido de desintegração, destacado também pelo marcante histórico de lutas pelo direito às suas terras (SALOMON; SCHWARTZ, 1999). Depois de conquistada, a população Kaingang foi obrigada a reorganizar-se em novos alicerces materiais e simbólicos, e criar estratégias para recuperar e reestruturar a sua especificidade sociocultural (TOMMASINO, 1995). A cada território invadido, os conquistadores davam novos nomes em português para as populações ali presentes, e a designação Coroados ou até mesmo Bugre no lugar da autodenominação Kaingang, fez com que estes indígenas insistissem em ser chamados de Kaingang, situação que ultrapassa os marcos dos estudos etimológicos e linguísticos. Assim, destaca-se, para além do grande histórico de luta e resistência contra a invasão de suas terras e a sua disseminação na nação brasileira, a luta dos Kaingang pela sua autodenominação (MOTA, 2004).

Esta breve historiografia sobre a ancestralidade Kaingang faz a revisão do que se sabe sobre a história e a origem desta etnia indígena, e, conseqüentemente, sobre sua cultura, seus costumes e sua organização social e política, como parte de um projeto mais vasto que visa à abordagem da etnociência desta etnia em uma perspectiva educacional.

Notas

1 Os trechos foram mantidos sem correções à grafia original. Como a ortografia da época era diferente da atual, quaisquer desvios da norma culta devem ser desconsiderados.

Referências

- BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 1976.
- BORBA, Telêmaco. **Actualidade Indígena (Paraná, Brasil)**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- CASAL, Padre Manuel Aires de. **A Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil**: composta e dedicada a Sua Magestade fidelissima. vol. 2. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1817.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbangue**: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: Cimi-Regional Sul, 1984.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**: 20 anos de memórias e histórias, v. 19, n. 23, p. 265-343, 2006.
- DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaingang**: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. 2011, 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- EMMERICH, Charlotte; MONSERRAT, Ruth. Sobre os Aimorés, Kreins e os Botocudos. Notas Linguísticas. *In*: BOLETIM DO MUSEU DO ÍNDIO. **Antropologia**, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, 1975. p. 3-44.
- FREITAS, Afonso Antônio de. Os Caingangues de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, n. 13, p. 361-395, 1908.
- GUISARD, Luís Augusto de Mola. O bugre, um João-Ninguém. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 14, p. 92-99, 1999.
- HELM, Cecília Maria Vieira. Kaingang, Guarani e Xetá na istoriografia paranaense. *In*: **XIX Reunião Anual da ANPOCS**, 19., 17-21 out. 1995. Caxambú. Anais... Caxambú: ANPOCS, 1995. p. 28.
- HENRY, Jules. **Jungle People**: A Kaingang tribe of the highlands of Brazil. New York: Vintage Books, 1964.
- HICKS, David. The Kaingang and the Aweikoma: A Cultural Contrast. **Anthropos**, v. 61, p. 839-846, 1966.
- IHERING, Hermann von. Os Guayanês e Caingangs de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, v. 6, p. 23-44, 1904.
- LAGUE, May Mabilde. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866**. São Paulo: Ibrasa; Brasília: IN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerika's zumal Brasiliens**. vol. 1. New York: Cambridge University Press, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 233 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281350> Acesso em: 07 mai. 2019.
- MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional – Séculos XVI-XVII. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Histórias dos Índios no Brasil**. 2. São Paulo: Schwarcz LTDA, 1992a. p. 475-498.
- MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e a história de São Paulo: revisitando a velha questão Guaianá. **Novos Estudos**, v. 34, p. 125- 185, 1992b.

- MOTA, Lúcio Tadeu. **A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística.** In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu e NOELLI, Francisco Silva. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang.* Londrina: UEL, 2004. p. 3-16.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** Maringá: EDUEM, 2008.
- National Museum of Denmark. **En fyrstelig gave Albert Eckhout:** de første portraetter fra brasiliense. Disponível em: https://natmus.dk/fileadmin/user_upload/natmus/undervisning/dokumenter/etnografisk_samling/eckhout_gym.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.
- NEUWIED, Príncipe Maximiliano von WIED. **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817.** Tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Social organization and beliefs of the Botocudo of Eastern Brazil. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 2, n. 1, p. 93-115, 1946.
- OLMEDILLA, Juan de la Cruz Cano y. **Mapa Geografico De America Meridional.** Madri, 1775. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~240074~5512297:Composite---Sheets-1-8--Mapa->. Acesso em: 29 nov. 2018.
- PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os nômades.** Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.
- PREZIA, Benedito Antonio Genofre. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p. 155-177, 1998.
- SAINT-HILAIRE, August. **Viagem a Comarca de Curitiba (1820).** Vol. 315. São Paulo: Brasiliiana, 1964.
- SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. **The Cambridge history of the native peoples of the Americas.** Madri: Cambridge University Press, 1999.
- SCHMID, Philip. Coroado. **Acervo da Biblioteca Nacional Digital – Brasil.** Muenchen [Alemanha]: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823-1831, 1 grav, litografia, pb, 46 x 59. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_11.jpg. Acesso em: 29 nov. 2018.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA (SIASI). **Portal do Ministério da Saúde (Brasil).** 2014. Disponível em: <http://portals.saude.gov.br/saude-indigena/gestao/siasi>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.
- SOUZA, Almir Antonio de. Um viajante no Brasil Joanino: Auguste de Saint-Hilaire, o caminho das tropas, o mato e o campo, e os índios do planalto meridional. **Mneme (Caicó)**, v. 15, p. 137-165, 2014.
- SOUZA, Almir Antonio de. **Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX.** 2012. 420 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- SOUZA, Almir Antonio de; BERNASKI, Joice. O capitão comandante dos índios – Vitorino Condá, nos campos de Palmas, no Iranin e no Chapeco: os Kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). **Cadernos do CEOM**, v. 28, p. 97-104, 2015.
- STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil** (versão do texto de Marpurgo, 1557). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.
- STEWART, Julian H. **Handbook of South American Indians.** New York: Cooper Square Publishers, 1963.

TESCHAUER, Carlos. Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul. **Boletim do Museu Nacional**, v. III, n. 3, p. 37-56, 1927.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: Uma sociedade Jê Meridional em movimento. 1995. 351f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 87-102.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang. **Cadernos do**

CEOM: 20 anos de memórias e histórias, v. 19, n. 23, p. 259-332, 1992.

VEIGA, Juracilda. **Organização social e cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê Meridional. 1994. 282 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. 2000. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

VIGNERON, Pierre Roche. **Botocudos**. Paris, França: Lith. de G. Engelmann, 1 grav, pb., 1835. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_078.jpg. Acesso em: 21 set. 2018.

O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938

The virtuous path of parish schools in agricultural fronts of Southern Brazil: impacts of the Nationalization Law in 1938

Paulino Eidt*

Palavras-chave:
Escola Paroquial
Frentes Agrícolas
Nacionalização.

Resumo: Vivemos em um tempo marcado por uma crise de paradigmas, em que não somente a ideia de verdade e a forma de acesso ao saber entram em crise, como também os ideais educacionais. O cenário do século XXI reclama respeito para com a diversidade e a singularidade, opondo-se à lógica da homogeneização. Ao abrir possibilidades de conciliação e mediação, rompe com antigos paradigmas da história da educação brasileira: trata-se de reminiscências que impedem que sejamos justos com o Outro. A educação no Brasil possui um histórico excludente e avesso a uma concepção laica. A lentidão no trato do ensino público contribui para a organização da escola paroquial em alguns estados brasileiros durante o século XIX e XX, que no seu ideário, possuíam elementos de segregação. A presente pesquisa teórica e documental acompanha a trajetória das escolas paroquiais nas frentes agrícolas da região Sul do Brasil e se atém mais especificamente à periodização destas no Oeste de Santa Catarina e no município de Itapiranga/SC. No final, retrata nuances da extinção destas escolas pela Lei da Nacionalização em 1938.

Keywords:
Parish School
Agricultural fronts
Nationalization

Abstract: We are living a time of a crisis of paradigms, in which not only the idea of truth and the way of access to knowledge reach crisis, but also the educational ideals. The 21st century scenario claims respect for diversity and singularity, opposing to the logic of homogenization. By opening conciliation and mediation possibilities, it breaks old paradigms of the history of the Brazilian education: they are reminiscences that preclude being fair to the Other. The education in Brazil has a history that is excluding and averse to a laic conception. The slowness in the arrangement of the public education had contributed for the organization of the Parish School in some Brazilian states during the 19th and the 20th centuries, which in its ideology had segregation elements. This theoretical and documental research follows the trajectory of parish schools in agricultural fronts of Southern Brazil and sticks more specifically to their periodization in the Western Santa Catarina and in the municipality of Itapiranga/SC. At the end, it depicts nuances of the extinction of these schools by the Nationalization Law in 1938.

Recebido em 06 de setembro de 2018. Aprovado em 11 de março de 2019.

Introdução

A educação escolar possui um histórico voltado à estratificação e dominação social. No Brasil, as oligarquias do período colonial e monárquico estavam fundamentadas na dominação via controle do saber e os modelos escolares foram uma importação europeia.

A história da educação no Brasil revela o quanto tem sido emblemática a implantação do ensino público universal. A lentidão no trato da educação pelo Estado brasileiro aumentou a importância da organização da escola paroquial em alguns estados brasileiros durante os séculos XIX e XX. A iniciativa comunitária, ainda que ideologicamente submissa ao poder religioso, foi

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Exerceu docência no Ensino Superior de 1998 a 2017. Atualmente, é professor da Rede Pública de Santa Catarina. E-mail: <paulinoeidt1@gmail.com>.

fundamental para a alfabetização das crianças, frente a um modelo escolar nacional excludente e eminentemente elitizado.

A presente escritura retrata nuances da escola paroquial, fruto de uma herança europeia, que acompanhou a trajetória migratória dos imigrantes, por vários séculos. As inúmeras fontes revelam facetas importantes no trato da educação escolar em espaços de colonização a partir da iniciativa comunitária.

A pesquisa teórica e documental acompanha a trajetória da instalação das escolas paroquiais nas frentes agrícolas da região sul do Brasil, no século XIX e se atém, mais especificamente, à periodização destas escolas no Oeste de Santa Catarina e no município de Itapiranga/SC, já no século XX, culminando com a extinção oficial destas pela Lei da Nacionalização, em 1938.

Nessa acepção, pretende-se, a partir das reflexões, contribuir para a reconstituição do itinerário dessas escolas, organizadas e regidas coletivamente por intermédio da comunidade. A escola paroquial, embora acompanhada de elementos controversos e de segregação, no seu devido tempo, correspondeu ao ideal daqueles que compõem a comunidade escolar – administradores, professores, estudantes, familiares e comunidade do entorno.

Escolas paroquiais: alicerce da educação no Sul do Brasil

Durante o período medieval, em virtude da ausência de Estados Nacionais politicamente instituídos e organizados que assumissem práticas e modelos educacionais, a organização de estudos com formato de escola limitava-se à formação eclesiástica (*ad hoc*). Desvinculada da estrutura estatal, a escola foi primeiramente pensada e executada como instituição comunal e confessional.

A ausência de fontes confiáveis acerca dos primórdios da escola paroquial geram controvérsias quanto à sua origem. Conforme Franca (1948, p. 344, grifos do autor), um dos precursores da escola confessional foi o Bispo Teodolfo de Orléans, no século VIII, ao baixar o seguinte decreto:

Os sacerdotes mantenham escolas nas aldeias e nos campos; se qualquer (quislibet) dos fiéis lhes quiser confiar os seus filhos para aprender as letras, não os deixem de receber e instruir, mas ensinem-lhes com perfeita caridade. Nem por isso **exijam salário ou recebam recompensa alguma**, a não ser, por exceção, quando os pais voluntariamente a quiserem oferecer por afeto ou reconhecimento.

A educação estritamente cristã, produto da Idade Média, no entanto, não foi universal e sim concebida dentro de um pensamento dualista. Instalada nos espaços privados da igreja, o ensino foi ministrado por sacerdotes encarregados de uma paróquia, preferencialmente, para postulantes à vida religiosa. Philippe Ariés (1973, p. 117) destaca a orientação e a proposta pedagógica das escolas confessionais: “Esses educadores eram responsáveis pela salvação da alma das crianças, pelas quais eles eram responsáveis perante Deus”.

Essas características foram mencionadas no 3º concílio ecumênico de Latrão, reunido em 1179, no seu cânon 18:

A Igreja de Deus, como mãe piedosa tem o dever de velar pelos pobres aos quais pela indigência dos pais falecem os meios suficientes, a fim de que possam facilmente estudar e progredir nas letras e nas ciências. Ordenamos, portanto, que em todas as igrejas catedrais se proveja um benefício conveniente a um mestre, encarregado de ensinar gratuitamente aos clérigos dessa igreja e a todos os alunos pobres. (FRANCA, 1948, p. 345).

Independentemente da data de origem, seja na Idade Antiga ou Média, as escolas paroquiais atravessaram a história como espaços de alfabetização, formação religiosa, expansão e consolidação da fé. Esse formato de escola, especificamente na Europa, recebeu grande impacto com as ideias iluministas que culminaram na Revolução Francesa (XVIII), pois trouxe para o espaço público e laico a proposta de uma escola ideologicamente desinteressada.

O surgimento de uma rede pública de escolas gerou desconforto e o rompimento entre o

Estado e a Igreja. Especificamente na Prússia (hoje Alemanha), as reformas sociais e políticas que ocorreram no início do século XIX culminaram com o pensamento da universalização da escola laica. Kreutz (1994) destaca aquele período como sendo o do fortalecimento do pensamento de que a educação para todos era a condição básica para regenerar a sociedade e assegurar, a todas as crianças, o desenvolvimento intelectual.

No Brasil, este pensamento foi introduzido a partir de 1772, quando, oficialmente, foi implantado o ensino público oficial e laico pela Reforma Pombalina. O pretexto da reforma foi tirar a educação das mãos dos jesuítas e garanti-la a todos os cidadãos. Embora houvesse prerrogativas legais para universalizar a escola pública no Brasil, esta se limitou a uma parcela elitizada da população. Aranha (2008) destaca que dados oficiais de 1867 (mais de um século depois da implantação da escola pública no Brasil), apontam que apenas 10% da população em idade escolar se matricularam nas escolas primárias e, em 1890, o nível de analfabetismo da população brasileira era de 67,2%.

Na história ocidental, a universalização gradual da escola pública, na maioria dos países europeus no século XIX, coincidiu com a maciça emigração do velho continente. Fatores econômicos e sociais forçaram o fluxo migratório, em especial, para as frentes agrícolas do sul do Brasil. Conforme Kreutz (1994), a época inicial da imigração teuta, no Rio Grande do Sul, coincidiu com “[...] a maré alta da implantação generalizada da escola elementar na Prússia, a renovação de métodos, a formação de professores e de escolas normais e a formação da mística em torno da educação como meio de reconstrução nacional” (KREUTZ, 1994, p. 18).

Entre os fatores de atração de emigrantes europeus, em especial alemães e italianos, destacam-se: acesso fundiário, aspectos climáticos e motivações por questões estratégicas. Em todo o sul do Brasil, formaram-se comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social e cultural. A instalação de escolas paroquiais (denominadas assim por funcionar em pavimentos anexos a igrejas ou catedrais ou no

próprio prédio em que eram realizadas celebrações) com conotações étnicas e confessionais foi uma mostra da solidez com que esse modelo adquiriu e sobreviveu a todas as vicissitudes da Idade Média e moderna. Esse modelo escolar, embora tenha sido implantado em muitas nacionalidades europeias, teve maior receptividade na Alemanha e Itália, em face do movimento conservador e manifestadamente contrário ao liberalismo e à laicização das instituições, propagado no Velho Continente.

A educação escolar ofertada nas frentes agrícolas, em especial na região sul, foi a proporcionada pelas escolas confessionais. A cultura escolar foi implantada com relativa facilidade nos espaços de ocupação de descendentes europeus, uma vez que no velho continente essa prática fazia parte do cotidiano das famílias. A formação de núcleos rurais ética e religiosamente homogêneos tem sido apontada como responsável pelo sucesso da escola paroquial:

Só com o ensino constante e efetivo das verdades da nossa santa religião, com os conselhos oportunos, com a direção prudente e com os sacramentos, precedidos da competente preparação e repetidos com discreta frequência, procuramos formar uma geração verdadeiramente cristã e forte, para resistir aos assaltos do inferno, que luta e peleja por nos arrancar a fé, levar-nos ao vício e à perdição. (HEERDT, 1992, p. 78).

O modelo escolar foi pensado e aplicado pelos jesuítas e pelo professor, mapeado criteriosamente pela comunidade e paróquia. Exigiam-se mestres com responsabilidade moral e intelectual. Ser professor tratava-se de uma missão nobre, pois este era investido de poderes de correção, punição e sabedoria. Com extensas funções sociais na comunidade, em última análise, também era responsável pelo comportamento de seus alunos fora da sala de aula.

A escola foi, em primeiro lugar, pensada, projetada, executada, implantada e cultivada como uma instituição essencialmente comunal. Sua tarefa se resumia em atender às necessidades imediatas da

comunidade em que se encontrava, disso decorrem suas características institucionais ímpares e de perfil didático-pedagógico único (RAMBO, 1988, p. 18).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o emigrante alemão traz consigo a convicção de que a educação escolar é fundamental e necessária para garantir às crianças o seu desenvolvimento moral e intelectual.

O papel da comunidade e da religião na escolarização

Nas frentes agrícolas das antigas colônias de imigração alemã, italiana e polonesa, do século XIX e XX, no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, formou-se um modelo educacional desvinculado da estrutura do Estado. Povos isolados geograficamente e culturalmente, por intermédio de ações coletivas, instalaram e mantiveram um modelo comunitário de educação. A experiência das escolas paroquiais, embora instituídas com elementos de segregação, constituiu-se um sistema virtuoso. Em uma época em que a grande maioria dos brasileiros era analfabeta, as regiões de migração no sul do Brasil apresentaram taxas de escolarização próximas de 100%.

As comunidades desassistidas pelo Estado brasileiro tiveram, por mais de um século, na escola paroquial (particular) elementos identitários suficientemente fortes para a manutenção do sistema escolar herdado culturalmente dos antepassados. O acompanhamento sistemático que as congregações religiosas, em especial, a Companhia de Jesus, exercia sobre os núcleos coloniais foi elemento importantíssimo para a congregação de esforços que culminassem em um modelo comunitário de vivência.

O associativismo tem sido estratégico para a consumação de um modelo comunitário de educação. A construção de vínculos sociais e uma identidade coletiva permitiu, a partir dessa relação intersubjetiva, a formação do sujeito dependente do contexto com o qual ele se relacionava interativamente. Não foi uma relação da esfera individual, e sim coletiva. Na comunidade, construíam-se as noções de sentidos da escola e o estreitamento da relação com o saber. A intensidade dessa relação dependeu muito do

grau de integração e associação entre as famílias, a escola e a comunidade. Kreutz (2004) destaca que, em 1930, somente no estado do Rio Grande do Sul havia 1.200 escolas paroquiais alemãs.

A existência de uma comunidade pressupõe que um número considerável de pessoas tenha coisas em comum, que se “considerem” ou se “imaginem” integrantes desse grupo. Nessa acepção, dispositivos e significados adquirem forças, quando partilhados por todos. Assim, a escola paroquial, antes de ser algo impositivo foi, sobretudo, desejada pela comunidade e passou a ser um traço constitutivo de distinção cultural das colônias europeias no Sul do Brasil. Essa forma de fazer educação teve seu ápice na segunda metade do século XIX e foi oficialmente extinta com a promulgação da Lei da Nacionalização, em 1938. Embora acompanhada de um caráter controverso (eticamente organizada), a escola paroquial assistiu a totalidade dos componentes das comunidades. Assim, em um período em que a sociedade comungava da ideia que às mulheres bastava a instrução de noções de prendas domésticas e boas maneiras, elas também eram assistidas pela escola paroquial.

Conforme Kreutz (1994), as principais características da escola paroquial foram mantidas mesmo após a Nacionalização das escolas, em 1938. As dificuldades estruturais, como ausência de prédios escolares públicos, especialmente, na fase compulsória da nacionalização, não significou o fechamento e o fim das escolas teuto-brasileiras. Em um primeiro momento, grande parte dessas escolas recebeu subvenção municipal, mantendo certa autonomia administrativa. Já em um segundo momento, essas escolas foram municipalizadas, isto é, tornaram-se escolas públicas. Estabeleceram-se acordos entre prefeituras e comunidades.

O estado e o município passaram a assumir parte do ônus com o magistério. “As comunidades mantinham a residência e as benfeitorias da terra da comunidade, postas para o usufruto do professor que, em compensação, prestava serviços sócio religiosos e culturais à comunidade” (KREUTZ, 1994, p. 31).

As reminiscências de um modelo de educação milenar, notadamente persistiram e

se mantiveram nas entranhas da educação até a atualidade.

Escola paroquial no Oeste de Santa Catarina

A escola paroquial acompanhou o processo migratório da cultura alemã. Assim foi na onda imigratória do século XIX e, mais tarde, no povoamento de novas frentes agrícolas, já no século XX. A interiorização e formação de novos núcleos agrícolas, dentro e fora do estado do Rio Grande do Sul (saída das colônias velhas e formação de colônias novas) serviram para atender às diretrizes do projeto de restauração desenvolvido, em especial, pela igreja católica. Conforme Kreutz (2004), isso significou a restauração das forças religiosas contrárias ao liberalismo e à laicização das instituições. Nas novas frentes agrícolas, revigoraram-se práticas religiosas já em desuso ou contestadas no interior das antigas colônias.

Respeitadas as peculiaridades, o povoamento da região de Oeste de Santa Catarina foi um prolongamento da expansão cultural e migratória do Rio Grande do Sul. Nesse entendimento, a comunhão com aspectos culturais do estado catarinense permanece frágil até a atualidade. O “cordão umbilical” prende a maioria das pessoas ao estado do Rio Grande do Sul e também às origens europeias.

A onda migratória do século XX fez surgir, em meio à selva subtropical do Oeste de Santa Catarina, um dos projetos católicos mais coesos e fechados da História do Brasil. O Projeto Porto Novo (atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis) – criado em 1926, pela Companhia de Jesus e pela Colonizadora Sociedade União Popular (*Volkverein*) – acolheu, no seu interior, somente alemães de confissão católica. Nesse entendimento, toda a literatura escrita na época enaltece a homogeneização como determinante para o sucesso de empreendimento colonial. O Projeto Porto Novo foi um sonho acalentado pelos padres da Companhia de Jesus. Ao estilo dos Sete Povos das Missões, pretendia-se conquistar a pureza religiosa e cultural pelo isolamento de uma população. O isolamento de alemães católicos reforçou o discurso

da superioridade étnica e confessional que possui desmembramentos até hoje na região.

Embora a Companhia de Jesus não tenha sido a designada no início para assumir os destinos religiosos de Porto Novo (atribuídos aos padres da Congregação Missionários da Sagrada Família, até 1931), ela teve influência direta na organização das atividades da nova frente agrícola. A criação do Projeto Porto Novo e da Sociedade União Popular (*Volkverein*) haviam sido iniciativas da Companhia de Jesus.

A pioneira Maria Rohde (2011) destaca o papel das escolas paroquiais na educação de Porto Novo. Aponta dois professores precursores dessa modalidade de Ensino. Conforme ela, “para a benção das novas gerações”, há de se reconhecer sempre o papel inicial dos professores Willibaldo Stuelp (núcleo da vila de Porto Novo) e da professora Antônia Wiersch (Sede Capela), visto que, em meio às precárias condições e, com muito sacrifício, erigiram os alicerces da educação de Porto Novo. As primeiras comunidades que instalaram as escolas paroquiais por meio da construção das escolas-igreja foram aquelas que serviram de “porta de entrada” para a colonização. Assim, em 1931, funcionavam fora da sede de Itapiranga, mais seis escolas: Linha Cotovelo, Linha Dourado, Linha Fortaleza, Linha Sede capela, Linha Chapéu e Linha Macuco. Uma comunidade era composta por cerca de 100 famílias dispostas em uma área geográfica de quatro quilômetros quadrados. As comunidades também eram denominadas e conhecidas como linhas ou picadas.

A escolha e contratação de docentes foi prerrogativa da colonizadora que por sua vez submetia os candidatos ao clero local. Ex-seminaristas e pessoas letradas escolhidas no meio social compunham o perfil docente.

Objetivamente, as comunidades, além de construir a escola-capela e efetuarem o pagamento em espécie de valores mensais para remunerar o professor, assumiam outras contribuições: construção da moradia e galpões; o plantio e colheita da lavoura; e destinação de donativos, como carnes, cereais e frutas. Por sua vez, cobravam do professor atividades de liderança na organização comunitária

e no exercício de funções, como: canto coral, liturgia, catequese, toque do sino, assistência a doentes, mediação em conflitos de vizinhança e conselhos de toda a ordem. A imagem a seguir (Figura 1) é um

comprovante de pagamento do professor Paroquial Felipe Loebens. O valor dos proventos, oriundo da mensalidade escolar, independia da formação e do número de alunos por docente.



Figura 1: Recibo de pagamento do professor¹
 Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 1937).

A comunidade construía a escola e contratava seu professor. Assim, invariavelmente, as ações pedagógicas, os conteúdos programáticos e as bases filosóficas e ideológicas da educação estavam no controle comunitário e dos padres jesuítas. O mestre único, com múltiplas funções extraclasse, mantido e pago pelos pais, foi um personagem estratégico para a concretização do pensamento religioso dentro do universo pioneiro. O ato de ensinar, ao mesmo tempo em que era um prolongamento dos saberes sociais, já incitados pela família e comunidade, representava a consolidação do catolicismo como única e verdadeira religião.

A Escola paroquial X Escola pública: a fratura entre escola e religião

O caráter monopolista das escolas paroquiais, não permitindo ingerência do poder público no sistema escolar, implantado pela Sociedade União Popular, em seu âmbito de domínio, no entanto, já havia sido quebrado antes de 1938. A elevação de Porto Novo a distrito de Chapecó (26 de fevereiro de 1932) inaugurou um período dos mais controversos da história local. Havia agora duas frentes de poder: o público com a nomeação de autoridades do município mãe (coletor, delegado, escrivão,

intendente, secretário, juiz e inspetor de polícia) e o poder religioso, que se expressava, principalmente, pela *Volksverein*. Toda a literatura escrita da época destaca a animosidade e o mal-estar gerados entre as lideranças, especificamente, no que se refere ao conjunto de novas relações sociais, impostas pela nova estrutura administrativa sobre a tradicional, sendo esta fruto de uma herança histórica.

A imagem seguinte (Figura 2) apresenta a lista de pais contribuintes da escola paroquial. A cobrança e o recolhimento dos valores foram incumbências da colonizadora que, por sua vez, administrava os valores e fazia o repasse financeiro aos professores que atuavam nas escolas.

Abrechnung der Schule Belega im Monat Januar

1.	<i>Avelino Junges</i>	<i>4 8 000</i>
2.	<i>Pedro Royer</i>	<i>4 8 000</i>
3.	<i>Lindolfo Baches</i>	<i>4 8 000</i>
7.	<i>Stanislaus Bohden</i>	<i>4 8 000</i>
5.	<i>Glaudio Konrad</i>	<i>4 8 000</i>
6.	<i>Bruno Baches</i>	<i>4 8 000</i>
4.	<i>Jose Bohden</i>	<i>4 8 000</i>
8.	<i>Irena Konrad</i>	<i>4 8 000</i>
9.	<i>Nathilda Royer</i>	<i>4 8 000</i>
10.	<i>Portrudes Endler</i>	<i>4 8 000</i>
11.	<i>Lucina Lambrecht</i>	<i>4 8 000</i>
12.	<i>Otilia Diedrich</i>	<i>4 8 000</i>
13.	<i>Sibilla Junges</i>	<i>4 8 000</i>
14.	<i>Josefina Baches</i>	<i>4 8 000</i>
15.	<i>Leonilla Schneider</i>	<i>4 8 000</i>
16.	<i>Maria Vogt</i>	<i>4 8 000</i>
17.	<i>Luzia Roter</i>	<i>4 8 000</i>
		<i>68 8 000</i>
	<i>Subvenção do Volksverein</i>	<i>- - 52 8 000</i>
		<i>120 8 000</i>
	<i>Porto Novo 2-3-1934</i>	<i>Philippe Loelens.</i>

Figura 2: Controle do pagamento dos pais para a manutenção do professor paroquial
Fonte: (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 1940)

O novo poder instituído a partir da instalação distrital passou a condicionar a vida dos habitantes, quebrando, de certo modo, o tipo de coerência e de organização, até então predominante. Protagonista da época, o ex-professor paroquial Ervino Jaeger escreve, em sua obra (1998), que houve a instalação de uma escola pública (anterior a 1938) e nomeação de um ex-professor paroquial demitido em razão da negligência no trato das questões religiosas e da falta de moralidade. Na obra do ex-professor paroquial, este evidencia sua trajetória de formação e atuação, destacando, sobretudo, o conflito gerado a partir da Nacionalização do Ensino em 1938.

A prerrogativa de nomear e depor professores paroquiais era atribuição do pároco e da companhia colonizadora, reforçada, principalmente, no Congresso Católico de 1933. A demissão do professor paroquial foi levada a termo pelo padre; no entanto, o professor foi reconduzido à função anterior pelas mãos do escrivão distrital e, doravante, passou a ser subvencionado pelo poder público.

A remuneração do professor com recursos públicos foi um duro golpe para a manutenção de uma unanimidade no trato da escola paroquial. Como convencer as famílias endividadas pelos anos de pioneirismo a destinarem parte do seu orçamento para a manutenção da escola? As dissidências surgiam cada vez em maior número. Nesse entendimento, embora as escolas paroquiais tivessem grande simpatia entre os moradores, a não necessidade de contribuições mensais para manutenção da escola e do professor gerou alento às famílias.

Embora existissem outras escolas subvencionadas, estas subvenções eram administradas pela *Volksverein* e como registra o livro *Tombo da Paróquia*, em 1935: “A subvenção não deve tirar a índole católica, senão, ela deve ser rejeitada. Escolas subvencionadas não devem ser consideradas estatais”. Nesse entendimento, a única escola pública de Porto Novo, até o período da Nacionalização (1938), foi a da sede do município, criada pelas autoridades distritais, cujo docente (Matias Walker) havia sido demitido pelo pároco por negligência no trato das questões sociais e religiosas (aos alunos da escola pública era

proibida a Comunhão Solene que se constituía em uma cerimônia de conclusão da Escola Primária, acompanhada da ministração do sacramento da comunhão). Spohr (2016, p. 59) destaca uma carta do Padre Ernesto Vosskühler, dirigida ao provincial, expressando sua preocupação com o funcionamento de uma escola pública: “A escola pública enfraquece a escola paroquial. Depois de aberta a escola pública foi dado aviso na igreja que os pais católicos devem mandar seus filhos para a escola paroquial”.

No entanto, a desobrigação da comunidade em assumir a totalidade dos custos da manutenção das escolas começa a ganhar força. O Livro *Tombo da Paróquia* registra, em 1932, um abaixo-assinado de moradores da Linha Cotovelo que se recusaram a construir o paiol para o professor. Na mesma direção, há um registro no Livro *Tombo da Paróquia* de Itapiranga de 1932, que destaca certa apatia dos alemães natos (instalados principalmente na Linha Becker) acerca das muitas contribuições exigidas para manter obras, que já eram públicas no velho continente. O fato é que, ao mesmo tempo em que se constituiu uma “fratura” do modelo existente até então (escola paga, professor supervisionado pela colonizadora e outros), expôs-se a emblemática dualidade de poder: Estado e religião.

Entre as muitas alegações ou pretextos para a nacionalização das escolas, algumas perpassaram todos os espaços, em especial, da região sul do Brasil, locais de predominância da imigração europeia. Trata-se da presença de nazistas nas regiões coloniais, ausência de referenciais da brasilidade e denúncias acerca da formação de “quistos étnicos”. O regime estado-novista, que buscava construir uma pretensa identidade nacional, enxergava nessas frentes agrícolas um perigo para a unidade e homogeneização nacional. A fim de forçar a chamada identidade nacional, o presidente Getúlio Vargas, editou, em maio de 1938, o Decreto-Lei nº 868, o qual determina o ensino em língua nacional e decreta o fechamento das escolas estrangeiras.

Especificamente em Santa Catarina, o nacionalismo do presidente Vargas foi levado a termo pelo Interventor Estadual Nereu Ramos. O interventor foi responsável pelo Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, o qual estabeleceu as

normas relativas ao ensino primário em escolas particulares. O decreto estabeleceu novas exigências para o registro de escolas; em suma, determinou o fechamento das escolas paroquiais, em vista da total descaracterização delas. O decreto também instituiu: professores com nacionalidade brasileira; ensino na língua vernácula; uso exclusivo da língua nacional na escrituração, uso de tabuletas, placas, cartazes, avisos, conferências, discursos, reuniões, hinos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar. Conforme o mesmo decreto, nada pode descaracterizar o sentimento de brasilidade que deve vigorar em todas as escolas catarinenses (SANTA CATARINA, 1938a).

A repressão nacionalizadora, também pretendia controlar pela escola pública a divulgação do *deutschtum* (entendido como o grupo de pessoas que fala alemão como língua materna e possui características culturais específicas), evitando, dessa forma, a conservação da pureza étnica germânica, nos locais de migração. A criação de um sentimento de brasilidade também exigia da população catarinense e, em especial, das colônias de descendência europeia, o domínio dos hinos oficiais, a homenagem à Bandeira Nacional e o respeito para com os feriados nacionais.

O fato pode ser deduzido a partir de uma carta encaminhada pelo inspetor escolar de Cruzeiro do Sul (atual Joaçaba), ao Palácio do Governo de Santa Catarina, em junho de 1938, onde pede o fechamento das escolas paroquiais de Itapiranga e outras:

Diante do Decreto-lei 88 que estabelece, entre outras disposições, a de que o ensino nas escolas primárias deve ser feito unicamente no vernáculo, é lamentável que crianças até a idade de 14 anos não saibam sequer uma palavra da língua do país em que nasceram. É a prova evidente e incontestável de que esta escola não cumpre as determinações de nossas leis e é um foco de antinacionalismo, o que em absoluto não podemos admitir. Assim sendo, proponho ao governo do estado que sejam aplicadas as penalidades previstas do referido Decreto-lei 88. (SANTA CATARINA, 1938b, p. 165).

O desespero da comunidade e de seus líderes religiosos, a partir da extinção das escolas paroquiais, pode ser deduzido no teor da carta encaminhada, em fevereiro de 1939, pelo Padre Francisco Riederer, ao Padre Reitor do Colégio Catarinense, em Florianópolis, solicitando a mediação junto ao governo, a fim de impedir o fechamento das escolas paroquiais e a abertura de escolas estaduais:

O governo quererá ocupar os prédios de nossas escolas paroquiais. Não o poderei permitir. É roubo. Cai sob a censura da excomunhão do *Cânon 2346*. Só se o governo entrar primeiro em acordo comigo, só então poderei permitir, com a condição de ser eu quem nomeia diretores e professores. Suponhamos, porém – *quod Deus avertat* – que o governo usurpe os prédios e os transforme em escolas estaduais e nomeie professores. Então eu proíbo a todos e qualquer um a aceitar a nomeação. Em prédios roubados da Igreja católica não vai exercer nenhuma função. As escolas-capela perderão *ipso facto* toda provisão canônica, não podendo fazer nelas nenhum ato de culto, nem batizados, nem casamentos, nem nada. Os sinos que houver deverão ser imediatamente retirados, nem haverá mais toque de sinos nos ditos lugares. Devemos fazer o possível para manter o ideal das escolas paroquiais. (SPOHR, 2016, p. 71).

A mediação das autoridades religiosas (o provincial e a prelaia de Palmas) junto às autoridades estaduais não teve efeito concreto e a Lei da Nacionalização das escolas foi levada a termo. O Estado exigiu professores com nacionalidade brasileira, habilitados, o ensino na Língua Portuguesa, substituição dos livros em alemão e atestado policial dos professores. Muitos dos ex-professores paroquiais se enquadraram nas novas exigências e outros largaram definitivamente o magistério. Abre-se o dilema: “como encontrar professores, com qualificação e disposição para permanecer no magistério recebendo salários módicos?”.

A comunidade, ante a não assistência dos seus filhos em idade escolar, paulatinamente

aceitou os novos rumos ditados pela Lei da Nacionalização. O vigário Padre Francisco Riederer abandonou inesperadamente a paróquia e foi substituído pelo histórico Padre Teodoro Treis. As autoridades religiosas concederam licença para que o estado ocupasse as escolas-capela, desde que a comunidade pudesse opinar junto ao inspetor escolar e este fosse religioso, acerca do aceite ou não dos novos professores estaduais, impedindo, assim, a nomeação de professores “inimigos da religião”. A comunidade ainda assegurou a permanência da catequese nas escolas e, conforme relata o livro *Tombo da Paróquia*, de Itapiranga, em 03 de maio de 1939: “A catequese na escola deve ser ensinada em português, mas a explicação pode ser dada em alemão. Vale também para as demais matérias”. A expressão “pastores espirituais”, atribuída aos professores em razão do papel religioso e moral que exerciam, estava assim assegurada, mesmo na condição de docentes da rede pública de ensino.

Nessa direção, em meio à selva do então Projeto Porto Novo, acompanhado de intensas brigas e mágoas de lideranças locais, que quiseram salvar a escola paroquial, estas se deram por vencidas e uma das mais virtuosas e milenares experiências da história da educação, sucumbiu. O fim melancólico desse formato de escola foi anunciado pelo então Bispo de Palmas, Dom Carlos Eduardo de Saboia Bandeira de Mello, aos subalternos de Porto Novo, e registrado no Livro *Tombo da Paróquia*, em 16 de setembro de 1938: “Sino dobre finado três dias cada semana. Reúna povo todas as noites para rezar o terço na intenção das escolas [paroquiais].” Orações, apelos e boicotes à escola pública mostraram-se ineficientes ante a nova realidade. O Pároco Francisco Riederer foi o último a se dobrar e, na sua última carta ao provincial, denota sua rendição: “Nossas Escolas Paroquiais parecem irremediavelmente perdidas. Em toda a parte se abrem escolas públicas” (SPOHR, 2016, p. 69).

A Consolidação das escolas públicas, no entanto, não foi mais referenciada pelo pároco, em meio ao boicote dos prédios comunitários (escolas-igreja); falta de professores públicos; sentimentos de traição de lideranças locais, este abandonou subitamente Porto Novo, em 1939. Extintas

oficialmente, vertigens permaneceram por anos nas novas picadas (comunidades) que foram sendo povoadas ou em espaços já constituídos e nos quais o poder público não destinava mestres.

A Educação pública nasceu e criou força, contudo, as funções sociais e religiosas dos professores nunca foram definitivamente apagadas e, ainda, são reclamadas pela comunidade escolar, há exatos 80 anos após a extinção das escolas paroquiais.

Considerações finais

Em todo o sul do Brasil, povos isolados geográfica e culturalmente, por meio de ações coletivas instalaram e mantiveram um modelo comunitário de educação. Os núcleos foram projetados para acolher todas as formas associativas da comunidade (igrejas, clubes, escolas, cemitérios e áreas de lazer). Em meio à selva, onde a sobrevivência somente foi possível mediante a criação de um laço social horizontal, as 100 famílias, que em média compunham uma comunidade, construíram a escola, contratavam e pagavam seu professor e estabeleciam ações pedagógicas e conteúdos programáticos para seus filhos. O controle das engrenagens administrativas e as bases filosóficas e ideológicas da educação, invariavelmente, eram assumidos pela comunidade escolar.

Independentemente dos critérios adotados na implementação das escolas paroquiais, estas se constituem em uma faceta virtuosa da educação brasileira. Por um longo período, foram determinantes, ao menos para as comunidades etnicamente homogêneas, na alfabetização das crianças desassistidas pelo Estado brasileiro.

A propagação da cultura religiosa e também a ação civilizadora foram vicissitudes assumidas pela escola e pelo professor. A atividade moral e religiosa sobressaia aos ensinamentos literários, aritméticos e outros. Consciente ou inconscientemente, o papel espiritual atribuído ao professor, mostrou sua eficácia para além dos progressos da ciência. Em Itapiranga, foi determinante para frear a onda invasora de outras religiões, ao menos por mais de meio século. A atribuição de uma vasta

função religiosa e moral ao professor fez parte de um processo de expansão e fortalecimento da fé, servindo, inclusive, no caso de Itapiranga, em um esforço para combater o protestantismo. Há, contudo, de se reconhecer que o projeto católico foi o precursor no lançamento da pedra angular da Educação no município, embora conciliando a cura das almas com o ensinar das letras.

Assim, 80 anos após a extinção das escolas paroquiais, o cenário das escolas públicas clama por tolerância religiosa e racial. É deveras complexo arquivar passivamente a herança intelectual do passado. Eis um desafio para a geração nova de professores e alunos!

Notas

1 O dinheiro do período 8 de outubro de 1833 a 31 de outubro de 1942 era denominado de Mil Réis (RS).

Referências

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2008.
- ARIËS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- FRANCA, Pe. Leonel S. J. **A Igreja, a Reforma e a Civilização**. Rio de Janeiro: Agir, 1948. Disponível em: <<http://igrejaformacivilizacao.blogspot.com.br/2010>>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina 1890-1930**. 1992. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112188>>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- JAEGER, Eugênio Ervino. **A Terra que eu Sonhei**. Nova Petrópolis: Amstad, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA. **Livro Tombo da Escola da Linha Beleza** (1930 a 1940). Itapiranga: [s. n.], 1940.
- PARÓQUIA SÃO PEDRO CANÍSIO. **Livro Tombo da Paróquia São Pedro Canísio** (1926-1942). Itapiranga: [s. n.], 1942.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE. **Livro Tombo da Escola São Gabriel da Linha Ervalzinho** (1930-1938). São João do Oeste: [s. n.], 1938.
- KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Pelotas: Seiva, 2004.
- RAMBO, Arthur Blásio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil**. Porto Alegre: Eduni-Sul, 1988.
- ROHDE, Maria. **O Espírito Pioneiro: A herança dos antepassados**. Itapiranga: Porto Novo, 2011.
- SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938**. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938a. (Coleção de decretos, leis de 1938).
- SANTA CATARINA. Arquivo público. Correspondências de Diversos para o Palácio do Governo. Livro 1938, p. 165. Palmas, 19 de junho de 1938b.
- SPOHR, Inácio. **História das Casas: Um Resgate dos Jesuítas no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. Padre Reus, 2016.